



Número: **0801411-95.2019.8.15.2003**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Órgão julgador: **1ª Vara Regional Cível de Mangabeira**

Última distribuição : **21/02/2019**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
NATERCYO ALVES VIANA BASTOS (EXEQUENTE)		RODOLFO NOBREGA DIAS (ADVOGADO)	
MAPFRE (EXECUTADO)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
19373 527	21/02/2019 13:42	<u>Petição Inicial</u>	Petição Inicial
19373 608	21/02/2019 13:42	<u>PETICAO INICIAL</u>	Outros Documentos
19373 619	21/02/2019 13:42	<u>PROCURAÇÃO</u>	Procuração
19373 632	21/02/2019 13:42	<u>CNH</u>	Documento de Identificação
19373 640	21/02/2019 13:42	<u>COMPROVANTE DE RESIDENCIA</u>	Outros Documentos
19373 656	21/02/2019 13:42	<u>LAUDO E PRONTUÁRIO MÉDICO 1</u>	Documento de Comprovação
19373 666	21/02/2019 13:42	<u>LAUDO E PRONTUÁRIO MÉDICO 2</u>	Documento de Comprovação
19373 673	21/02/2019 13:42	<u>B.O.</u>	Documento de Comprovação
19373 677	21/02/2019 13:42	<u>SINISTRO - NEGADO</u>	Documento de Comprovação
19404 582	27/02/2019 00:58	<u>Despacho</u>	Despacho
19537 227	28/02/2019 12:05	<u>Petição</u>	Petição
19537 257	28/02/2019 12:05	<u>PETIÇÃO</u>	Outros Documentos
19537 261	28/02/2019 12:05	<u>GuiaCustas-1</u>	Documento de Comprovação
20240 446	02/04/2019 18:04	<u>Despacho</u>	Despacho
21190 544	15/05/2019 13:17	<u>Carta</u>	Carta
21191 481	15/05/2019 13:41	<u>Certidão</u>	Certidão
21852 947	07/06/2019 15:30	<u>Certidão</u>	Certidão
21852 948	07/06/2019 15:30	<u>AR_MAPFRE AFFINITY 0801411 95 2019</u>	Aviso de Recebimento
21993 948	13/06/2019 14:35	<u>Certidão</u>	Certidão
21994 201	13/06/2019 14:35	<u>AR_MAPFRE A SEGURADORA 0801411 95 2019</u>	Aviso de Recebimento

22494 638	05/07/2019 12:35	<u>Contestação</u>	Contestação
22495 159	05/07/2019 12:35	<u>KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_1</u>	Procuração
22495 158	05/07/2019 12:35	<u>KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_2</u>	Procuração
22495 156	05/07/2019 12:35	<u>DOCS COMPROBATORIOS-otimizado_1</u>	Documento de Comprovação
22495 155	05/07/2019 12:35	<u>DOCS COMPROBATORIOS-otimizado_2</u>	Documento de Comprovação
22495 153	05/07/2019 12:35	<u>DOCS COMPROBATORIOS-otimizado_3</u>	Documento de Comprovação
22494 644	05/07/2019 12:35	<u>CONTESTACAO E SUBS</u>	Outros Documentos
22539 947	08/07/2019 17:25	<u>Expediente</u>	Expediente
23154 962	31/07/2019 16:49	<u>Petição</u>	Petição
23154 964	31/07/2019 16:49	<u>2609889_ELABORAR JUNTADA DE DOCS_01</u>	Outros Documentos
23154 965	31/07/2019 16:49	<u>2609889_ELABORAR JUNTADA DE DOCS_Añexo_01</u>	Outros Documentos
23383 748	09/08/2019 13:21	<u>Petição</u>	Petição
23384 301	09/08/2019 13:21	<u>IMPUGNAÇÃO À CONT.</u>	Outros Documentos
26456 914	03/12/2019 14:28	<u>Despacho</u>	Despacho
26845 125	06/12/2019 10:44	<u>HABILITAÇÃO</u>	Petição de habilitação nos autos
26845 127	06/12/2019 10:44	<u>PROCURAÇÃO ATOS SUBS 2017 - MAPFRE VERA CRUZ-email-otimizado_1</u>	Procuração
26845 130	06/12/2019 10:44	<u>PROCURAÇÃO ATOS SUBS 2017 - MAPFRE VERA CRUZ-email-otimizado_2</u>	Procuração
26845 133	06/12/2019 10:44	<u>PROCURAÇÃO ATOS SUBS 2017 - MAPFRE VERA CRUZ-email-otimizado_3</u>	Procuração
26845 136	06/12/2019 10:44	<u>SUBSTABELECIMENTO SUÉLIO</u>	Substabelecimento
27855 993	31/01/2020 09:37	<u>Certidão</u>	Certidão
27856 426	31/01/2020 09:42	<u>Expediente</u>	Expediente
27856 428	31/01/2020 09:42	<u>Expediente</u>	Expediente
27857 009	31/01/2020 09:48	<u>Carta</u>	Carta
28966 280	10/03/2020 16:45	<u>Termo de Audiência</u>	Termo de Audiência
28966 288	10/03/2020 16:45	<u>LAUDO 0801411-95.2019</u>	Documento de Comprovação
29471 765	27/03/2020 15:56	<u>Petição</u>	Petição
29471 766	27/03/2020 15:56	<u>2609889_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_01</u>	Outros Documentos
29471 767	27/03/2020 15:56	<u>2609889_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Anexo_02</u>	Outros Documentos
29808 939	13/04/2020 16:40	<u>Petição</u>	Petição
29809 600	13/04/2020 16:40	<u>2609889_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01</u>	Outros Documentos
29809 601	13/04/2020 16:40	<u>2609889_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_Anexo_021</u>	Outros Documentos
29809 646	13/04/2020 16:40	<u>2609889_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_Anexo_022</u>	Outros Documentos
29809 608	13/04/2020 16:40	<u>2609889_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_Anexo_031</u>	Outros Documentos
29809 615	13/04/2020 16:40	<u>2609889_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_Anexo_032</u>	Outros Documentos

29809 616	13/04/2020 16:40	2609889_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_A nexo_04	Outros Documentos
29809 619	13/04/2020 16:40	2609889_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_A nexo_05	Outros Documentos
30472 564	07/05/2020 15:39	<u>Petição</u>	Petição
30472 568	07/05/2020 15:39	PETIÇÃO - MANIFESTAÇÃO SOBRE O LAUDO PERICIAL	Outros Documentos
31734 016	20/06/2020 20:08	<u>Certidão</u>	Certidão
31734 017	20/06/2020 20:08	AR_NATERCIO ALVES V BASTOS 0801411 95 2019	Aviso de Recebimento
33376 025	19/08/2020 12:33	<u>Petição</u>	Petição
33376 027	19/08/2020 12:33	2609889_PET_PROSSEGUIMENTO_DO_FEITO_01	Outros Documentos
33966 663	17/09/2020 11:29	<u>Sentença</u>	Sentença
35312 347	09/10/2020 10:57	<u>Apelação</u>	Apelação
35312 699	09/10/2020 10:57	2609889_RECURSO_DE_APELACAO_Anexo_03	Outros Documentos
35312 700	09/10/2020 10:57	2609889_RECURSO_DE_APELACAO_Anexo_02	Outros Documentos
35312 704	09/10/2020 10:57	2609889_RECURSO_DE_APELACAO_01	Outros Documentos
35342 743	10/10/2020 11:15	<u>Ato Ordinatório</u>	Ato Ordinatório
35681 866	20/10/2020 12:55	<u>Contrarrrazões</u>	Contrarrrazões
35681 888	20/10/2020 12:55	CONTRARRAZÕES	Outros Documentos
39484 251	29/10/2020 14:38	<u>Certidão de Prevenção</u>	Certidão de Prevenção
39484 252	04/11/2020 08:50	<u>Despacho</u>	Despacho
39484 253	10/11/2020 15:59	<u>Intimação de Pauta</u>	Mandado de Reintegração e/ou Manutenção de Posse
39484 254	10/11/2020 16:00	<u>Intimação de Pauta</u>	Mandado de Reintegração e/ou Manutenção de Posse
39484 255	24/11/2020 11:35	<u>Certidão de julgamento</u>	Certidão
39484 256	02/12/2020 12:40	<u>Acórdão</u>	Acórdão
39484 257	02/12/2020 12:40	<u>Ementa</u>	Ementa
39484 258	02/12/2020 12:40	<u>Relatório</u>	Relatório
39484 259	02/12/2020 12:40	<u>Voto do Magistrado</u>	Voto
39484 260	11/01/2021 10:08	<u>Expediente</u>	Expediente
39484 261	15/02/2021 14:43	<u>Certidão Trânsito em Julgado</u>	Certidão Trânsito em Julgado
39489 817	22/02/2021 11:09	<u>Ofício</u>	Ofício
39768 192	22/02/2021 19:18	<u>Certidão</u>	Certidão
39768 193	22/02/2021 19:18	recibo de envio de ofícios de honorários periciais BB_22 02 21	Comunicações
39926 299	25/02/2021 14:18	<u>Certidão</u>	Certidão
39928 169	25/02/2021 14:55	<u>Petição</u>	Petição
39928 173	25/02/2021 14:55	2609889_PETICAO_DE_JUNTADA_DE_LIQUIDACA O_Anexo_03	Outros Documentos
39928 176	25/02/2021 14:55	2609889_PETICAO_DE_JUNTADA_DE_LIQUIDACA O_Anexo_02	Outros Documentos

39928 177	25/02/2021 14:55	2609889_PETICAO_DE_JUNTADA_DE_LIQUIDACA O_01	Outros Documentos
39956 431	26/02/2021 09:35	<u>Petição</u>	Petição
39956 436	26/02/2021 09:35	PETIÇÃO - REQUER A EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ TRANSFERÊNCIA	Outros Documentos
40135 190	03/03/2021 08:14	<u>Certidão</u>	Certidão
40194 420	16/03/2021 12:56	<u>Despacho</u>	Despacho

A seguir Petição e documentos.



EXCELENTÍSSIMO JUÍZO DA _____ª VARA REGIONAL DE
MANGABEIRA, DA COMARCA DE JOÃO PESSOA-PB.

**PEDIDO DE GRATUIDADE
JUDICIÁRIA**

NATERCYO ALVES VIANA BASTOS, brasileiro, solteiro, motoboy, CPF/MF nº 081.010.264-10 e RG nº 3422086, residente e domiciliado na Rua Walfredo Macedo Brandão, nº 917, Ap. 203, Jardim Cidade Universitária, João Pessoa-PB, CEP 58052-200, vem através de seu procurador e bastante advogado infraassinado (instrumento procuratório em anexo, DOC. 01), com os devidos e costumeiros respeitos de praxe, à presença de Vossa Excelência, Ingressar com o presente,

**AÇÃO DE COBRANÇA
DE SEGURO DPVAT**

em face da **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.**, CNPJ nº 61.074.175/0082-01, com sede na Av. Presidente Epitácio Pessoa, nº 723, Bairro dos Estados, CEP 58030-000, João Pessoa/PB, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

DO PEDIDO DE BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA

Nos termos do Art. 4º da Lei 1.060/50 e artigo 98 do CPC, o(a) autor(a) declara para os devidos fins, ser pobre conforme a legislação exposta, não tendo como arcar com os pagamentos das despesas processuais sem prejuízo de seu sustento ou de sua família, pelo que requer os benefícios da justiça gratuita, conforme Declaração inserida na Procuração “Ad Judicia”, doc. 01.



I – RESUMO DOS FATOS

O Promovente é vítima de acidente automobilístico ocorrido no dia 18/10/2017, por volta das 19h00 min., quando conduzia a motocicleta de marca HONDA NXR 160 BROZ, cor Preta, ano 2016, Placa OEY-5442/PB, de propriedade do Germano Soares Fernandes, pela Avenida Epitácio Pessoa, nas proximidades do Banco Bradesco, instante que perdeu o controle da direção vindo a colidir com outro veículo não identificado, que em virtude das inúmeras fraturas e lesões, foi socorrido para o Hospital de Emergência e Trauma de João Pessoa, onde foi submetido a procedimento médicos/cirúrgicos, tudo conforme se depreende dos documentos em anexo (docs. 02).

Registre-se, ademais, que em decorrência do referido acidente, o Autor sofreu **FRATURA DE RÁDIO DISTAL E FÊMUR D** (CID S52.5,S72.3), conforme documentos médicos acostados a presente, ora inclusos.

Em virtude do encimado acidente, o Demandante se encontra com sequelas irreversíveis, isto é, com quadro de incapacidade permanente, no membro inferior direito, estando inclusive, até o presente momento, sendo acompanhado por médicos especialistas, o que o torna beneficiário do seguro denominado DPVAT.

É sabido que a Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, assegura o recebimento de indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, a pessoa transportada ou não, **notadamente nos casos de morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.**

Ressalte-se ainda, que foi requerido ADMINISTRATIVAMENTE o pagamento da indenização securitária que o Suplicante faz jus, contudo seu pedido foi negado sob o argumento, em síntese, de que “não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em 18/10/2017”, como podemos observar do documento em anexo. Contudo, Excelência, nenhuma perícia foi realizada administrativamente para chegar a tal conclusão, o que demonstra a negligência da parte Requerida, porquanto, a insurgência desta em pagar o prêmio que o Autor tem direito.

Por tal razão, o Requerente não tem outra alternativa senão busca as portas desta mais Nobre Justiça para receber a indenização securitária devida.

II – DO DIREITO E JURISPRUDÊNCIA



2.1 - Da Legitimidade Ativa Ad Causam

O seguro de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres – **DPVAT**, conhecido popularmente como **SEGURO OBRIGATÓRIO**, tem a finalidade de socorrer as vítimas de acidentes de trânsito em todo território nacional, não importando de quem seja a culpa.

No caso em comento, é direito do suplicante perceber uma indenização por danos pessoais, ante a sua debilidade permanente decorrente de acidente automobilístico.

Vale a pena destacar, que a legitimidade ativa do autor na presente demanda é cristalina. Neste sentido, dúvidas não há, ante a dicção legal do art. 4º da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

“A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento, ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais. Nos demais casos, o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados”. (GRIFO NOSSO)

2.2 - Da Legitimidade Passiva Ad Causam

O art. 7º da Lei 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001). *destaque nosso*



Quanto à legitimidade passiva, mostra-se incontroversa qualquer sombra de dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG, poderá compor o pólo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

III - DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO

Anota o art. 5º da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, vejamos:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. (grifo nosso)

Reforçando a idéia do artigo acima citado, pontifica o art. 7º, *caput*, da Lei nº 6.194/74, ao estabelecer que:

“A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei”. (destaque nosso).

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

Independente, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na Corte do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

“STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.

É inconteste, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.



IV - DO VALOR

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que, a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é regulamentado pela regra constante do artigo 3º da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

“Art. 8º. Os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;

Incontroverso, portanto, que o valor que deverá ser pago a título de indenização é de **R\$ 9.450,00** (nove mil quatrocentos e cinquenta reais) no caso de debilidade permanente suportada em razão de acidente automobilístico.

V - DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Diante de todo o exposto, pugna-se:

a) a citação da promovida, na pessoa de seu representante legal, no endereço acima declinado, para querendo, e no prazo legal, apresentar sua defesa, sob pena de ser decretada a revelia e sua confissão quanto a matéria fática ora debatida;

b) ao final, seja **JULGADA TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe, condenando a seguradora promovida ao pagamento da DIFERENÇA que o promovente tem direito, quantia esta de **R\$ 9.450,00** (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), proveniente da debilidade permanente suportada em virtude de acidente automobilístico, ou ainda, o que argumentamos calçados no Princípio da Eventualidade e devida cautela processual, que seja condenada a requerida ao pagamento do valor a ser apurado após a realização de perícia oficial;

c) Pugna-se pela concessão dos benefícios da gratuidade judiciária, tendo em vista ser a parte autora pobre na forma da lei 1.060/50, e posteriores alterações;

d) **A PARTE AUTORA INFORMA QUE NÃO TEM INTERESSE NA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, CONFORME DICÇÃO DO ARTIGO 319, VII, DO NCPC/2015;**



e) REQUER a condenação da demandada nas custas processuais e honorários advocatícios, estes no percentual de 20% sob o valor da condenação, nos termos do art. 85 do CPC;

f) REQUER, ainda, que o D. Juiz determine ao Instituto de Medicina Legal desta Capital, por meio da expedição de ofício ao seu Diretor Geral, que agende/marque e, conseqüentemente, realize PERÍCIA MÉDICA OFICIAL no(a) autor(a), instante que deverá atestar sua debilidade bem como o seu grau.

Por fim, protesta pela produção de todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente pelo depoimento pessoal do representante legal da seguradora promovida, da promovente, assim como oitiva de testemunhas, juntadas de novos documentos, sem exceção.

REQUER, AINDA, SEJAM TODAS AS NOTIFICAÇÕES E INTIMAÇÕES FEITAS NA PESSOA DO ADVOGADO DR. RODOLFO NÓBREGA DIAS, OAB/PB 14.945, SOB PENA DE FUTURAS E EVENTUAIS NULIDADES PROCESSUAIS.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 9.450,00** (nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

Termos em que, espera **deferimento**.

João Pessoa-PB, 21 de Fevereiro de 2019.

RODOLFO NÓBREGA DIAS
Advogado – OAB/PB 14.945.



Rodolfo Nobrega Advocacia

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE: Natércio Alves Viana Botelho, brasileiro(a), solteiro
CPF/MF nº 083.010.264-10 e RG nº 342.2086, residente e domiciliado na
Rua: Valtercio Macedo Brandão, 917 apt. 308, João Pessoa-PB com CEP: 58050-000 uma denominado outorgante;

OUTORGADOS: nomeia e constitui como seu bastante advogado, para defender seus direitos fundamentais e interesses jurídicos, o **Bel. RODOLFO NÓBREGA DIAS**, brasileiro, vivendo em união estável, advogado regularmente inscrito na OAB/PB sob nº 14.943, e CPF/MF nº 010.214.114-26, e **NAYARA KELY BANDEIRA DE SOUZA**, brasileira, vivendo em união estável, com CPF/MF nº 845.055.753-49, RG nº 99010359051, com escritório profissional à Rua Rodrigues de Aquino, nº 144, salas 101 e 102, Centro, João Pessoa-PB, CEP: 58013-030, recebendo neste endereço todas e quaisquer comunicações dos atos processuais em nome do Outorgante, recebendo neste endereço todas e quaisquer comunicações dos atos processuais em nome do Outorgante.

PODERES: Confere amplos, gerais e ilimitados poderes para o foro em geral, com a cláusula "ad judicium et extra", a fim de que, em conjunto ou separadamente, possa(m) realizar todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, propor quaisquer ações, defender-me no fórum propostas, reconvir, promover quaisquer medidas cautelares, mandado de segurança, recorrer em qualquer instância ou tribunal, arrolar, inquirir, contraditar e recusar testemunhas, produzir provas, arrolar processos, requerer vistas dos mesmos, conciliar com cálculos, custas e contas processuais, podendo ainda, fazer defesas prévias, alegações finais, firmar os documentos necessários, efetuar levantamentos, requerer prontuários e laudos médicos junto a hospitais, avaliações e perícias, bem como arguir suspeição, falsidade e exceção, transigir, fazer acordo, confessar, renunciar, desistir, impugnar, receber toda e qualquer dívida inclusive Alvarás Judiciais e dar quitação, firmar compromissos, assinar termo de compromisso de inventariante, de renúncia, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, repartição pública e órgãos da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual e municipal, autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação competente em que o(s) outorgante(s) seja(m) autor(es) ou reclamante(s) e defendendo-o(s), na condição de reclamada(s) bem como substabelecer a presente com ou sem reserva de poderes se assim lhe convier, dando tudo por bom, firme e valioso.

BASE LEGAL: Art. 133, da Constituição da República, Art. 38, do Código de Processo Civil e Arts. 1º, inciso I, 2º, 5º, 7º e 44, inciso I do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

PRAZO: O presente instrumento tem validade de até dois anos após o trânsito em julgado da presente ação.

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA: O outorgante declarar não ter condições financeiras para arcar com as custas processuais desta ação em detrimento do seu sustento e de minha família, desse modo, requer a gratuidade judiciária com fundamento no artigo 5º, LXXIV, a, da CF e Lei 1.060/50, e alterações posteriores, o que faz sabedor das penas da Lei.

João Pessoa-PB, 01 de novembro de 2018.

Natércio Botelho
OUTORGANTE

Rua Rodrigues de Aquino, 144 - Sala 101 - Centro - João Pessoa-PB

Fone: (83) 3222-7097 | 8899-4749 | 8823-9749 - E-mail: rodolfo@d@tmail.com - Site: www.rodolfonobrega.com.br



REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL MINISTÉRIO DAS CIDADES DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO CATEGORIA NACIONAL DE HABILITACAO		NOME: MATEO ALVES VIANA BASTOS DOC IDENTIFICAD / ORG EMISSOR DE: 3422086 SSP PR CPF: 081.010.264-10 DATA NASCIMENTO: 15/03/1988 FILIAÇÃO: GERMANO VIANA BASTOS LOCINETE ALVES DA SILVA RESIDUO: ACC CALHA: AD 1ª EMISSÃO: 28/04/2006 VALIDADE: 06/07/2020 Nº REGISTRO: 0383033110		1152535964 EM 1000 CATEGORIA NACIONAL	
LOCAL: JOAO PESSOA, PB DATA EMISSÃO: 07/07/2015 23961688058 PB030949629		1152535964		1152535964	



Lucinete Alves da Silva
CPF: 0800 083 0196

energisa

Conta referente a: 14/01/2019
Apresentação: 12/02/2019
UC (Unidade Consumidora): 5/211082-3

Abastecimento em Energia Energisa
Código de Acesso: 0000210027
Código de Acesso: 0000210027

Valor da Unidade Consumidora: R\$ 108,12
VENCIMENTO: 21/01/2019
TOTAL A PAGAR: R\$ 108,12

Indicadores de Qualidade:
Energia entregue: 99,99%
Tempo de entrega: 100%

Informações de Contas:
Data de vencimento: 21/01/2019
Valor da unidade consumidora: R\$ 108,12

Assinatura eletrônica: RODOLFO NOBREGA DIAS - 21/02/2019 13:42:07





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA

LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE Natercio Viana Alves Bastos
DATA DE NASCIMENTO 15/03/88
NOME DA MÃE Lucinete Alves da Silva

DADOS EXTRAÍDOS

PRONTUÁRIO N.º 66616
BOLETIM DE ENTRADA N.º 1035202
DATA DO ATENDIMENTO 18/10/17
HORA DO ATENDIMENTO 19:03
MOTIVO DO ATENDIMENTO Acidente de moto
DIAGNÓSTICO (S) Fratura de rádio distal D e fêmur D.
CID 10 S52.5 S72.3

AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste Serviço, vítima de acidente de moto, apresentando fratura fechada dd fêmur direito, deformidade em punho direito, glasgow 15. Avaliado pela Traumatologia e internado para tratamento cirúrgico.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

Rx coxa D, punho D
USG(fast)

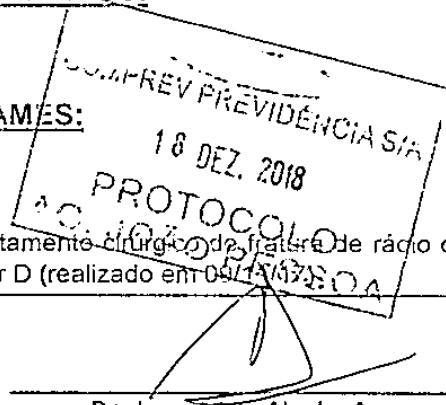
RESULTADOS DOS EXAMES:

RX: fratura de rádio distal D, fratura de fêmur D

TRATAMENTO:

Tração esquelética transtibial direita (realizado em 18/10/17). Tratamento cirúrgico de fratura de rádio distal D (realizado em 06/11/17). Tratamento cirúrgico de fratura de fêmur D (realizado em 06/11/17).

ALTA HOSPITALAR: 11/11/17
DATA DA EMISSÃO: 26/06/18



Dr. Juan Jaime Alcoba Arce
CRM: 3323/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO



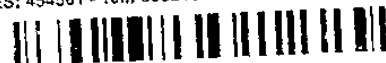
21/11/2017

Cruz Vermelha Brasileira

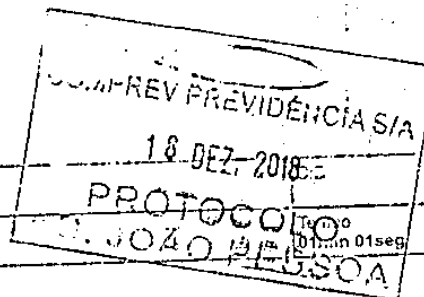
Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto LucenaGOVERNO
DA PARAIBA

AV. ORESTES LISBOA, S/N - CONJ. PEDRO GONDIM JOAO PESSOA - CNES: 454561 - Tel.: 8332165736

Boletim de Atendimento: 1035202

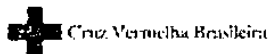


Identificação do paciente			
ID	Nome	Sexo	
501030	NATERCYO ALVES VIANA BASTOS	Masculino	
Data de nascimento	Idade	Estado civil	Religião
15/03/1988	29 anos 8 meses 6 dias	SOLTEIRO(A)	CATOLICA
Mãe	Pai	Prontuário	
LUCINETE ALVES DA SILVA	GERMANO VIANA BASTOS	66616	
Formação	Responsável (Parentesco)		
MEDIO COMPLETO	EDUARDO CONRADO RAMOS - ACOMPANHANTE		
DDD Móvel	Fone Móvel	DDD Fixo	Fone Fixo
83	988365342	83	988609316
Nº documento	Número documento	Nº Cns	
CPF	08101026410	206933564610005	
Local de procedência		Tipo	UF
TAMBAUZINHO		BAIRRO	PB
Email	Naturalidade	CBO/R	
	JOAO PESSOA		
Endereço			
CEP	Município da residência	UF	Logradouro
58052200	JOAO PESSOA	PB	RUA WALFREDO MACEDO BRANDÃO
Número	Complemento	Barro	
417		JARDIM CIDADE UNIVERSITÁRIA	
Admissão			
Data e Hora	Número da pulseira	Convênio	
18/10/2017 19:03:57	1000005165109	SUS	
Especialidade	Clinica		
CIRURGIA GERAL			
Classificação de risco		Origem do paciente	
		RUA	
Local de atendimento	Motivo do atendimento	Detalhe do acidente	
	ACIDENTE DE MOTOCICLETA	VEICULO X MOTO	
Indicadores e Transporte			
Caso policial	Plano de saúde	Veio de ambulância	Trauma
Não	Não	Não	Não
Meio de transporte	Quem transportou		
SAMU			
Sinais Vitais			
PA	Pulso	Temperatura	
X	mmHg		
Exames complementares			
Raio X []	Sangue []	Urina []	TC []
			Liquor []
			ECG []
			Ultrasonografia []
Dados clínicos			
Diagnóstico			
Atendido por			
MICHEL CARVALHO BORGES			



Imprimir





Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena



GOVERNO
DA PARAÍBA

AV. ORESTES LISBOA, s/n - PEDRO GONDIM - CNES: 123312 - Tel.: 8332165700

Boletim de Atendimento: 1035202



Identificação do paciente

ID 501030	Nome NATERCYO ALVES VIANA BASTOS	Sexo Masculino
Data de nascimento 15/03/1988	Idade 29 anos 7 meses 3 dias	Estado civil SOLTEIRO(A)
Religião CATOLICA	Prontuário 66616	
Mãe LUCINETE ALVES DA SILVA	Pai GERMANO VIANA BASTOS	
Escolaridade MEDIO COMPLETO	Responsável (Parentesco) O MESMO - O MESMO(A)	
DDD Móvel 83	Fone Móvel 988366342	DDD Fixo 83
Fone Fixo 988609316		
Tipo documento CPF	Número documento 08101026410	Nº Cns 206933584610005
Local de procedência TAMBAUZNHO	Tipo BAIRRO	UF PB
Email	Naturalidade JOÃO PESSOA	CBO/R
Endereço		
CEP 58052200	Município de residência JOAO PESSOA	UF PB
Logradouro RUA WALFREDO MACEDO BRANDÃO		
Número 417	Complemento	Bairro JARDIM CIDADE UNVERSITÁRIA
Admissão		
Data e Hora 18/10/2017 19:03:57	Número da pulseira 1000005165109	Convênio SUS
Especialidade CIRURGIA GERAL	Clinica	
Classificação de risco	Origem do paciente RUA	
Caráter de atendimento	Motivo do atendimento ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Detalhe do acidente VEICULO X MOTO
Indicadores e Transporte		
Caso policial Não	Plano de saúde Não	Veio de ambulância Não
Trauma Não		
Meio de transporte SAMU	Quem transportou	
Sinais Vitais		
PA X	mmHg	Pulso
Temperatura		
Exames complementares		
Raio X []	Sangue []	Urina []
TC []	Liquor []	ECG []
Ultrasonografia []		
Dados clínicos		
<p>Paciente vítima de acidente de moto MSD e MID</p> <p>Thales Viana S. M. Amorim Enfermeiro COREN-PB 137214</p>		
Diagnóstico		
Atendido por MICHEL CARVALHO BORGES		

PROTÓCOLO
18 DEZ 2018
JOÃO PESSOA
09/11
USJ
PBD
Tempo
01seg

Imprimir
18/10/2017
Sera
gust

18/10/2017 19:01





RUIZ VERMELHA
DENTILURIA

REGISTRO DE UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS
ÓRTESES PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS - OPME

Número:

Prontuário: 4035202

Paciente:

Valtneyo Alves (João) Bentes

Procedimento:

120 e cir. fratura elíptica de femur (D) e 170 e cir. Retorno da ponta de metacarpo

SUS: (X) Não SUS ()

et de 12 e de (placa e parafusos de femur (D))

Médico:

Dr. Arnaldo Alencar; Bruno Torres; Dr. ...

Data:

Data: 09/11/17

DISPENSACÃO CMIE

FORNECEDOR	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	CÓDIGO SUS	MARCA
Pharmax	Cex 4,5 Bloqueado	03		
	Placa Bloqueada 4,5 x 14 cm	03		
	Parafusos de bloqueio n° 36/1	08		
	3813-40/2-42/3-44/1	03		
	Parafusos de bloqueio n° 36/2			

DISPENSACÃO - FARMÁCIA

FORNECEDOR	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	CÓDIGO SUS	MARCA
B. Braun	et Bloqueio A 100	01		

Arao S. de Alencar
CPF: 000.000.000-00

ASSINATURA FARMÁCIA

Assinatura - 478.693.93

ASSINATURA ENFERMAGEM - COREN

ASSINATURA CIENTISTA RESPONSÁVEL

F(NG).APC.013-2

Anexo II

SUS Sistema Único de Saúde

Ministério da Saúde

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇA DE PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)

Folha 1/2

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE: ATOP

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE: ATOP

2 - CHES

4 - CHES

Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE: Natencio Alves Viana Bastos

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS):

8 - DATA DE NASCIMENTO: 1/1

10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL:

12 - ENDEREÇO (RUA/Nº BAIRRO):

13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA:

5 - Nº DO PRONTUÁRIO: 1035202

9 - SEXO: Masc. ☒ 1 Fem. ☒ 3

11 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE:

14 - Cód. IBGE - MUNICÍPIO 15 - UF 16 - CEP

17 - NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH):

MUDANÇA DE PROCEDIMENTO

18 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO: ANTERIOR

20 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO: MUDANÇA

22 - DIAGNÓSTICO INICIAL

23 - CID 10 PRINCIPAL

24 - CID 10 SECUNDÁRIO

25 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

19 - Cód. DO PROCEDIMENTO - ANTERIOR

21 - Cód. DO PROCEDIMENTO - MUDANÇA

SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)

26 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL

28 - SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA DE UTI E/OU DIÁRIA DE ACOMPANHANTE

☐ DIÁRIA DE ACOMPANHANTE ☐ DIÁRIA DE UTI TIPO I ☐ DIÁRIA DE UTI TIPO II ☐ DIÁRIA DE UTI TIPO III

29 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

32 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

35 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

27 - Cód. DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL

30 - Cód. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL 31 - QDE

33 - Cód. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL 34 - QDE

36 - Cód. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL 37 - QDE

38 - JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

ca 4,5 Bloqueado

Pare bloqueado 4,5 14 mm (ca)

Tanapuzes de Bloqueio n° 36/13 - 38/13

40/2 - 42/2 - 44/1

Tanapuzes contínuos n° 36/2 -

Agulha de Bloqueio 1300 (ca)

39 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

41 - DOCUMENTO

42 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

43 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

44 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

47 - DOCUMENTO

48 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

49 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

40 - DATA DA SOLICITAÇÃO: 09/11/17

45 - Cód. ÓRGÃO EMISSOR

46 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

PROTOCOLADO

18/11/2018

AUTORIZAÇÃO

PROF. DR. ROBERTO DE SOUZA





RELATÓRIO DE CIRURGIA

HEETSHL

Nome: RODOLFO NOBREGA DIAS BE/Prontuário: 09/141/12
Idade: 30 Sexo: () Masculino () Feminino Cor: BRANCO Data: 09/141/12
Clínica/Setor: ORTOPEDIA EMP: LR:
Cirurgia: TRETAMENTO CIRURGICO DE FRACTURA DE TROCANTE MAIOR
Cirurgião: DR. PEDRO ROMÃO LANTAS 1º Assistente: DR. BRUNO
2º Assistente: DR. VITOR 3º Assistente: DR. PEDRO PESSOA
Instrumentador: Anestesista:
Tipo de Anestesia: Horário: Início Término

Diagnóstico Pós-Operatório	CID
<u>Q.62.00 Fractura de Troc. Maior</u>	

Procedimentos Cirúrgicos	Código
<u>Q.62.00 Fractura de Troc. Maior</u>	

Acidente durante Ato Cirúrgico: () Sim () Não Descrição:

Biopsia de Congelação: () Sim () Não

Encaminhamento do Paciente Após Ato Cirúrgico:

() Enfermaria () Terapia Intensa () Residência () Óbito durante Ato Cirúrgico

Médico/GRM: DR. PEDRO ROMÃO LANTAS

GRM: 9799

Médico/GRM:

COMPREV PREVIDENCIA S/A
18 DEZ. 2018
PROTOCOLADO
JOÃO PESSOA

João Pessoa, 18/12



RELATÓRIO DE CIRURGIA



DESCRIÇÃO DA CIRURGIA	
Posição e Preparo:	- Paciente em DDH 90°. - externo - - Asepsia + Antiseptia - - Aplicação de compressão compressão
Incisão:	- Incisão Longitudinal lateral na coxa (D)
Achados:	- Fratura Diáfise de Fêmur (D)
Conduta:	- Hemostase e Santerias. - Direção do Foco de Fratura. - Visualização direta do Foco de Fratura. - Retirada de placa DSR 4,5 a 10 Puntos. - e de 2 Parafusos Corticais. - Redução da fratura 90° e visualização direta. - Fixação da placa bloqueada a atornalhos de 14 Puntos. - Hemostase.
Fechamento:	- Fecho com pontos - Santerias laterais - Placa - x central
Observação:	

REV PREVIDENCIA S/A
18 DEZ. 2018
PROTOCOLO
JO PESSOA

Dr. Romão Dantas
Médico
R93799

João Pessoa, 09/11/17

Médico/CRM:

F(NG).ASCIR.009-1



Nota de Sala Cirúrgica

Nome do Paciente: Natércio Alves Viana Bastos

Idade: 74 BE: 10/10/2012 ENFERMARIA: 04 LEITO: 01

CIRURGIÃO: Dr. Cir. Figueira - dis. f. de femur (D) + troc. de f. de femur

CIRURGIÃO: Dr. Ananias - dis. f. de femur; Dr. Bruno - f. de femur

ANESTESIA: Ragna Bloqueio

ANESTESISTA: Dr. C. Almeida Pontes

INSTRUMENTADOR: Rodrigo (ontolite)

DATA: 04/11/18 TEMPO CIRÚRGICO: 15:00 FIM: 18:30

ÍNDICE DE RISCO DE CIRÚRGIA - ASA (AMERICAN SOCIETY OF ANESTHESIOLOGIST)

ASA 1 () ASA 2 () ASA 3 () ASA 4 ()

GRAU DE CONTAMINAÇÃO: () LIMPA () CONTAMINADA () INFECTADA () POTENCIALMENTE CONTAMINADA

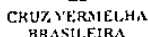
MEDICAÇÕES ANESTÉSICAS	QTD.	MATERIAIS CONT.	QTD.	FIOS	QTD.
ALFENTANILA		JELCO Nº18		FIOS CAT GUT CROMADO Nº	
RUPIVACAÍNA ISOBÁRICA	1 55097	JELCO Nº20		FIOS CAT GUT CROMADO Nº	
RUPIVACAÍNA PESADA		JELCO Nº22		FIOS DE AÇO Nº	
CETAMINA	1 55097	JELCO Nº24		FIOS DE AÇO Nº	
DROPERIDOL		KIT SIST. DREN. TORÁXICA Nº		FIOS DE NYLON Nº	2,0 01/1
ETOMIDATO		SOLUÇÕES	QTD.	FIOS DE NYLON Nº	3,0 01/1
FENOBARBITAL		ÁLCOOL ETÍLICO 70%	01	FIOS DE NYLON Nº	
FENTANILA	1	PVP DEGERMANTE	01	FIOS POLIGLACTINA Nº	
FLUMAZENIL		PVP TINTURA	01	FIOS POLIGLACTINA Nº	
ISOFLURANO		PVP TÓPICO		FIOS POLIGLACTINA Nº	
LEVOBUPIVACAÍNA C/ VASO		SABÃO ANTISÉPTICO		FIOS POLIPROPILENO Nº	
LEVOBUPIVACAÍNA S/ VASO		MATERIAIS	QTD.	FIOS POLIPROPILENO Nº	
LIDOCAÍNA C/ VASO		AGULHA 13X4,5		FIOS POLIPROPILENO Nº	
LIDOCAÍNA S/ VASO		AGULHA 25X07	01	FIOS POLIGLACTINA Nº	
MIDAZOLAM	1	AGULHA 25X08	01	FIOS SEDA Nº	
MORFINA	1	AGULHA 40X12		FITA CARDÍACA	
NIMBÍUM		AGULHA PERIDURAL Nº16		MATERIAL ESPECIAL	QTD.
PANCURÔNIO		AGULHA PERIDURAL Nº17		CATETER DE PIC	
PETIDINA		AGULHA PERIDURAL Nº18		CIMENTO CIRÚRGICO	
PROPOFOL		AGULHA RAQUIN Nº25G		CLIP TITÂNIO LIGADURA	
RAMIFENTANILA		AGULHA RAQUIN Nº26G		FIOS DE KIRSCHNER Nº	
ROCURÔNIO		AGULHA RAQUIN Nº27G		FIOS DE KIRSCHNER Nº	
SEVOFLURANO		ALGODÃO ORTOPÉDICO		FIOS STEINMAN Nº	
SUXAMETÔNIO		ATADURA DE CREPOM	01	FIOS STEINMAN Nº	
TIOPENTAL		ATADURA GESSADA		GRAMPEADOR CIRÚRGICO	
MEDICAÇÕES	QTD.	BOLSA P/ COLOSTOMIA		HEMOST. ABSORVÍVEL	
ADRENALINA		CÂNULA P/ TRAQUEOSTOMIA Nº		KIT. DERIVA. VENTRICULAR	
ÁGUA DESTILADA	01	CATETER DE OXIGÊNIO	1	PRÓTESE VASCULAR	
ATROPINA		CATETER EMBOLEC. ARTERIAL Nº		KIT. PAM	
BEXTRA		CATETER EPIDURAL Nº16		FIXADOR EXTERNO	
CEFAZOLINA	L	CATETER EPIDURAL Nº17		EMPRESA	
DEXAMETASONA	1	CATETER EPIDURAL Nº18		PARAFUSOS CERVICAIS	
DIPIRONA SÓDICA	L	CERA PARA OSSO		PARAFUSOS CERVICAIS	
EFEDRINA		COLET. URINA FECHADO		PARAFUSOS CERVICAIS	
FUROSEMIDA		COMPRESSAS CIRÚRGICAS	01	PARAFUSOS CERVICAIS	
GLICOSE 50%		COMPRESSAS CIRÚRGICAS	01	PARAFUSOS CERVICAIS	
GLUCONATO DE CÁLCIO		DRENQ DE PENROSE		PARAFUSOS CERVICAIS	
HIIDROCORTISONA		DRENQ DE SUÇÃO		PARAFUSOS CERVICAIS	
LIDOCAÍNA GELÉIA		ELETRODOS	01	PARAFUSOS CERVICAIS	
ONDASENTRONA	1	EQUIPO MACROGOTAS		PARAFUSOS CERVICAIS	
PLASIL		EQUIPO TRANSF. SANGUE		PARAFUSOS CERVICAIS	
PROSTIGMINE		EQUIPO MICROGOTAS		PARAFUSOS CERVICAIS	
PROTAMINA		ESPONJA DE PVP		PARAFUSOS CERVICAIS	
TENOXICAN		ESPARADRAPO		PARAFUSOS CERVICAIS	
Clonidine		GAZES		PARAFUSOS CERVICAIS	
		GAZES ALGODOADAS		PARAFUSOS CERVICAIS	
		GEL ELETROLÍTICO		PARAFUSOS CERVICAIS	
		JELCO Nº14		PARAFUSOS CERVICAIS	
		JELCO Nº16		PARAFUSOS CERVICAIS	

PROTÓCOLO

18 DEZ. 2018

42/2 - 44/1

Parafusos Cervicais 15 36/2



8

HEETSIN.

DATA: 09/14/17

PRONTUÁRIO:

[illegible]



REGISTRO DE UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS
ORTÊSE PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS - OPME

CRUZ VERMELHA
BRASILEIRA

Número: 1035202
Paciente: Naterego Alves Viana-Santos
Procedimento: Incl. en-fat. radio distal em MSD
SUS: ☒ Não SUS ()
Médico: _____

Prontuário: 1035202
Data: 06/11/17
Caixa Pronta: ff

DISPENSACÃO-CMF

FORNECEDOR	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	CÓDIGO SUS	MARCA
3,5 TM	Placa em "T" com 4x4	01		
	Parafusos espongiosos n. 20	01		
	Parafusos espongiosos n. 26	01		
	Parafusos corticeis n. 16	01		
	Parafusos corticeis n. 22	01		

PROTÓTIPO PREVIDENC
8 DEZ. 2018
PROTÓTIPO
1000 PESSOA
FORNECEDOR

DISPENSACÃO - FARMÁCIA

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	CÓDIGO SUS	MARCA
Agulha A-100	01		

ASSINATURA DO MÉDICO: [Assinatura]
ASSINATURA ENFERMAGEM - COREN: [Assinatura]
ASSINATURA CIRCULANTE RESPONSÁVEL: [Assinatura]

Letícia da Silva Ferreira
Enfermeira
COREN-PE 010192

F(NG)/APC.013-2

SUS Sistema Único de Saúde		Ministério da Saúde		LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇA DE PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)		Folha 1/2	
Identificação do Estabelecimento de Saúde						2 - CNES	
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE						4 - CNES	
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE							
Identificação do Paciente						6 - N° DO PRONTUÁRIO	
5 - NOME DO PACIENTE						1035202	
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)						8 - DATA DE NASCIMENTO	
10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL						9 - SEXO	
12 - ENDEREÇO (RUA, N°, BAIRRO)						11 - TELEFONE DE CONTATO	
13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA						14 - Cód. IBGE - MUNICÍPIO	
15 - UF						16 - CEP	
17 - NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH)							
MUDANÇA DE PROCEDIMENTO							
18 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - ANTERIOR						19 - Cód. DO PROCEDIMENTO - ANTERIOR	
20 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA						21 - Cód. DO PROCEDIMENTO - MUDANÇA	
22 - DIAGNÓSTICO INICIAL						23 - CID 10 PRINCIPAL	
						24 - CID 10 SECUNDÁRIO	
						25 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS	
SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)							
26 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL						27 - Cód. DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL	
28 - SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA DE UTI E/OU DIÁRIA DE ACOMPANHANTE							
<input type="checkbox"/> DIÁRIA DE ACOMPANHANTE						<input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO I	
						<input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO II	
						<input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO III	
29 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL						30 - Cód. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
32 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL						31 - QTOE	
35 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL						33 - Cód. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
						34 - QTOE	
						36 - Cód. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
						37 - QTOE	
38 - JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO							
<p>01 placa em "T" 4x4 01 parafuso esparafuso n. 20 01 parafuso esparafuso n. 26 01 parafuso esparafuso n. 16 01 parafuso esparafuso n. 22</p> <p style="text-align: right;">CX 3.5 TM</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; float: right;"> COMPREV PREVIAT/OP/TA 01 agulha 18 DEZ. 2018 PROTOCOLO </div>							
39 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE						40 - DATA DA SOLICITAÇÃO	
41 - DOCUMENTO						42 - N° DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE	
43 - ASSINATURA E CARIMBO (N° DO REGISTRO DO CONSELHO)							
44 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR						45 - Cód. ÓRGÃO EMISSOR	
47 - DOCUMENTO						46 - DATA DA AUTORIZAÇÃO	
48 - N° DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE						49 - ASSINATURA E CARIMBO (N° DO REGISTRO DO CONSELHO)	

RELATORIO DE CIRURGIA

Nome: Matheus Alves Viana Bastos BE/Prontuário: 1035202
 Idade: 29 Sexo: ☒ Masculino () Feminino Cor: _____ Data: 06/11/17
 Clínica/Setor: Ortopedia EMP: _____ LR: _____
 Cirurgia: Tratamento cirúrgico de fratura de rádio distal
 Cirurgião: Dr. Steffen 1º Assistente: Dr. Gustavo
 2º Assistente: Dr. Anderson 3º Assistente: Dr. Milton
 Instrumentador: _____ Anestesista: Dr. Camila
 Tipo de Anestesia: Bloqueio Horário: Início _____ Término _____

Diagnóstico Pós-Operatório	CID
<u>Fratura de rádio distal</u>	

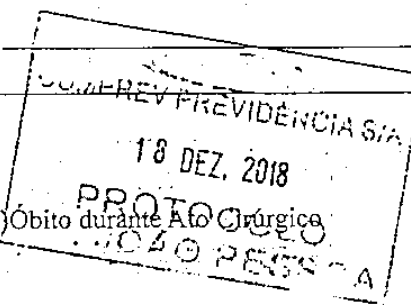
Procedimentos Cirúrgicos	Código
<u>Tratamento cirúrgico de fratura de rádio distal</u>	

Acidente durante Ato Cirúrgico: () Sim ☒ Não. Descrição: _____

Biopsia de Congelamento: () Sim ☒ Não

Encaminhamento do Paciente Após Ato Cirúrgico: _____

☒ Enfermaria () Terapia Intensa () Residência () Óbito durante Ato Cirúrgico



João Pessoa. 06/11/17

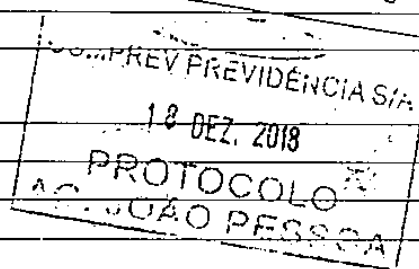
Médico/CRM: _____



RELATÓRIO DE CIRURGIA



DESCRIÇÃO DA CIRURGIA
Posição e Preparo: Paciente em DDU sob anestesia Assepsia e antiseptia Colocação de campos cirúrgicos Posicionamento do garoto em ASD
Incisão: Via de acesso volar ao punho Dissecação e dissecação por planos
Achados: Fratura de rádio distal direito em processo de consolidação (~ 20 dias de fratura) + com inclinação
Conduta: Redução direta da fratura com auxílio de escopo Fixação e estabilização da fratura com placa em T (3x13 furos) + 2 parafusos corticais + 2 parafusos esponjosos Limpeza com SF
Fechamento: Sutura por planos Retirada do garoto (~ 1h30 de cirurgia) Curativos estéreis Ps de controle
Observação:



Dr. Pedro Henrique Freitas
Médico Residente
Ortopedia e Traumatologia
CRM: 10575

João Pessoa, 06/11/18

Médico/CRM:

[Assinatura]

F(NG).ASCIR.009-1





FICHA DE ANESTESIA

DATA: 06/11/17

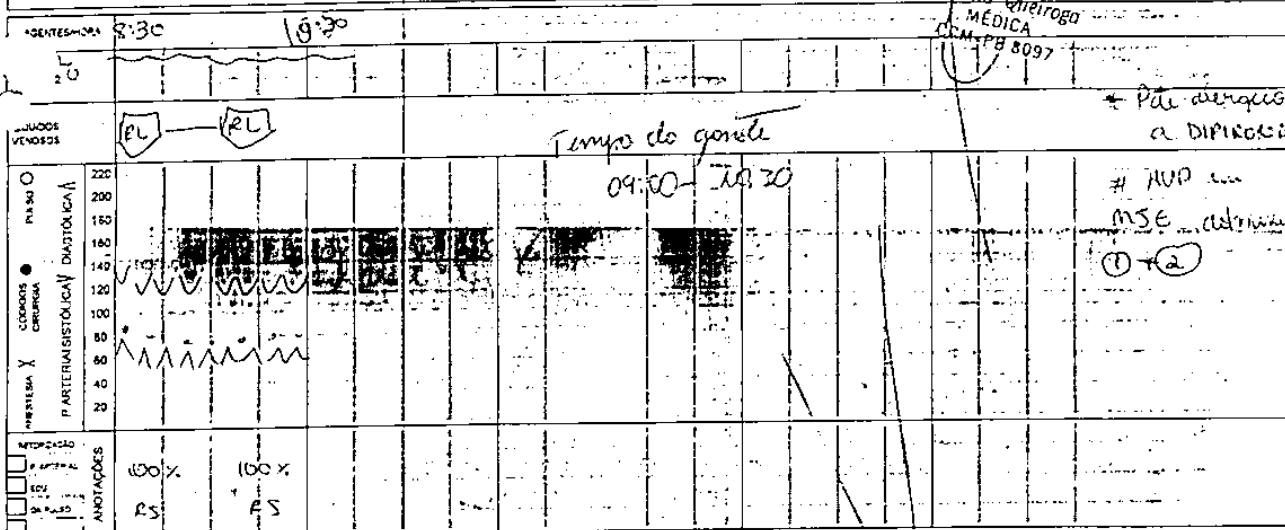
PRONTUÁRIO: 1033202

PACIENTE: Natércio Alves da Silva Bato

SEXO: M COR:

IDADE: 29

PRESSÃO ARTERIAL	PULSO 85	RESPIRAÇÃO	TEMPERATURA	PESO	GRUPO SANGÜÍNEO		
ESTADO GERAL	(X) BOM () REGULAR () MAU () PÉSSIMO	RISCO CIRÚRGICO	(X) BOM () REGULAR () MAU () PÉSSIMO				
EXAMES COMPLEMENTARES	NO PRONTUÁRIO, CHECAR						
AP. RESPIRATÓRIO	curva	AP. CIRCULATÓRIO	ESTÁVEL				
AP. DIGESTIVO	sem	ESTADO MENTAL	L.O.T.C.	DROGAS EM USO			
PRÉ-ANESTÉSICO				ESTADO FÍSICO (ASA)			
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO	FRATURA DE PUNHO DIREITO (Pósteri. distal)						
CIRURGIA REALIZADA	Tto. CIRÚRGICO DE FRATURA DE PUNHO DIREITO (Pósteri. distal)						
CIRURGIÃO	Dr. Fagundes	AUXILIARES					
INÍCIO DA ANESTESIA	8:30	TÉRMINO DA ANESTESIA	10:50	DURAÇÃO DA ANESTESIA 1:40 min.			
CÓDIGO DO PROCEDIMENTO		QUANT. DE CH.		VALORES RS			
ANESTESISTA	Dr. Camila	CPF		CRM-PB			



ANESTESIA GERAL ☐ RAQUIDIANA ☐ EPIDURAL ☐ BLOC PLEXO ☐ BLOC NERVOS ☐ OUTROS ☐

Paciente em DDA, mantido em DDA, com cateter nasal, duto aórtico e cateter venoso central.

MEDICAMENTOS E MATERIAIS USADOS NO ATO ANESTÉSICO

1	MIDAZOLAM 4mg	11
2	FENTANYL 100mcg	12
3	PROPOFOL 100mg	13
4	LIDOCAÍNA 50mg	14
5	AGULHA 22G x 1.5"	15
6	SONDA 22G x 1.5"	16
7	CEFAZOLINA 2g	17
8	AMINOGLICÓSIDO 100mg	18
9	AMINOGLICÓSIDO 100mg	19
10	AMINOGLICÓSIDO 100mg	20

DESTINO DO PACIENTE:

☐ APT ☐ ENFERMARIA ☐ UTI ☐ RESIDÊNCIA ☐ OUTROS

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

Tratamento de pleiteia lateral por via intravenosa, via aórtica com agulha de bloqueio A100 + neuromodulador, injeção de (3) + (4) + (5) sem intercorrências.

ASSINATURA DO ANESTESISTA

F. (N3) ASCR 028-1



Nota de Sala Cirúrgica

NOME DO PACIENTE: Natereyo Alves Viana Santos		LEITO: 1035202	
IDADE: 29 A	PRONTUÁRIO:	ENFERMARIA:	LEITO:
CIRURGIA: Int. sup. de Int. nódulo distal (MSD)			
CIRURGIÃO: Dr. Steffuss			
ANESTESIA: bloqu岸 de plexo			
ANESTESISTA: Dr. João + Bruna			
INSTRUMENTADOR:			
DATA: 06/11/17	TEMPO CIRÚRGICO: 08:30	CIRURGIA INÍCIO: 10:00	
ÍNDICE DE RISCO DE CIRURGIA - ASA (AMERICAN SOCIETY OF ANESTHESIOLOGISTS)			
ASA 1 () ASA 2 () ASA 3 () ASA 4 () ASA 5 ()			
GRAU DE CONTAMINAÇÃO () LIMPA () CONTAMINADA () INFECTADA () POTENCIALMENTE CONTAMINADA			
MEDICAÇÕES ANESTÉSICAS		QTD.	FIOS
ALFENTANILA			FIOS CAT GUT CROMADO N°
BUPIVACAÍNA ISOBÁRICA			FIOS CAT GUT CROMADO N°
BUPIVACAÍNA PESADA			FIOS DE AÇO N°
CETAMINA			FIOS DE AÇO N°
DROPERIDOL			FIOS DE NYLON N° 30
ETOMIDATO			FIOS DE NYLON N°
FENOBARBITAL			FIOS DE NYLON N°
FENTANILA			FIOS POLIGLACTINA N° 20
FLUMAZENIL			FIOS POLIGLACTINA N°
ISÓFLURANO			FIOS POLIGLACTINA N°
LEVOBUPIVAÍNA C/VASO			FIOS POLIPROPILENO N°
LEVOBUPIVAÍNA S/VASO			FIOS POLIPROPILENO N°
LIDOCAÍNA C/VASO			FIOS POLIGLACTINA N°
LIDOCAÍNA S/VASO			FIOS POLIPROPILENO N°
MIDAZOLAM			FIOS POLIPROPILENO N°
MORFINA			FIOS POLIPROPILENO N°
NIMBÍUM			FIOS POLIPROPILENO N°
PANCURÔNIO			FIOS POLIPROPILENO N°
PETIDINA			FIOS POLIPROPILENO N°
PROPÓFOL			FIOS POLIPROPILENO N°
RAMIFENTANILA			FIOS POLIPROPILENO N°
ROCURÔNIO			FIOS POLIPROPILENO N°
SEVOFLURANO			FIOS POLIPROPILENO N°
SUXAMETÔNIO			FIOS POLIPROPILENO N°
TIOPENTAL			FIOS POLIPROPILENO N°
MEDICAÇÕES		QTD.	FIOS
ADRENALINA			FIOS POLIPROPILENO N°
ÁGUA DESTILADA			FIOS POLIPROPILENO N°
ATROPINA			FIOS POLIPROPILENO N°
BEXTRA			FIOS POLIPROPILENO N°
CEFZOLINA			FIOS POLIPROPILENO N°
DEXAMETASONA			FIOS POLIPROPILENO N°
DIPIRONA SÓDICA			FIOS POLIPROPILENO N°
EPEDRINA			FIOS POLIPROPILENO N°
FUROSEMIDA			FIOS POLIPROPILENO N°
GLICOSE 50%			FIOS POLIPROPILENO N°
GLUCONATO DE CÁLCIO			FIOS POLIPROPILENO N°
HIIDROCORTISONA			FIOS POLIPROPILENO N°
LIDOCAÍNA GELÉIA			FIOS POLIPROPILENO N°
ONDASENTRONA			FIOS POLIPROPILENO N°
PLASIL			FIOS POLIPROPILENO N°
PROSTIGMINE			FIOS POLIPROPILENO N°
PROXETINA			FIOS POLIPROPILENO N°
TENOXICAN			FIOS POLIPROPILENO N°
MATERIAIS CONT.		QTD.	FIOS
JELCO N°18			FIOS POLIPROPILENO N°
JELCO N°20			FIOS POLIPROPILENO N°
JELCO N°22			FIOS POLIPROPILENO N°
JELCO N°24			FIOS POLIPROPILENO N°
KIT SIST. DREN. TORÁXICA N°			FIOS POLIPROPILENO N°
LÂMINA BISTURI N°11			FIOS POLIPROPILENO N°
LÂMINA BISTURI N°15			FIOS POLIPROPILENO N°
LÂMINA BISTURI N°23			FIOS POLIPROPILENO N°
LÂMINA BISTURI N°24			FIOS POLIPROPILENO N°
LÂMINA DE DERMATOMO			FIOS POLIPROPILENO N°
LÂMINA DE ENXERTO			FIOS POLIPROPILENO N°
LUVA DE PROCEDIMENTO PAR.			FIOS POLIPROPILENO N°
LUVA ESTÉRIL N°7,0			FIOS POLIPROPILENO N°
LUVA ESTÉRIL N°7,5			FIOS POLIPROPILENO N°
LUVA ESTÉRIL N°8,0			FIOS POLIPROPILENO N°
LUVA ESTÉRIL N°8,5			FIOS POLIPROPILENO N°
MÁSCARA CIRÚRGICA			FIOS POLIPROPILENO N°
MULTIUS GORROS			FIOS POLIPROPILENO N°
PERFURADOR DE SORO			FIOS POLIPROPILENO N°
SCALP N°14			FIOS POLIPROPILENO N°
SCALP N°21			FIOS POLIPROPILENO N°
SERINGA 3ML			FIOS POLIPROPILENO N°
SERINGA 5ML			FIOS POLIPROPILENO N°
SERINGA 10ML			FIOS POLIPROPILENO N°
SERINGA 20ML			FIOS POLIPROPILENO N°
SONDA ASP. TRAQUEAL N°8			FIOS POLIPROPILENO N°
SONDA ASP. TRAQUEAL N°10			FIOS POLIPROPILENO N°
SONDA ASP. TRAQUEAL N°12			FIOS POLIPROPILENO N°
SONDA ASP. TRAQUEAL N°14			FIOS POLIPROPILENO N°
SONDA ASP. TRAQUEAL N°16			FIOS POLIPROPILENO N°
SONDA FOLEY 2VIAS N°12			FIOS POLIPROPILENO N°
SONDA FOLEY 2VIAS N°14			FIOS POLIPROPILENO N°
SONDA NASOG. CURTA			FIOS POLIPROPILENO N°
SONDA NASOG. LONGA			FIOS POLIPROPILENO N°
SONDA URETRAL N°			FIOS POLIPROPILENO N°
TORNEIRINHA			FIOS POLIPROPILENO N°
TUBO ENDOTRAQUEAL N°			FIOS POLIPROPILENO N°
TUBO ENDOTRAQUEAL N°			FIOS POLIPROPILENO N°
TUBO ENDOTRAQUEAL N°			FIOS POLIPROPILENO N°
TUBO SILICONE (LATEX)			FIOS POLIPROPILENO N°
EQUIPAMENTOS		QTD.	FIOS
() ASPIRADOR			FIOS POLIPROPILENO N°
() BISTURI ELÉTRICO			FIOS POLIPROPILENO N°
() CAPNÓGRAFO			FIOS POLIPROPILENO N°
() CARDIOVIGILANTE			FIOS POLIPROPILENO N°
() DESMIDRIADOR			FIOS POLIPROPILENO N°
() FOCO AUXILIAR			FIOS POLIPROPILENO N°
() FOCO CENTRAL			FIOS POLIPROPILENO N°
() MICROSCÓPIO			FIOS POLIPROPILENO N°
() OXÍMETRO DE PULSO			FIOS POLIPROPILENO N°
() PNEUMÓMETRO INVASIVO			FIOS POLIPROPILENO N°
() PERFURADOR ELÉTRICO			FIOS POLIPROPILENO N°
() SERRA			FIOS POLIPROPILENO N°

Leusli de C. Almeida
Téc. Enfermagem
COREN-PA 101052

FINGLASCR 021-2



REGISTRO DE UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS ÓRTESES PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS - OPME.

REF: 3311

DISPENSACÃO CME

PREVIDENCIA
18 DEZ. 2018
PROTOCOLO

DISPENSACÃO - FARMÁCIA

[illegible]

CONFIDENTIAL


823-2782

ASSINATURA DO MÉDICO - CRM:

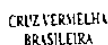
CORREN

F(NG).APC.013-2



 SUS Sistema Único de Saúde		Ministério da Saúde		LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇA DE PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)		Folha 1/2	
Identificação do Estabelecimento de Saúde						2 - CNES	
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE						4 - CNES	
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE							
Identificação do Paciente						6 - Nº DO PROCTUÁRIO	
5 - NOME DO PACIENTE <i>Waltero Alves Viana</i>						1035203	
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)						8 - DATA DE NASCIMENTO	
10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL						11 - SEXO Masc. <input checked="" type="checkbox"/> 1 Fem. <input type="checkbox"/> 3	
12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)						11 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE	
13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA						14 - COD. IBGE, MUNICÍPIO	
15 - UF						16 - CEP	
17 - NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH)							
MUDANÇA DE PROCEDIMENTO							
18 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - ANTERIOR						19 - COD. DO PROCEDIMENTO - ANTERIOR	
20 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA						21 - COD. DO PROCEDIMENTO - MUDANÇA	
22 - DIAGNÓSTICO INICIAL						23 - CID 10 PRINCIPAL	
24 - CID 10 SECUNDÁRIO						25 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS	
SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)							
26 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL <i>Tratamento Transurethral da HSD.</i>						27 - COD. DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL	
28 - SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA DE UTI E/OU DIÁRIA DE ACOMPANHANTE <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE ACOMPANHANTE <input checked="" type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO I <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO II <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO III							
29 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL						30 - COD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
31 - OTDE						32 - COD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
33 - COD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL						34 - OTDE	
35 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL						36 - COD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
37 - OTDE							
38 - JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO <i>Anterior: Rio de Janeiro - 4,5 = 01</i>							
PROFISSIONAL SOLICITANTE							
39 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE						40 - DATA DA SOLICITAÇÃO	
41 - DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE 18 DEZ. 2018						42 - Nº DO REGISTRO DO CONSELHO	
43 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)						44 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR	
45 - COD. ÓRGÃO EMISSOR						46 - DATA DA AUTORIZAÇÃO	
47 - DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR						48 - Nº DO REGISTRO DO CONSELHO	
49 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)							





RELATÓRIO DE CIRURGIA

NOTES

Nome: MATHEUS MOURA VIANA BRUNO BE/Prontuário: _____
Idade: _____ Sexo: ☒ Masculino ☐ Feminino Cor: _____ Data: 1 / 1 / 1
Clínica/Setor: ORTOPEDIA EMP: _____ LR: _____
Cirurgia: FX DISTAL DA FEMUR (D) + PRIMO DISTAL (D)
Cirurgião: DR. MOURA VIANA 1º Assistente: DR. MOURA VIANA (PR.)
2º Assistente: _____ 3º Assistente: _____
Instrumentador: _____ Anestesista: DR.
Tipo de Anestesia: RAQUIDIANAL SEDADO Horário: Início _____ : _____ Término _____ : _____

[illegible]

Acidente durante Ato Cirúrgico: () Sim (X) Não. Descrição:

Biopsia de Congelacao: () Sim (X) Não

Encaminhamento do Paciente Após Ato Cirúrgico:

(☒) Enfermaria () Terapia Intensa () Residência () Óbito durante Ato Cirúrgico

Médico/CRM: Dr. Matheus Martins
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PR 84563

João Pessoa

F(NG).ASCIR.009-1





RELATÓRIO DE CIRURGIA



DESCRICAÇÃO DA CIRURGIA
Posição e Preparo: ① PCT m ODII SOB AUS. 03/12
② ANTI-SUPPLR E MSUPSLR
③ APOSIÇÃO DE CLOMOCOS PDS 15/12/18
Incisão:
Achados:
Condução: ④ IMPLANTAR PROTESE DE JOELHO DE 15/12/18 ①
⑤ PROSE DE JOELHO DE 15/12/18
⑥ PMA AXIAL - PALM ①
Fechamento:
Observação:

COMPREV PREVIDENCIA S/A
18 DEZ. 2018
PROTÓCOLO
JOÃO PESSOA
18/12/18

Médico/CRM:

Dr. Matheus Mozart
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PS 9456

João Pessoa,

F(NG).ASCIR.009-1

Nota de Sala Cirúrgica

02

Ble: 1035202

NOME DO PACIENTE: <u>Walterio Alves Viana</u>						
IDADE: <u>29</u> BE: PRONTUÁRIO: ENFERMARIA: LEITO:						
CIRURGIA: <u>02 - Cistite - Transuretral - MTD</u>						
CIRURGIÃO: <u>Hansel + Mateus R2</u>						
ANESTESIA: <u>Sedativo</u>						
ANESTESISTA: <u>Sandro + Marcelo R2</u>						
INSTRUMENTADOR: <u>18-10-2019</u>						
INÍCIO DE RISCO DE CIRURGIA - ASA (AMERICAN SOCIETY OF ANESTHESIOLOGISTE)						
ASA 1 () ASA 2 () ASA 3 () ASA 4 () ASA 5 ()						
GRAU DE CONTAMINAÇÃO () LIMPA () CONTAMINADA () INFECTADA () POTENCIALMENTE CONTAMINADA						
MEDICAÇÕES ANESTÉSICAS QTD. MATERIAIS CONT. QTD. FIOS QTD.						
ALFENTANILA		545002		JELCO N°18		FIO CAT GUT CROMADO N°
BUPIVACAÍNA ISOBÁRICA				JELCO N°20		FIO CAT GUT CROMADO N°
BUPIVACAÍNA PESADA				JELCO N°22		FIO DE AÇO N°
CETAMINA				JELCO N°24		FIO DE AÇO N°
DROPERIDOL				KIT SIST. DREN. TORÁXICA N°		FIO DE NYLON N°
ETOMIDATO		SOLUÇÕES	QTD.	LÂMINA BISTURI N°11		FIO DE NYLON N°
FENOBARBITAL		ÁLCOOL ETILICO 70%		LÂMINA BISTURI N°15		FIO DE NYLON N°
FENTANILA		PVPI DEGERMANTE		LÂMINA BISTURI N°23		FIO POLIGLACTINA N°
FLUMAZENIL		PVPI TINTURA		LÂMINA BISTURI N°24		FIO POLIGLACTINA N°
ISOFLURANO		PVPI TÓPICO		LÂMINA DE DERMATOMO		FIO POLIGLACTINA N°
LEVOBUPIVAÍNA C/ VASO		SABÃO ANTISÉPTICO		LÂMINA DE ENXERTO		FIO POLIPROPILENO N°
LEVOBUPIVAÍNA S/ VASO		MATERIAIS	QTD.	LUVA DE PROCEDIMENTO PAR.		FIO POLIPROPILENO N°
LIDOCAÍNA C/ VASO		AGULHA 13X4,5		LUVA ESTÉRIL N°7,0		FIO POLIPROPILENO N°
LIDOCAÍNA S/ VASO		AGULHA 25X07		LUVA ESTÉRIL N°7,5		FIO POLIGLECAPRONE N°
MIDAZOLAN		AGULHA 25X08		LUVA ESTÉRIL N°8,0		FIO SEDA N°
MORFINA		AGULHA 40X12		LUVA ESTÉRIL N°8,5		FITA CARDÍACA
NIMBÍUM		AGULHA PERIDURAL N°16		MAÍSCARA CIRÚRGICA		MATERIAL ESPECIAL QTD.
PANCURÔNIO		AGULHA PERIDURAL N°17		MULTIVIAS		CATETER DE PIC
PETIDINA		AGULHA PERIDURAL N°18		PERFURADOR DE SORO		CIMENTO CIRÚRGICO
PROPÓFOL		AGULHA RAQUI N°25G		SCALP N°19		CLIP TITÂNIO LIGADURA
RAMIFENTANILA		AGULHA RAQUI N°26G		SCALP N°21		FIO DE KIRSCHNER N°
ROCURÔNIO		AGULHA RAQUI N°27G		SERINGA 3ML		FIO DE KIRSCHNER N°
SEVOFLURANO		ALGODÃO ORTOPÉDICO		SERINGA 5ML		FIO STEINMAN N°
SUXAMETÔNIO		ATADURA DE CREPOM		SERINGA 10ML		FIO STEINMAN N°
TIOPENTAL		ATADURA GESSADA		SERINGA 20ML		GRAMPEADOR CIRÚRGICO
MEDICAÇÕES QTD. BOLSAS/COLOSTOMIA						
ADRENALINA		CÂNULA P/ TRAQUEOSTOMIA N°		SONDA ASP. TRAQUEAL N°8		HEMOST. ABSORVÍVEL
ÁGUA DESTILADA		CATETER DE OXIGÊNIO		SONDA ASP. TRAQUEAL N°10		KIT. DERIVA. VENTRICULAR
ATROPINA		CATETER EMBOLEC. ARTERIAL N°		SONDA ASP. TRAQUEAL N°12		PRÓTESE VASCULAR
BEXTRA		CATETER EPIDURAL N°16		SONDA ASP. TRAQUEAL N°16		KIT. PAM
CEFAZOLINA		CATETER EPIDURAL N°17		SONDA FOLEY 2VIAS N°12		FIXADOR EXTERNO
DEXAMETASONA		CATETER EPIDURAL N°18		SONDA FOLEY 2VIAS N°14		EMPRESA
DIPIRONA SÓDICA		CERA PARA OSSO		SONDA NASOG. CURTA		PARAFUSOS CORTICAIS
EFEDRINA		COLETO. URINA FECHADO		SONDA NASOG. LONGA		PARAFUSOS CORTICAIS
FUROSEMIDA		COMPRESSAS CIRÚRGICAS		SONDA URETRAL N°		PARAFUSOS ESPONJOSO
GLICOSE 50%		COMPRESSAS CIRÚRGICAS		TORNEIRINHA		PARAFUSOS ESPONJOSO
GLUCONATO DE CÁLCIO		DRENO DE PENROSE		TUBO ENDOTRAQUEAL N°		PARAFUSOS MALEOLAR
HIIDROCORTISONA		DRENO DE SUCCÃO		TUBO ENDOTRAQUEAL N°		PARAFUSOS MALEOLAR
LIDOCAÍNA GELÉIA		ELETRODOS		TUBO ENDOTRAQUEAL N°		PLACA
ONDASINTRONA		EQUIPO MACROGOTAS		TUBO SILICONE (LATEX)		PLACA
PLASIL		EQUIPO TRANSF. SANGUE				
PROSTIGMINE		EQUIPO MICROGOTAS				EQUIPAMENTOS
PROTAMINA		ESPONJA DE PVPI		FIOS	QTD.	() ASPIRADOR
TENOXICAN		ESPARADRAPO		FIO ALGODÃO S/A N°		() BISTURI ELÉTRICO
		GAZES		FIO ALGODÃO S/A N°		() CAPNÓGRAFO
		GAZES ALGODOADAS		FIO ALGODÃO C/A N°		() CARDIOMONITOR
		GEL ELETROLÍTICO		FIO ALGODÃO C/A N°		() DESFIBRILADOR
		JELCO N°14				() FOCO AUXILIAR
		JELCO N°16				() FOCO CENTRAL
						() MICROSCOPIO
						() OXÍMETRO DE PULSO
						() SERRA
						CIRCULANTE

18 DEZ. 2018
PROTÓCOLO
1035202

Marco Aurélio

FINGLASCIR.021-2





1735

PRONTUÁRIO:

PACIENTE:	SEXO:	COR:	IDADE:
01/01/70	M		29

PRESSÃO ARTERIAL	PULSO	∞	RESPIRAÇÃO	3	TEMPERATURA	PESO	GRUPO SANGÜINEO
------------------	-------	---	------------	---	-------------	------	-----------------

ESTADO GERAL (X) BOM () REGULAR () MAU () PÉSSIMO | RISCO CIRURGICO (X) BOM () REGULAR () MAU () PÉSSIMO

EXAMES COMPLEMENTARES	100
-----------------------	-----

AP. RESPIRATÓRIO	AP. CIRCULATÓRIO
------------------	------------------

AP. DIGESTIVO	ESTADO MENTAL	DROGAS EM USO
---------------	---------------	---------------

PRE-ANESTÉSICO	ESTADO FÍSICO (ASA)
----------------	---------------------

DOSE/HORA

DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO Fratura obliqua do fêmur. 1) + lesão ligam. 2.

CIRURGIA REALIZADA	16/03/2014	10:00	10:00	10:00
--------------------	------------	-------	-------	-------

CIRURGIÃO		AUXILIARES:
-----------	--	-------------

INÍCIO DA ANESTESIA	1:23	TÉRMINO DA ANESTESIA	21:45	DURAÇÃO DA ANESTESIA	20:15
---------------------	------	----------------------	-------	----------------------	-------

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO	QUANT. DE CH.	VALORES R\$
------------------------	---------------	-------------

TESTESISTA

[illegible]

LIQUIDOS
VENOSOS

[illegible][illegible]☐ ANESTESIA GERAL ☐ RAQUIDIANA ☐ EPIDURAL ☐ BLOQ. PLEXO ☐ BLOQ. NERVOS ☒ OUTROS: Sedação

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384	385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432	433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460	461	462	463	464	465	466
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

[illegible]

NAGL	2	12
------	---	----

SANQUE 3 13

4 14

TOTAL	5	16
-------	---	----

DESTINO DO PACIENTE 6 16 REV PREVING 1

☐ APT¹ ☒ ENFERMERA 31 7 1968 13 00 17

☐ UTI
 ☐ RESIDENCIA
 8
 18
 10 DEZ 2018

9	19	PROTOCOL
10	20	

<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> <input type="checkbox"/> COMISSÃO _____, 10 </div> <div> <input type="checkbox"/> SECRETARIA _____, 20 </div> </div>	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> RELAÇÃO DE PRESENCIA </div> <div> RELAÇÃO DE FALTAS </div> </div>
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:	

ASSINATURA DO ANESTESISTA: _____

100-443886-1000

650





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 02229.01.2018.1.00.420

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro da ocorrência Policial Nº 02229.01.2018.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 11:07 horas de dia 19 de novembro de 2018, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(s) Delegado(s) da Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, e lavrado por César Assis Espindola, Escrivão de Polícia, matrícula 1551159, no final assinado, compareceu Lucimere Alves da Silva, nacionalidade brasileira, estado civil: união estável, filiação do gênero feminino, profissão: Do Lar, filia(s) de Maria Araújo da Conceição e Natércio Alves da Silva, natural de São Bento/PB, nascido(a) em 12/04/1965 (53 anos de idade), residente e domiciliado(a) na(n) Rua Walfrado Macedo Branco, Nº 417, complemento apto 202, bairro Jardim Cidade Universitária, tendo como ponto de referência Igreja Batel de Banheiros, na cidade de João Pessoa/PB, telefone (s) para contato (83) 996-8-8874.

Dados do(a) Fato:

Local: Próximo Ao Viaduto Localizado Ao Lado do Banco Bradesco, da Avenida Epitácio Pessoa-ph. João Pessoa/PB, bairro Tamborão; Tipo do Local: viaduto de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 18/11/18:00h. Tipificação: em tese, capitulada na(s) PERDA OU EXTRAVIO DE DOCUMENTO E/OU OBJETO, LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO.

RE NOTIFICOU O SEGUINTE:

é a genitora da NATERCIO ALVES VIANA BASTOS, Cpf: 081.016.264-10, e vem informar que no dia 18.10.2017, por volta das 19h, seu filho conduzia o veículo HONDA NXR 160 BROZ, ano 2016, de cor preta e placa QBY5442, nas proximidades do Banco Bradesco, na Av Epitácio Pessoa, não sabendo informar qual origem e destino do mesmo; que sabe dizer que nessa localidade seu filho sofreu um acidente por colisão com outro veículo, o qual não sabe informar também; informa que NATERCIO ALVES VIANA BASTOS foi atendido pelo SAMU e levado para o Hospital de Traumas Senador Humberto Luoma, onde foi diagnosticado com fratura de rádio distal D, e fratura do fêmur D, sendo submetido a tratamento cirúrgico de ambas as lesões, conforme laudo médico apresentado, assinado pelo médico Juan Jaime Alencar Arau, CRM 3323/PB.

ADENDO(S):

Que na data 19/11/2018, às(s) 11:08 horas, na Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob a responsabilidade do(s) Delegado(s) da Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, compareceu o(a) notificante para relatar o seguinte acidente: é a genitora da NATERCIO ALVES VIANA BASTOS, Cpf: 081.016.264-10, e vem informar que no dia 18.10.2017, por volta das 19h, seu filho conduzia o veículo HONDA NXR 160 BROZ, ano 2016, de cor preta e placa QBY5442, chassi 9C2KD6810GR431995 nas proximidades do Banco Bradesco, na Av Epitácio Pessoa, não sabendo informar qual origem e destino do mesmo; que sabe dizer que nessa localidade seu filho sofreu um acidente por colisão com outro veículo, o qual não sabe informar também; informa que NATERCIO ALVES VIANA BASTOS foi atendido pelo SAMU e levado para o Hospital de Traumas Senador Humberto Luoma, onde foi diagnosticado com fratura de rádio distal D, e fratura de fêmur D, sendo submetido a tratamento cirúrgico de ambas as lesões, conforme laudo médico apresentado, assinado pelo médico Juan Jaime Alencar Arau, CRM 3323/PB. Adendo registrado por: César Assis Espindola, Escrivão de Polícia, matrícula: 1551159.

Sendo o que havia a constar, identificando(a) o(a) declarante das implicações legais conexas no Artigo 200 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, cepeu a presente Certidão. A



Processamento Policial: 02229.01.2018.1.00.420



SECRETARIA DE ESTADO DA
SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
Delegacia Geral da Polícia Civil
1ª Superintendência Regional de Polícia Civil
Delegacia Especializada de Atendimento de
Vítimas da Capital



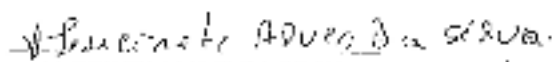
**POLÍCIA
CIVIL**
PARAÍBA



**GOVERNO
DA PARAÍBA**
Secretaria de Estado da
Segurança e da Defesa Social


LUCINETE ALVES DA SILVA
Narciziana

João Pessoa/PB, 19 de novembro de 2018.


LUCINETE ALVES DA SILVA
Narciziana



Protocolo da Polícia: 02228,37,2018,1,00,420

2/2





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 04 de Fevereiro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3180593889

Vítima: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

Data do Acidente: 18/10/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: RODOLFO NOBREGA DIAS

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Não foi verificada a existência de sequela permanente prevista na tabela da Lei nº 6.194, de 1974, razão pela qual o dano pessoal não possui cobertura pelo Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores orientações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00217/00218 - carta_05 - INVALIDEZ

00050109



Carta nº 13905631





1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

PROCESSO NÚMERO - 0801411-95.2019.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM (7)

ASSUNTO(S): [ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

Nome: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

Endereço: R WALFREDO MACEDO BRANDÃO, 917, 203, JARDIM CIDADE UNIVERSITÁRIA, JOÃO PESSOA - PB
- CEP: 58052-200

Advogado do(a) AUTOR: RODOLFO NOBREGA DIAS - PB14945

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

Nome: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

Endereço: AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, - até 1145 - lado ímpar, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB -
CEP: 58030-000

Advogado do(a) RÉU:



DESPACHO

Vistos.

Compulsando-se os autos, observa-se que a parte autora requereu a gratuidade judiciária.

Sendo assim, intime-se a parte autora para, em quinze (15) dias, juntar a guia de custas, consoante §3º, do art. 1º, da PORTARIA CONJUNTA - TJPB/CORREGEDORIA-GERAL Nº 02/2018, de 28.11.2018, publicada no DJE de 29.11.2018.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juiza de Direito



A seguir.



EXCELENTÍSSIMO JUÍZO DA 1ª VARA REGIONAL DE
MANGABEIRA, DA COMARCA DE ESTA CAPITAL.

Proc. nº: 0801411-95.2019.8.15.2003.

NATERCYO ALVES VIANA BASTOS, amplamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, nesta ação movida em face da MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A., igualmente individualizado, vem através de seu advogado *in fine*, com os costumeiros respeitos, à presença de V. Excia., requerer a **juntada** da guia de custas e despesas judiciais (**doc. 01**), **ao tempo em que REITERAR E RENOVAR O PEDIDO DE CONCESSÃO DE JUSTIÇA GRATUITA JÁ FORMULADO COM A INICIAL**, com espeque nos art. 2º e 4º, da Lei 1060/50, expondo, para ao final requerer o que segue.

No entanto, roga que este direito, garantido legalmente ao autor, não lhe seja negado, uma vez que, a renda adquirida pelo autor, como Motoboy, é escassa, tanto que o requerente *não declara imposto de renda por ter renda mensal inferior ao limite estabelecido pela Receita Federal*, sendo, portanto, isento da declaração.

É certo que o uso da máquina judiciária para a resolução de controvérsias tem por pressuposto a inviabilidade ou impossibilidade de resolução de conflitos entre as partes por via extrajudicial, consoante direito fundamental firmado na Constituição Federal, artigo 5º, XXXV, logo, “*não têm apenas direito à jurisdição – diante da ordem jurídica brasileira, têm direito à jurisdição com cobertura universal a ser prestada por um juiz natural*” (in Novo curso de processo civil: teoria do processo civil volume 1/ Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart, Daniel Mitidiero. – 3 ed. rev. atual. e ampl.. – São Paul; Editora Revista dos Tribunais, pág. 187, 2017), pois, diz o artigo, “*a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito*”, cujo qual se encontra reproduzida na Lei 13.105/2015, o Código de Processo Civil, conforme seu artigo 3º. Daí entende-se o dever do “*Estado, portanto, conceder a gratuidade, eximindo os hipossuficientes da obrigação de recolher custas e de arcar com despesas processuais*” (in Curso de processo civil completo / Eduardo Cambi... [et al.] – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 163). Nesse sentido, Artemio Zanon entende se “*tratar de uma meta da justiça que o interessado viabilize a preservação de seu direito. O Estado*

1

Rua Rodrigues de Aquino, 144 - Sala 101 - Centro - João Pessoa-PB

Fone: (83) 3222-7097 | 8899-9749 | 8825-9749 - E-mail: rodolfoand@hotmail.com - Site: www.rodolfonobrega.com.br



Rodolfo Nóbrega Advocacia

coloca à disposição do jurisdicionado a máquina do aparelhamento judiciário de que dispõe.”

Por isso, o ordenamento jurídico pátrio prevê a isenção de custas processuais, honorários sucumbenciais, periciais, dentre outros para que aquele que se encontre em hipossuficiência financeira possa ter o mesmo direito, mesmo que representado por advogado particular, seja pessoa física ou jurídica, o que se compreende como um direito fundamental de segunda geração.

Atualmente, a possibilidade se encontra disposta no Código de Processo Civil, na seção IV do Capítulo II, a partir do artigo 98 até 102, o que antes estava previsto na derogada Lei 1.060/50.

Nessa contextualização, o artigo 98 preconiza que a “*pessoa natural ou jurídica está possibilitada perante a benesse, seja brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.*” E, por fim, nos termos do §4º, artigo 99 do CPC, a “*assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça*”.



Por fim, o Autor reforça a informação que não possui condições de arcar com as custas do processo, requerendo assim, o deferimento de concessão dos benefícios da gratuidade judicial.

Pede deferimento.



João Pessoa-PB, 28 de Fevereiro de 2019.

RODOLFO NÓBREGA DIAS
Advogado OAB-PB 14.945.



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 200.4.19.05294/01
Nº do Processo: _____			Data de emissão: 28/02/2019
Comarca: Joao Pessoa			Data de vencimento: 28/02/2019
Classe Processual: PROCEDIMENTO ORDINARIO - CIVEL - 7			UFR vigente: R\$ 49,41
Número da guia: 200.2019.605294 Tipo da Guia: Custas Prévias			Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 494,10 - Taxa Judiciária: R\$ 141,75 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Parcela: 1/1
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Valor total: R\$ 649,20
Desconto total: R\$ 0,00			Valor final: R\$ 649,20
866100000060 492009283184 520190228202 041905294017 			

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 200.4.19.05294/01
Nº do Processo: _____			Data de emissão: 28/02/2019
Comarca: Joao Pessoa			Data de vencimento: 28/02/2019
Classe Processual: PROCEDIMENTO ORDINARIO - CIVEL - 7			UFR vigente: R\$ 49,41
Número da guia: 200.2019.605294 Tipo de Guia: Custas Prévias			Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 494,10 - Taxa Judiciária: R\$ 141,75 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Parcela: 1/1
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Valor total: R\$ 649,20
Desconto total: R\$ 0,00			Valor final: R\$ 649,20
866100000060 492009283184 520190228202 041905294017 			

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 200.4.19.05294/01
Nº do Processo: _____			Data de emissão: 28/02/2019
Comarca: Joao Pessoa			Data de vencimento: 28/02/2019
Classe Processual: PROCEDIMENTO ORDINARIO - CIVEL - 7			UFR vigente: R\$ 49,41
Número da guia: 200.2019.605294 Tipo de Guia: Custas Prévias			Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 494,10 - Taxa Judiciária: R\$ 141,75 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Parcela: 1/1
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Valor total: R\$ 649,20
Desconto total: R\$ 0,00			Valor final: R\$ 649,20
866100000060 492009283184 520190228202 041905294017 			





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 200.2019.605294

Data Vencimento: 28/02/2019

Data Emissão: 28/02/2019

Comarca: Joao Pessoa

Classe: PROCEDIMENTO ORDINARIO - CIVEL - 7

Promovente: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

Promovido: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

Valor da Causa: R\$ 9.450,00

Despesas Processuais: R\$ 12,00

Custas: R\$ 494,10

Taxa: R\$ 141,75

Total da Guia: R\$ 647,85

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.



PROCESSO NÚMERO - 0801411-95.2019.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM (7)

ASSUNTO(S): [ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

Advogado do(a) AUTOR: RODOLFO NOBREGA DIAS - PB14945

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

Advogado do(a) RÉU:

DESPACHO

Vistos.

Defiro o pedido de gratuidade de justiça.

O art. 334, do CPC estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Em que pese o texto legal, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A parte autora busca no Judiciário a revisão do ato que deferiu em parte o pedido no âmbito extrajudicial, apenas reapresentando a situação de fato ao juízo sem a complementação de provas, trazendo os mesmos exames já levados à perícia administrativa.



No que pese entendimento anterior, a experiência prática demonstra que as seguradoras não vêm realizando acordos em demandas congêneres, até mesmo quando se antecipa a produção da prova pericial, o que torna sem sentido a designação de audiência prévia de conciliação.

Por outro lado, ressalte-se que fazia sentido a designação de audiência prévia de conciliação quando, ante a realização da perícia médica, designada para a mesma data, com o grau de invalidez estabelecido no laudo respectivo, restava o feito com todos os elementos que possibilitariam a conciliação, prescindindo, inclusive, da formação do contraditório.

Assim, em razão da repetida informação, em audiências designadas em processos similares, de que as seguradoras não realizam mais acordos em audiência, independentemente do resultado da perícia ou de qualquer outro elemento, perdeu o sentido a designação prévia, sem que o processo esteja maduro para julgamento. Desta forma, ante a constatação fática da predisposição em não conciliar por parte das seguradoras, prudente que seja formado o contraditório, em obediência ao princípio da economia processual e, somente então, seja designada audiência, ocasião em que a perícia será realizada previamente, estando o processo apto a ser julgado.

Desta feita, cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344, do CPC.

Servirá esse despacho como mandado.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL



Nº DO PROCESSO: 0801411-95.2019.8.15.2003

DESTINATÁRIO:

Nome: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A
Endereço: AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, - até 1145 - lado ímpar, BAIRRO
DOS ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-000

.....dobre aqui

REMETENTE: 1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa, PB, CEP: 58.013-520

Telefone: (83)3238-6333



.....**dobre aqui**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

CARTA DE CITAÇÃO

Por meio da presente, de ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito desta 1ª Vara Regional da Capital, fica Vossa Senhoria CITADA para apresentar defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da juntada aos autos do Aviso de Recebimento, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte promotente na petição inicial, que pode ser visualizada conforme informações abaixo.

Segue, abaixo informado, o link para visualização da contrafé (petição inicial).

João Pessoa/PB, 15 de maio de 2019.

SILVANA DE CARVALHO FERREIRA
Analista Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ (PETIÇÃO INICIAL), ACESSE O LINK:

Num. 19373608 - Pág. 1 Assinado eletronicamente por: RODOLFO NOBREGA DIAS - 21/02/2019 13:40:21, RODOLFO NOBREGA DIAS - 21/02/2019 13:41:53, <http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19022113380427800000018851611> - Número do documento: 19022113380427800000018851611





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

CERTIDÃO

Nº DO PROCESSO: 0801411-95.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

Certifico e dou fé que, nesta data, enviei a carta de citação à impressora dos Correios.

João Pessoa/PB, 15 de maio de 2019.

SILVANA DE CARVALHO FERREIRA
Analista Judiciário



CERTIDÃO

Certifico que o Aviso de Recebimento (AR) foi devolvido nesta data e anexado ao Autos.

JOÃO PESSOA

7 de junho de 2019

SILVANA DE CARVALHO FERREIRA





Num. 21852948 - Pág. 1



CERTIDÃO

Certifico que o Aviso de Recebimento (AR) foi devolvido nesta data e anexado ao Autos.

JOÃO PESSOA

13 de junho de 2019

SILVANA DE CARVALHO FERREIRA



Cole aqui

Cole aqui



Correios

SIGEP

AVISO DE
RECEBIMENTO

CONTRATO 9912283594

DESTINATÁRIO:

MAPFRE AFFINITY SEGURADORA
Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 723
Estados
58030000 João Pessoa-PB

B1845215357BR



REMETENTE: 1ª VARA CÍVEL REGIONAL DE MANGABEIRA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO:

Avenida Hilton Souto Maior, SN
FORUM MANGABEIRA Mangabeira
58055018 João Pessoa-PB

OBSERVAÇÃO proc. 0801411-95 2019.815.2003

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Edmariana Luiz

IL DO RECEBEDOR

TENTATIVAS DE ENTREGA:

1° / / : h
2° / / : h
3° / / : h

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO:

- | | |
|-------------------------|-----------------|
| 1 Mudou-se | 5 Recusado |
| 2 Endereço Insuficiente | 6 Não Procurado |
| 3 Não Existe o Número | 7 Ausente |
| 4 Desconhecido | 8 Falecido |
| 9 Outros | |

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA



RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

[Handwritten signature]

DATA DE ENTREGA

28.05.19

Nº DOC DE ENTIDADE

09114975440



Assinado eletronicamente por: SILVANA DE CARVALHO FERREIRA - 13/06/2019 14:35:23

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061314352269600000021358308>

Número do documento: 19061314352269600000021358308



SEGUE ANEXO.



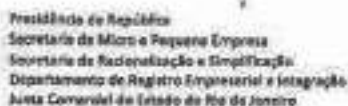


PHOTO: JONATHAN P. HARRIS

33-10021473-4

Tissue synthesis

Sociedade anônima

Figure 1—Continued

NOTES

2000 Am. Statistician

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERIA

Crime Analysts must:

090628Z JAN 78 - 180227Z

FORM: 33.3.0020479-6

SEGUROGRA LIGER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Reference: 12798726

Www: 0000000-0000-0000-0000-000000000000

Oggetto	Calcolato	Paga
Asino	370,00	370,00
Sal.	21,00	21,00



REQUIREMENTS

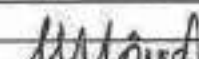
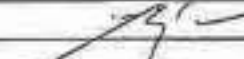
Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:		
	Assinatura:		
	Telefone de contato:		
Data	E-mail:		
	Tipo de documento:	Híbrido	
	Data de criação:	24/01/2018	
	Data da 1ª entrada:		



00-2018/017153-4

Secretaria Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Endereço: BRUNARONA LIMER DOS CONCEIÇÕES DO SOUTO DUVAL S/A

STAB: 333 9128473-4 Expediente: 50-2016/017103-4 Data de assinatura: 26/01/2016

REGISTRAR O SECRETARIADO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003143005 e demais constantes do termo de

autenticidade.

Source: [https://www.industrydocuments.ucsf.edu/docs/0987](#)

Para validar o documento acesse <http://www.inferia.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>. Informe o nº de protocolo. Pág. 1/11



BUCHER 1A



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabil de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalla Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Madeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenowitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TORRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata de Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

CR *Isabella*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 50-2016/037537-4 Data de emissão: 26/01/2018	
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 26/01/2018 sob o NÚMERO 02303349253 e demais constantes do Livro de autenticação.	
Autenticação: FD69743803A8223CFD5F35GAFAD2ECPFFD50F6740F732K496A8A80B1F8	
Para validar o documento, acesse: http://www.juceria.jus.br/909/RL/serchicos/validacao121212 , informe o nº do protocolo. Pág. 1/13	



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, Inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (II) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (I) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reafirmar as funções específicas perante a SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE A SUSEP
1	José Iamar Alves Torres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Brito Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Belliz	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata de Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

Assinaturas manuais

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Endereço: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0628479-9 Protocolo: 09-2018/01113-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO O REGISTRO EM 10/01/2018 SOB O NÚMERO 0000149013 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: F06974385A48220CFE45E4A9015CFE68740F2358A9AFD88E2F88
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº do protocolo. Pág. 8/13



8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabela Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salzano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO FUMIGUAPV S/A
NIRE: 331.002479-4 Protocolo: JD-1013/61113-4 Data de protocolo: 26/01/2018
CNPJ: 000000000000000000-00/01/2018 POR O NÚMERO 0001340055 e demais conteúdos do termo de
autenticação
Autenticação: FD61743dFA4912C70442E6AF9A91C7E7FDC7E6740F13E496AF9A91C7E7F
Para validar o documento acesse: <http://www.jucec-rj.gov.br/servicos/chequeadigital>, informe o n° de protocolo: Pág. 3/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 185.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DE, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.	
NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 09-2019/037183-4 Data de protocolo: 26/01/2019	
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2019 SOB O NÚMERO 0000149699 e demais conteúdos do termo de autenticação.	
Autenticação: F0997438C7A4B220CF0D4956A7A0E1DCEBFF0C601489D11E496AFCAB0E1296	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancelaDigital , informe o nº de protocolo, Pág. 8/11	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 08-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 10/01/2018 SOB O NÚMERO 00003148055 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: EC6974385FA48220C7F64B54FAD8E8C8B7C0C6B740F223E96A70A80613E8	
Para validar o documento acesse http://www.jucec-rj.gov.br/servicos/chanceladiigital , informe o nº de protocolo: Pág: 10/13	



REFERENCES

Meu artigo 1.º da *Parquea Sanyo* (Cronica, 7/11, de 2 de janeiro de 1914), publicado no Diário Oficial de 1 febre, de 7 de janeiro de 1914, página 136, segue a este do 1.º: "... no sentido de atender às necessidades realizadas por 1.º do subscritor do 2017", isto é: "... no sentido de atender às necessidades realizadas por 1.º do subscritor do 2017".

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA
QUALIDADE E TECNOLOGIA

AN: V' una parola, sono un tipo di dolo da me per
tutto.

PAID ONE DOLLAR
FORWASH 77 MAR 22 10 JANUARY 1978

POWELL & COY. INC. 225 JAVIERO BLVD.

[illegible]

FORNIA N° TEL. 06 11 001 10000 1000

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SIGINTOS PARANÁOISA DA SUPERINTENDÊNCIA DE INTELIGÊNCIA PARANÁOISA - DUSIP, no uso de atribuições delegadas pelo Subdiretorado de Sigint, por meio da Portaria n.º 1.331, de 19 de maio de 2004, resolveu nomear o seguinte para o cargo de Atendente de Sigint: Sr. J. de 21 de novembro de 1964, inscrito em nome no cargo 7.º de Lei Complementar n.º 124, de 12 de junho de 2007 e a que possui o presente Sigint 04014-022514241700, Assinatura:

At. 2.º Aguarda a eleição de membros do comitê de trabalho do WFO-BRASIL, REQUISITOS S.A. TCM n. 011.000.000-01, que trata do plano de fide de America - O sistema de trabalho em escala de trabalho de administração criada em 20 de maio de 1917.

FIELD CODE: 240717

[illegible]

MINUTE AFFIDAVIT FILED

[illegible]

See www.irs.gov for an official IRS online transcript. See also www.irs.gov for more information.

Procedimento utilizado digitalmente conforme NBR 5418-1 e 14930-1, que utiliza o laboratório de Química Física Brasileira - UF-Rio de Janeiro.





4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º - A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º - A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º - A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º - Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º - A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 1 de 10


Suelio Moreira Torres
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/08/2016
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO:
Autenticação: 4BF94DC4688382M7C819477D799CBA11612475AE920B296B235403C7645C895
Arquivamento: 0002959803 - 11/10/2016





4995508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizada em 17 de março de 2016
Página 2 de 10

Suelio Moreira Torres
Secretário Geral

Justiça Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nº: 33300234796
Protocolo: 0020163575185 - 27/06/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C8888382947C81B477D79BC8A11812475AE3208296B235403C7640C696
Arquivamento: 00002858803 - 11/10/2016





4995509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, realizada em 17 de março de 2016
Página 3 de 10

Suelio Moreira Torres
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284790
Protocolo: 0020163579185 - 27/08/2016
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 46F9A0C6865382947C616477D799CBA11612475AE208295B235403C7645C695
Arquivamento: 0508295903 - 11/10/2016



convocada.



4986510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participam das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Suelio Moreira Torres
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284795
Protocolo: 0020163875185 - 27/08/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO:
Autenticação: 48F5AC86880B2947C61B477D75BCBA11B12475AE82062955235403C7646C685
Arquivamento: 00002955803 - 11/10/2016





4935611

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros;

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10


Suelio Moreira Torres
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163576186 - 27/09/2016
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/10/2016. E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO
Autenticação: 48F9A6C8883B2947D61B477D798CBA11512475AE92082968235403C7545C695
Arquivamento: 00002899003 - 11/10/2016





4995812

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI – COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 – O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único – Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 – A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência.

Anexo 14 Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016.

Página 6 de 10


Suelio Moreira Torres
Secretaria Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33000254790
Protocolo: 0020183575185 - 27/09/2016
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4B79A0C808332847C81B477D78BC8A11812475AE92082868235403C7645C595
Arquivamento: 00022058503 - 11/10/2016





4898513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.


ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- k) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor-Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de maio de 2016.
Página 7 de 10


Suelio Moreira Torres
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284785
Protocolo: 0020163575185 - 27/06/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9ADC868382947C61B477D79BCBA11812475AE92082958235403C7645C695
Arquivamento: 00002268803 - 11/10/2016





4998014

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, realizadas em 17 de março de 2016
Página 8 de 10

Bernardo F. S. Benveniste
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nº: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NRE E DATA ABAIXO
Autenticação: 49FBA0C858A382947C81B477D786CBA11812475AE9208256B235403C7645C885
Arquivamento: 000250803 - 11/10/2016





4995515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 9 de 10

Suelio Moreira Torres
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284795
Protocolo: 0020183575185 - 27/09/2016
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947D81B477D76BCBA11812475AE9206298B235403C7845C695
Arquivamento: 00002828003 - 11/10/2016



de março de 1967.

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10


Fernando F. S. Gerninger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284768
Protocolo: 0020163575185 - 27/08/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 40F9A0C59583B2947C51B477D799CBA11812475AE02062958235403C7545C695
Arquivamento: 00002958603 - 11/10/2016



PROCURAÇÃO

Peço presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LETTE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive subestabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP - nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

JOSÉ ISMAR ALVES TORRES
DIRETOR PRESIDENTE

HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas 14.02904 Recebimento por ALFREDO DASS as firmas dos HELI-UTION ASSOCIADOS e JOSÉ LOPES ALVES TOMAS (20000529053) Rio de Janeiro, 03 de novembro de 2005. Conf. por da Escriturário de validade: Serenidade Paula Cristina A. D. Gaspar - Art. 13º Pº 1º E.O. 40005 e/o 40077 ME Jd. 50-3 3º Lei 5.859/54 e/ou por: www.fri.fus.br/abreguiano	Tabelião Carlos Alberto Farias Oliveira 40829550 088674 CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ Paula Cristina A. D. Gaspar Escrivente GREG-40005 e/o 40077 ME Jd. 50-3 3º Lei 5.859/54
---	--



SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo Dr. **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos Drs. **CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Prescrita com a mais absoluta brevidade, a Seguradora Líder DPVAT aceita por recibo e assina o presente o futuro.



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016;

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 20 de Dezembro de 2018

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3180593889

Vítima: NATERCY ALVES VIANA BASTOS

Data do Acidente: 18/10/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: RODOLFO NOBREGA DIAS

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), NATERCY ALVES VIANA BASTOS

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 13740430





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 27 de Dezembro de 2018

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3180593889

Vítima: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

Data do Acidente: 18/10/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: RODOLFO NOBREGA DIAS

Assunto: INTERRUPÇÃO DO PRAZO DE ANÁLISE

Comunicamos que o pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado e está em análise e o prazo regulamentar de 30 dias foi interrompido para apuração de dados e informações adicionais. Assim que todas as informações forem finalizadas, o prazo voltará a seguir normalmente.

Por favor, aguarde contato e continue acompanhando o seu pedido de indenização através dos canais oficiais da Seguradora Líder DPVAT.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00415/00416 - carta_02 - INVALIDEZ

00050208



Carta nº 13759737





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 04 de Fevereiro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3180593889

Vítima: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

Data do Acidente: 18/10/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: RODOLFO NOBREGA DIAS

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Não foi verificada a existência de sequela permanente prevista na tabela da Lei nº 6.194, de 1974, razão pela qual o dano pessoal não possui cobertura pelo Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores orientações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

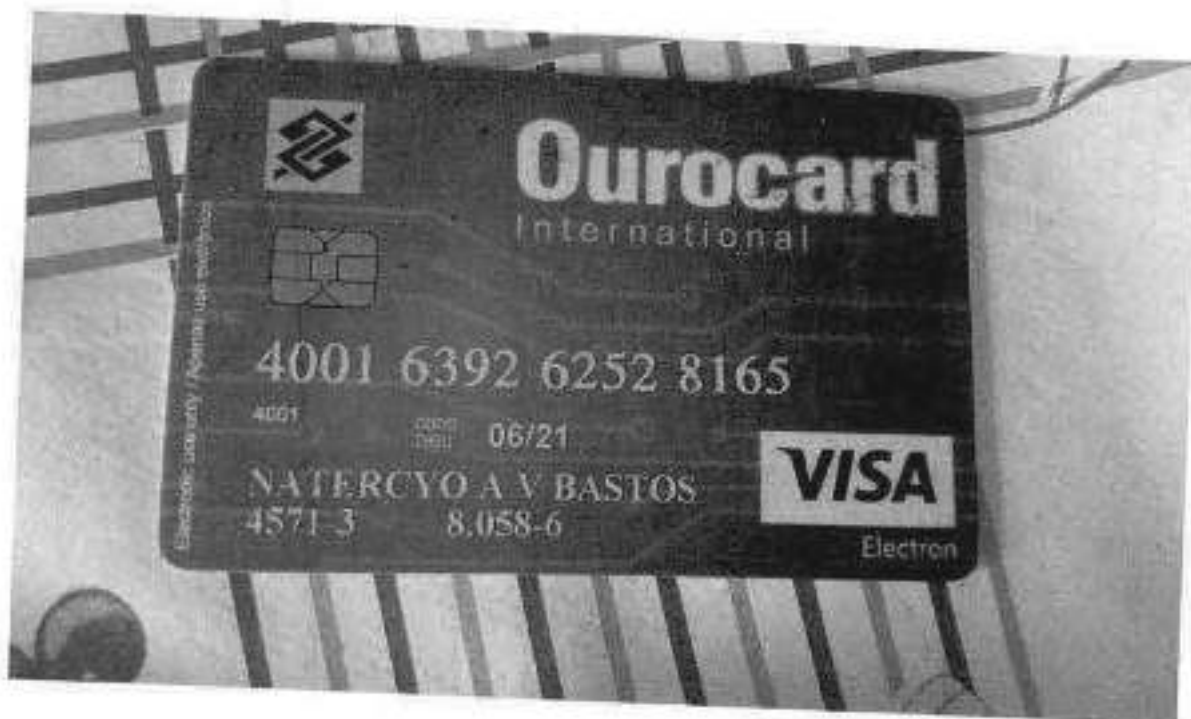
Pag. 00217/00218 - carta_05 - INVALIDEZ

00050109



Carta nº 13905631







CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 02229.01.2018.1.00.420

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 02229.01.2018.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: A(s) 11:07 horas do dia 19 de novembro de 2018, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, e lavrado por Cassio Assis Espíndola, Escrivão de Polícia, matrícula 1551159, ao final assinado, compareceu **Lucinete Alves da Silva**, nacionalidade brasileira, estado civil união estável, identidade de gênero feminino, profissão Do Lar, filho(a) de Maria Araújo da Conceição e Natércio Alves da Silva, natural de São Bento/PB, nascido(a) em 12/04/1965 (53 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Walfredo Macedo Brandão, Nº 417, complemento apto 203, bairro Jardim Cidade Universitária, tendo como ponto de referência Igreja Betel do Bancários, na cidade de João Pessoa/PB, telefone (s) para contato (83) 99648-8874.

Dados do(s) Fatos:

Local: Próximo Ao Viaduto Localizado Ao Lado do Banco Bradesco, da Avenida Epitácio Pessoa-pb, João Pessoa/PB, bairro Tambauzinho; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 18/10/17 19:00h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **PERDA OU EXTRAVIO DE DOCUMENTO E/OU OBJETO, LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO.**

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

é a genitora de NATERCYO ALVES VIANA BASTOS, Cpf.: 081.010.264-10, e vem informa que no dia 18.10.2017, por volta das 19h, seu filho conduzia o veículo HONDA /NXR 160 BROZ, ano 2016, de cor preta e placa OEY5442, nas proximidades do Banco Bradesco, na Av Epitácio Pessoa, não sabendo informar qual origem e destino do mesmo; que sabe dizer que nessa localidade seu filho sofre um acidente por colisão com outro veículo, o qual não sabe informar também, informa que NATERCYO ALVES VIANA BASTOS foi socorrido pelo SAMU e levado para o Hospital de Traumas Senador Humberto Lucena, onde foi diagnosticado com fratura de rádio distal D, e fratura de fêmur D, sendo submetido a tratamento cirúrgico de ambas as lesões, conforme laudo médico apresentado, assinado pelo médico Juan Jaime Alcoba Aree, CRM 3323/PB.

ADENDO(S):

Que na data 19/11/2018, às(s) 11:38 horas, na Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob a responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, compareceu o(a) noticiante para realizar o seguinte adendo: é a genitora de NATERCYO ALVES VIANA BASTOS, Cpf.: 081.010.264-10, e vem informa que no dia 18.10.2017, por volta das 19h, seu filho conduzia o veículo HONDA /NXR 160 BROZ, ano 2016, de cor preta e placa OEY5442, chassi 9C2KD0810GR431995 nas proximidades do Banco Bradesco, na Av Epitácio Pessoa, não sabendo informar qual origem e destino do mesmo; que sabe dizer que nessa localidade seu filho sofre um acidente por colisão com outro veículo, o qual não sabe informar também; informa que NATERCYO ALVES VIANA BASTOS foi socorrido pelo SAMU e levado para o Hospital de Traumas Senador Humberto Lucena, onde foi diagnosticado com fratura de rádio distal D, e fratura de fêmur D, sendo submetido a tratamento cirúrgico de ambas as lesões, conforme laudo médico apresentado, assinado pelo médico Juan Jaime Alcoba Aree, CRM 3323/PB. Adendo registrado por: Cassio Assis Espíndola, Escrivão de Polícia, matrícula: 1551159.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expede a presente Certidão. A

Heita e Verdade, Dou Fé.

PREVIDÊNCIA S/A
18 DEZ. 2018
PROTOCOLADO
JOÃO PESSOA

Procedimento Policial: 02229.01.2018.1.00.420



SECRETARIA DE ESTADO DA
SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
Delegacia Geral da Polícia Civil
1ª Superintendência Regional de Polícia Civil
Delegacia Especializada de Acidentes de
Veículos da Capital



**POLÍCIA
CIVIL**
PARAÍBA



**GOVERNO
DA PARAÍBA**
Secretaria de Estado da
Segurança e da Defesa Social


CASSIO ASSIS ESPÍNDOLA
Escrivão de Polícia

João Pessoa/PB, 19 de novembro de 2018.


LUCINETE ALVES DA SILVA
Noticiante



Procedimento Policial: 02229-01.2018.1.00.420

2/2



11-21-2007



Hospital General de Emergencias y Trauma
Servicio de Urgencia

GOVERNO
DA PARÁIBA

AV. ORESTES LISBOA, 5/N - CONJ. PEDRO GONDIM JOIO PBSSQA - CNES: 454561 - Tel.: 8332165736

Boletim de Atendimento: 1035202

[illegible]

NOTA DE PAGAMENTO



ENERGISA PARANÁ - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
R. 229, Km 23 - Centro Relâmpago - Jataí Paraná / PR - CEP 84011-400
CNPJ: 06.960.931/0001-40 - INSC. EST. 19.098.875-0

Nº 018/2018/107

LUCINETE ALVES DA SILVA
RUA WALFREDO MACEDO DE MORAES 87 APTD 201
JUSO PESSOA

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/211082-3

PERÍODO	DATA DE VENCIMENTO	CONSUMO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
DEZ/2018	12/12/2018	102	19/12/2018	R\$ 98,36



LUCINETE ALVES DA SILVA
Roteiro: 07-055-617-8820
85040908660-3 98366149033-3 02110822016-3 12816605019-4

Vencido R\$ 98,36 21/05/2019 12:35



Canal de contacto

18 DEZ. 2018
PROTOCOLO
10040 PESSOA

53650000001-0 35888146000-2 08428252018-4 09500001019-5



Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva).

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

O preenchimento deste formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.susep.gov.br/bibliotecaWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de profissão e renda, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, esta recusa é passível de comunicação ao COAF².

¹ Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

² Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.313/96.

Pelo exposto, eu Rodolfo Nóbrega Dias inscrito (a) no CPF sob o Nº 010.219.114 / 26 na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário Natércia Alves Brito inscrito (a) no CPF sob o Nº 081.010.269 / 10, do sinistro de DPVAT cobertura Invalidez da Vítima Natércia Alves Brito inscrito (a) no CPF sob o Nº 081.010.269 / 10, conforme determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão: _____ Renda: _____ e apresento os documentos comprobatórios:

☒ Recuso Informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a seguradora Lider DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço		Estado	Complemento
Rua Rodrigues de Aguiar		PA	1018102
Bairro	Cidade	CEP	
Centro	João Pessoa	58017030	
Email	Telefone comercial (DDD)	Telefone celular (DDD)	
rodolfoand@hotmail.com	(83) 988257033	(83) 988689709	

João Pessoa 17 de dezembro de 2018

Local e Data

Rodolfo Nóbrega Dias

Assinatura do Declarante

DLDR.L001.V001/2017



Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, Guilherme Soares Fernandes,
RG nº 2928907, data de expedição 09/04/2018
Órgão SSP/PPB, portador do CPF nº 085.750.134-27, com
domicílio na cidade de João Pessoa, no Estado de
Paraná, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)
Rodovia São João Lima, nº 462,
complemento _____, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a
vítima Natércia Alencar Pereira o condutor era
Natércia Alencar Pereira.

Veículo: Motocicleta
Modelo: Honda / NXR 160 Bros ESD
Ano: 2016/2016
Placa: OEY 5442 IPB
Chassi: 9C2KD0810GR431995
Data do Acidente: 18/10/18
Local e Data: João Pessoa, 17 de dezembro de 2018

Declarante
108 Ofício

Guilherme Soares Fernandes
Assinatura do Declarante

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)

Declarlinto
Código de acesso

Este documento foi gerado por meio do sistema de
assinatura eletrônica do Estado do Rio de Janeiro
Assinatura eletrônica do Estado do Rio de Janeiro

Recebo, como autêntico e verdadeiro, o(s) documento(s) apresentado(s) por
GUILHERME SOARES FERNANDES, portador do CPF nº 085.750.134-27, em nome de
João Pessoa, 18/10/2018.
O testador, João Pessoa, 18/10/2018.
LUIZ CARLOS DE SOUZA - Escrivão
[2018-10-18] 10:10:10 AM - 10/18/2018 10:10:10 AM - 10/18/2018 10:10:10 AM
Selo Digital: 10/18/2018 10:10:10 AM

PREVIDÊNCIA S/A
18 DEZ. 2018
PROTOCOLO
AC. JOÃO PESSOA





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA

LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE Natercio Viana Alves Bastos

DATA DE NASCIMENTO 15/03/88

NOME DA MÃE Lucinete Alves da Silva

DADOS EXTRAÍDOS

PRONTUÁRIO N.º 66616

BOLETIM DE ENTRADA N.º 1035202

DATA DO ATENDIMENTO 18/10/17

HORA DO ATENDIMENTO 18:03

MOTIVO DO ATENDIMENTO Acidente de moto

DIAGNÓSTICO (S) Fratura de rádio distal D e fêmur D

CID 10 S52.5 S72.3

AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste Serviço, vítima de acidente de moto, apresentando fratura fechada do fêmur direito, deformidade em punho direito, glasgow 15. Avaliado pela Traumatologia e internado para tratamento cirúrgico.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

Rx coxa D, punho D

USG(fast)

RESULTADOS DOS EXAMES:

RX: fratura de rádio distal D, fratura de fêmur D

TRATAMENTO:

Tração esquelética transtibial direita (realizado em 18/10/17). Tratamento cirúrgico de fratura de rádio distal D (realizado em 06/11/17). Tratamento cirúrgico de fratura de fêmur D (realizado em 06/11/17).

ALTA HOSPITALAR: 11/11/17

DATA DA EMISSÃO: 26/06/18

Dr. Juan Jaime Alcoba Arce
CRM: 3323/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena

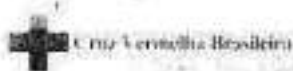
GOVERNO
DA PARAIBA

Boletim de Atendimento: 1035202



ID 801032	Nome NATERCYO ALVES VIANA BASTOS			Sexo Masculino	
Data de nascimento 15/03/1988	Idade 28 anos 7 meses 3 dias	Estado civil SOLTEIRO(A)	Religião CATOLICA	Prioridade 56618	
Mãe LUCINETE ALVES DA SILVA	Pai GERMARIO VIANA BASTOS				
Escolaridade MÉDIO COMPLETO			Responsável (Parentesco) O MESMO - O MESMO(A)		
DDD Móvel 83	Fone Móvel 988365342	DDD Fixo 83	Fone Fixo 983605316		
Tipo documento CPF	Número documento 08101016410	Nº C/s 20633584010805			
Local de procedência TAMBAULIZHO	Tipo BAIRRO		UF PB		
E-mail	Naturalidade JOAO PESSOA	CBOR			
Endereço					
CEP 52052208	Município de residência JOAO PESSOA	UF PB	Logradouro RUA WALFREDO MACEDO BRANDÃO		
Número 417	Complemento	Bairro JARDIM CIDADE UNIVERSITÁRIA			
Admissão					
Data e Hora 18/10/2018 15:52:57	Número da pulseira 1000005165109		Convênio SUS		
Especialidade CIRURGIA GERAL	Clínica				
Classificação de risco			Origem do paciente RUA		
Caráter do atendimento	Motivo do atendimento ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Descrição do acidente VEICULO X MOTO			
Indicadores e Transporte					
Caso policial Não	Plano de saúde Não	Veio de ambulância Não	Trauma Não		
Veio de transporte SAMU	Quem transportou				
Sinais Vitais					
PA	X	mmHg	Pulso	Temperatura	
Exames complementares					
Raio X []	Sangue []	Urina []	TC []	Liquor []	ECG []
Ultrassonografia []			PROTOCOLO		
Dados clínicos					
<p>Paciente vítima de queda de moto com lesões em</p> <p>MOD e MID</p> <p>Dr. Valdir S. M. Pinheiro</p> <p>Enfermeiro</p> <p>COREN-PB 137214</p> <p>18 DEZ 2018</p> <p>PROTOCOLO</p> <p>18/11</p> <p>US</p> <p>PC</p> <p>MD</p> <p>PA</p> <p>Tempo</p> <p>09/11/2018</p>					
Organização					
Atendido por MICHEL CARVALHO BORDES					





Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena



GOVERNO
DA PARAÍBA

AV. GRESTES LISBOA, S/n - PEDRO GONÇALVES
CNPJ: 445365 - Tel.: 3322165700

Impresso por: PEDRO
HENRIQUE GUTIERREZ
VARGAS FREITAS
Em: 06/11/2017 15:40:05

Paciente NATERCYO ALVES MIANA BASTOS	Boletim de Atendimento 1935202	Data/Hora Entrada 13/10/2017 19:03:57	Data/Hora Saída
Data de nascimento 13/03/1988	Idade 29	Sexo Masculino	CNPJ 206933584010005
Tempo de internação 18d 10h 26min	Convênio SUS	Plano DIURNO	

EVOLUÇÃO MEDICA (PEDRO HENRIQUE GUTIERREZ VARGAS FREITAS - 06/11/2017 10:47:24)

EVOLUÇÃO

DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO:

POI DE FRATURA DE RADIO DISTAL SEM INTERCORRENCIAS SEGUE AOS CUIDADOS POS ANESTESIA

Seção: HTOP - ENF 04 - Leito: 0601

Profissional responsável pela informação: PEDRO HENRIQUE GUTIERREZ VARGAS FREITAS

Número Conselho: 10579

Dr. Pedro Henrique
Gutierrez Vargas Freitas
CRM: 10579



	Sistema Único de Saúde Ministério da Saúde	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇA DE PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)	Folha 1/2
Identificação do Estabelecimento de Saúde		2 - CIES	
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE HTOP		3 - CIES	
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE HTOP		4 - CIES	
Identificação do Paciente		6 - Nº DO PRONTO-SOLDO	
5 - NOME DO PACIENTE Natércio Alves Viana Bastos		7 - CIES	
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)		8 - DATA DE NASCIMENTO	
10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL		11 - TELEFONE DE CONTATO	
12 - ENDEREÇO (RUA, ALameda, etc.)		14 - CDD. RG. MUNICÍPIO	
13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA		15 - UF	
17 - NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH)			
MUDANÇA DE PROCEDIMENTO			
18 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - ANTERIOR		19 - CDD. DO PROCEDIMENTO - ANTERIOR	
20 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA		21 - CDD. DO PROCEDIMENTO - MUDANÇA	
22 - DIAGNÓSTICO INICIAL		23 - CDD. DO PROCEDIMENTO	
SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)			
24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL		25 - CDD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
26 - SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA DE UTI E/OU DIÁRIA DE ACOMPANHANTE		27 - CDD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
<input type="checkbox"/> DIÁRIA DE ACOMPANHANTE		<input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO I	
<input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO II		<input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO III	
28 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL		29 - CDD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
30 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL		31 - CDD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
32 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL		33 - CDD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
34 - JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO			
CR 4,5 Bloqueado Bloqueado 4,5 14 pontos (cd) Tgnausos de Bloqueio n° 36/3 - 33/3 40/2 - 42/2 - 44/1 Porefusos contínuos n° 36/2.			
PROFISSIONAL SOLICITANTE		40 - DATA DA SOLICITAÇÃO	
35 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE		41 - DATA DA SOLICITAÇÃO	
41 - DOCUMENTO		42 - Nº DO DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE	
43 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)		44 - Nº DO DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE	
45 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)		46 - Nº DO DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE	
47 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)		48 - Nº DO DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE	





RELATÓRIO DE CIRURGIA



Nome: Matheus de Albuquerque BE/Prontuário: 09/11/13
Idade: 09 Sexo: () Masculino () Feminino Cor: 09 Data: 09/11/13
Clínica/Setor: Ortopedia EMP: 09 LR: 09
Cirurgia: Tecido conjuntivo de fratura de tíbia
Cirurgião: Dr. João 1º Assistente: Dr. João
2º Assistente: Dr. João 3º Assistente: Dr. João
Instrumentador: Dr. João Anestesista: Dr. João
Tipo de Anestesia: Dr. João Horário: Início 09 Término 09

Diagnóstico Pós-Operatório	CID
<u>Fratura de tíbia</u>	<u>09</u>

Procedimentos Cirúrgicos	Código
<u>Tecido conjuntivo de fratura de tíbia</u>	<u>09</u>

Acidente durante Ato Cirúrgico: () Sim () Não Descrição: 09

Biopsia de Congelação: () Sim () Não

Encaminhamento do Paciente Após Ato Cirúrgico:

() Enfermaria () Terapia Intensiva () Residência () Óbito durante Ato Cirúrgico

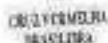
Dr. Pedro Henrique Carlos

Medico
CRM 18799

João Pessoa, 18/11/13

Médico/CRM: 09





DATA	DESCRIÇÃO DA CIRURGIA
Posição e Preparo:	<p>Animal em DTH - costura</p> <p>Hemostase e controle</p> <p>Aplicação de curativos</p>
Incisão:	<p>Incisão longitudinal lateral no coto (7)</p>
Achados:	<p>Fratura Diáfise de Fêmur (5)</p>
Conduta:	<p>Desbridamento e Hemostase Costurose</p> <p>Desbridamento Fino e do Foco de Fratura</p> <p>Retirada de Pilo 250 U.S. e 10 Puntos</p> <p>e de 4 Puntos Costurose</p> <p>Redução de Fratura com Enclavamento</p> <p>direto</p> <p>Fixação de 14 Puntos e 14 Puntos</p> <p>Remoção de Hemostase</p>
Fechamento:	<p>Curativo com curativo</p> <p>Curativo externo</p> <p>Curativo - e controle</p>
Observação:	<p>SEU PREVIDENCIA S/A</p> <p>18 DEZ. 2018</p> <p>PROTOCOLO</p> <p>17 DEZ. 2018</p>

Médico/CRM:

João Pessoa, 09.11.17

ENGLASCTB.D00-1



Nota de Sala Cirúrgica

Nome do Paciente: Natércio Alves Viana Bastos

Idade: 29 **Sexo:** M **Internista:** 04 **Urgência:** 01

Cirurgia: Fto. cr. Tumor da base de fêmur D + mo. ci. Retrack de material

Quirurgião: Dr. Alexandre de Azevedo, Dr. Paulo Roberto de Azevedo

Anestesia: Raqui Bloqueio

Anestesiologista: Dr. Alexandre de Azevedo

Instrumentador: Rodrigo (comp. de)

Data: 04/11/18 **Horário:** 15:00 **Terminou:** 18:30

Índice de Risco de Cirurgia - ASA (American Society of Anesthesiologists): ASA II (ASA I + ASA II) (ASA I + ASA II)

Gravidade da Contaminação: () Limpas () Contaminadas () Infectadas () Potencialmente Contaminadas

MEDICAÇÕES ANESTÉSICAS	QTD.	MATERIAIS CONT.	QTD.	PROS.	QTD.
ALFENTANIL		JELCO Nº18		PRO CAT GUT CROMADO Nº	
BUPIVACAÍNA ISOBARICA	1 500g	JELCO Nº20		PRO CAT GUT CROMADO Nº	
BUPIVACAÍNA PESADA		JELCO Nº22		PRO DE AÇO Nº	
CEFAMANDOL	1 500g	JELCO Nº24		PRO DE AÇO Nº	
DROPERIDOL		KIT SET. DREN. TORÁCICA Nº		PRO DE NYLON Nº	
ETONIDATO		LAMINA BESTUR Nº11		PRO DE NYLON Nº	
ETONIDATO		LAMINA BESTUR Nº12		PRO DE NYLON Nº	
ETONIDATO		LAMINA BESTUR Nº13		PRO POLYLACTINA Nº	
ETONIDATO		LAMINA BESTUR Nº14		PRO POLYLACTINA Nº	
ETONIDATO		LAMINA DE DERMATÓMIO		PRO POLYLACTINA Nº	
ETONIDATO		LAMINA DE ENXERTO		PRO POLIPROPILENO Nº	
ETONIDATO		LAMINA DE PROCEDIMENTO FAR.		PRO POLIPROPILENO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº1		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº2		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº3		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº4		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº5		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº6		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº7		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº8		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº9		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº10		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº11		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº12		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº13		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº14		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº15		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº16		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº17		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº18		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº19		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº20		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº21		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº22		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº23		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº24		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº25		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº26		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº27		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº28		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº29		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº30		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº31		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº32		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº33		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº34		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº35		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº36		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº37		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº38		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº39		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº40		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº41		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº42		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº43		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº44		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº45		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº46		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº47		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº48		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº49		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº50		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº51		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº52		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº53		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº54		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº55		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº56		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº57		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº58		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº59		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº60		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº61		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº62		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº63		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº64		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº65		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº66		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº67		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº68		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº69		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº70		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº71		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº72		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº73		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº74		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº75		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº76		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº77		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº78		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº79		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº80		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº81		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº82		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº83		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº84		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº85		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº86		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº87		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº88		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº89		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº90		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº91		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº92		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº93		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº94		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº95		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº96		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº97		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº98		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº99		PRO POLIURETANO Nº	
ETONIDATO		LAMINA ESTÉRIL Nº100		PRO POLIURETANO Nº	

Medicações: Adrenalina, Agl. destilada, Atropina, Bextra, Cefazolina, Dexametasona, Difeno Hídrico, Efedrina, E. Rosemida, Glucocorticoide, Hidrocortisona, Lidocaína Gélida, Ondas Entrona, Plasil, Prostigmina, Protamina, Tenoxicam.

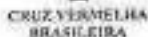
Equipamentos: Aspirador, Bisturi Elétrico, Câncer, Câncer Monitor, Desfibrilador, Foco Auxiliar, Foco Central, Microscópio, Osmetrom de Pulso, P.A. Invasiva Não Invasiva, Perfurador Elétrico, Sonda, Sonda.

Outros: 42/2 - 44/2, 45/2 - 46/2, 47/2 - 48/2, 49/2 - 50/2, 51/2 - 52/2, 53/2 - 54/2, 55/2 - 56/2, 57/2 - 58/2, 59/2 - 60/2, 61/2 - 62/2, 63/2 - 64/2, 65/2 - 66/2, 67/2 - 68/2, 69/2 - 70/2, 71/2 - 72/2, 73/2 - 74/2, 75/2 - 76/2, 77/2 - 78/2, 79/2 - 80/2, 81/2 - 82/2, 83/2 - 84/2, 85/2 - 86/2, 87/2 - 88/2, 89/2 - 90/2, 91/2 - 92/2, 93/2 - 94/2, 95/2 - 96/2, 97/2 - 98/2, 99/2 - 100/2.

Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 05/07/2019 12:35:02

Num. 22495155 - Pág. 4



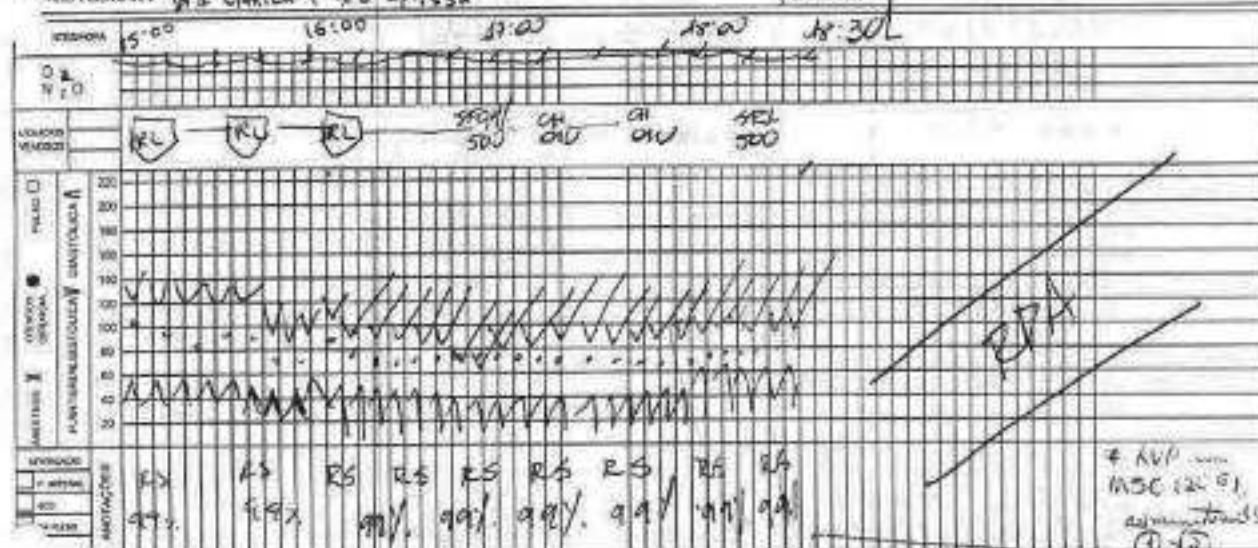


2



PRONTUÁRIO:

PACIENTE: Natércia Alves Viana	SEXO: M	COR:	IDADE: 29
PRESSÃO ARTERIAL / PULSO	RESPIRAÇÃO	TEMPERATURA	PESO
GRUPO SANGÜÍNEO	ESTADO GERAL () BOM () REGULAR () MAU () PÉSSIMO	RISCO CIRÚRGICO () BOM () REGULAR () MAU () PÉSSIMO	
EXAMES COMPLEMENTARES	NO HISTÓRICO, CÉLULAS		
AP. RESPIRATÓRIO	AP. CIRCULATÓRIO	ESTAR	
AP. DIGESTIVO	ESTADO MENTAL	DROGAS EM USO	VPM
PRÉ-ANESTÉSICO			ESTADO FÍSICO (ASA)
DOSE / HORA			
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO			
CIRURGIA REALIZADA	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DIÁFISSE DE FEMUR		
CIRURGIÃO: Dr. João	AUXILIARES:	Laura / Dorena	
INÍCIO DA ANESTESIA 15:00	TÉRMINO DA ANESTESIA 18:30	DURAÇÃO DA ANESTESIA 3h 30'	
CÓDIGO DO PROCEDIMENTO	QUANT. DE CH.	VALORES RS	
ANESTESIA 3m Coma + Dr. João			CRM-PB

[illegible]



CIQUE PREVIDÊNCIA
BRASILTEIA

REGISTRO DE UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS ÓRTESES PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS - OPME

ANEXO

Data: 06/11/12

Protocolo: 1035202

Número:

Paciente: Walemyr Alves Viana Santos

Procedimento: Inst. cir. prot. nódulo distal em M.S.D

Data: 1/11/12

Caixa Pronta:

SUS: 127 Nilo SUS ()

Reposição:

Reposição:

Médico:

Médico:

DISPENSACÃO - CME

FORNECEDOR	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	CÓDIGO SUS	MARCA
3.5 TM	Placa em "T" com 4x4	01		
	Panaflexes espongiosos n. 20	01		
	Panaflexes espongiosos n. 26	01		
	Panaflexes espongiosos n. 16	01		
	Panaflexes espongiosos n. 22	01		

DISPENSACÃO - FARMÁCIA

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	CÓDIGO SUS	MARCA
Abulon A-100	01		

Ass. Valéria C. de Sá
Enf. Especializ. em
Cirurgia Plástica


Ass. Valéria C. de Sá
Enf. Especializ. em
Cirurgia Plástica

ASSINATURA EM FARMÁCIA - CUBEN

ASSINATURA EM CIRCULO ADOTE RESPONSÁVEL

FING),APC,013-2



 SUS Sistema Único de Saúde	Ministério da Saúde	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇA DE PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)	Folha 1/2																																																		
Identificação do Estabelecimento de Saúde 1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE: <u>HOSP</u> 2 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE: <u>HOSP</u>		3 - CNES: <table border="1" style="width: 100%;"><tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr></table> 4 - CNES: <table border="1" style="width: 100%;"><tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr></table>																																																			
Identificação do Paciente 5 - NOME DO PACIENTE: <u>Natereya Alves Viana Santos</u> 6 - DATA DE NASCIMENTO: <u>1/1/ </u> 7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS): <table border="1" style="width: 100%;"><tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr></table> 8 - SEXO: <u> </u> 9 - IDADE: <u> </u> 10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL: <u>Natereya Alves Viana Santos</u> 11 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO): <u> </u> 12 - CID: <u> </u> 13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA: <u> </u> 14 - CÓD. DO MUNICÍPIO: <u> </u> 15 - UF: <u> </u> 16 - CEP: <u> </u>												17 - NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH): <u>1035202</u> 18 - CÓD. DO PROCEDIMENTO - ANTERIOR: <table border="1" style="width: 100%;"><tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr></table> 19 - CÓD. DO PROCEDIMENTO - MUDANÇA: <table border="1" style="width: 100%;"><tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr></table> 20 - CÓD. DO PROCEDIMENTO - MUDANÇA: <table border="1" style="width: 100%;"><tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr></table> 21 - CÓD. DO PROCEDIMENTO - MUDANÇA: <table border="1" style="width: 100%;"><tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr></table> 22 - DIAGNÓSTICO INICIAL: <u> </u> 23 - CID 10 PRINCIPAL: <u> </u> 24 - CID 10 SECUNDÁRIO: <u> </u> 25 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS: <u> </u>																																									
MUDANÇA DE PROCEDIMENTO																																																					
26 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - ANTERIOR: <u> </u> 27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA: <u> </u> 28 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA: <u> </u> 29 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA: <u> </u> 30 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA: <u> </u>																																																					
SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)																																																					
31 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL: <u> </u> 32 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL: <u> </u> 33 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL: <u> </u> 34 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL: <u> </u> 35 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL: <u> </u> 36 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL: <u> </u> 37 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL: <u> </u>																																																					
38 - JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO: <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 60%;"> <p>01 placa em "T" 4x4</p> <p>01 parafuso esparafuso n. 30</p> <p>01 parafuso esparafuso n. 26</p> <p>01 parafuso esparafuso n. 16</p> <p>01 parafuso esparafuso n. 22</p> </div> <div style="width: 35%; border: 1px solid black; padding: 5px;"> <p>CX 3,5 FM</p> <p>01 agulha esparafuso</p> <p>18 DEZ. 2018</p> <p>PROTOCOLO</p> </div> </div>																																																					
PROFISSIONAL SOLICITANTE 39 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE: <u> </u> 40 - DATA DA SOLICITAÇÃO: <u> </u> 41 - DOCUMENTO: <u> </u> 42 - Nº DOCUMENTO (CNS/CDF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE: <u> </u> 43 - ASSINATURA E CARIMBO Nº DO REGISTRO DO CONSELHO: <u> </u>																																																					
AUTORIZAÇÃO																																																					
44 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR: <u> </u> 45 - DATA DA AUTORIZAÇÃO: <u> </u> 46 - DOCUMENTO: <u> </u> 47 - Nº DOCUMENTO (CNS/CDF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR: <u> </u> 48 - ASSINATURA E CARIMBO Nº DO REGISTRO DO CONSELHO: <u> </u>																																																					





RELATÓRIO DE CIRURGIA

RECIBO

Nome: Matheus Albre Vianna Bastos BE/Prontuário: 1035202
Idade: 29 Sexo: ☒ Masculino ☐ Feminino Cor: _____ Data: 06/11/17
Clínica/Setor: Ortopedia EMP: _____ LR: _____
Cirurgia: Tratamento cirúrgico de fratura de rádio distal (D)
Cirurgião: Dr. Steffen 1º Assistente: Dr. Gustavo
2º Assistente: Dr. Anderson 3º Assistente: Dr. Wilton
Instrumentador: _____ Anestesista: Dr. Camila
Tipo de Anestesia: Bloqueio Horário: Início _____ Término _____

Diagnóstico Pós-Operatório	CID
<u>Fratura de rádio distal (D)</u>	

Procedimentos Cirúrgicos	Código
<u>Tratamento cirúrgico de fratura de rádio distal</u>	

Acidente durante Ato Cirúrgico: ☐ Sim ☒ Não. Descrição: _____

Biopsia de Congelamento: ☐ Sim ☒ Não

Encaminhamento do Paciente Após Ato Cirúrgico:

☒ Enfermaria ☐ Terapia Intensiva ☐ Residência ☐ Óbito durante Ato Cirúrgico



João Pessoa: 06/11/17

Médico/CRM: _____

F(NG).ASCIR.009-1

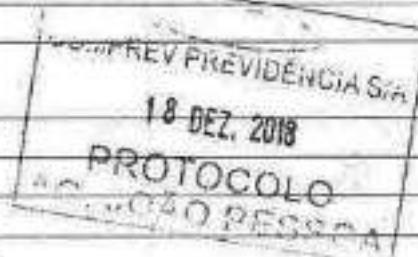




RELATÓRIO DE CIRURGIA



DESCRIÇÃO DA CIRURGIA
Posição e Preparo: Paciente em DMU sob anestesia Assepsia com tiosépio Colocação de campos cirúrgicos Posicionamento de gume em ASD
Incisão: Via de acesso sobre o punho Dissecção e dissecação por planos
Achados: Fratura de rádio distal direito em processo de consolidação (~ 20 dias de fratura) + cominuta
Conduta: Redução da fratura com auxílio de escopi Fixação e estabilização da fratura com placa em TC (3x13 furos) + 2 parafusos corticais + 2 parafusos externos Limpeza com SF
Fechamento: Sutura por planos Retirada do gume (~ 1h30 de cirurgia) Curativos estéril Ps de controle
Observação:



Dr. Pedro Henrique Freitas
Médico Residente
Ortopedia e Traumatologia

João Pessoa, 06/11/18

Médico/CRM:

[Assinatura]

FONG/ASCIL/000-1



HISTÓRICO
PACIENTE

FICHA DE ANESTESIA

HISTÓRICO

DATA: 06/11/18

PRONTUÁRIO: 1033202

PACIENTE: Natália Alves Lima Bato

SEXO: M COR:

IDADE: 29

PRESSÃO ARTERIAL	PULSO 85	RESPIRAÇÃO	TEMPERATURA	PESO	GRUPO SANGÜÍNEO
ESTADO GERAL	(X) BOM () REGULAR () MAU () PÉSSIMO	RISCO CIRÚRGICO	(X) BOM () REGULAR () MAU () PÉSSIMO		
EXAMES COMPLEMENTARES	NO PRELIMINAR	CHECADO			
AP. RESPIRATÓRIO	EXPANSA	AP. CIRCULATÓRIO	ESTÁVEL		
AP. DIGESTIVO	SÓLIDO	ESTADO MENTAL	L.O.T.C.	DRÓGAS EM USO	
PRÉ-ANESTÉSICO					ESTADO FÍSICO (ASA)
DOSE / HORA					I
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO	FRATURA DE PUNHO DIREITO (Roda Rodol)				
CIRURGIA REALIZADA	TR. CIRÚRGICO DE FRATURA DE PUNHO DIREITO (Roda Rodol)				
CIRURGIÃO	Dr. Faxon	AUXILIARES			
INÍCIO DA ANESTESIA	8:30	TÉRMINO DA ANESTESIA	10:50	DURAÇÃO DA ANESTESIA	140 min
CÓDIGO DO PROCEDIMENTO		QUANT. DE CM		VALORES R3	
ANESTESISTA	Dr. Camila	CPF		CRM-PB	

Cirurgião
Médico
CRM-PB 8057

RESPIRAÇÃO 8:30 10:50

ANESTESIA

EL - EL

Tempo do garoto
09:00 - 10:30* Pte. atendida
e Dificuldade# 140 min
MSE
(1) + (2)Vitalidade
Paciente
Respiração
Pulso
Temperatura
Pressão ArterialVitalidade
Paciente
Respiração
Pulso
Temperatura
Pressão ArterialRESPIRAÇÃO
PULSO
TEMPERATURA
PRESSÃO ARTERIALRESPIRAÇÃO
PULSO
TEMPERATURA
PRESSÃO ARTERIAL

☐ ANESTESIA GERAL ☐ RAQUIDIAN ☐ LOCAL ☐ BLOCOS ☐ BLOCOS ☐ OUTROS

Pte. em DDA, mantida, pte. estável, pte. anestesia, contendo local

MEDICAMENTOS E MATERIAIS USADOS NO ATO ANESTÉSICO

1	MIDAZOLAM 4mg	11
2	ROPIVACAINE 100 mg	12
3	MANDELAZOLAM 20mg	13
4	LIDOCAINE 30mg	14
5	ÁGUA DESTILADA 100ml	15
6	CEFAZOLINA 2g	16
7	ROPIVACAINE 100	17
8	ROPIVACAINE 100	18
9	ROPIVACAINE 100	19
10	ROPIVACAINE 100	20

18 DEZ. 2018

PROTÓCOLO

1040 PESSOA

Assinatura do pte. responsável por via intravenosa, na qual, com auxílio de bloco A100 + manobra de compressão, surgiu de (3) + (5) + (5). Sem intercorrências.



8

GABRIEL FLORES
Licenciado en Historia
Tercer Grado de Honor
CORONA 10002





REGISTRO DE UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS
ÓRTESES PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS - OPME

185137

Preparatório: 1035202
Data: 18/10/2017
Repositório: _____

Date: / /

ColgatePalmolive.

Número:
Patients: *Natalya Aleksandra*
Inpatient: *1995-1996 and 1996-1997*

SUS: ✓ Nae SUS: ✓
Medic: Hamberg + Hattens R2

DISPENSACÃO CME		QUANTIDADE	CÓDIGO SUS	MARCA
FORNECEDOR	DESCRIÇÃO DO PRODUTO			
	Indeterminado Exo de Kirchner N° 45	03		

18 DEZ. 2018
 PROTOCOLO

[illegible]

CONFIDENTIAL

Enrollment

MEMBER - JEFFREY A. HARRIS
HARRIS CONSULTANTS OF FINE DENTIST

ASSOCIATIUM PRO MEDICINA ET COM

384-328

FUNDING APC 013-7

 SUS Sistema Único de Saúde		Ministério da Saúde	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇA DE PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)		Folha 1/2
Identificação do Estabelecimento de Saúde			2 - CNES		
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE					
2 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE			4 - CNES		
Identificação do Paciente			5 - Nº DO REGISTRO		
3 - NOME DO PACIENTE			1035202		
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)			6 - DATA DE NASCIMENTO		
			8 - SEXO		
10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL			11 - TELEFONE DE CONTATO		
12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)			14 - CDD. IBSGE MUNICIPAL		
13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA			15 - UF		
			16 - CEP		
17 - NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH)					

MUDANÇA DE PROCEDIMENTO					
18 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - ANTERIOR			19 - CDD. DO PROCEDIMENTO - ANTERIOR		
20 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA			21 - CDD. DO PROCEDIMENTO - MUDANÇA		
22 - DIAGNÓSTICO INICIAL		23 - CDD. PRIMÁRIO	24 - CDD. 1º SECUNDÁRIO	25 - CDD. 10 CAUSAS ASSOCIADAS	

SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)					
26 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL			27 - CDD. DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL		
28 - SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA DE UTI E/OU DIÁRIA DE ACOMPANHANTE			29 - CDD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL		
<input type="checkbox"/> DIÁRIA DE ACOMPANHANTE <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO I <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO II <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO III			30 - CDD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL		
31 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL			32 - CDD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL		
33 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL			34 - CDD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL		
35 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL			36 - CDD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL		

38 - JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO	
Anterior: Exo de Kirschman N. 4,5 = 01	

PROFISSIONAL SOLICITANTE			
39 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE		40 - DATA DA SOLICITAÇÃO	
18/12/2018		18/12/2018	
41 - DOCUMENTO		42 - ASSINATURA E CARIMBO DO PROFISSIONAL SOLICITANTE	
18/12/2018		Dr. Suelio Moreira Torres	
PROTOCOLO AUTORIZAÇÃO			
43 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR		44 - CDD. ORSÃO EMISSOR	
18/12/2018		18/12/2018	
45 - DOCUMENTO		46 - ASSINATURA E CARIMBO DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR	
18/12/2018		18/12/2018	





RELATÓRIO DE CIRURGIA



Nome: MARCO MARILIA BRUNO BE/Prontuário: _____
Idade: _____ Sexo: ☒ Masculino ☐ Feminino Cor: _____ Data: 18/1
Clínica/Setor: ORTOPEDIA EMP: _____ LR: _____
Cirurgia: FX DISTAL DA FÊMUR (1) + MOLO DISTAL (2)
Cirurgião: DR. MARCO BRUNO 1º Assistente: DR. MARCO BRUNO
2º Assistente: _____ 3º Assistente: _____
Instrumentador: _____ Anestesista: DR.
Tipo de Anestesia: RAQUIDIANAL SEDATIVO Horário: Início _____ Término _____

Diagnóstico Pós-Operatório	CID
<u>FX DISTAL DA FÊMUR (1)</u>	
<u>FX DO MOLO DISTAL (2)</u>	

Procedimentos Cirúrgicos	Código
<u>IMPLANTACAO DE PLACA E FIO (1)</u>	

Acidente durante Ato Cirúrgico: ☐ Sim ☒ Não. Descrição: _____

Biopsia de Congelamento: ☐ Sim ☒ Não

Encaminhamento do Paciente Após Ato Cirúrgico:

☒ Enfermaria ☐ Terapia Intensa ☐ Residência ☐ Óbito durante Ato Cirúrgico

Médico/CRM: _____

Dr. Marcos Bruna
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PR 8436

João Pessoa, 18/10/14

FING/ASCIR.009-1





CRUZ VERMELHA
BRASILEIRA

RELATÓRIO DE CIRURGIA



HOSPITAL

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Posição e Preparo:

- 1) Pac. em DD: 50° Anestesia
- 2) Anti-sépsia e Assépsia
- 3) Aposição de campos estéril

Incisão:



Achados:

fratura

Conduta:

- 1) Imobilização definitiva (D)
- 2) Pos. de fix. no imobil.
- 3) Sinais vitais - Paciente (D)

Fechamento:

curativo

Observação:

SUSPREV PREVIDÊNCIA S/A
18 DEZ. 2018
PROTOCOLO
140 PESSOA
João Pessoa. 18/12/18

Dr. Mathias Mozart
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PB 9456

Médico/CRM:

F(NQ)ASCIR.00061



B. 1035202

384-328





INSTITUTO
BRASILEIRO

FICHA DE ANESTESIA

IBATI-001

DATA: 18/10/17

PRONTUÁRIO:

PACIENTE: Heleneiro Leves V. Borges SEXO: M COR: IDADE: 29

PRESSÃO ARTERIAL: 100 PULSO: 100 RESPIRAÇÃO: 13 TEMPERATURA: PESO GRUPO SANGÜÍNEO:

ESTADO GERAL: BOM () REGULAR () MAU () PÉSSIMO RISCO CIRÚRGICO: BOM () REGULAR () MAU () PÉSSIMO

EXAMES COMPLEMENTARES: URIN

AP. RESPIRATÓRIO: Jejum AP. CIRCULATÓRIO:

AP. DIGESTIVO: ESTADO MENTAL: Livre DROGAS EM USO:

PRE-ANESTÉSICO: ESTADO FÍSICO (ASA):

DOSE: HORA

DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: Fratura de fratura de humero D + 10 cm acima do ombro

CIRURGIA REALIZADA: Tratamento cirúrgico

CIRURGIÃO: Dr. Alexandre AUXILIARES:

INÍCIO DA ANESTESIA: 21:30 TÉRMINO DA ANESTESIA: 21:45 DURAÇÃO DA ANESTESIA: 15

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO: QUANT. DE CH: VALORES NS:

ANESTESISTA: Dr. Saulo Viana e Dr. Marcelo (V) e Dr. Vitor M. P. F.

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:

ANESTESIA:



INSPREV PREVIDÊNCIA S.A.
18 DEZ. 2018
PROTOCOLO
OAO PESSOA





REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADES

DETAM - PB
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULO
DATA DE REGISTRO: 20180606 06:57:18
1 01078762063 3 00/00000000 12018

GERMÃO SOARES FERNANDES

NOVO **PB** **9C2K00B13GR431995** **ALCO/GASOL**

08575015427 **085442/PB**

PAS/MOTOCICLE/NAO APIC **ALCO/GASOL**

HONDA/NXR160 BRON 5500 **2016 2016**

2 P/160 /111 PARTIC **PERTE**

00/03/0000 **00/02/2018**

PARA ATUA **0** **00/03/0000** **00/02/2018**

PREMIO TOTAL (R\$) **0** **00/03/0000** **00/02/2018**

PREMIO TOTAL (R\$) **0** **00/03/0000** **00/02/2018**

A.E ADM DE CONC NACION HONDA LIDA

JOAO PESSOA-PB **16/02/2018** **15248**

42277

PROTÓCOLO
18 DEZ. 2018
AC. JOAO PESSOA

PB Nº 013929655291 **BILHETE DE SEGURO DPVAT**

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA
www.seguradordelider.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

1 08575015427 **085442/PB**

01078762063 **HONDA/NXR160 BRON 5500**

2016 9 **9C2K00B13GR431995**

PREMIO TARIFARIO **00/03/0000** **00/02/2018**

PARA ATUA **0** **00/03/0000** **00/02/2018**

PREMIO TOTAL (R\$) **0** **00/03/0000** **00/02/2018**

PREMIO TOTAL (R\$) **0** **00/03/0000** **00/02/2018**

A.E ADM DE CONC NACION HONDA LIDA

JOAO PESSOA-PB **16/02/2018** **15248**

42277

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3180593889 **Cidade:** João Pessoa **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS **Data do acidente:** 18/10/2017 **Seguradora:** Investprev Seguradora S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 31/01/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA DISTAL DE RÁDIO DIREITO.
FRATURA DIAFISÁRIA DE FÊMUR DIREITO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (FÊMUR DIREITO), DEMAIS CONSERVADOR. ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes: DEBILIDADE FUNCIONAL EM MEMBRO INFERIOR DIREITO.

Sequelas: Com sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas: DEBILIDADE FUNCIONAL LEVE EM MEMBRO INFERIOR DIREITO.

Documentos complementares:

Observações: VÍTIMA SUBMETIDA A PERÍCIA MÉDICA DIA 12/03/2018, ONDE FOI CONSTATADA SEQUELA EM MEMBRO INFERIOR DIREITO GRAU MODERADO.
EVIDENCIAMOS QUE A SEQUELA JÁ FOI INDENIZADA CONFORME TABELA PREVISTA EM LEI VIGENTE.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Complemento por reanálise - 0 %	0%	R\$ 0,00
		Total	0 %	R\$ 0,00



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3180593889 **Cidade:** João Pessoa **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS **Data do acidente:** 18/10/2017 **Seguradora:** Investprev Seguradora S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 31/01/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Sim

Diagnóstico: FRATURA DISTAL DE RÁDIO DIREITO.
FRATURA DIAFISÁRIA DE FÊMUR DIREITO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (FÊMUR PLACA E PARAFUSOS), DEMAIS CONSERVADOR. ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes:

Sequelas:

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações: VÍTIMA INDENIZADA EM - 50% DEBILIDADE MODERADA DO MEMBRO INFERIOR DIREITO. SINISTRO: 3180091730 ACIDENTE:01/12/16 - POR LUXAÇÃO DE QUADRIL DIREITO. SOLICITO PERÍCIA PARA FINS DE ESCLARECER DIAGNOSTICO, TRATAMENTO, E SEQUELAS PERMANENTES, INSUSCEPTÍVEIS DE AMENIZAÇÃO POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA. NA VIGÊNCIA DESTAS, INFORMAR PRESENÇA DE LIMITAÇÃO FUNCIONAL E/OU ANATÔMICAS E ÂNGULOS DE BLOQUEIO AOS MOVIMENTOS ARTICULARES, CASO PRESENTES.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Complemento por reanálise - 0 %	0%	R\$ 0,00
Total			0 %	R\$ 0,00



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Natércio Alves Viana Bastos
NACIONALIDADE: Brasileiro **ESTADO CIVIL:** solteiro
PROFISSÃO: motorista **Nº DO RG:** 3422086
ORGÃO EMISSOR: SSP-PB **DATA DE EMISSÃO:** 07/07/2013
Nº CPF: 081.010.269-10 **ENDEREÇO:** Rua Walfredo
Macedo Brandão, 917, apt 203, Jd. Cid. Univer
sitário
OUTORGADO: Rodrigo Nobrega Nolas
NACIONALIDADE: Brasileiro **ESTADO CIVIL:** unido
PROFISSÃO: advogado **Nº DO RG:** 2168990
ORGÃO EMISSOR: SSP-PB **DATA DE EMISSÃO:** 03/10/2009
Nº CPF: 010.214.119-26 **ENDEREÇO:** Rua Rodrigues
de Aquino, 144 sala 101 e 102

PODERES:

Para requerer o Seguro DPVAT da vítima/beneficiário Natércio Alves Viana Bastos que tem direito o outorgante, junto a qualquer Seguradora que pertence ao Consórcio DPVAT administrado pela Seguradora Líder, em razão de acidente de trânsito, podendo o referido (a) procurador (a) dar entrada no processo, em nome do mesmo, bem como, requerer, e retirar documentos em órgãos públicos, municipais, estaduais ou federais, ou órgãos privados, além de transigir, depositar, solicitar informações, tendo também poderes específicos para assinar autorização de pagamento e aviso de sinistro, em nome da vítima ou beneficiário do Seguro DPVAT.

João Pessoa, 01 de novembro de 20 18.

CARTÓRIO
MÉDIA BATISTA

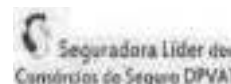
Natércio Alves Viana Bastos
Assinatura



OBS: Reconhecimento a firma da assinatura, por autenticidade, autêntica ou verdadeira.



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0455381/18

Vítima: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

CPF: 081.010.264-10

Seguradora: Investprev Seguradora S/A

Data do acidente: 18/10/2017

Titular do CPF: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

CPF de: Próprio

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência
Comprovação de ato declaratório
Declaração de Inexistência de IML
Declaração do Proprietário do Veículo
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
DUT

RODOLFO NOBREGA DIAS : 010.214.114-26

Comprovante de residência
Declaração Circular SUSEP 445/12
Documentos de identificação
Procuração

NATERCYO ALVES VIANA BASTOS : 081.010.264-10

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 18/12/2018
Nome: RODOLFO NOBREGA DIAS
CPF: 010.214.114-26

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 18/12/2018
Nome: ADAILTON SANTOS DE OLIVEIRA
CPF: 109.758.064-40

RODOLFO NOBREGA DIAS

ADAILTON SANTOS DE OLIVEIRA





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo: 08014119520198152003

AUSÊNCIA DE COBERTURA

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **NATERCYO ALVES VIANA BASTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **18/10/2017**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **19/11/2018**.

Após análise detida dos documentos apresentados, verificou-se a ausência de cobertura, vez que a parte autora não restou inválida, pressuposto necessário para o pagamento da indenização pleiteada.

Portanto, em que pese o requerimento da indenização na via administrativa, houve a NEGATIVA da Seguradora responsável pela regulação, haja vista, a ausência de sequelas.



Em consulta ao CPF da parte Autora, localizamos os seguintes sinistros:

1 - PROCESSO Nº: 20020121245985 DA 13 VC DE JOÃO PESSOA/PB

ESCRITÓRIO: QUEIROZ CAVALCANTI ADVOCACIA

STATUS: ENCERRADA DATA DO SINISTRO: 15/12/2010 OBJETO:

INVALIDEZ PAGAMENTO ADMINISTRATIVO: NÃO HISTÓRICO DO PROCESSO: AS PARTES CELEBRARAM ACORDO NO VALOR TOTAL DE R\$ 5.197,50, SENDO R\$ 4.725,00 DE INDENIZAÇÃO POR LESÃO NO MEMBRO INFERIOR DIREITO NA GRADUAÇÃO DE 50% E R\$ 472,50 DE HONORÁRIOS;

2 - VÍTIMA INDENIZADA EM - 50% DEBILIDADE MODERADA DO MEMBRO INFERIOR DIREITO. SINISTRO: 3180091730 ACIDENTE: 01/12/16 - POR LUXAÇÃO DE QUADRIL DIREITO.

Desta forma Exa., verificamos que o total pago administrativamente pela seguradora, em razão da lesão sofrida no membro inferior direito, já atingiu o teto máximo de 100%, visto que foi efetuado pagamento administrativo de 50% do membro no sinistro 3180091730 e no processo judicial 20020121245985.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

A parte Autora sustenta que encontra-se inválida permanentemente devido as supostas lesões sofridas decorrentes de acidente de trânsito.

Acontece Exa., que toda documentação médica apresentada aos autos não corrobora com o alegado, pelo contrário comprova cabalmente que NÃO HÁ INVALIDEZ e/ou DEBILIDADE PERMANENTE, OU SEJA, NÃO HÁ COBERTURA DO SEGURO DPVAT.

Assim, a parte Autora, deixou de comprovar de maneira precisa que é portador de invalidez permanente, não fazendo jus à indenização referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação e visto não haver meios comprobatórios do alegado, devendo a demanda ser julgada improcedente, em consonância com o disposto no artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil.

DO MÉRITO

DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA

DAS DIVERGÊNCIAS DE INFORMAÇÕES NO BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Conforme dispõe o art. 385, NCP/15, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A Ré informa a necessidade de ser ouvida, pessoalmente, a parte autora sobre os fatos narrados na inicial, bem como toda documentação juntada aos autos, em especial o BOLETIM DE OCORRÊNCIA, haja vista que a



narrativa dos fatos, não foi exposta de forma clara, não há testemunhas, constando apenas relatos totalmente unilaterais da parte Autora para sua própria conveniência, 13 meses após o alegado acidente.

Portanto, para que não paire qualquer dúvida sobre a autenticidade do Boletim de Ocorrência apresentado aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício à Delegacia de Polícia na qual fora registrada a ocorrência, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

DA VALIDADE DO REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Verifica-se Nobre Magistrado que o boletim de ocorrência policial acostado aos autos, trata-se de mera certidão, a qual foi comunicada pelo próprio autor, documento este produzido unilateralmente, a conveniência do interessado, assim, não tem validade alguma para a presente lide.

Há de ser considerado que o boletim de ocorrência policial anexo aos autos, somente foi registrado após 13 MESES da data do alegado acidente noticiado.

Ademais, o boletim de ocorrência policial foi relatado pelo próprio autor a sua conveniência, sem testemunhas, e sem a presença da autoridade competente no local.

Em análise ao presente feito, verifica-se com estranheza que não foi apresentado Boletim de Ocorrência da data do sinistro supostamente ocorrido em 18/10/2017, não podendo ser considerado o registro de ocorrência policial apresentado como prova cabal do acidente noticiado nesta demanda.

Destarte, cabe alertar ao Nobre Julgador que, além de não ter sido apresentado o Registro de ocorrência da época do acidente, o comunicante CONVENIENTEMENTE É A VÍTIMA E AUTOR da presente lide o que causa grande espanto!!!

Ressalta-se ainda o fato de que além de a vítima ser comunicante do suposto acidente, foi elaborado através dos fatos narrados pelo mesmo de forma unilateral, sem que nenhuma testemunha ou outro vitimado prestassem depoimento.

Não há justificativa para delonga tão grande, qualquer parente, amigo do autor, poderia ter comunicado o acidente a época do sinistro na delegacia competente.

No caso em apreço, exigir da ré o pagamento da indenização sem a existência de comprovação da veracidade do acidente, descaracteriza a atividade definida como seguro. Essa prova documental incumbe à parte Autoral, em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do NCPC/15.

Desta forma a Ré requer a IMPROCEDENCIA TOTAL do pedido inicial, com fulcro nos artigos 487, I, do NCPC/15.

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.



Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC¹.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

DA INEXISTÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE

É incontroverso que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber o Seguro Obrigatório DPVAT no que se refere à cobertura de invalidez permanente, uma vez que o próprio laudo médico acostado nos autos pelo autor constata a ausência de lesões de caráter permanente.

Verifica-se, outrossim, que a parte autora ingressou com o requerimento administrativo, o qual foi negado pela Seguradora Reguladora, ante a ausência de lesões indenizáveis.

Frisa-se que nem todas as lesões ocasionadas por acidente automotor são passíveis de indenização, pois para caracterizar invalidez permanente passível de indenização imprescindível que haja perda definitiva ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável, ao fim do tratamento médico.

Deste modo, a Lei 6194/74 considera invalidez permanente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte. Por essa razão, lesões meramente estéticas, temporárias, ou que de qualquer forma não venham acarretar comprometimento de órgão ou função, não serão passíveis de indenização. E é exatamente o caso dos autos.

Em análise ao processo administrativo e aos documentos médicos juntados pela própria parte autora, conclui-se que o acidente ocasionou ao autor lesões que não acarretaram incapacidade funcional ou para realização de atividades ordinárias, portanto, não são passíveis de indenização.

Assim, verificada a inexistência de invalidez permanente, deverá o pedido autoral ser julgado IMPROCEDENTE, nos termos do art. 487, I, CPC.

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

O seguro obrigatório DPVAT é regido pela Lei n.º 6.194/74, tendo sido alterada pela Lei n.º 11.945/09, e discute matéria referente à modalidade de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Assim, temos que o seguro DPVAT dá cobertura apenas às indenizações ocasionadas por morte, invalidez e reembolso de despesas de assistências médicas e suplementares, não tendo abrangência sobre qualquer outra indenização que não seja as especificadas na letra da lei.

¹“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



Verifica-se, porém, que as provas produzidas nos autos, demonstram e comprovam o contrário do que alega o Autor, o **LAUDOS MÉDICOS** atestam que a lesão apresentada é apenas temporária/recuperável, o que, por certo, não pode ser considerada INVALIDEZ, não havendo previsão de cobertura pela Lei do DPVAT.

Vale ressaltar que o convenio/seguradoras é responsável apenas pelo pagamento das indenizações dispostas na Lei 11.945/09, não podendo ter interpretação extensiva a pretensões de cunho particular por parte do Autor, que não tenham qualquer ligação com a matéria em questão.

Conclui-se assim ser impossível juridicamente o pedido do Autor, e, por ser impossível juridicamente o pedido, requer que a presente demanda seja julgada **IMPROCEDENTE**.

DESCABIMENTO DE RENOVAÇÃO DE PLEITO INDENIZATÓRIO

LESÃO PREEXISTENTE

Inicialmente, deve-se sopesar o fato da parte autora ter pleiteado **JUDICIALMENTE E ADMINISTRATIVAMENTE** verbas indenizatórias **DPVAT, EM RAZÃO DE OUTROS 2 SINISTROS ANTERIORES AO NARRADO NA INICIAL, VEJAMOS:**

1 - PROCESSO Nº: 20020121245985 DA 13 VC DE JOÃO PESSOA/PB

ESCRITÓRIO: QUEIROZ CAVALCANTI ADVOCACIA

DATA DO SINISTRO: 15/12/2010 OBJETO:

INVALIDEZ PAGAMENTO ADMINISTRATIVO: NÃO HISTÓRICO DO PROCESSO: AS PARTES CELEBRARAM ACORDO NO VALOR TOTAL DE R\$ 5.197,50, SENDO R\$ 4.725,00 DE INDENIZAÇÃO POR LESÃO NO MEMBRO INFERIOR DIREITO NA GRADUAÇÃO DE 50% E R\$ 472,50 DE HONORÁRIOS;

2 - VÍTIMA INDENIZADA EM - 50% DEBILIDADE MODERADA DO MEMBRO INFERIOR DIREITO. SINISTRO: 3180091730 ACIDENTE: **01/12/16** - POR LUXAÇÃO DE QUADRIL DIREITO.

Constata-se que os documentos acostados aos autos comprovam que o acidente que ocasionou a debilidade permanente foi anterior ao narrado na inicial, não havendo, portanto, nexos de causalidade entre o novo acidente e a lesão apresentada pela parte autora.

Deste modo, é irrefragável que a presente lide tem o mesmo pedido de outra ação que teve o mérito julgado, uma vez que a parte autora sequer comprova que houve agravamento da lesão em virtude de um suposto novo acidente automobilístico.

Desta forma Exa., verificamos que o total pago administrativamente pela seguradora, em razão da lesão sofrida no membro inferior direito, já atingiu o teto máximo de 100%, visto que foi efetuado pagamento administrativo de 50% do membro no sinistro 3180091730 e no processo judicial 20020121245985.

Diante do exposto, a improcedência do pedido é a medida que se impõe.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral².

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima³.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁴.

² RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

³ **Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁵

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de Nº015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de

⁴“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁵ **art. 1º . (...)**

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **Dr. SUELIO MOREIRA TORRES** inscrito sob o nº **15477 - OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 29 de junho de 2019.

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 05/07/2019 12:35:02
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19070512350252600000021830975>
Número do documento: 19070512350252600000021830975

Num. 22494644 - Pág. 8

QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.



TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursam com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento de senso de orientação espacial e/ou de livre deslocamento corporal; (c) perda completa de controle esfincteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicas, abdominais, pélvicas ou infra-pélvicas causando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fala (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos antebraços, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (refinado cirúrgico) da bacia					

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **15477 - OAB/PB** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **NATERCYO ALVES VIANA BASTOS**, em curso perante a **1ª VARA CÍVEL** da comarca de **JOAO PESSOA**, nos autos do Processo nº 08014119520198152003.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

ATO ORDINATÓRIO (CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJ - TJPB)

Nº DO PROCESSO: 0801411-95.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

De acordo com as prescrições do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar impugnação à contestação.

João Pessoa/PB, 8 de julho de 2019.

SILVANA DE CARVALHO FERREIRA

Analista Judiciário



EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo: 08014119520198152003

MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **NATERCYO ALVES VIANA BASTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar para ao final requerer o que segue:

Conforme exposto na peça de bloqueio, verificamos que houve o pagamento total administrativamente pela seguradora, em razão da lesão sofrida no membro inferior direito, já atingiu o teto máximo de 100%, visto que foi efetuado pagamento administrativo de 50% do membro no sinistro 3180091730 e no processo judicial 20020121245985.

Desta forma, requer a V.Exa., a juntada do processo judicial 20020121245985, onde as partes celebraram acordo no valor total de R\$ 5.197,50, sendo R\$ 4.725,00 de indenização por lesão no membro inferior direito na graduação de 50% e R\$ 472,50 de honorários.

Para constar,
Pede a juntada.

JOAO PESSOA, 29 de julho de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



CHECK LIST - MUTIROS DPVAT

ESCRITÓRIO: <u>OCA</u>		DATA DA AUDIÊNCIA: <u>28/06/13</u>	GPROC: <u>sl citação</u>
ESCRITÓRIO QUE REALIZOU A AUDIÊNCIA: <input checked="" type="checkbox"/> O MESMO <input type="checkbox"/> OUTRO			
<u>13</u> <input checked="" type="checkbox"/> VC <input type="checkbox"/> JEC <input type="checkbox"/> TJ COMARCA: <u>João Pessoa</u>		UF: <u>PB</u>	
DADOS DO PROCESSO			
AUTOR	NOME: <u>NATERCYO ALVES VIANA Pastes</u>		
	<input checked="" type="checkbox"/> VÍTIMA <input type="checkbox"/> BENEFICIÁRIO <input type="checkbox"/> REP. LEGAL		
PROCESSO	<u>200 2012 124 598 -5</u>		
VÍTIMA	NOME: _____		
	<input type="checkbox"/> INCAPAZ <input type="checkbox"/> MENOR		
OBJETO	<input type="checkbox"/> MORTE <input checked="" type="checkbox"/> INVALIDEZ <input type="checkbox"/> REEMBOLSO DE DÁMS		DATA DO SINISTRO: <u>16/12/10</u>
INVALIDEZ PERMANENTE			
LAUDO NOS AUTOS?	<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> IML <input type="checkbox"/> JUDICIAL <input type="checkbox"/> PARTICULAR <input type="checkbox"/> MUTIRÃO ANTERIOR <input type="checkbox"/> OUTROS: _____		
LESÃO APURADA NO LAUDO ANTERIOR AO MUTIRÃO:	_____ <input type="checkbox"/> 10% <input type="checkbox"/> 25% <input type="checkbox"/> 50% <input type="checkbox"/> 75% <input type="checkbox"/> 100%		
AVALIAÇÃO MÉDICA NO MUTIRÃO:	1. <u>mi</u> <input type="checkbox"/> 10% <input type="checkbox"/> 25% <input checked="" type="checkbox"/> 50% <input type="checkbox"/> 75% <input type="checkbox"/> 100%		
	2. _____ <input type="checkbox"/> 10% <input type="checkbox"/> 25% <input type="checkbox"/> 50% <input type="checkbox"/> 75% <input type="checkbox"/> 100%		
	3. _____ <input type="checkbox"/> 10% <input type="checkbox"/> 25% <input type="checkbox"/> 50% <input type="checkbox"/> 75% <input type="checkbox"/> 100%		
EMPRESA MÉDICA	<input type="checkbox"/> ATPE <input type="checkbox"/> CNIS <input type="checkbox"/> MS MOZES <input type="checkbox"/> IMEP <input type="checkbox"/> SALEK <input type="checkbox"/> EXTRAMED <input type="checkbox"/> ACE <input type="checkbox"/> SAUDESEG		
MORTE			
DATA DO ÓBITO: _____	CERTIDÃO DE ÓBITO <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	BENEFICIÁRIOS: <input type="checkbox"/> CÔNJUGE <input type="checkbox"/> FILHOS <input type="checkbox"/> OUTROS: _____	QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS: _____
MUTIRÃO DE CONCILIAÇÃO DPVAT	ACORDO		MOTIVOS PARA NÃO REALIZAÇÃO DO ACORDO
	<input checked="" type="checkbox"/> SIM		<input type="checkbox"/> AUTOR NÃO COMPARECEU <input type="checkbox"/> LITISPENDÊNCIA
	Valor Total do acordo: R\$: <u>5.197,50</u>		<input type="checkbox"/> NÃO ACEITOU PROPOSTA <input type="checkbox"/> SINISTRO PAGO ADMINISTRATIVAMENTE
			<input type="checkbox"/> ILEGITIMIDADE ATIVA <input type="checkbox"/> PRESCRIÇÃO
	<input type="checkbox"/> NÃO		<input type="checkbox"/> VÍTIMA AINDA EM TRATAMENTO <input type="checkbox"/> VÍTIMA SOFREU O ACIDENTE MAS NÃO HÁ LESÃO
			<input type="checkbox"/> SENTENÇA DE EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO NOS AUTOS <input type="checkbox"/> SINISTRO NÃO É DE RESPONSABILIDADE DO CONSÓRCIO
	<input type="checkbox"/> NÃO		<input type="checkbox"/> JÁ EXISTE PAGAMENTO JUDICIAL NOS AUTOS <input type="checkbox"/> JÁ EXISTE PAGAMENTO JUDICIAL EM OUTRO PROCESSO
			<input type="checkbox"/> SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA COM TRÂNSITO NOS AUTOS <input type="checkbox"/> SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA SEM TRÂNSITO NOS AUTOS
	<input type="checkbox"/> NÃO		<input type="checkbox"/> NÃO É ACIDENTE CAUSADO POR VEÍCULO AUTOMOTOR <input type="checkbox"/> VÍTIMA POSSUI LESÃO MAS NÃO HÁ NEXO COM O ACIDENTE
			<input type="checkbox"/> REGULAÇÃO 2 (AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO DUT) <input type="checkbox"/> REGULAÇÃO 8
<input type="checkbox"/> OUTROS			
VERIFICAÇÃO MEGADATA			
PAGAMENTO ADMINISTRATIVO	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO		
NATUREZA DO SINISTRO:	<input type="checkbox"/> 1 - MORTE <input checked="" type="checkbox"/> 2 - INVALIDEZ <input type="checkbox"/> 3 - DÁMS <input type="checkbox"/> OUTRA		
VALOR DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO:	R\$: _____ NAT: _____	RUBRICA LÍDER: Suellen Poncell OAB/PE 28490	
	DATA DO PGTO: ____/____/____		
VALOR DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO:	R\$: _____ NAT: _____		
	DATA DO PGTO: ____/____/____		
PAGAMENTO JUDICIAL	R\$: _____ NAT: _____		
NATUREZA DO PGTO (TELA 30):	DATA DO PGTO: ____/____/____		

Banca: 09

Processo nº: 200.2012.124.598-5

Vara de Origem: 13ª Vara Cível – JOÃO PESSOA - PB

Requerente: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

Requerido: VERA CRUZ SEGURADORA S/A.

VERA CRUZ SEGURADORA S/A e NATERCYO ALVES VIANA BASTOS todos, representados neste momento por seus advogados, declaram, ratificam e firmam neste TERMO DE ACORDO, TRANSAÇÃO, PAGAMENTO E QUITAÇÃO, em caráter irrevogável e irretratável, têm justo e reciprocamente aceito e fixado o seguinte:

Com o objetivo de dar fim à Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório – DPVAT, relativo a indenização decorrente de acidente de trânsito, processo n.º **200.2012.124.598-5** em trâmite perante este Juízo, proposta pelo Autor em face da Ré, as partes, por mútua e recíproca vontade, resolvem compor-se amigavelmente, estipulando, de comum acordo:

1. Que a Ré pagará ao Autor o valor total de **R\$ 5.197,50 (Cinco mil cento e noventa e sete reais e cinquenta centavos)**;
2. Que o pagamento será realizado através de cheque nominal ao AUTOR para ser recebido ao seu advogado;
3. Pelo presente termo, foi acordado que a ré pagará à parte autora a quantia única de **R\$ 5.197,50 (Cinco mil cento e noventa e sete reais e cinquenta centavos)**, para a quitação integral de todos os pedidos deduzidos na exordial, sendo que, do mencionado valor, **R\$ 4.725,00 (Quatro mil setecentos e vinte e cinco reais)** serão pagos a título de principal, verba esta que corresponde ao pedido da parte autora, e a quantia de **R\$ 472,50 (Quatrocentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos)** se destina ao pagamento dos honorários advocatícios de sucumbência.
4. Que será realizado dentro do prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis a contar da homologação do presente TERMO DE COMPOSIÇÃO AMIGÁVEL, nos termos que se seguem:

O montante transacionado e ora discriminado no item anterior, corresponde ao valor principal, honorários advocatícios, acréscimos legais e acessórios, a título de pagamento único, amplo, final e total, pertinente a todos e quaisquer direitos e valores correspondentes à ação supracitada.

Fica consignado a ciência dos patronos da causa na hipótese dos valores pagos, descontando-se eventuais honorários, não forem repassados ao autor, haverá a incidência do crime de apropriação indébita, conforme art. 168, § 1º, III, do Código Penal, sem prejuízo a infração disciplinar disposta no art. 34, XXI da Lei nº. 8.906/94.

É de se ressaltar que a transação realizada nos autos do processo em epígrafe não gera qualquer tipo de precedente, não obrigando a Ré ou qualquer Seguradora integrante do "Consórcio DPVAT", a celebrar acordo em processos judiciais similares ao ora tratado.

Fica pactuado ainda, entre as partes que as custas correrão por parte da parte autora.

Quando do pagamento e recebimento discriminado, como por força deste TERMO DE ACORDO, TRANSAÇÃO, PAGAMENTO E QUITAÇÃO, o Autor dará a Ré a mais ampla, plena, rasa, total, geral, irretratável e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, seja a que título for, em Juízo ou fora dele, sob qualquer fundamento e alegação, valores oriundos do acidente automobilístico ocorrido em **15/12/2010**, tendo sido vitimado, **NATERCYO ALVES VIANA BASTOS**, relativo à indenização por invalidez, correspondente ao Seguro Obrigatório de Veículos.

Sem prejuízo do exposto, em apreço ao Princípio da Eventualidade, requer ainda a Ré:

- o desbloqueio de contas caso tenham sido bloqueadas on-line;
- a baixa de eventual penhora, no caso de bens já penhorados;
- recolhimento do mandado de penhora e intimação de execução, caso já tenham sido expedidas por este d. Juízo.
- a desistência do prazo recursal pelas partes.



IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
- b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa do item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptíveis a tratamento como sendo gerador(es) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, afirmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b) ☒ Parcial

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima).

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com relação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anatômico

Marque aqui o percentual

1º Lesão	<u>M. I. D.</u>	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input checked="" type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
2º Lesão		<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
3º Lesão		<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
4º Lesão		<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa

Observação: Havendo acordo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentado:

Local e data da realização do exame médico:

Assinatura do médico CRM

7007 15809 21/06/2013

D. D. Moura
CRM 0690
FEOT 1238




Assim sendo, e estando as partes ajustadas e acordadas, sem nenhuma ressalva e oposição, ratificam o inteiro teor deste TERMO DE ACORDO, TRANSAÇÃO, PAGAMENTO E QUITAÇÃO, valendo para todos os efeitos legais, inclusive com relação ao encerramento definitivo e, respectiva baixa da ação acima referida, fazendo coisa julgada.

Termos em que,
Pede deferimento.

João Pessoa-PB, 21 de junho de 2013.

PARTE:

NATERCYO ALVES VIANA BASTOS
CPF: 081.010.264-10


RICARDO AUGUSTO ALBUQUERQUE GONÇALVES
CPF: 011.980.694-06


ADVOGADO DA PARTE DEMANDANTE


JOSÉ HENRIQUE BATISTA
OAB-PE: 25.791D


WANESSA CARMONIZA S. DE ALBUQUERQUE
CONCILIADORA

HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL (Mutirão do DPVAT)

Homologo por **SENTENÇA**, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, o acordo supra. Partes devidamente intimadas, com pedido de dispensa de prazo recursal deferido.

Se houver necessidade, expeça-se os devidos alvarás.

Publique-se, registre-se, archive-se. Custas dispensadas.

João Pessoa, em 21 de Junho de 2013.

Juiz Fábio Leandro de Alencar Cunha


Juiz Antônio Carneiro de Paiva Júnior

Juiz Gustavo Procópio Bandeira de Melo

Juiz Bruno César de Azevedo Isidro

Banca: 09

Processo nº: 200.2012.124.598-5

Vara de Origem: 13ª Vara Cível – JOÃO PESSOA - PB

Requerente: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

Requerido: VERA CRUZ SEGURADORA S/A.



Proc. 2002012124 598-5

CARGA

AVALIAÇÃO MÉDICA
PARA FINS DE CONCILIAÇÃO

(Art. 31º da Lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/194)

Nome completo: Natereyo Alves Viana Bastos
CPF: 081.010.264-10
Endereço completo: R. Walfredo Macêdo Brandão, 917
Aptº 203 Bancários - Flessas - PB

Informações do acidente

Local: Intermares Calçada - PB
Data do Acidente: 15/12/10

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de conciliação em razão do processo judicial n.º _____, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na _____ 13ª Vara Cível ou JEC da Comarca de Capital

Campina Grande/PB, 23 de novembro de 2012

Natereyo Alves Viana Bastos
Assinatura da vítima

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(regiões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)?

MEMBRAS DÍLITAS

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Deficit de força muscular de
M.F.D

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):



Proc. 2002012124598-5

CARGA

AVALIAÇÃO MÉDICA
PARA FINS DE CONCILIAÇÃO

(Art. 31º da Lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/194)

Nome completo: Natércio Alves Viana Bastos
CPF: 081.010.264-10
Endereço completo: R. Walfredo Macedo Brandão, 917
Aptº 203, Bancários - Jussara - PB

Informações do acidente

Local: Intermares Calçada - PB
Data do Acidente: 15/12/10

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de conciliação em razão do processo judicial n.º _____, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na _____ 13ª Vara Cível ou JEC da Comarca de Capital

Campina Grande/PB, 23 de novembro de 2012. Jussara, 21/06/13

Natércio Alves Viana Bastos
Assinatura da vítima

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(regiões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)?

MEMBRAS DIÁFIAS

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Deficit de força muscular de M.F.D.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):



IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa do item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptíveis a tratamento como sendo gerador(es) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, afirmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b) ☒ Parcial

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima).

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com relação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anatômico

Marque aqui o percentual

1º Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input checked="" type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
2º Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
3º Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
4º Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa

Observação: Havendo acordo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentado:

Local e data da realização do exame médico:

José Lessa, 21.06.2013

Assinatura do médico CRM

Dr. Daiteir S. Moura
CRM 6690
FEOT 1236



02/02

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA/PB.

20020121245985



Justiça Gratuita

NATERCYO ALVES VIANA BASTOS, brasileiro, solteiro, motoboy, portador do RG n.º 3422086, SSP-PB, e do CPF n.º 081.010.264-10, residente e domiciliado na Rua Walfredo Macedo Brandão, 917, Edf. Ana Carolina, aptº 203, Bancários, em João Pessoa-PB, por meio de seus procuradores e advogados *in fine* assinados, legalmente constituídos nos termos do incluso instrumento de mandato, que podem receber intimações na Av. João Machado, 553, sls. 503-505, Centro, em João Pessoa (PB), vem, respeitosamente perante V. Excelência propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA

em face da VERA CRUZ SEGURADORA S/A, pessoa jurídica de direito privado, que pode ser citada na Av. Eptácio Pessoa, 723, Bairro dos Estados, CEP: 58.030-000, em João Pessoa-PB, o que faz de acordo com os fundamentos fáticos e jurídicos que passa a expor:

PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA

O autor requer, inicialmente, os benefícios da justiça gratuita, na forma da Lei 1.060/50, uma vez que é motoboy, portanto, pobre nos termos da lei, não possuindo condições de arcar com os ônus processuais sem prejuízo de sua subsistência e da sua família.

1



03
82

BREVE RESUMO DOS FATOS

O promovente, no dia 15/12/2010, por volta das 20:30h, foi vítima de acidente de trânsito, quando conduzia a motocicleta de marca HONDA/XR 250 TORNADO, de cor preta, ano 2007, de placa MNR-0647/PB, pela Avenida João Cândio, no Bairro de Manaíra, nesta Capital, e, após colidir contra um veículo, caiu ao solo.

Em virtude do acidente, o autor sofreu fratura do fêmur direito, e foi socorrido para o Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, onde se submeteu a procedimentos cirúrgicos, passando 9 dias internado para recuperação.

Porém, mesmo depois de todo esforço para se reabilitar, com cirurgias e fisioterapia, o autor ficou acometido de debilidade permanente do membro inferior direito.

Com essa seqüela, o autor, **que é motoboy**, não consegue mais realizar suas atividades profissionais normalmente, pois se locomove com dificuldade.

Assim, a demandante, comprovando os fatos narrados através da documentação que segue acostada, vem requerer que V. Excelência condene a empresa promovida ao pagamento da indenização do seguro por invalidez permanente observando-se o que prescreve a Lei 6194-74.

DO DIREITO

- Da Documentação Necessária para o Recebimento da Indenização -

Anota o art. 5º, da Lei nº 6.194/74, que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, senão vejamos:

"O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente."

2
 



04/8

independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado". (grifo nosso)

- Do quantum indenizatório -

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas.

O valor da indenização do seguro obrigatório (DPVAT) é estabelecido pela própria lei, que prescreve ser até R\$ 13.500,00.

No caso em tela, o promovente ficou acometido de debilidade permanente no membro inferior direito, fazendo jus a uma indenização a título de seguro DPVAT no valor máximo, considerando todos os prejuízos e consequências acarretadas pelo referido fato, o que prejudicou o normal exercício de sua profissão de motoboy.

Sobre o valor da indenização, a Lei 11.945/09 trouxe tabela estabelecendo percentuais sobre o valor máximo, valorando as partes sequeladas do corpo, em virtude de acidente de trânsito. Vejamos:

TABELA DO DPVAT

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70

3



05
82

Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

A jurisprudência pátria pacificou o entendimento de que, havendo a invalidez permanente, não há que se falar em gradação da invalidez, sendo devido o pagamento da indenização no valor máximo estabelecido pela Lei 6.194/74. Vejamos:

CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES - DPVAT. AÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO PAGA EM FACE DE ACIDENTE DO QUAL RESULTOU INVALIDEZ PERMANENTE. LEGITIMIDADE PASSIVA DA RÉ. PAGAMENTO PARCIAL. QUITAÇÃO NÃO COMPROVADA. CARÊNCIA DE AÇÃO AFASTADA. DESNECESSIDADE DE NOVA PROVA PERICIAL, EM FACE DO LAUDO FIRMADO POR PERITOS DO IML. INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL AFASTADA. **INVALIDEZ PERMANENTE COMPROVADA**. COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA. PRELIMINARES REJEITADAS. APELO DESPROVIDO.

1. A FENASEG é parte legítima para responder ação que visa à complementação do valor da indenização devida em razão de acidente de trânsito, pelo seguro obrigatório DPVAT, se foi ela própria quem efetivara o pagamento do valor originário, julgado insuficiente pela vítima.

2. Rejeita-se a preliminar de carência de ação, sob alegação de que a vítima, ao receber a quantia paga pela ré apelante, dera quitação do total que lhe era devido, quando não há nos autos qualquer documento que comprove a alegada quitação.

3. Também não vinga a preliminar de incompetência do Juizado Especial, sob alegação da necessidade de produção de prova pericial, quando o laudo oficial do IML, subscrito por dois peritos médicos, atesta com clareza e objetividade a natureza das lesões sofridas pela vítima e sua gravidade, de forma a não deixar dúvida quanto ao grau de invalidez da vítima e sua permanência.

4. Uma vez comprovada a debilidade permanente de membros e deformidade permanente, em razão do evento, assiste à vítima o direito ao recebimento da indenização do seguro DPVAT **no valor máximo**, devendo a ré complementar a quantia inicialmente paga.

Decisão: Rejeitar as preliminares de ilegitimidade de parte, carência de ação e incompetência do Juízo e, no mérito, improver o recurso. (20030110870757ACJ, Relator JESUÍNO RISSATO, Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F., julgado em 28/09/2004, DJ 04/02/2005 p. 171)

4



06
82

CIVIL. ATROPELAMENTO. DEBILIDADE PERMANENTE. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. 1 - PARA FUNDAMENTAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, RESTANDO ATESTADO QUE O ATROPELADO ADQUIRIU INCAPACIDADE PERMANENTE NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO EM DECORRÊNCIA DO SINISTRO PROVOCADO POR VEÍCULO IDENTIFICADO, NÃO HÁ QUE SE VERIFICAR O GRAU DA DEBILIDADE E NEM SE EXIGE A APRESENTAÇÃO DO DUT E DO COMPROVANTE DO PAGAMENTO DO BILHETE DO SEGURO DPVAT DO PERÍODO EM QUE OCORREU O ACIDENTE, SENDO NECESSÁRIO, TÃO SOMENTE, A PROVA DO ACIDENTE E DO DANO DELE DECORRENTE. 2 - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. Classe do Processo : APELAÇÃO CÍVEL NO JUIZADO, ESPECIAL 20030110081655ACJ DF, Registro do Acórdão Número : 195640, Data de Julgamento : 22/06/2004, Órgão Julgador : Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F, Relator : LEILA CRISTINA GARBIN ARLANCH Decisão. CONHECER. IMPROVER O RECURSO. UNÂNIME.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

- a) A CITAÇÃO da empresa demandada, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, contestar o feito, sob pena de revelia e confissão.
- b) A condenação da promovida ao pagamento de uma **INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ CAUSADA POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT**, no valor a ser prudentemente fixado por V. Excelência, considerando a gravidade das lesões e todas as consequências sofridas pelo demandante, em especial, a debilidade permanente no membro inferior direito, prejudicando sobremaneira o exercício de suas atividades profissionais e cotidianas.
- c) A concessão dos benefícios da **JUSTIÇA GRATUITA**, tendo em vista que o autor é motoboy, pobre na forma da Lei, não podendo arcar com as custas processuais sem prejuízo de sua subsistência e da sua família.
- d) A condenação do réu em custas processuais e honorários advocatícios, estes calculados à base de 20% sobre o valor da condenação.



07/80

Protesta e requer, ainda, provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, principalmente a prova documental e pericial, a ser realizada pelo IML-PB.

Dá-se, à causa, o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

N. termos, P. e E. deferimento.

João Pessoa (PB), em 20 de Novembro de 2012.



Flaviano Sales Cunha Medeiros
(OAB-PB sob o n.º 11.505)

Jônatas Evangelista Tomé da Silva
(OAB-PB sob o n.º 16.049)



Marina de Vasconcelos Nobrega
(OAB-PB sob o n.º 14.967)



28
8

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

NOME: NATEREYO ALVES VIANA BASTOS,
brasileiro (a), SOLTEIRO (estado civil),
MOTOBOY (profissão), portador da Cédula
de Identidade n.º 3422086 SSP-PB, e do CPF n.º
081.010.264-10, residente e domiciliado (a) na Rua
WALFREDO MACEDO BRANDÃO, 917, BANEÁRIOS, NESTA,
neste ato nomeia e constitui seus procuradores e advogados, os Drs.
FLAVIANO SALES CUNHA MEDEIROS (OAB-PB n.º 11.505) e
FRANCISCO MEDEIROS DE MORAIS, brasileiros, advogados, que
podem receber intimações na Av. João Machado, 553, sl. 503, Centro,
Nesta Capital; aos quais concede PODERES ESPECIAIS para o foro em
geral, judicial e extra, a fim de promover a defesa de seus interesses
movendo **AÇÃO DE COBRANÇA**, podendo os outorgados agir em
conjunto ou separadamente, desistir, recorrer, fazer acordo, dar quitação,
receber alvará, enfim, praticar o que necessário se fizer ao fiel
cumprimento deste instrumento de mandato, o que dou por bom, firme
e valioso.

João Pessoa (PB), em 20 de JANEIRO DE 2011.

X Naterayo Alves Viana Bastos
Outorgante
(outorgante)



09
8

DECLARAÇÃO

EU, NATERCYO ALVES VIANA BASTOS,

brasileiro(a), SOLTEIRO (estado civil), MOTOBOY

(profissão), portador(a) da Cédula de Identidade n.º

3422086, e do CPF 081.010.264-10, residente

e domiciliado (a) na RUA WALFREDO MACEDO BRANDÃO, 917,

BANCÁRIOS, NESTA, declaro, para os devidos fins e

sob as penas da lei, que a minha condição financeira não me permite

arcar com as custas processuais sem prejuízo de minha subsistência

própria e familiar.

Assim, requeiro os benefícios da justiça gratuita na forma da Lei n.º
1.060/50.

João Pessoa, 20 de JANEIRO de 2011.


Natercyo Alves Viana Bastos
(declarante)



10/08

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRAFEGO
CARTEIRA NACIONAL DE IDENTIFICACAO

NATERCYO ALVES VIANA BASTOS



DOC/DIRIGENTE / OUTROS: 3422086 68P PB

CPF: 081.016.264-10 DATA NASCIMENTO: 15/03/1988

PAIS: BRASIL

FILIAÇÃO: GERMANO VIANA BASTOS
LUCINETE ALVES DA SILVA

PERMISSÃO: ☒ ACB: ☒ CATEGORIA: AB

REGISTRO: 03830331110 VALIDADE: 16/03/2011 PRANBACAO: 28/04/2006

OBSERVAÇÃO:

Natercyo Alves Viana Bastos
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL: JOAO PESSOA, PB DATA EMISSAO: 03/05/2007

[Signature]
ASSINATURA DO EMISSOR

34194155690
PB013797760

PROIBIDO PLASTIFICAR 848737001

VALIDA EM TODOS OS TERRITORIOS NACIONAIS 848737001



LUCINETE ALVES DA SILVA
R WALFREDO MACEDO BRANDAO 917 APT0 203
JOAO PESSOA / PB (AG: 1)

Classe: RESIDENCIAL Monofásica
Roteiro: 04-005-461-0467

Nº do Medidor: 00001346148

0
Referência: NOV/2010
Emissão: 10/11/2010

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
CNPJ 09.095.183 / 000140 - Insc.Est. 16.015.823-0

Faixa Fiscal/Conta de Energia 1.000.000
Nº 224338

Identificador para Débito Automático: 00002110823

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/211082-3

b956.f532.6a9c.62dd.cee3.69fb.9df2.959b

09/2010 - Conjunto JP SUL

DEC	5,4	1,05	NOMINAL	220
FEC	6,0	0,82	CONTRATADA	
DIC	6,0	0,00	LIMITE INFERIOR	201
FIC	4,0	0,00	LIMITE SUPERIOR	231
DMIC	4,0	0,00		

AVISO IMPORTANTE

A Lei 12.12/2010 alterou os critérios de classificação e de concessão do benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica (Baixa Renda). Se algum integrante da sua residência for cadastrado em qualquer programa social do Governo Federal, entre em contato com a Energisa através do telefone 0800 083 0196 para saber como se cadastrar. Você poderá usufruir de um desconto de até 65% na sua fatura.

LUCINETE ALVES DA SILVA

NOV/2010

11/11/2010

R WALFREDO MACEDO BRANDAO
917 APT0 203

JOAO PESSOA
CNPJ/CPF: 54173973420

10/12/2010

OUT/2010	149
SET/2010	150
AGO/2010	170
JUL/2010	153
JUN/2010	176
MAY/2010	173
ABR/2010	203
MAR/2010	190
FEV/2010	145
JAN/2010	151
DEZ/2009	185
NOV/2009	174

MÉDIA DOS 3 MESES ANTERIORES:
158 KWh

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)	%
SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DA ENERGISA/PB	28,08	32,14
COMPRA DE ENERGIA	24,31	27,24
SERVIÇO DE TRANSMISSÃO	3,44	3,85
CARGOS SETORIAIS	5,56	6,25
CUSTOS DIRETOS E ENCARGOS	23,43	26,25
OUTROS SERVIÇOS	4,43	4,96
TOTAL	89,25	100,00

LEITURA CONFIRMADA

07/10/10 6230 09/11/10 6406 1 176 33

FORNECIMENTO DE ENERGIA

176 X 0,34886 61,39

IMPOSTOS / ENCARGOS

PIS: 0,71
COFINS: 3,30
CONTRIB SERV.ILUM.PÚBLICA: 3,07
ICMS (Base de Cálculo R\$ 81,75 | Alíquota 20,00%) 16,35

OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS

BEM SEGURO - ACE / ASSURANT SEGUROS S.A 11/2010 4,43

VENCIMENTO

19/11/2010

TOTAL A PAGAR

R\$ 89,25





12
82

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
GERÊNCIA EXECUTIVA DE POLÍCIA CIVIL METROPOLITANA
DELEGACIA DE ACIDENTES DE VEÍCULOS DA CAPITAL
Praça Firmino da Silveira, S/N, Varadouro – CEP. 58.010-170 – Fone. (83) 3218-5334

BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 464/2011.

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e onze, nesta cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, na Delegacia de Acidentes de Veículos da Capital, onde presente se encontrava a Del. Pol. Maria da Paz Dayby Ismael de Oliveira, comigo escrivão de seu cargo, ao final assinado, aí por volta das 09:30h, compareceu o (a) Senhor (a): **NATERCYO ALVES VIANA BASTOS**, brasileiro, natural de Bayeux/PB, solteiro, com 23 anos de idade, Motoboy, Ensino Médio, filho de Germano Viana Bastos e de Lucinete Alves da Silva, RG. 3.422.086-SSP/PB, residente na Rua Walfredo Macedo Brandão, nº 917, Edf. Ana Carolina, aptº 203, Bancários, nesta capital, o (a) qual notificou o seguinte: QUE, no dia 15/12/10, por volta das 20:30h, quando conduzia a motocicleta de marca HONDA/XR 250 TORNADO, cor preta, ano 2007, de placa MNR-0647/PB, chassi nº 9C2MD34007R023270, pela Avenida João Cândio, Bairro de Manaíra, após colidir contra um veículo, o notificante caiu ao solo, sofrendo fratura do fêmur direito, sendo socorrido para o Hospital de Trauma, onde se submeteu a procedimentos médicos. Por este motivo notificou o fato. O referido é verdade, dou fé.

João Pessoa (PB), 29 de março de 2011.

Natercyo Alves Viana Bastos
Notificante

Carlos Antônio Duarte Filho
Escrivão de Polícia Civil
Matr. 146.602-0

Escrivão





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE NATERCY ALVES VIANA BASTOS

DATA DE NASCIMENTO 15/03/88

NOME DA MÃE LUCINETE ALVES DA SILVA

DADOS EXTRAÍDOS

Nº PRONTUÁRIO 55198

BOLETIM DE ENTRADA N.º 493283

DATA DO ATENDIMENTO 15/12/10

HORA DO ATENDIMENTO 20:42

MOTIVO DO ATENDIMENTO ACIDENTE DE MOTO

DIAGNÓSTICO (S) FRATURA DO FÊMUR DIREITO

CID 10 S72.3

Serviço Registral Lima Gomes
Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do
original que me foi exibido e conferido. Dou Fe

26 SET. 2011

Av. Juscelino Kubitschek, 265 - Casa 158075-400
João Pessoa - PB (83) 3231-6518

Oficial Substituto

AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste Serviço, vítima de acidente de moto, apresentando abrasões em face e antebraço direito, abdômen e tórax sem alterações. Glasgow 15, com fratura fechada em fêmur direito. Solicitados parecer da Ortopedia, Neuro-Cirurgia e Buco-Maxilo-Facial. O paciente foi atendido por Dr. Vinício Andrade.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

laboratoriais de rotina

Rx cervical em perfil-Rx de antebraço direito ap/perfil-Rx de coxa direita ap/perfil

Rx da face-mento-naso-Rx de OPN em perfil-Rx de crânio em ap/perfil

Rx de coluna dorsal em ap/perfil-Rx de coluna lombar em ap/perfil

Ortopedia-Dor na coxa direita após acidente de moto, deformidade e incapacidade funcional da coxa-Fratura de diáfise de fêmur direito

TRATAMENTO:

Redução cirúrgica com fixação de fratura do fêmur direito-Procedimento realizado por Dr. Temístocles e Dr. Santino Arnaud Neto.

ALTA HOSPITALAR: 24/12/10

DATA DA EMISSÃO: 03/03/11

Dr. Marcos Aurélio Moreira
Médico
CRM - PB 2230

Dr. Marcos Aurélio Moreira
CRM 2230/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO



14
B

LAUDO MÉDICO.

IDENTIFICAÇÃO.

NOME: MATEUS ALVES VIANA BASTOS
D.NASC: 13.03.1988 IDADE: 22 ANOS COR: Bz
PROFISSÃO: MOTOBOY EST. CIVIL: SOLT RG: 3422.086
ENDEREÇO: WALFREDO MACEDO BRANDÃO - 917 - BANCÁRIOS
CIDADE: JOÃO PESSOA FONE: 8874.5177
DATA: 17-02-2011 MÉDICO: TIRONE SOARES

HISTÓRICO: Vítima de acidente de trânsito em 15.02.2010. Trafegava pilotando moto na Av. São Lúcio, em Maricá quando um TAXI lhe ofereceu o carona, em um cumprimento (Dr. João Francisco Lúcio) provocando colisão. Foi cotado pelo SAMU-192-SP para o H. PRAÇA DE SÃO PESSOA, com fratura na coxa D.

AUTENTICAÇÃO

..... Serviço Registral Lima Gomes
..... Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi exibido e conferido. Dou Fe

26 SET. 2011

Av Juscelino Kubitschek, 265 Gaiel 58075 400
João Pessoa PB (83) 3231-6518

EXAME FÍSICO:

INSPEÇÃO ESTATICA: Limites de movimentos longitudinais laterais na coxa D. Hipótese muscular na coxa D e perna D.

INSPEÇÃO DINÂMICA: Limites na A.D.M. (amplitude de movimento) de flexão do joelho D. Marcha claudicante com o auxílio de muletas.

PALPAÇÃO: Do os movimentos do joelho D.



EXAME (S) COMPLEMENTAR (ES)

R-X da coxa D em A.P. e perfil.

Relatório: Fratura diafisária do fêmur direito, estabilizada com placa de com-
pressão e 6 parafusos, sem sinais
de consolidação óssea (estado de con-
solidação).

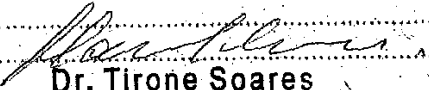
DIAGNÓSTICO CLÍNICO:

Sequela de fratura do fêmur D.

CID: 10 : T93.1.

CONCLUSÃO:

Paciente foi vítima de acidente de trânsito em 15.12.2010 sofrendo trauma de alta energia sobre a coxa D, fraturan-
do o fêmur D. Submetido para o tratamento de 1ª linha por abordagem a trocan-
ter, cirúrgico com PAFI (redes aberta e fixação interna). Apresenta fratura es-
tabilizada porém sem sinais de cura óssea.
Tem déficit funcional do membro inferior direito.


Dr. Tirone Soares
Ortopedia-Fisioterapia
CRM 815-TEOT 4684



15
8

PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA
COMARCA DE JOAO PESSOA - CENTRAL DE DISTRIBUICAO

Tipo de distribuição: SORTEIO - 09/12/2012 12 horas 01 minutos

Processo: 200.2012.124598-5

Nº Novo: 0124598-29.2012.815.2001

Classe: PROCEDIMENTO SUMARIO

ACIDENTE DE TRANSITO

Valor da causa : 13500,00

Serie : 11

Autor : WATERCYO ALVES VIANA BASTOS

Reu : VERA CRUZ SEGURADORA S/A

Vara : 13A. VARA CIVEL

Juiz : ANTONIO SERGIO LOPES

Promotor:



16
R

AUTUAÇÃO

Certifico e dou fé nesta data, autuei o presente feito, contendo 15 folhas.

JP(PB), 07/12/2012.

R
analista/técnico

CONCLUSÃO

Nesta data, faço **conclusos** estes autos ao Dr. Juiz de Direito desta Vara.

JP(PB), 10/12, 2012.

R
analista/técnico

RH
1. Defiro os benefícios de
justiça gratuita
e c/crre.
em 31.01.13.

Rep

DATA

Nesta data, compareci aos autos
e li o conteúdo dos autos.

José Pessoa (pp), 04.03.13

R
ESCRIVÃO / COORDENANTE





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE JOÃO PESSOA-PB

CÓPIA

Processo nº 20020121245985

MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, já qualificada, nos autos do processo em epígrafe, em que contende com MATERCYO ALVES VIANA BASTOS por meio de seus advogados que esta subscreve, vem respeitosamente a presença de V. Exa., requerer a juntada do **RECIBO DE QUITAÇÃO** referente ao termo de transação extrajudicial, ora celebrado entre as partes.

Nestes termos,
Requer deferimento.

João Pessoa, 06 de agosto de 2013


Rosalind Inácio dos Santos

OAG/PE 22.718

Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 31/07/2019 16:49:05

Escritório Recife
Rua do Recife, 555, Espinheiro
CEP: 52060-010 | Recife - PE
Tel: 81 2100.5555
Fax: 81 2100.5555

104134969650000022452223

Escritório Salvador
Av. Turbado Neves, 1280, sala 700706,
Bd. China, Engenheiro Carlos de Azevedo
CEP: 41.620-320 | Salvador - BA
Tel/Fax: 71 3271.5310 | 3102021164
queiroz@queirozadvogados.com.br

Escritório João Pessoa
Av. João Maurício, 550, sala 0508 | Centro
CEP: 56019-520
João Pessoa - PB
Tel/Fax: 33 306.1346 | 33 327.1449
queiroz@queirozadvogados.com.br

Escritório Fortaleza
Av. Santos Dumont, 2620, sala 05-07,
Ed. Torre Santos Dumont | Fortaleza
CEP: 81120-101 | Fortaleza - CE
Tel/Fax: 85 3002.5555
queiroz@queirozadvogados.com.br

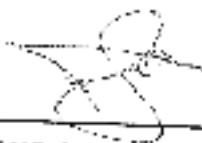


RECIBO DE QUITAÇÃO

Eu, Dr. (a) **FLAVIANO SALES CUNHA MEDEIROS** Procurador(a)
devidamente constituído(a) por **NATERCYO ALVES VIANA BASTOS** inscrito na
OAB/PB sob o nº 11.505 declaro que recebi da **MAPFRE VERA CRUZ**
SEGURADORA S/A, a importância total de R\$ 5197,50 (cinco mil cento e noventa e
sete reais e cinquenta centavos) através do cheque nominal a parte autora sob o
nº 731613 referente ao cumprimento do termo de transação extrajudicial celebrado
nos autos do processo de nº 20020121245985 em trâmite perante a 13ª VARA
CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA-PB

Assim sendo, dou por cumprido, sem nenhuma ressalva e oposição, o
TERMO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL, anteriormente juntado aos autos,
valendo para todos os efeitos legais, inclusive com relação ao encerramento
definitivo e respectiva baixa da ação acima referida, fazendo coisa julgada.

João Pessoa, 06 de agosto de 2013



FLAVIANO SALES CUNHA MEDEIROS
OAB/PB 11.505

Escritório Recife
Rua da Moura, 527, Pernambuco
CEP: 52072-010 | Recife - PE
Tel: 81 3101-5354
Fax: 2101-5281

Escritório Salvador
Av. Leopoldo Bulhões, 1285, Salvador 40200-000
ED: Damascio Evangelista, Carmine Lina Mendes
OAB: 11.624.000 | Salvador - BA
Tel: 71 3271.5311 | 3272.1251

Escritório João Pessoa
Av. João Machado, 100, João Pessoa - PB
CEP: 56018-520
João Pessoa - PB
Tel: 33 3201.3439 | 33 3201.3439

Escritório Fortaleza
Av. Raimundo Dantas, 2338, Fortaleza 60027-000
ED: André Soares Dantas | Advoca
CEP: 60150-150 | Fortaleza - CE
Tel: 85 3332.5054



Campo	Banco	Agência	CV	CT	Conta	CZ	Série	Cheque N°	C3
001	001	1769	6	4	844.000-2	0	001	731613	0
001	001	1769	6	4	844.000-2	0	001	731613	0

Pagar por este cheque a quantia de **CINCO MIL, CENTO E NOVENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS** R\$ *****5.197,50

NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

RIO DE JANEIRO 30 JULHO 2013

BANCO DO BRASIL

IMPRESSO EM CARTÃO
001 000 000 4374-3
64-FL 000 000 000 000
Confecção 06/2013

SEGURANÇA UTEP 005 TORÇÃO 000 00 000 000 000
000 00 000 000 000 000
000 00 000 000 000 000
000 00 000 000 000 000

731613/ISA/8916/1/201342690001/20020121245885
13ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA - PB

000117697 0017316135 794064400024





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE JOAO PESSOA-PB**

Processo nº 20020121245985

MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, já qualificada, nos autos do processo em epígrafe, em que contende com **NATERCYO ALVES VIANA BASTOS** por meio de seus advogados que esta subscreve, vem respeitosamente a presença de V. Exa., requerer a juntada do **RECIBO DE QUITAÇÃO** referente ao termo de transação extrajudicial, ora celebrado entre as partes.

Nestes termos,
Requer deferimento.

João Pessoa, 06 de agosto de 2013


Rosland Inácio dos Santos
OAB/PE 22.718

Escritório Recife
Rua da Urca, 180 - Espinheiro
CEP: 52.080-010 - Recife - PE
Tel.: 81 2101-5757
Fax: 81 2101-5757
e-mail: queiroz@queirozadvocacia.com.br

Escritório Salvador
Av. Francisco Xavier, 1200, salas 201/202
Edu. Omega Empresarial Domínio dos Anjos
CEP: 41.523-000 - Salvador - BA
Tel/Fax: 71 3471.4141 / 31 3471.4141
queiroz@queirozadvocacia.com.br

Escritório João Pessoa
Av. João Cavalcanti, 560, salas 201/202 - Centro
CEP: 53.015-020
João Pessoa - PB
Tel/Fax: 81 3211-3450 / 81 3211-3450
queiroz@queirozadvocacia.com.br

Escritório Fortaleza
Av. Senador Dantas, 2000, salas 201/202
Ed. Torre Santos Dumont - Aldeota
CEP: 60.050-161 - Fortaleza - CE
Tel/Fax: 85 3802.0557
queiroz@queirozadvocacia.com.br





RECIBO DE QUITAÇÃO

Eu, Dr. (a) **FLAVIANO SALES CUNHA MEDEIROS** Procurador(a) devidamente constituído(a) por **NATERCYO ALVES VIANA BASTOS** inscrito na OAB/PB sob o nº 11.505 declaro que recebi da **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**, a importância total de R\$ 5197,50 (cinco mil cento e noventa e sete reais e cinquenta centavos) através do cheque nominal a parte autora sob o nº731613 referente ao cumprimento do termo de transação extrajudicial celebrado nos autos do processo de nº 20020121245985 em tramite perante a 13ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA-PB

Assim sendo, dou por cumprido, sem nenhuma ressalva e oposição, o TERMO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL, anteriormente juntado aos autos, valendo para todos os efeitos legais, inclusive com relação ao encerramento definitivo e respectiva baixa da ação acima referida, fazendo coisa julgada.

João Pessoa, 06 de agosto de 2013

FLAVIANO SALES CUNHA MEDEIROS
OAB/PB 11.505

Escritório Recife
Rua da Ilha nº 180, Equilíbrio
CEP: 52.020-012 | Recife - PE
Tel: (71) 3157-5757
12/001.5757

19073116490461900000022452223

Escritório Salvador
Av. Tancredo Neves, 1010, salas 101/102
EDI Omega Empresarial Condomínio Arvore
CEP: 41.220-000 | Salvador - BA
Tel: (71) 31047151/10 | 31047151/10
queiroz@queirozadvocacia.com.br

queiroz@queirozadvocacia.com.br

Escritório João Pessoa
Av. João Medeiros, 553, salas 501/502 | Centro
CEP: 53.012-000
João Pessoa - PB
Tel: (31) 31047151/10 | 31047151/10
queiroz@queirozadvocacia.com.br

queiroz@queirozadvocacia.com.br

Escritório Fortaleza
Av. Sena Gurgel, 2624, salas 201/202
EDI Torre Sankos Durruti - Nívea
CEP: 60.150-101 | Fortaleza - CE
Tel: (85) 31047151/10 | 31047151/10
queiroz@queirozadvocacia.com.br

queiroz@queirozadvocacia.com.br



Processo

Nº Processo: 200.2012.124.598-5
Nº Novo: 0124598-29.2012.815.2001
Classe: PROCEDIMENTO SUMARIO
Status: BAIXADO
Localizador: ARQUIVAMENTO ORDENADO

Vara: 13A. VARA CIVEL DE JOAO PESSOA
Distribuição: 03/12/2012
Valor Ação: R\$13.500,00

Assuntos:

ACIDENTE DE TRANSITO

Movimentações:

	Data ☞	Descrição ☞
1	11/09/2013	BAIXA DEFINITIVA 11/09/2013 16:14 TJEJPI8
2	06/09/2013	PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE 06/09/2013
3	27/08/2013	CONCLUSOS PARA DESPACHO 28/08/2013
4	27/08/2013	TRANSITADO EM JULGADO EM 27/08/2013
5	27/08/2013	PUBLICADO 27/08/2013 NF38/13
6	23/08/2013	EXPEDICAO DE DOCUMENTO NOTA DE FORO 23/08/2013 NF38/13
7	19/08/2013	JUNTADA DE PETICAO PETICAO (OUTRAS) 19/08/2013 REU
8	18/07/2013	HOMOLOGADA A TRANSACAO 17/07/2013 NF EXP 17072013
9	04/07/2013	CONCLUSOS PARA DESPACHO 05/07/2013
10	04/07/2013	JUNTADA DE DOCUMENTO OUTROS 04/07/2013 MUTIRAO
11	04/03/2013	CONCEDIDA A ASSISTENCIA JUDICIARIA GRATUITA A PARTE 04/03/2013 AUTOR
12	04/03/2013	PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE 04/03/2013
13	10/12/2012	AUTOS CLS PARA DESPACHO 10122012
14	10/12/2012	PROCESSO AUTUADO EM 07122012
15	03/12/2012	DISTRIBUIDO SEM MOVIMENTACAO 03122012 JPAH

Os resultados apresentados são de caráter informativo, não substituindo avisos ou intimações publicados no Diário da Justiça.

Consultas ao Telejudiciário através do telefone: (83) 3621-1581

A seguir.



EXCELENTÍSSIMO JUÍZO DA 1ª VARA REGIONAL DE
MANGABEIRA, DE JOÃO PESSOA-PB.

Proc. nº: 0801411-95.2019.8.15.2003.

NATERCYO ALVES VIANA BASTOS, amplamente qualificado nos autos da demanda em epígrafe, movida em desfavor da MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A., igualmente individualizada, vem, através de seu advogado *in fine*, com os costumeiros respeito de praxe, à presença de Vossa Excelência, apresentar, de forma tempestiva, a seguinte:

IMPUGNAÇÃO
À CONTESTAÇÃO e DOCUMENTOS

com base nos fatos e motivos a seguir expostos.

I – RESUMO DA CONTESTAÇÃO

O autor, ora impugnante, propôs a presente Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório em face da seguradora Requerida em virtude de ter sofrido acidente automobilístico em 18/10/2017, perdurando desde então com sequelas proveniente de **FRATURA DE RÁDIO DISTAL DO FÊMUR DIREITO** (CID10 S52.5 e S72.3), tendo seu pedido na esfera administrativa sido negado, conforme vasta documentação apresentada aos autos.

Assim, após a regular citação da impugnada, foi apresentada contestação (Id. 22494644) e documentos, alegando, em suma, que a parte autora apenas procedeu com o registro (policial) do ocorrido em 19/11/2018, e, embora não tenha sido realizada perícia na esfera

1

Rua Rodrigues de Aquino, 144 - Sala 101 - Centro - João Pessoa-PB

Fone: (83) 3222-7097 | 8899-9749 | 8825-9749 - E-mail: rodolfoand@hotmail.com - Site: www.rodolfonobrega.com.br



administrativa, aduz à ausência de sequelas, porquanto seu pleito foi negado, e da existência de pretéritos pedidos de indenização de seguro obrigatório, os quais indicou (parcialmente) em sua peça.

Tecendo ainda, seu desinteresse na realização da audiência preliminar de conciliação, necessidade de oitiva do Autor, pela suposta divergência de informações no B.O., da imprestabilidade das provas apresentadas pelo Requerente, a ausência de laudo do IML, inexistência de invalidez permanente, lesão preexistente, aplicabilidade da Súmula 474 do STJ e da forma de aplicação dos juros de mora e da correção monetária.

Mostram-se, portanto, serem estes os breves acontecimento processualístico.

II – DO MÉRITO

Precipuamente, urge tecer que as alegações da seguradora Requerida beira, pelo menos em tese, a má-fé processual e, portanto, atenta contra a Dignidade da Justiça ao afirmar que as sequelas descritas nesta demanda, e alvo do pedido de indenização em deslinde, são fruto de acidentes automobilísticos sofridos por esse e os quais já foi pago o prêmio devido. Tal ato, claramente proposital por parte da Promovida, tem o afã de eximir-se de suas responsabilidades legais mesmo que para isso intente levar este i. Juízo a erro – *como se possível fosse*.

Para tanto, infere-se que a Demandada embuçou fatos e provas que colocariam por terra suas afirmações; e assim o fez exatamente para obter vantagem com suas urdiduras.

Colhe-se, assim, que a Promovida quedou-se de praticar a boa-fé processual, impostas as partes, ao não informar às datas que ocorreram os referidos acidentes, a função exercida pelo Autor, a saber, de Motoboy - porquanto exposto, diuturna e diariamente, a acidentes automobilísticos, diga-se, e muitos aconteceram com o Promovente nos últimos anos -, além de não ter apresentado um único documento a respeito de tais acidentes, pois assim poderíamos constatar a realidade



dos fatos, que se tratou de acidentes pretéritos que não guardam qualquer relação com o ora processado.

Assim, repelimos veementemente as ilações da parte Requerida, em todos os termos que alegadas em sua Contestação, pois os acidentes ali noticiados se tratam de episódios distintos deste e que guardam relação a eventos e circunstâncias diferente.

Assim, requer desde já que a seguradora Impugnada seja compelida a apresentar os documentos apresentados pelo Autor quando do requerimento de pagamento de seguro, para que em seguida seja instaurado o incidente de má-fé processual e de atentado à dignidade da Justiça.

No mais, curial expor que na esfera administrativa o Autor sequer foi submetido a avaliação por parte do Médico da Requerida, o que demonstra seu descaso com o direito do Impugnante em receber o prêmio devido.

Aliais, cumpre ressaltar que a seguradora impugnada em nenhum momento de sua defesa chegou a impugnar a validade e teor dos documentos apresentados pelo Autor, mas tão somente que foram produzidos em momento muito posterior ao acidente por ele sofrido.

De modo que os documentos do Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena demonstram os fatos como sendo incontroversos; de que a parte autora foi vítima sim de acidente automobilístico ocorrido em 18/10/2017, e em virtude deste existe sequelas e debilidades que substanciam o pleito em discussão.

Portanto, Excelência, as alegações esposadas pela impugnada se mostram ardilosas, inócuas e inoportunas, vez que subestima o(a) D. Julgador(a).

Se não bastasse, os documentos colacionados com a peça vestibular, as sequelas que estigmatizam o Autor são provas incontestáveis do fato ocorrido, pois se trata de sequelas recentes, porquanto à amparar sua pretensão.

Assim, não merecem apreço as assertivas defensivas.

Contudo, a luz da devida cautela processual, pugna-se pela realização de **PERÍCIA MÉDICA OFICIAL** a ser conduzida e atestada por um



Médico Legista, ou de confiança deste i. Juízo, para que seja constatado os fatos ora sub exame, bem como ateste as sequelas, debilidade e seu grau.

IV - IMPUGNAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Os documentos apresentados não se mostram aptos a afastar os pedidos deduzidos na peça vestibular, vejamos por que:

O Impugnante tem a dizer que os documentos colacionados a defesa não devem ser acatados como sendo legítimos, principalmente por que são jungidos de fraude ao Direito do postulante, conforme arguido anteriormente, portanto, passíveis de invalidade.

Ressalte-se, entretanto, que a autora ao fazer tal afirmativa tem por escopo comprovar que mencionados documentos foram confeccionados e preenchidos ao bel-prazer da requerida, em especial, o laudo que serviu de base para supostamente comprovar as sequelas da requerente e o grau de debilidade do membro lesionado.

V - DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Diante de todo o exposto e por tudo que dos autos consta, requer a Vossa Excelência que se digne em desacolher as premissas apresentadas pela Requerida, em toda sua extensão, com isso, seja condenada ao pagamento do prêmio devido devidamente acrescido de juros legais e atualização monetária, desde a data do evento danoso (acidente), assim como, sua condenação ao pagamento das custas e honorários advocatícios, estes no percentual de 20% sobre o valor global da condenação.

Por fim, requer a realização de PERÍCIA MÉDICA OFICIAL a ser conduzida por um Médico Legista, ou de confiança deste Juízo, designado por V. Excia., e outras provas que por ventura se mostrarem necessárias, sem exceção.

Pede deferimento do feito.

João Pessoa-PB, 09 de Agosto de 2019.

RODOLFO NÓBREGA DIAS
Advogado OAB/PB Nº 14.945.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA



1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

PROCESSO NÚMERO - 0801411-95.2019.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

Advogado do(a) AUTOR: RODOLFO NOBREGA DIAS - PB14945

RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

DESPACHO



Vistos, etc.

Designo **audiência de conciliação** para o **dia 18 de fevereiro de 2020, às 17h00min**, a realizar-se na sala de audiências da 1ª Vara Regional de Mangabeira.

Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.

A audiência só não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo a parte ré fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

Considerando que a parte autora ajuizou a presente ação sem se submeter previamente à perícia médica através do IML, inexistindo nos autos documento que ateste a existência da invalidez permanente e/ou extensão da lesão, bem como que a rotina judiciária vem nos mostrando que a transação em ações que buscam o pagamento ou complementação de seguro Dpvat somente se realiza após a realização de perícia médica, com fulcro no art. 139, inciso VI, do CPC, determino que a audiência de conciliação ora agendada seja precedida de perícia judicial, cuja a realização fica condicionada a anuência da parte em se submeter a ela, nos termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder.

Para tanto, **nomeio a médica Rosana Bezerra Duarte de Paiva, CPF 587.738.514-34**, perito nos presentes autos, estando ele já ciente da nomeação e data e horário da perícia.

Intime-se a Seguradora Líder para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no valor de R\$ 200,00(duzentos reais), comprovando-o até a data da audiência e perícia ora designadas, sob pena de penhora junto ao Bacenjud.

Como forma de viabilizar a transação, após realização da perícia médica, faz-se mister o comparecimento da Seguradora Líder na audiência ora designada, através de preposto munido de poderes para firmar acordos. Dessa forma, além da citação e intimação através de carta, determino que seja a Seguradora Líder, através dos endereços eletrônicos pauloleite@seguradoralider.com.br e philipe.rocha@seguradoralider.com.br e telefone (21) 38614600, cientificada acerca dessa audiência.

Intime-se a parte autora, pessoalmente, e através de seu advogado, podendo este requerer que a intimação se dê através de endereço eletrônico, devendo para tanto, informá-lo em até cinco dias (art. 319, inciso II, do CPC).

Poderão as partes, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo de quinze dias. Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJPB.

Via digitalmente assinada da decisão servirá como mandado de citação/intimação.

P.I. Cumpra-se com urgência.



João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]
Juíza de Direito



EM ANEXO



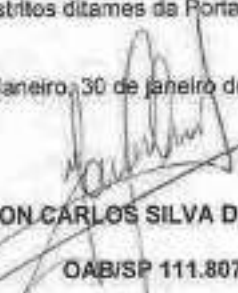
SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador das Seguradoras: AIG SEGUROS BRASIL S/A; ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A; ALFA SEGURADORA S/A; ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A; AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS; ANGELUS SEGUROS S/A; ARGO SEGUROS BRASIL S/A; ARUANA SEGUROS S.A.; ASSURANT SEGURADORA S.A; ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS; AUSTRAL SEGURADORA S/A; AXA CORPORATE SOLUTIONS SEGUROS S.A; AXA SEGUROS S/A; AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS; BANESTES SEGUROS S/A; BMG SEGUROS S/A; BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS; BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS; BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CAIXA SEGURADORA S/A; CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A; CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A; CHUBB SEGUROS BRASIL S/A; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL; CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL; CIA EXCELSIOR DE SEGUROS; COMPREV SEGURADORA S/A; COMPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; ESSOR SEGUROS S/A; FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A; FATOR SEGURADORA S/A; GAZIN SEGUROS S.A.; GENERALI BRASIL SEGUROS S/A; GENTE SEGURADORA S/A; ICATU SEGUROS S/A; INVESTPREV SEGURADORA S/A; INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A; J. MALUCELLI SEGURADORA S/A; MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A; MAPFRE VIDA S/A; MBM SEGURADORA S/A; MG SEGUROS VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A; MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; OMINT SEGUROS S/A; PAN SEGUROS S/A; PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS; PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; POTTENCIAL SEGURADORA S/A; PQ SEGUROS S/A; PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A; PREVIMIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; SABEMI SEGURADORA S/A; SAFRA SEGUROS GERAIS S/A; SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; SANCOR SEGUROS DO BRASIL S/A; SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS; SOMPO SEGUROS S/A; STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.; SUHAI SEGUROS S/A; SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A; TOKIO MARINE SEGURADORA S/A; TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A; UNIÃO SEGURADORA S/A – VIDA E PREVIDÊNCIA; USEBENS SEGUROS S/A; VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS; XL SEGUROS BRASIL S/A; ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato



anexo, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos Drs. **CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **ISABEL TEIXEIRA DAS CHAGAS**, brasileira, solteira, OAB/RJ 158.953; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, solteira, OAB/RJ 140.522; **NOÊMIA FRAGA TEIXEIRA**, brasileira, solteira, OAB/RJ 95.365; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **ROBERTO MARTINS COSTA**, brasileiro, solteiro, OAB/RJ 176.073; **RODRIGO ALBERTO DE ALMEIDA**, brasileiro, solteiro, OAB/RJ 165.647; **TAISA NERY SILVA**, brasileira, solteira, OAB/RJ 171.173; **TIAGO CARNEIRO LEÃO D'OLIVEIRA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 130.946; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: +55 (21) 3265-5600, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, ficando, desde já, **VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016,

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2018.


JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807



PROCURAÇÃO

MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida das Nações Unidas - 14261, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.074.175/0001-36, por seus representantes legais ao final assinados, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 071.709 e no CPF sob o nº 890.536.407-20; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132 e no CPF/MF sob o nº 062.587.197-26; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 62.420 e no CPF/MF sob o nº 542.587.407-30; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, todos com escritório à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, CEP 20031-205, no Município do Rio de Janeiro, RJ, aos quais, independentemente da ordem de nomeação, confere plenos poderes, incluindo a cláusula *Ad Judicia et Extra*, para atuar no foro em geral, em qualquer instância, Juízo ou Tribunal nas ações ou recursos competentes, e defender a Outorgante nas ações que lhe são contrárias, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, nomear prepostos para representar a Outorgante nas ações em que é parte, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive subestabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, autorizados, desde já, receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figura, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-B, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

PRAZO: O presente mandato terá validade até 31.12.2017, exceto quando for juntado nos autos de determinado processo, quando vigorará até o término do respectivo processo.

Rio de Janeiro, 26 de Outubro de 2017.


Orival Grahl
Advogado


Oswaldo Nardini Neto
Gerente Contencioso Institucional e
Seguros Auto



21 Tabelão de Notas
São Paulo - Capital
 Lda. Alberto Espinosa Netto - Tabelão

Recebido por SEVELANDIA a(s) Firma(s) C/ SA
 DEBEMOS do DITAM 2004 e 05/06/2004
 a qual confere com padrão depositado no cartório.
 São Paulo, 02/05/2004 - 13/12/08
 Segs DEBEMOS Em Testemunho de verdade.
 Total R\$ 10,00

WILSON LUIZ DOS SANTOS - escrevente





21^o Tabelião de Notas
SÃO PAULO - CAPITAL
LIRZ AFFONSO SPAGNUOLO MEDINA
Tabelião



LIVRO: 3645
PÁGINA: 099/102
TRASLADO: PRIMEIRO
FOLHA 1

PROCURAÇÃO PÚBLICA

Saibam quantos esta pública procuração virem que aos NOVE (09) dias do mês de MAIO de DOIS MIL E DEZESSETE (2017), nesta Cidade e Comércio do Estado de São Paulo, Capital, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes, perante mim Substituta do 21º Tabelião de Notas, compareceu como outorgante: MAPERE SEGUROS GERAIS S.A. com sede nesta Capital, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, inscrita no CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA (CNPJ) sob o número 01.074.175/0001-38, com seu estatuto social consolidado pela Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de janeiro de 2016, registrada na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (JUCESP) sob o número 269.602/16-1 em 21/05/2016, neste ato representada, conforme o artigo 13 parágrafo único do referido estatuto social por seu Diretor M. CARLOS ALBERTO LANDIM, brasileiro, casado, seguritário, portador da cédula de identidade RG número 14.385.634 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o número 085.817.328-22, e por seu Diretor E. WADY JOSE MOURÃO CURY, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 7.605.981-8 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob nº 240.313.489-61, ambos com endereço comercial nesta Capital, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, reunidos conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 31/03/2014, registrada na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (JUCESP) sob o número 348.155/14-1 em 03/05/2014, das quais cópias autenticadas do referido estatuto social, da eleição dos diretores e do CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA (CNPJ), encontram-se arquivados nestas Notas nas pastas 177 e 187, sob os números 163 e 078, os quais declaram, sob as penas da lei, não haver alterações estatutárias posteriores às mencionadas. Os presentes foram reconfeccionados como os próprios face à apresentação de seus documentos de identificação, no original, do que dou fé. E pela outorgante me foi dito que, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui seus procuradores GRUPO "A": 1A) ORIVAL GRAHL, OAB/SC nº 6.268, OAB/DF nº 19.197, CPF/MF nº 486.267.409-72, casado; 2A) OSWALDO NARDINI NETO, OAB/SP nº 244.753, CPF/MF nº 167.930.619-85, divorciado; 3) LUIZ CARLOS THADEU MOREYRA THOMAZ, OAB/SP nº 82.449, CPF/MF nº 139.824.221-00, casado; 4A) VIVIANE BERTOLDI CORREA PIMENTEL, OAB/SP nº 157.728, CPF/MF nº 188.536.728-88, casada; 5A) LIGIA MARIA CHIKUSA, OAB/SP 208.247, CPF/MF nº 222.636.658-41, solteira; e 6A) TAMARA BARBATO DOS SANTOS, OAB/SP 289.053, CPF/MF 341.382.098-24, solteira; 7A) LILIANE RIBEIRO PEREIRA NUNES, OAB/SP 275.319, CPF/MF 331.368.598-75, casada e GRUPO "B": 1B) TATIANA SAHO MOLIN, OAB/SP 304.644, CPF/MF 315.542.418-47, solteira; 2B) ANDRESSA FERNANDES



Rua Líbero Badurá, 305 - Centro - São Paulo - SP - 01009-000
Tel.: (11) 3291-6500 - Fax: (11) 3291-6551
E-mail: 21tabeliao@21tabeliao.com.br
Site: www.21tabeliao.com.br

21º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO
Rua Líbero Badurá, 305 - 2º andar
AUTENTICAÇÃO
Autêntico e presente copia do original apresentado. São Paulo, 23 de Maio de 2017.

São Paulo, 23 de Maio de 2017

Antônio Pontes de Queiroz
Valido somente com o selo de autenticidade
SELOS PREÇOS POR MÉRITO - AUT. REG. 10.448.498.107



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

21ª Tabelão
Jury dos San-
Sul

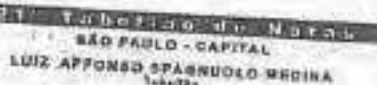
KOWAL, OAB/SP nº 218.883, CPF/MF nº 205.185.888-57, solteira, maior; 3B) FABRÍCIO MARQUES DE OLIVEIRA, OAB/SP 392.515, CPF/MF 417.230.148-77, solteiro; 4B) CRISTIANE DI MARCO FERREIRA, OAB/SP nº 222.253, CPF/MF nº 167.788.179-01, solteira, maior; 5B) SILVIO PAPARELLI JUNIOR, OAB/SP 225.779, CPF/MF 151.840.828-08, casado; 6B) KELLY RANGEL PELLEGRINI GUAREZEMINI, OAB/SP 215.422, CPF/MF 311.265.538-76, casada; 7B) MANOEL FRANCISCO DA SILVA JUNIOR, OAB/SP 252.928, CPF/MF 290.296.148-03, solteiro; 8B) SILVANA DI NAPOLI, OAB/SP 207.637, CPF/MF 188.870.458-80, solteiro; 9B) MARIANA TADEU STOUTO DE MORAIS, OAB/SP 204.826, CPF/MF 353.114.748-07; 10B) JULIANA PAULA DINIS GONÇALVES, OAB/SP 357.284, CPF/MF 408.697.298-79, casada; 11B) CLAUDIA SOUZA SILVA IMPIERI, OAB/SP nº 246.658, CPF/MF nº 295.132.658-85, casada; 12B) ALEX MARCEL BARBOSA DA SILVA, OAB/SP 318.819, CPF/MF 375.880.548-56, solteiro; 13B) ALINE CAROLINE DOS SANTOS, OAB/SP nº 315.168, CPF/MF nº 383.873.818-28, solteira; 14B) CARLOS ROBERTO DE CARVALHO JUNIOR, OAB/SP 185.453, CPF/MF 114.446.298-32, solteiro; 15B) TALLYNE DE CARVALHO WANDERLEY, OAB/SP- 315.674, CPF/MF 008.642.861-63, solteira; 16B) GABRIEL MELLER ORDONEZ DE SOUZA, OAB/SP nº 287.941, CPF/MF nº 272.625.218-45, solteira, maior; 17B) KARYNA MARKOSSIAN, OAB/SP nº 300.117, CPF/MF nº 341.908.080-97, casada, maior; 18B) MARILANE PINTO MESQUITA DUARTE, OAB/SP nº 216.077, CPF/MF nº 101.538.638-64, solteiro; 19B) STEFANIE BARROS TORRES, OAB/SP nº 328.034, CPF nº 380.442.848-32, 20B) DEBORAH PEREIRA DE ARAÚJO, OAB/SP nº 338.243, CPF nº 407.170.868-80; 21B) BRUNA LAZARINI, OAB/SP nº 325.030, CPF/MF nº 369.309.128-59, solteira; 22B) SALETE PEREIRA DA SILVA, OAB/SP 281.711, CPF/MF 218.818.888-80, solteira; 23B) VANESSA SOARES SANTOS, OAB/SP 293.958, CPF/MF 411.498.228-05, solteira; 24B) DANIEL CEZAR AUGUSTO CAJÉ DE OLIVEIRA, OAB/SP 380.843, CPF/MF 388.458.008-20, solteiro; 25B) PRISCILA RICARDO DOS SANTOS, OAB/SP nº 344.328, CPF/MF nº 400.502.168-32, 26B) DANIELA DUARTE MURAYAMA, OAB/SP nº 191.533, CPF/MF nº 178.422.798-01, separada judicialmente; 27B) FELIPE PAVAN ANDERLINI, OAB/SP nº 232.507, CPF/MF nº 292.330.328-84, solteiro; 28B) ANA CLAUDIA FIORAVANTI THOMAZINHO, OAB/SP nº 212.482, CPF/MF nº 268.838.248-80, casada; e 29B) todos brasileiros, advogados, residentes e domiciliados nesta Capital, com escritório nesta Cidade e Capital do Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, onde recebem intimações, aos quais confere: I) TODOS OS PODERES DA CLÁUSULA "AD JUDICIA" e "ET EXTRA" PARA, EM CONJUNTO OU ISOLADAMENTE, INDEPENDENTEMENTE DA ORDEM DE NOMEAÇÃO, representar as outorgantes em Juízo, em qualquer Instância ou Tribunal, ou fora dele, podendo: a) propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-las nas contrárias, em qualquer ação civil, administrativa ou criminal e seus respectivos atos e medidas de ordem preparatória, assessoratória ou executiva, incluindo inquéritos policiais, por mais especial que seja a forma processual, seguindo e acompanhando-as, b) requerer falências, recuperação judicial ou extrajudicial, c) impugnar cálculos, proceder a habilitações, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos, fazer acordos, pagar, receber e fazer levantamento de valores, receber e dar quitação, d) prestar depoimento pessoal em nome das OUTORGANTES como representante legal, e) propor reconvenção e segui-la, f) representá-las perante os órgãos e repartições públicas em geral, especialmente os da Justiça do Trabalho, inclusive na qualidade de empregadora, como seus prepostos e, para tal fim, praticar todos os

21ª ABELÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO
Rua Liberto Badur, 366 - 2º andar
AUTENTICAÇÃO
Assento e presente com o conteúdo
a original representado dos 18.

S. Paulo 23 MAR 2017

Colégio Notarial do Estado de São Paulo
Antonio Carlos de Souza
Válida somente para o autenticado
SELOS NEGROS POR VERSÃO 108114114





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

135 42437 135147 4900394 2094-0

Rua Liberdade 366 - Centro - São Paulo - SP - 01003-001
Tel: (11) 3291-9500 - Fax: (11) 3291-9501
E-mail: 21abeliao@21abeliao.com.br
Site: www.21abeliao.com.br

2º TABELÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO
Rua Ibero Badur, 386 - 2º andar
AUTENTICAÇÃO
Atestamos a presente cópia conforme
o original apresentado, em 14.

2. Pado - 7.3 Mm 7000

Antonio Louzeiro de
Valde Romariz
seio do autêntico
SELOS PÓS-PAZ VOTAR

112062
AUTENTICAÇÃO

1088 A V B 4 3 1 2 1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

poderees constantes neste instrumento, ficando sem efeito os atos praticados após o seu desligamento/ deslocamento, sendo, inclusive, responsável (as) por perdas e danos causados pelo uso indevido dos poderes revogados em decorrência do seu desligamento/deslocamento. A validade deste instrumento poderá ser revogada expressamente, ou, automaticamente, quando o (s) outorgado (s) deixar (em) sua (s) função (ões). O PRESENTE MANDATO TERÁ VALIDADE ATÉ TRINTA E UM (31) DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO (2018), EXCETO QUANDO FOR JUNTADO EM ALGUM ATO ADMINISTRATIVO, JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL, QUANDO ENTÃO, VIGERÁ ATÉ O TÉRMINO DO RESPECTIVO PROCESSO. Foi dito ainda pela outorgante que pelo presente instrumento REVOGA a procuração lavrada nestas Notas, nas páginas 015/018, do Livro 3495 em 07/01/2015, tornando-a a levar ao conhecimento dos mandatários ora destituídos a presente revogação. Os dados referentes à qualificação dos procuradores foram fornecidos pela outorgante, razão pela qual este Tabelião não se responsabiliza pela exatidão dos mesmos. Assim o disse, do que dou fé; pedi-me e eu lhe lavrei o presente instrumento, o qual, feito e lido em voz alta e clara, outorgar, aceitar e assinar, dou fé. Valor cobrado pelo ato: Emolumentos R\$ 510,12, Estado R\$ 144,90, IPESP R\$ 99,20, Reg. Civil R\$ 28,84, Trib. Justiça R\$ 35,00, Santa Casa R\$ 5,12, Imposto ao Município R\$ 10,85, Ministério Público R\$ 24,48, Total R\$ 856,60, Guia 0919/2017. Eu, IONE DOS SANTOS MENDONÇA, SUBSTITUTA, a lavrei e subscrevi. (e a). CARLOS ALBERTO LANDIM // WADY JOSE MOURAO CURY // IONE DOS SANTOS MENDONÇA, NADA MAIS. Trastada em seguida. Eu, _____ (IONE DOS SANTOS MENDONÇA) SUBSTITUTA, a digitei, fiz imprimir e conferi, subscrevi e assino em público e raso,

EM TESTEMUNHO, _____ DA VERDADE

IONE DOS SANTOS MENDONÇA
SUBSTITUTA

21º Tabelião de Notas
Ione dos Santos Mendonça
Substituta

21º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO
Rua Libero Badali, 309 - 2º andar
AUTENTICAÇÃO
Autêntico e apresentado conforme
o original apresentado, dou fé.

S. Paul. 23 de Maio 2017

Antônio Dânilze de Oliveira
Voulo somente com
selo de autenticação
SELOS PAGOS POR VERSA - AUT





JUCESP PROTOCOLO
0.570.065/16-1



JUCESP
BRASILVEÍCULOS
COMPANHIA DE SEGUROS
(Subsidiária Integral)
CNPJ 01.386.570/0001-81 - NIRE 3530045752-8

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE JANEIRO DE 2016**

DATA, HORA E LOCAL: Em 29 de janeiro de 2016, às 16h00, na sede de BRASILVEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS ("Companhia"), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000.

PRESENCIA: Presente e única acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas.

CONVOCAÇÃO: Dispensada em razão da presença da acionista titular das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações").

MESA: Assumiu a presidência Roberto Barroso, que convidou Marcos Eduardo dos Santos Ferreira para exercer a função de secretário.

ORDEM DO DIA: deliberar sobre: (i) proposta de alteração do endereço da sede social da Companhia, com a consequente alteração do artigo 2 do seu Estatuto Social; e, (ii) consolidação do estatuto social da Companhia.

DELIBERAÇÕES: A acionista única da Companhia decidiu sem reservas aprovar:

- (i) a alteração do endereço social da Companhia para: Avenida das Nações Unidas nº 14.261, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes, CEP: 04794-000, São Paulo - SP, com a consequente alteração do caput do artigo 2 do Estatuto Social da seguinte forma: "Artigo 2 - A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes, CEP: 04794-000."
- (ii) a consolidação do Estatuto Social, nos termos do Anexo 1

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes.

Assinaturas: Mesa: Marcos Eduardo dos Santos Ferreira, Presidente; Roberto Barroso, Secretário.

Acionista: Mapfre BB SH2 Participações S.A. (p. Marcos Eduardo dos Santos Ferreira, Presidente e Roberto Barroso, Vice-Presidente).

Certidão: A presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio.

São Paulo, 29 de janeiro de 2016.

Roberto Barroso
Presidente

Marcos Eduardo dos Santos Ferreira
Secretário



Página 1 de 10

21ª DIREÇÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO
Rua Líbero Badurk, 100 - 1º andar
AUTENTICAÇÃO
Autentica a presente cópia conforme
a original apresentada, dou fé.

112293
AUTENTICAÇÃO
1654AV0985872
Aldon Marinov
Válido somente com o
uso de autenticação
DELOS PAGOS POR VERSA-AUT. R\$ 1,10





BRASILVEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS
(Subsidiária Integral)
CNPJ 01.358.570/0001-81 - NIRE 3530045762-8

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE JANEIRO DE 2016

ANEXO I

BRASILVEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS
(Subsidiária Integral)

NIRE: 3530045762-8
CNPJ: 01.358.570/0001-81

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

CAPÍTULO I. DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO.

Artigo 1º - A Companhia tem a denominação de BRASILVEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS, subsidiária integral da MAPFRE BB SH2 Participações S.A., sendo regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis ("Companhia").

Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, nº 14.201, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes, CEP: 04794-000.

Parágrafo Único - A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, criar e extinguir agências, filiais e escritórios de representação em qualquer lugar do território nacional, conforme Artigo 13, inciso (vii).

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto a exploração das operações de seguros de pessoas e de danos, em qualquer de suas modalidades ou formas, podendo participar de outras sociedades, observadas as disposições legais pertinentes.

Parágrafo Único - Fica vedado à Companhia prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer forma em operações estranhas ao seu objeto social, não se aplicando esta vedação no caso de operações de seguro, cosseuro e resseguro.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II. CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O capital social, totalmente integralizado, é de R\$ 335.318.897,59 (trezentos e trinta e cinco milhões, trezentos e dezotto mil, setecentos e noventa e sete reais e cinquenta e nove centavos) dividido por 72.762.823 (setenta e dois milhões, setecentas e sessenta e duas mil e oitocentas e vinte e três) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 40.841.755 (quarenta milhões, novecentas e quarenta e uma mil e setecentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias e 31.921.068 (trinta e um milhões, oitocentas e vinte uma mil e sessenta e oito) ações preferenciais sem direito a voto.

Parágrafo 1º - As ações poderão ser representadas por cartais representativos e títulos múltiplos de ações, que deverão ter, obrigatoriamente, as assinaturas de 2 (dois) de seus Diretores, de conformidade com este Estatuto Social e com a legislação aplicável.

Página 2 de 10



DUCESP
BRASVEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS
(Subsidiária Integral)
CNPJ 01.356.670/0001-81 - NIRE 3530045752-8
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 29 DE JANEIRO DE 2016

Parágrafo 2º - Cada ação ordinária dará direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Parágrafo 3º - As ações preferenciais não terão direito a voto, ficando-lhes assegurado um dividendo, não cumulativo, igual a 3% (três por cento) do lucro líquido da Companhia, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Parágrafo 4º - A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias.

CAPÍTULO III. ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 6 - A Assembleia Geral é o órgão superior do governo da Companhia.

Artigo 7 - As Assembleias Gerais poderão ser Ordinárias ou Extraordinárias e somente se instalarão com a presença do seu único acionista, devidamente representado, na forma do seu estatuto social.

Parágrafo Único - As Assembleias Gerais serão presididas pelo Diretor-Presidente ou, na sua ausência, pelo Diretor Vice-Presidente. Em caso de ausência do Diretor-Presidente e do Diretor Vice-Presidente, o acionista único escolherá o Presidente da Mesa entre os presentes.

Artigo 8 - A Assembleia Geral Ordinária será realizada, necessariamente, até o dia 31 de março de cada ano, para:

- (I) tomar as contas da Diretoria;
- (II) discutir e votar as demonstrações financeiras;
- (III) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos;
- (IV) eleger os membros da Diretoria e decidir sobre a instalação do Conselho Fiscal, e fixar os montantes globais anuais de remuneração dos Diretores e membros do Conselho Fiscal.

Artigo 9 - Sem prejuízo da competência da Assembleia Geral prevista pela legislação aplicável, a aprovação das seguintes deliberações dependerá de aprovação pela Assembleia Geral da Companhia:

- (i) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, ou qualquer outra forma de remuneração ao acionista, em montante superior àquele determinado na política de dividendos da Companhia, conforme estabelecida, de tempos em tempos, pelo acionista único da Companhia;
- (ii) mudança na política de distribuição de dividendos ou de juros sobre o capital próprio;

Página 2 de 10



DUCESP
BRASIL VEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS
(Subsidiária Integral)
CNPJ 01.356.670/0001-81 - NIRE 3530045752-8

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 29 DE JANEIRO DE 2016**

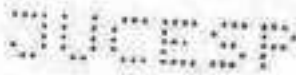
- (iii) aprovação de procedimentos de fusão, incorporação, cisão ou transformação ou qualquer operação societária similar envolvendo a Companhia ou seus negócios presentes ou futuros;
- (iv) qualquer alteração do Estatuto Social que implique: (a) aumento ou redução de capital; (b) alteração dos direitos conferidos pelas ações; (c) alteração no objeto social; ou (d) modificação da competência da Assembleia Geral de Acionistas e de quorum de presença e deliberação;
- (v) criação ou mudança de qualquer das características da Companhia que implique efeitos fiscais para seu acionista ou os acionistas da sua acionista;
- (vi) deliberação acerca de recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, liquidação ou falência da Companhia;
- (vii) aprovação de planos de oferta de ações ou de opções de ações (stock option), de bônus de subscrição, assim como de qualquer oferta pública de emissão de valores mobiliários pela Companhia;
- (viii) redução do dividendo mínimo obrigatório;
- (ix) aprovação da política de reinvestimento da Companhia, de proposta de destinação de resultados da Diretoria, de fixação do preço de pagamento de dividendos aos acionistas ou de constituição de reservas, no caso em que as propostas não se ajustem ao previsto na política de dividendos da Companhia, conforme estabelecida, de tempos em tempos, pelo acionista único da Companhia;
- (x) negociação, recompra, amortização, cancelamento ou resgate de valores mobiliários de emissão da Companhia, os termos e condições dessas operações, incluindo, sem limitação, preços e demais condições aplicáveis a essas operações, em conformidade com os requisitos legais aplicáveis;
- (xi) prática, pela Companhia, de qualquer ato gratuito;
- (xii) eleição, demissão/destituição, reeleição ou substituição dos membros da Diretoria e fixação da remuneração global dos Diretores;
- (xiii) emissão por meio de oferta pública ou privada, pela Companhia, de valores mobiliários representativos de endividamento, conversíveis ou não em ações, incluindo mas a tanto não se limitando à emissão de debêntures, títulos, bônus, notas promissórias (commercial papers);
- (xiv) aquisição ou arrendamento de ativos (incluindo bens móveis, imóveis e intangíveis, como marcas e propriedade intelectual) e a aquisição de participação em outras sociedades, bem como a formação de consórcios, joint-ventures ou de associações com outras sociedades por valor superior a 2,5% do valor do patrimônio líquido da Companhia;

Página 4 de 10

IMPRESSÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO
Rua Lizero, 304/310 - 2º andar
AUTENTICAÇÃO
Autêntico a presenca com o
original apresentado, dou fé.

112132
AUTENTICAÇÃO
10844V085202
06 DEZ 2015
Br. Anton Sushinov
Valores autênticos com o
autenticidade
2015 POR YERSA-AUT. 05310





BRASILEIRAS COMANHIA DE SEGUROS
(Subsidiária Integral)
CNPJ 01.358.670/0001-01 - NIRE 3530045752-8

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 29 DE JANEIRO DE 2016

- (xv) alienação ou oneração de bens do ativo fixo da Companhia, inclusive bens móveis, imóveis, marcas e propriedade intelectual, títulos ou valores mobiliários, e/ou cessão de direitos por valor superior a 2,5% do valor do patrimônio líquido da Companhia;
- (xvi) aprovação de qualquer operação, assunção de dívida, negócio, prestação de garantia ou despesa com ativo fixo que implique aumento do endividamento financeiro ou equivalente da Companhia por valor superior a 1% do valor do patrimônio líquido da Companhia;
- (xvii) aprovação de qualquer operação de empréstimo, adiantamento ou extensão de crédito para terceiros feitos pela Companhia e/ou por qualquer das suas subsidiárias;
- (xviii) aprovação de alterações na política de endividamento da Companhia;
- (xix) celebração de contratos ou assunção de qualquer tipo de obrigação entre a Companhia e/ou suas subsidiárias e os acionistas ou controladores, diretos ou indiretos, de seus acionistas ou sociedades que sejam, direta ou indiretamente, controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus controladores, bem como os respectivos empregados dessas sociedades ou com quaisquer pessoas vinculadas aos acionistas;
- (xx) realização de atos que importem renúncia e/ou restrição, pela Companhia, de direitos;
- (xxi) aprovação de operações e negócios em geral cuja natureza seja diferente do tipo de operação ou negócio normalmente, ou historicamente, empreendido pela Companhia, e/ou por qualquer das suas subsidiárias, bem como o desenvolvimento de novos negócios pela Companhia;
- (xxii) aprovação de arizamento de processos judiciais cuja matéria em discussão exceda 1% do valor do patrimônio líquido da Companhia e que não se relacionem a gestão de sinistros provenientes da atividade seguradora;
- (xxiii) eleição, demissão, destituição ou substituição, bem como fixação de atribuições, dos auditores independentes;
- (xxiv) constituição e extinção de subsidiárias, coligadas ou controladas da Companhia; criação e extinção de agências, filiais, bem como a criação e extinção de sucursais e/ou escritórios de representação da Companhia no exterior;
- (xxv) aprovação do orçamento anual da Companhia (incluindo investimentos e operações), bem como quaisquer alterações posteriores relevantes ao mesmo;
- (xxvi) aprovação e alteração do plano de negócios da Companhia e do planejamento estratégico da Companhia, o qual conterá, dentre outras matérias, a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (xxvii) aprovação de modificações significativas na estrutura da política comercial das subsidiárias da Companhia;

Página 6 de 10

21ª TABELA DE NOTAS DE SÃO PAULO
Rua Libero Badur, 355 - 7º andar

AUTENTICAÇÃO
Autêntico a presente cópia conforme
a original apresentado, dou fé.



Alfonso Marinho
Assinatura autêntica com o
selo de autenticidade
SELOS PAGOS POR VERBA - AUT. R\$ 3,00



SUSEP
BRASILEIROS COMPANHIA DE SEGUROS
(Subsidiária Integral)
CNPJ 01.356.570/0001-21 - NIRE 3530045752-8

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE JANEIRO DE 2016**

- (xviii) aprovação da política de publicidade e de modificações significativas a tal política quando incluir nomes, logos ou marcas de qualquer dos acionistas do acionista único da Companhia e dos respectivos grupos econômicos;
- (xix) aprovação de modificações no plano de remuneração que afetem significativamente os empregados oriundos do Banco do Brasil ou outras sociedades do seu grupo econômico;
- (xx) aprovação da contratação de prestadores de serviços e/ou fornecedores cujo valor seja superior a 3 milhões de reais;
- (xxi) definir, periodicamente, observado o disposto no Plano de Negócios, as linhas gerais relativas a alçadas e natureza das aplicações, investimentos e outros negócios a serem feitos pela Companhia;
- (xxii) examinar sobre a mudança de estrutura organizacional da Companhia, inclusive para criação ou extinção de cargos e funções no nível da Diretoria;
- (xxiii) autorizar a Companhia a adquirir suas próprias ações, observado o disposto no artigo 30 da Lei 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das Sociedades por Ações"); e
- (xxiv) declarar dividendos intermediários ou intercalares.

CAPÍTULO IV. ADMINISTRAÇÃO

Artigo 10 - A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por até 12 (doze) diretores, sempre em um número par de membros, os quais deverão ser divididos, em iguais números, entre diretores indicados pela BB Seguros Participações S.A. ("Diretores B") e diretores indicados pela Mapfre Brasil Participações S.A. ("Diretores M"). A Assembleia Geral elegará um Diretor Presidente entre os Diretores B e um Diretor Vice-Presidente entre os Diretores M.

Parágrafo 1º - Os Diretores exercerão os seus mandatos por um prazo de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 2º - Os membros da Diretoria da Companhia ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

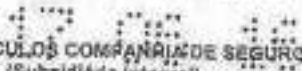
Parágrafo 3º - As pessoas que desempenharem o cargo de Diretor devem ser pessoas físicas de reconhecida reputação e prestígio em sua atividade profissional e comercial, com a qualificação necessária ou experiência profissional no ramo de negócio da Companhia e suas subsidiárias.

Artigo 11 - A Assembleia Geral designará, dentre os membros da Diretoria, aqueles que receberão as responsabilidades perante a SUSEP, nos termos das Circulares SUSEP n.º 234 e 249, das Resoluções CNSP n.º 118 e 143, bem como em quaisquer normas editadas ou que vierem a ser editadas, estabelecendo a obrigatoriedade de tal designação, conforme dispõe a Carta-Circular SUSEP/DECONGAB n.º 05/06, de 29/03/2006 e suas alterações posteriores.

Parágrafo Único - A investidura dos Diretores no cargo dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo de posse, após a homologação pela SUSEP.

Página 8 de 10



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADAS EM 29 DE JANEIRO DE 2016

112202 ☒ Ailton Marinho
AUTENTICACAO pelo seguinte com o
selo de autenticidade
1084AV09654444 POR VERGA-AUT. RS 12



BRASILEIROS COMPANHIA DE SEGUROS
(Subsidiária Integral)
CNPJ 01.356.670/0001-81 - NIRE 3530046762-8
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE JANEIRO DE 2016

Parágrafo Único - A representação da Companhia dar-se-á mediante a assinatura de dois Diretores, agindo em conjunto, dos quais, necessariamente, um Diretor E e um Diretor M.

Artigo 14 - Além das atribuições previstas no artigo acima, compete ao Diretor Presidente da Companhia:

- (I) supervisionar, orientar e coordenar as atividades dos demais Diretores, estabelecendo, quando for o caso, as funções de cada um dentro do seu setor de atividade;
- (II) convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria da Companhia;
- (III) manter a acionista única da Companhia informada sobre todas as atividades relevantes da Companhia e enviar aos membros do Conselho de Administração da acionista única da Companhia relatórios trimestrais;
- (IV) propor ao Conselho de Administração da acionista única da Companhia planos que orientem o desenvolvimento da Companhia em todos os segmentos de suas atividades, e
- (V) elaborar e propor ao Conselho de Administração da acionista única da Companhia projetos de mudanças organizacionais decorrentes de exigências do negócio.

Artigo 15 - Além das atribuições previstas no Artigo 13, compete ao Diretor Vice-Presidente da Companhia:

- (I) propor ao Diretor Presidente planos que orientem o desenvolvimento da Companhia em todos os segmentos de suas atividades;
- (II) elaborar e propor ao Diretor Presidente projetos de mudanças organizacionais decorrentes de exigências do negócio, e
- (III) conduzir e coordenar as ações operacionais e corporativas da Companhia.

Artigo 16 - As deliberações da Diretoria e os atos dos respectivos Diretores, no exercício regular de seus cargos, obrigam a Companhia, na forma da lei e do Estatuto Social, ficando os Diretores, em caso de violação, solidariamente responsáveis pelos prejuízos causados a terceiros e acionistas.

CAPÍTULO V. CONSELHO FISCAL

Artigo 17 - A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente, cabendo à Assembleia Geral da Companhia a decisão por sua instalação.

Artigo 18 - O Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado, será composto pelos mesmos membros que integram o Conselho Fiscal da MAPFRE BB SH2 Participações S.A.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho Fiscal tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio.

Página 8 de 10



BRASILVEÍCULOS

COMPANHIA DE SEGUROS
(Subsidiária Integral)

CNPJ 01.366.870/0001-81 - NIRE 3530045752-8

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE JANEIRO DE 2016**

CAPÍTULO VI. COMITÊ DE AUDITORIA

Artigo 19 - A Companhia será supervisionada pelo Comitê de Auditoria da MAPFRE BB SH2 Participações S.A., o qual, nos termos do art. 14 da Resolução SUSEP n.º 118, de 22/12/2004 e legislação posterior, servirá a todas as sociedades supervisionadas integrantes do conglomerado financeiro do qual a instituição líder é a MAPFRE BB SH2 Participações S.A. ("Instituição Líder").

CAPÍTULO VII. ACORDO DE ACIONISTAS

Artigo 20 - O acordo de acionistas devidamente registrado na sede da Companhia, que estabeleça as condições de compra e venda de suas ações, o direito de preferência na sua compra, o exercício do direito de voto ou do poder de controle ou, ainda, outras averbas, serão sempre observados pela Companhia ("Acordo de Acionistas").

Artigo 21 - Os administradores deverão cumprir e zelar pelo cumprimento dos Acordos de Acionistas e dos planos de negócios e orçamentos anuais aprovados nos termos do Acordo de Acionistas e deste Estatuto Social.

CAPÍTULO VIII. EXERCÍCIO SOCIAL E DESTINAÇÃO DOS LUCROS

Artigo 22 - O exercício social inicia-se a 1º de janeiro e encerra-se a 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 23 - A Diretoria deverá deliberar, no prazo máximo de dois meses a partir do fechamento de cada exercício, sobre as contas anuais e a proposta de aplicação do resultado do exercício.

Parágrafo Único - Após prévia análise e manifestação dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, caso esteja instalado, nos termos da lei, as contas anuais e a proposta de aplicação do resultado do exercício deverão ser submetidos à Assembleia Geral Ordinária.

Artigo 24 - O lucro líquido apurado em cada exercício terá a seguinte ordem de aplicação:

- (i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá a 25% (vinte por cento) do capital social;
- (ii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório do acionista único, no montante equivalente a 25% do lucro líquido do exercício;
- (iii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação da Reserva de Investimentos, nos termos dos parágrafos 1º e 2º acima; e
- (iv) ao exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição da Reserva de Lucros a Realizar.

Parágrafo 1º. A Reserva de Investimentos tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimento em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia, o aumento de capital nas sociedades das quais participe como acionista, a aquisição de sociedades congêneres ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações. A parcela

Página 5 de 10

2ª TABELA DE NOTAS DE SÃO PAULO
Rua Libero Badur, 365 - 2º andar
AUTENTICAÇÃO

Autenticado a presente cópia conforme
o original apresentado, em 16.



SUELIO MOREIRA TORRES
BRASILEIROS COMPANHIA DE SEGUROS
(Subsidiária Integral)
CNPJ 01.356.570/0001-81 - NIRE 3530048762-8

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE JANEIRO DE 2016**

anual dos lucros líquidos destinada à Reserva de Investimento será determinada pelos acionistas em Assembleia Geral.

Parágrafo 2º. Quando a Reserva de Investimentos atingir o montante do capital social, ou quando a Companhia entender que o saldo da reserva excede o necessário para cumprir sua finalidade, a Assembleia Geral poderá determinar sua aplicação total ou parcial na integralização ou aumento do capital social ou na distribuição de dividendos, na forma do artigo 169 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 25 - Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá levantar balanços intermediários, bem como declarar dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros apurados nesses balanços ou de reservas de lucros existentes.

Artigo 26 - A Companhia poderá pagar juros a título de remuneração de capital próprio calculados sobre as contas do patrimônio líquido, observados a taxa e os limites estabelecidos na legislação fiscal. O valor pago ao acionista único a título de juros sobre o capital próprio será deduzido do valor do dividendo mínimo obrigatório.

CAPÍTULO IX. DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO


Artigo 27 - A Companhia se dissolverá nos casos estabelecidos pela lei ou por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.


Parágrafo Único - A própria Assembleia Geral de Acionistas estabelecerá a forma que se dará a dissolução, nomeando, para tanto, um ou vários liquidantes, cujo número deverá ser, sempre, ímpar.

Artigo 28 - A liquidação da Sociedade se dará nos casos estabelecidos na legislação aplicável.

CAPÍTULO X. FORO

Artigo 29 - Fica eleito o foro da comarca da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste Estatuto Social.


Marcos Eduardo dos Santos Ferreira
Presidente da Mesa


Roberto Barroso
Secretário da Mesa

Página 18 de 18

21ª DISTRITO DE NOTAS DE SÃO PAULO
Rua Libero Bastos, 356 - 2º andar
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia conforme
a original apresentada, dou fé.

S. Paul. 06 DEZ. 2015


1122AR
Autenticado somente com o
AUTENTICADOR
SELOS AUT. POR VERBA - AUT. R\$ 1,12
1084A V085885





SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA SUSEP Nº 4.998, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta dos Processos Susep nºs 15414.004917/2011-50, 15414.000380/2012-30, 15414.000704/2012-30, 15414.100080/2012-50, 15414.100175/2012-73, 15414.100390/2012-74 e 15414.100405/2012-02,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A., CNPJ nº 61.074.175/0001-38, com sede social na cidade de São Paulo – SP, nas assembleias gerais extraordinárias realizadas em 21 de setembro de 2011, 29 de dezembro de 2011, 9 de janeiro de 2012, 26 de janeiro de 2012, 14 de março de 2012, 18 de maio de 2012 e 11 de junho de 2012:

- I – destituição e eleição de diretores;
- II – mudança da denominação social para MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.;
- III – aumento do capital social em R\$ 130.000.000,00, elevando-o de R\$ 1.101.663.446,15 para R\$ 1.231.663.446,15, representado por 924.383.363 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal;
- IV – extinção do Conselho de Administração;
- V – realocação do Comitê de Auditoria para MAPFRE BB SH2 PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ nº 12.264.857/0001-06, com sede social na cidade de São Paulo – SP; e
- VI – reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO PORTAL SANTANNA
Superintendente





REPUBLICA DE CHILE

MINISTERIO DE JUSTICIA

En virtud de lo dispuesto en el artículo 10 del Decreto con Fuerza de Ley N° 2.191 del 2012, se declara que el presente documento es una copia fiel del original que se encuentra en el expediente N° 19120610443610700000025918546.

El presente documento es una copia fiel del original que se encuentra en el expediente N° 19120610443610700000025918546.

El presente documento es una copia fiel del original que se encuentra en el expediente N° 19120610443610700000025918546.

El presente documento es una copia fiel del original que se encuentra en el expediente N° 19120610443610700000025918546.

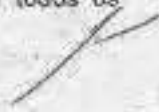


PROCURAÇÃO

Pelo presente Instrumento particular de procuração, **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o número 186.088.769-49, portador da cédula de identidade RG 2.237.060, expedido pela SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 071.709 e no CPF sob o nº 990.536.407-20, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 152.629; **ISABEL TEIXEIRA DAS CHAGAS**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 158.953; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 140.522; **NOÊMIA FRAGA TEIXEIRA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 95.365; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, Casada, OAB/RJ 185.681; **ROBERTO MARTINS COSTA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 176.073; **RODRIGO ALBERTO DE ALMEIDA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 165.647; **TAISA NERY SILVA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 171.173; **TIAGO CARNEIRO LEÃO D'OLIVEIRA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 130.946; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: +55 (21) 3285-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os



Preocupado com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e evita o desperdício e futuro.



demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2017.

Assinado
SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
JOSE ISMAR ALVES TORRES - DIRETOR PRESIDENTE

Assinado
SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
HELIO BITTON RODRIGUES - DIRETOR JURIDICO

17º Ofício de Notas
Rua do Comércio, 25 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - 20011-900

Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de HELIO BITTON RODRIGUES e JOSE ISMAR ALVES TORRES (000000490300)

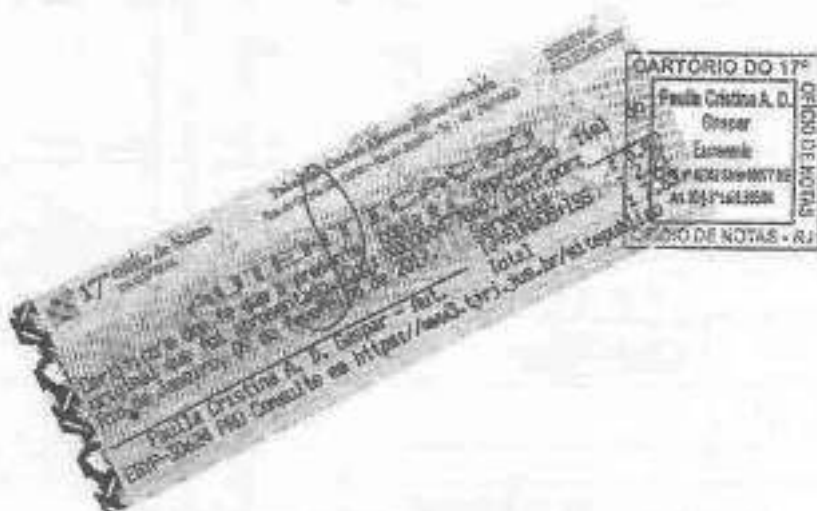
Rio de Janeiro, 19 de abril de 2017. Conf. por
de testemunha da verdade. Carv. por

Helio Bitton Rodrigues	Aut.	10,80
Jose Ismar Alves Torres	Aut.	3,80
Total		14,60

Helio Bitton Rodrigues - Aut. 10,80
Jose Ismar Alves Torres - Aut. 3,80
Consultar em <http://www.tfnj.gov.br/sitapublica>

Carimbo 17º Ofício de Notas RJ
Bruno Rodrigo Belém Gaspar
Escritório







SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.

NIRE nº. 33.3.0028479-E
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

5812581

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2016

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 15 (quinze) dias do mês de dezembro de 2016, às 9 horas, no Hotel Copacabana Palace, Av. Atlântica, 1702 – Sala Vermelha – 19 andar, Copacabana, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.021-001.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 08 de dezembro de 2016.

3. PRESENÇA: Presentes os Conselheiros Titulares Jabis de Mendonça Alexandre, Ivan Luiz Gontijo Junior, Roberto Barroso, Rosana Techina Salsano, João Gilberto Possiede, Marcelo Goldman, Jorge de Souza Andrade, Gláucia A. D. de Faria Smithson, Bernardo Dieckmann, Celso Damadi, Adriano Fernandes, Múcio N. de Albuquerque Cavalcanti, Francisco Alves de Souza e Nicolás Jesús di Salvo. Presente, ainda, o Conselheiro Suplente Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da ausência do respectivo Conselheiro titular, atendeu à reunião com direito a voto nas matérias da Ordem do Dia. Ademais, presentes, ainda, o Conselheiro Suplente Paulo Augusto Freitas de Souza, Heio Hiroshi Kinoshita, João Carlos Cardoso Botelho e Jorge Carvalho, que, por força da presença do respectivo conselheiro titular, atendeu à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia.

4. ORDEM DO DIA: (I) apresentação do processo de Consulta Prévia do Diretor Presidente e do Diretor sem designação específica; (II) eleição dos novos Diretores; e (III) assuntos gerais de interesse da Companhia.

5. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos, no item (I) da Ordem do Dia, o Presidente do Conselho de Administração, Sr. Jabis Alexandre, explicou aos Conselheiros acerca do deferimento, pela Superintendência de Seguros Privados, dos processos de Consulta Prévia, que teve a finalidade de aprovar a nomeação dos Srs. José Ismar Alves Tôres e Hélio Bitton Rodrigues para ocuparem, respectivamente, os cargos de Diretor Presidente e de Diretor sem designação específica. Em decorrência da aprovação supracitada, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por

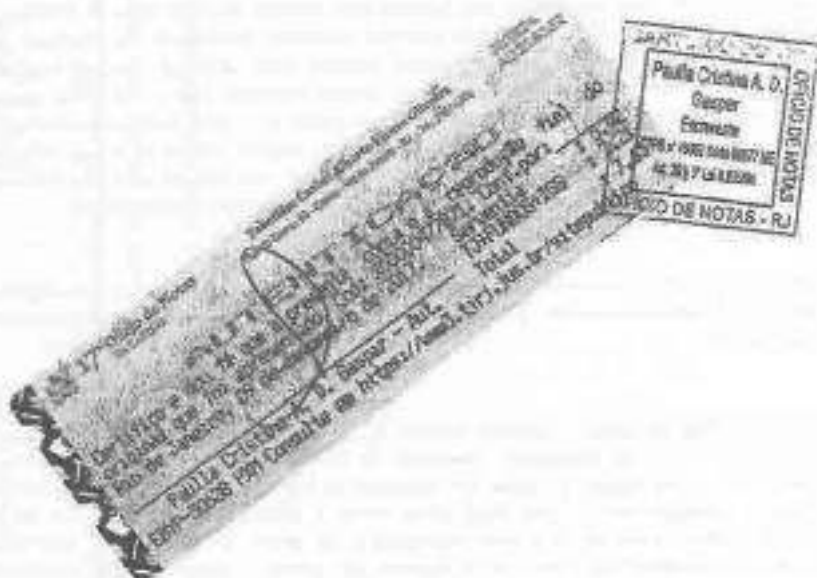
Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do
Seguro DPVAT S.A., realizada em 15 de dezembro de 2016, às 9 horas

Página 1 de 1


Suelio Moreira Torres
Secretário Geral

Jurista Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nº: 33300284798
Protocolo: 0020170329380 - 28/01/2017
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 01/02/2017. E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 7086FA0142DF1217020A20BA7A321F5771GC1288052AE01A7C0EE92F58EC119C
Arquivamento: 00003002910 - 01/02/2017





5812582

unanimidade dos presentes: (a) eleger para um mandato de 01 (um) ano o Sr. JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2237060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Avenida Rainha Elisabeth da Bélgica, nº 758, apto 701, Ipanema, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) eleger para um mandato de 01 (um) ano o Sr. HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 0730030-3, expedido pelo IPR-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da Companhia. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantil em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-lo de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Em decorrência do (i) da Ordem do Dia, no item (ii), assuntos gerais de interesse da Companhia, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade dos presentes, reafirmar as designações específicas atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe: (a.1) diretor responsável administrativo-financeiro; e (a.2) diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) Helio Bitton Rodrigues: (b.1) diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12); (b.2) diretor responsável pelos controles internos; e (b.3) diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção, contra fraudes; (c) Cláudio Mendes Ladeira: (c.1) diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 521/15); e (c.2) diretor responsável pelas relações com a SUSEP. Deba-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia.

6. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

7. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Jabilis de Mendonça Alexandre – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior – Conselheiro (ass.), Roberto Barroso – Conselheiro (ass.), Rosana Teckina Salsano (ass.), João Gilberto Possiede – Conselheiro (ass.), Marcelo Goldman – Conselheiro (ass.), Jorge de Souza Andrade – Conselheiro (ass.), Glaucia A. D. de Faria Smithson – Conselheiro (ass.), Bernardo Dieckmann – Conselheiro (ass.), Celso Damad – Conselheiro (ass.), Adriano Fernandes – Conselheiro (ass.), Muelo N. de Albuquerque

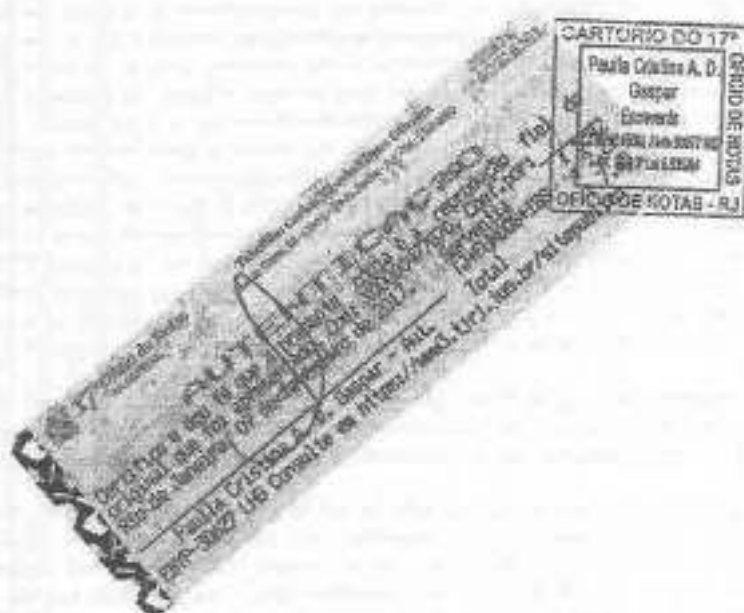
Ata da Reunião do Conselho de Administração de Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A.
Seguro DPVAT S.A., realizada em 25 de dezembro de 2015, às 9 horas

Página 2 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284786
Protocolo: 0020170329380 - 26/01/2017
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 01/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 7855-AD142CF1217020A208A7A321F3771CC1299552A801A7C0F692F56EC119C
Arquivamento: 00003002910 - 01/02/2017

Renato F. S. Donizetti
Secretaria Geral







5542583

Cavalcanti – Conselheiro (ass.), Francisco Alves de Souza – Conselheiro (ass.), Nicolás Jesús di Salvo – Conselheiro (ass.) e Paulo de Oliveira Medeiros – Conselheiro (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2016

Jabls de Mendonça Alexandre
Presidente

Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

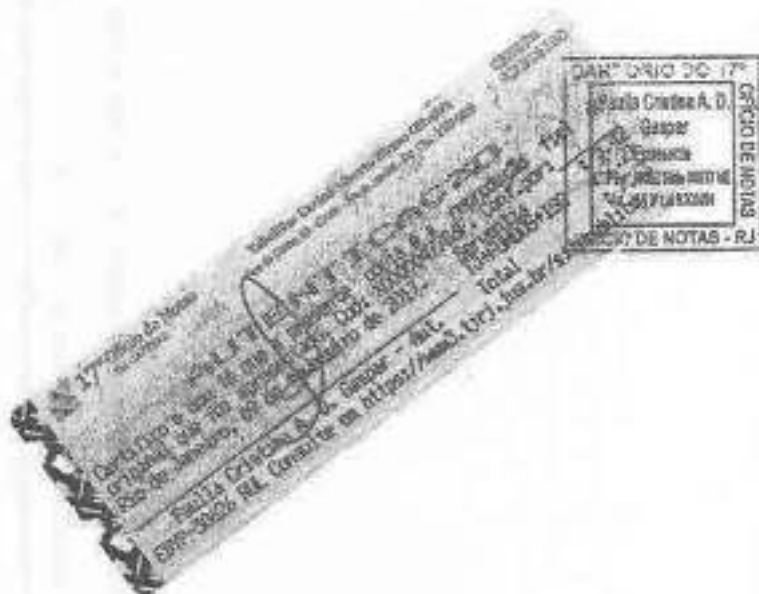
Ata de Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 15 de dezembro de 2016, às 9 horas

Página 2 de 3

Suelio Moreira Torres
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284798
Protocolo: 0020170328380 - 29/01/2017
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 01/02/2017, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO:
Autenticação: 7855FAD142DF1217020A268A7A321F07750C1299552AE51A7C0EE92F68EC116C
Arquivamento: 0003002910 - 01/02/2017









4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

2/10

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º - A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º - A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º - A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.


Parágrafo Primeiro - Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º - Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º - A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016.
Página 2 de 10


Bernardo A. S. Berninger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Insc: 33300284796
Protocolo: 000163575185 - 27/09/2016
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/10/2016. E O REGISTRO SOB O NRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A7C86853B2947C81B47D75BCBA11812478AE92082566235403C7845C895
Arquivamento: 00002953803 - 11/10/2016





4958605

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação da sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro OPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10

Bernardo R. S. Gonçalves
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0920163575185 - 27/08/2016
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F5A0C5823B29A7C61B4770799CBA11812475AE5208296B2354D3C7645C895
Arquivamento: D0002959603 - 11/10/2016





4896609

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 3 de 10


Suelio Moreira Torres
Secretário Geral

Júri Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284795
Protocolo: 0020162475185 - 27/03/2016
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C8B93B2947C81B477D79BCBA11812475A1B20B7962235403C7545C695
Arquivamento: 0C002954503 - 11/10/2016





4996510

convocada.

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do referido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais de atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro OPVAT S/A, realizada em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Suelio Moreira Torres
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO OPVAT S/A
NIRE: 33300264736
Protocolo: 0020163575185 - 27/03/2016
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/10/2016; E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO
Autenticação: 4BF9AD0C868382947061B477D79BCBA11612475AE92082368235460C7645C686
Arquivamento: 00022958303 - 11/10/2016





4908511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balanços mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

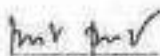
t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros;

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10


Suelio Moreira Torres
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 3330284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/08/2016
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO:
Autenticação: 4BF3A2CB50382947C81B477D79ECBA11812475AE92082968235403C7045C0695
Arquitetura: 00002999003 - 11/10/2016





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 – O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único – Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI - DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 – A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência.

Anexo 1 à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016.

Página 6 de 10

Suelio Moreira Torres
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300204798
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICADO DE CUMPRIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ADAA00.
Autenticação: 4BFB40C868382947C61B477D79BCBA11012475AE6208250823403C7645C895
Arquivamento: 02002958803 - 11/10/2018





4898513

temporária do Diretor Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 7 de 10


Suelio Moreira Torres
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300204706
Protocolo: 0020153275185 - 27/09/2018
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/10/2018, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C8663012947C61B477D799CBA11812475AE9208295B2344C017645C698
Arquivamento: 00002859803 - 11/10/2018





4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balanço econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

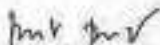
b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, realizadas em 17 de março de 2016
Página 8 de 10


FERNANDO F.S. BORZINGER
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284706
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 40F8A0C3688382947C81B477D796CBA11612475AE92C6256B235403C7845C895
Arquivamento: 0000255803 - 11/10/2016





4596515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 69.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016.
Página 9 de 10

Suelio Moreira Torres
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 33300284796
Protocolo: 0020183575185 - 27/09/2018
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2018, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48f9a0c85382947c61b477d7f8c8a11a12475a29208296235403c7045c65f
Assinatura: 2005295205 - 11/10/2018



de março de 1967.



4896516

XI - DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Nire: 33300284786

Protocolo: 0020163678165 - 27/08/2016

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 48f8ADC86883B2947C51B477D75BC1A1812475AE1D2062968235403C7845D805

Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016

Suelio Moreira Torres
Secretário Geral



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINÉ MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na OAB/PB, sob o nº 15477, com escritório na AV. JOAO MACHADO 553, SALA 111 - 1º ANDAR - EDF. PLAZA CENTER, CENTRO - JOAO PESSOA - PB, CEP: 58013-520, os poderes que lhes foram conferidos por **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A E SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2016.



FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINÉ MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Regional de Mangabeira

R HILTON SOUTO MAIOR, S/N, - de 5/6 a 5/6, MANGABEIRA, JOÃO PESSOA - PB - CEP:
58055-018

Número do Processo: 0801411-95.2019.8.15.2003
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]
Polo ativo: AUTOR: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS
Polo passivo: RÉU: MAPFRE

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, por ordem verbal da MM Juíza, desta Vara, Dra. Cláudia Evangelina, as audiências então designadas foram canceladas, tendo em vista que a perita Dra. Rosana foi designada para audiências na mesma data, na 4a. Vara Regional de Mangabeira. Ainda, certifico que as audiências foram redesignadas para o dia 10/03/2020, no mesmo horário das anteriormente designadas nos respectivos processos, tendo sido nomeado o **Dr. Dougals Michalane**, que já se encontra ciente das audiências.

JOÃO PESSOA, 31 de janeiro de 2020
SILVANA DE CARVALHO FERREIRA



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE JOÃO PESSOA**

Juízo do(a) 1ª Vara Regional de Mangabeira

R HILTON SOUTO MAIOR, S/N, - de 5/6 a 5/6, MANGABEIRA, JOÃO PESSOA - PB - CEP:
58055-018

Tel.: () ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVENTE PARA AUDIÊNCIA

Nº	DO	PROCESSO:	0801411-95.2019.8.15.2003
CLASSE	DO	PROCESSO:	PROCEDIMENTO
COMUM		CÍVEL (7)	
ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]			
AUTOR:	NATERCYO	ALVES	VIANA
RÉU:	MAPFRE	BASTOS	

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). LEILA CRISTIANI CORREIA DE FREITAS E SOUSA, MM Juiz(a) de Direito deste 1ª Vara Regional de Mangabeira, **fica(m) a(s) parte(s) AUTOR: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS, através de seu(s) advogado(s) cadastrado(s) no PJE, abaixo indicado(s), INTIMADA(s)** para comparecer(em) neste juízo, no endereço supra, à AUDIÊNCIA UNA (conciliação, instrução e julgamento) designada: **Tipo: Conciliação Sala: Sala de Audiência REDESIGNADA Data: 10/03/2020 Hora: 17:00 h**, ficando desde já advertida(s) que o não comparecimento resultará em extinção do processo e condenação em custas processuais.

Advogado do(a) AUTOR: RODOLFO NOBREGA DIAS - PB14945

De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito, **ficam a(s) parte(s) e seu(s) advogado(s) ADVERTIDOS** que a presente intimação foi encaminhada, **via sistema**, exclusivamente ao(s) advogado(s) que se encontrava(m), no momento da expedição, devidamente cadastrado(s) e validado(s) no PJe/TJPB, conforme disposto na Lei Federal nº 11.419/2006. **Observação:** A eventual ausência de credenciamento resulta na intimação automática apenas do(s) advogado(s) habilitado(s) que esteja(m) devidamente cadastrado(s) e validado(s) no sistema PJe do TJPB, uma vez que a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico somente é admitida mediante uso de assinatura eletrônica, sendo, portanto, obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme arts. 2º, 5º e 9º da Lei 11.419/2006 c/c art. 7º da Resolução 185/2013/CNJ.

JOÃO PESSOA-PB, em 31 de janeiro de 2020

De ordem, SILVANA DE CARVALHO FERREIRA
Analista Judiciário



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE JOÃO PESSOA**

Juízo do(a) 1ª Vara Regional de Mangabeira

R HILTON SOUTO MAIOR, S/N, - de 5/6 a 5/6, MANGABEIRA, JOÃO PESSOA - PB - CEP:

58055-018

Tel.: () ; e-mail:

Telefone do Telejuiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

EXPEDIENTE DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVIDA PARA AUDIÊNCIA

Nº	DO	PROCESSO:	0801411-95.2019.8.15.2003		
CLASSE	DO	PROCESSO:	PROCEDIMENTO	COMUM	CÍVEL (7)
ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]					
AUTOR:	NATERCYO	ALVES	VIANA	BASTOS	
RÉU: MAPFRE					

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). LEILA CRISTIANI CORREIA DE FREITAS E SOUSA, MM Juiz(a) de Direito deste 1ª Vara Regional de Mangabeira, fica(m) **CITADA(s) a(s) parte(s) RÉU: MAPFRE, através de seu(s) advogado(s) cadastrado(s) no PJE**, abaixo indicado(s), por todos os atos do processo acima mencionado, ficando ainda **INTIMADA(s)** para comparecer(em) neste juízo, no endereço supra, à **AUDIÊNCIA UNA** (conciliação, instrução e julgamento) designada: **Tipo: Conciliação redesignada Sala: Sala de Audiência Data: 10/03/2020 Hora: 17:00 h**, ficando a(s) Promovida(s) advertida(s), desde já, que o não comparecimento importará em **REVELIA**.

Advogado do(a) RÉU: SUELIO MOREIRA TORRES - PB15477

De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito, **ficam a(s) parte(s) e seu(s) advogado(s) ADVERTIDOS** que a presente intimação foi encaminhada, **via sistema**, exclusivamente ao(s) advogado(s) que se encontrava(m), no momento da expedição, devidamente cadastrado(s) e validado(s) no PJe/TJPB, conforme disposto na Lei Federal nº 11.419/2006. **Observação:** A eventual ausência de credenciamento resulta na intimação automática apenas do(s) advogado(s) habilitado(s) que esteja(m) devidamente cadastrado(s) e validado(s) no sistema PJe do TJPB, uma vez que a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico somente é admitida mediante uso de assinatura eletrônica, sendo, portanto, obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme arts. 2º, 5º e 9º da Lei 11.419/2006 c/c art. 7º da Resolução 185/2013/CNJ.



JOÃO PESSOA-PB, em 31 de janeiro de 2020

De ordem, SILVANA DE CARVALHO FERREIRA
Analista Judiciário

Assinado eletronicamente por: RODOLFO NOBREGA DIAS - 21/02/2019 13:40:21, RODOLFO NOBREGA DIAS - 21/02/2019 13:41:53
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19022113380427800000018851611>
Número do documento: 19022113380427800000018851611



Assinado eletronicamente por: SILVANA DE CARVALHO FERREIRA - 31/01/2020 09:42:09
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20013109420933800000026872113>
Número do documento: 20013109420933800000026872113



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**



Nº DO PROCESSO: 0801411-95.2019.8.15.2003

DESTINATÁRIO:

Nome: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

**Endereço: R WALFREDO MACEDO BRANDÃO, 917, 203, JARDIM CIDADE
UNIVERSITÁRIA, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58052-200**

.....dobre aqui

REMETENTE: 1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa, PB, CEP: 58.013-520

Telefone: (83)3238-6333

.....dobre aqui



PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS
RÉU: MAPFRE

CARTA DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA (PARTE AUTORA)

Por meio da presente carta, de ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Regional da Capital, fica Vossa Senhoria INTIMADA para comparecer na audiência designada:
Tipo: Conciliação Sala: Sala de Audiência Data: 10/03/2020 Hora: 17:00

Ficam as partes cientes, ainda, de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e *t r a n s i g i r*) .

A audiência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa.

As partes devem estar acompanhadas de seus advogados. A audiência só não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo fazê-lo por petição apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

João Pessoa, 31 de janeiro de 2020.

SILVANA DE CARVALHO FERREIRA
Analista Judiciário



**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
COMARCA DE JOÃO PESSOA
1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA
TERMO DE AUDIÊNCIA**

DATA: 10 de março de 2020, 16:37:41

PROCESSO NÚMERO - 0801411-95.2019.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

Advogado do(a) AUTOR: RODOLFO NOBREGA DIAS - PB14945

RÉU: MAPFRE

Preposto: Suério Moreira Torres

Advogados: Bruno Roberto Aranha Fernandes – OAB/PB 17.263; Augusto César Araújo Lima – OAB/PB 20.863; Diego de Souza Augusto – OAB/PB 19.731

Aberta a audiência, submetida a parte autora à perícia médica, conforme laudo que segue, não chegaram as partes a acordo. A parte autora não concordou com a afirmação da seguradora ré de que houve pagamento na esfera administrativa, alegando que se trata de outro acidente, ocorrido no ano de 2017. Informou que houve pagamento da indenização relativamente ao primeiro acidente, ocorrido no ano de 2010, ou seja, o autor foi vítima de dois acidentes de trânsito. O que está sendo reivindicado por meio desta ação são os danos advindos do segundo sinistro, que não se confunde com o primeiro, até porque no primeiro sinistro não foi afetado o membro superior direito do autor. Em razão de tais divergências, concedido o prazo de 10 (dez) dias às partes para que se pronunciem sobre o laudo. E, nada mais havendo a tratar, mandou a MM. Juíza encerrar este termo que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado digitalmente.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito



18

AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE CONCILIAÇÃO
(Art. 31 da Lei 11.943 de 4/6/2009 que altera a Lei 5.194 de 14/12/1974)

Nº DO PROCESSO: 0801411-95.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

RÉU: MAPFRE

RODOLFO NOBREGA DIAS CPF: 010.214.114-26, NATERCYO ALVES VIANA BASTOS CPF: 081.010.264-10

Nome: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

Endereço: R WILFREDO MACEDO BRANDÃO, 917, 203, JARDIM CIDADE UNIVERSITÁRIA, JOÃO PESSOA
- PB - CEP: 58052-200

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só preencher em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual, incluindo:

a) qual (quais) região(s) corporeal(is) encontra(m)-se acometida(s)?

PUNHO DIREITO E FÊMUR DIREITO (MEMBRO INFERIOR DIREITO).

b) as alterações (distúrbios) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporárias, compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do lesão.

FRATURA DA PUNHO DIREITO - HD CIRÚRGICA (REDUÇÃO + FIXAÇÃO INTERNA)
FRATURA DO FÊMUR DIREITO (HD CIRÚRGICA) REDUÇÃO + FIXAÇÃO INTERNA

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s).

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico corresponde a:

- a) ☐ distúrbios apenas temporários
b) ☒ dano anômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreversíveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

DEFICIT DE FORÇA NO PUNHO DIREITO, LIMITAÇÃO DA MOBILIDADE DO PUNHO DIREITO, LIMITAÇÃO DE MOVIMENTO JOELHO DIREITO, DEFICIT DE FORÇA COXA DIREITA, DOA E LIMITAÇÃO MOBILIDADE QUADRIL DIREITO

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa do item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.943 de 4 de junho de 2009, favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptíveis a tratamento como sendo gerador(es) de dano(s) anômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o Anexo constante à Lei 11.943/09, o(s) segmento(s) corporeal(is)

acometido(s) e ainda segundo o previsto no Instrumento legal, afirmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total
(Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b) ☒ Parcial
(Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima);

b.2 ☐ Parcial Incompleto (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa parcialmente algum segmento corporal da vítima).

10/03/2020 15:41



b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte o um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º da Lei 8.184/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2006, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anatômico

	Marque aqui o percentual
1ª Lesão: <u>MEMBRO INFERIOR DIREITO</u>	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input checked="" type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa
2ª Lesão: <u>MEMBRO DIREITO</u>	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input checked="" type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa
3ª Lesão: _____	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa
4ª Lesão: _____	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa

Observação: Havendo acordo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios aqui apresentado.

Local e data da realização do exame médico:

JOÃO PESSOA, 10/03/2020.

Assinatura do médico: _____

Dr. João Bartolomeu P. Rolim
CRM 4518-PB

João Bartolomeu P. Rolim

Dr. João Bartolomeu P. Rolim
Otorrinolaringologista e Traumatologista
CRM 4518-PB

10/03/2020 13:41

**PARECER MÉDICO
DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

Informações da Vítima

Nome completo: Roberto Alves Vieira Bastos
CPF: 081.010.264-10
Endereço completo: R. Walfredo Maciel, 917, APT 0203, Jardim Cidade Universitária, São Paulo

Informações do acidente

Local: Av. Epitácio Pessoa, 505, São Paulo
Data do Acidente: 18/10/2017

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

Período Direito
Membro Inferior Direito

b) as alterações (distrúções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporariamente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma:

Fratura do fêmur direito, distal, com encurtamento

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s) e, se for o caso, se as mesmas já estavam prescritas no momento da avaliação administrativa:

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ☐ distrúções apenas temporárias

b) ☒ dano anômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima:

Limitação funcional e dor no membro inferior direito
Limitação funcional e dor no membro inferior esquerdo

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar:

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

PROCESSO Nº 2003101645230880000027914084



VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação e, se for o caso, a partir do pagamento administrativo indicar: agravamento, melhora e/ou nova lesão:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total

(Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima).

b) ☒ Parcial

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima). Em se tratando de dano parcial, informar se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 8.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão Função D. ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☒ 50% Média ☐ 75% Intensa

2ª Lesão Membro sup. Direito ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☒ 50% Média ☐ 75% Intensa

3ª Lesão ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4ª Lesão ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

JUSTIFICATIVA DE CONCORDÂNCIA COM A PERÍCIA JUDICIAL:

<u>Em concordância com o</u>
<u>laudo do perito</u>



JUSTIFICATIVA DE DIVERGÊNCIA DA PERÍCIA JUDICIAL:

Local e data da realização do exame médico:

Assinatura do Assistente Técnico – CRM

m.3

medicina de seguros

João Pereira 10/03/2020

João Bartolomeu P. Ribeiro

Dr. João Bartolomeu P. Ribeiro
Ortopedia e Traumatologia
CRM 4518-PB

Assinado eletronicamente por: CLAUDIA EVANGELINA CHIANCA FERREIRA DE FRANCA - 10/03/2020 16:45:24

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031016452308800000027914084>

Número do documento: 20031016452308800000027914084

EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo: 08014119520198152003

MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **NATERCYO ALVES VIANA BASTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

JOAO PESSOA, 25 de março de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB





EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo: 08014119520198152003

MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **NATERCYO ALVES VIANA BASTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DESCABIMENTO DE RENOVAÇÃO DE PLEITO INDENIZATÓRIO

LESÃO PREEXISTENTE

Inicialmente, deve-se sopesar o fato da parte autora ter pleiteado JUDICIALMENTE E ADMINISTRATIVAMENTE verbas indenizatórias DPVAT, EM RAZÃO DE OUTROS 2 SINISTROS ANTERIORES AO NARRADO NA INICIAL, VEJAMOS:

1 - PROCESSO Nº: 20020121245985 DA 13 VC DE JOÃO PESSOA/PB

ESCRITÓRIO: QUEIROZ CAVALCANTI ADVOCACIA

DATA DO SINISTRO: 15/12/2010 OBJETO:

INVALIDEZ PAGAMENTO ADMINISTRATIVO: NÃO HISTÓRICO DO PROCESSO: AS PARTES CELEBRARAM ACORDO NO VALOR TOTAL DE R\$ 5.197,50, SENDO R\$ 4.725,00 DE INDENIZAÇÃO POR LESÃO NO MEMBRO INFERIOR DIREITO NA GRADUAÇÃO DE 50% E R\$ 472,50 DE HONORÁRIOS;

2 - VÍTIMA INDENIZADA EM - 50% DEBILIDADE MODERADA DO MEMBRO INFERIOR DIREITO. SINISTRO: 3180091730 ACIDENTE: **01/12/16** - POR LUXAÇÃO DE QUADRIL DIREITO.

Constata-se que os documentos acostados aos autos comprovam que o acidente que ocasionou a debilidade permanente foi anterior ao narrado na inicial, não havendo, portanto, nexo de causalidade entre o novo acidente e a lesão apresentada pela parte autora.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Deste modo, é irrefragável que a presente lide tem o mesmo pedido de outra ação que teve o mérito julgado, uma vez que a parte autora sequer comprova que houve agravamento da lesão em virtude de um suposto novo acidente automobilístico.

Desta forma Exa., verificamos que o total pago administrativamente pela seguradora, em razão da lesão sofrida no membro inferior direito, já atingiu o teto máximo de 100%, visto que foi efetuado pagamento administrativo de 50% do membro no sinistro 3180091730 e no processo judicial 20020121245985.

Diante do exposto, a improcedência do pedido é a medida que se impõe.

DO LAUDO

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito.**

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Ocorre que, após a devida regulação na esfera administrativa, quando a parte autora foi submetida a exame pericial constatou-se a ausência de sequela indenizável, motivo pelo qual não há cobertura para o acidente narrado nos autos, fazendo-se mister a improcedência do pleito inicial.

Frisa-se não se apresentar crível, nem verossímil, que a parte autora venha apresentar lesão invalidante vários meses após ter sido submetido à avaliação médica administrativa. Digno de destaque todos os avanços na área da medicina, que oportunizam uma melhora, atenuação, do quadro clínico da parte autora, não se justificando a ideia do aparecimento tardio de uma permanente invalidez.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre as lesões e um acidente automotor. Perceba que toda documentação carreada aos autos, em especial o boletim de atendimento médico juntado aos autos sob fls. Num. 8393346, bem como o processo administrativo em anexo, apontam no sentido da ausência de correspondência entre o dano suportado e um sinistro de trânsito.

Prestigiando o princípio da eventualidade, destacamos que foi nomeado perito, tendo as partes apresentado quesitos com o escopo de se verificar qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada, não obstante a impossibilidade de condenação ante a ausência do elemento causal (acidente x invalidez).

VEJA AINDA EXA., QUE O I. EXPERT, NÃO INFORMA QUAL SERIA O TIPO DE RESTRIÇÃO, LIMITAÇÃO OU INUTILIZAÇÃO DO R. ÓRGÃO INFORMADO NO LAUDO PERICIAL.



Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 8 de abril de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 13/04/2020 16:40:12
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041316401047900000028677575>
Número do documento: 20041316401047900000028677575



Rio de Janeiro, 01 de Março de 2018

Aos Cuidados de: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

Nº Sinistro: 3180091730

Vitima: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

Data do Acidente: 01/12/2016

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: GERLANDO PEREIRA DA SILVA

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180091730**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 12451821

Pag. 01253/01254 - carta_01 - INVALIDEZ

00020627





Rio de Janeiro, 05 de Março de 2018

Aos Cuidados de: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

Sinistro: 3180091730
Vítima: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS
Data do Acidente: 01/12/2016
Cobertura: INVALIDEZ
Procurador: GERLANDO PEREIRA DA SILVA

Assunto: INTERRUPÇÃO DE PRAZO

Senhor(a),

Comunicamos que o prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido de indenização do sinistro cadastrado sob o número **3180091730** foi **interrompido**, em razão da necessidade de apuração de dados e informações por parte desta seguradora.

Solicitamos aguardar novo contato sobre o seu pedido de indenização, o que ocorrerá tão logo sejam concluídas as análises cabíveis.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00295/00296 - carta_02 - INVALIDEZ



Carta nº 12463959



Rio de Janeiro, 24 de Março de 2018

Carta nº: 12565701

A/C: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

Nº Sinistro: 3180091730
Vitima: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS
Data do Acidente: 01/12/2016
Cobertura: INVALIDEZ
Procurador: GERLANDO PEREIRA DA SILVA

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

Valor: R\$ 4.725,00

Banco: 001

Agência: 000004571-3

Conta: 000010008058-8

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	4.725,00

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros inferiores 70%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 70%) 35,00%

Valor a indenizar: 35,00% x 13.500,00 =	R\$	4.725,00
---	-----	----------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01503/01504 - carta_15R - INVALIDEZ

00010752





AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE SINISTRO - CRÉDITO EM CONTA E REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

É obrigatório Representante Legal para:

Beneficiário entre 0 a 15 anos (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2 - "Assinatura do Representante Legal").

Beneficiário entre 16 e 17 anos - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Número do Sinistro ou ASL: _____ CPF da Vítima: 081.010.264-10 Nome completo da vítima: Natencyo Alves Vieira Bastos

DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL

Nome completo <u>Natencyo Alves Vieira Bastos</u>		CPF titular da conta <u>081.010.264-10</u>	Profissão <u>Motoboy</u>
Endereço <u>Rua Walfrado Macedo Brandão</u>		Número <u>914</u>	Complemento <u>Ap 203</u>
Cidade <u>João Pessoa</u>	Estado <u>PB</u>	CEP <u>58052-200</u>	Telefone (DDD) <u>(33) 9966-1341</u>
E-mail <u>gabriel699@gmail.com</u>			

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS

<input checked="" type="checkbox"/> RECUSO INFORMAR	<input type="checkbox"/> SEM RENDA	<input type="checkbox"/> ATÉ R\$ 1.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00
<input type="checkbox"/> R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00	<input type="checkbox"/> ACIMA DE R\$ 10.000,00	
<input checked="" type="checkbox"/> CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção): <input type="checkbox"/> BRADESCO (237) <input checked="" type="checkbox"/> BANCO DO BRASIL (001) <input type="checkbox"/> ITAÚ (341) <input type="checkbox"/> CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)		<input type="checkbox"/> CONTA CORRENTE (todos os bancos)	
AGÊNCIA NÚMERO <u>4541</u> DÍGITO <u>3</u> CONTA NÚMERO <u>8058</u> DÍGITO <u>6</u> (Informar dígito se existir)		Banco Nome _____ RUC _____ AGÊNCIA NÚMERO _____ DÍGITO _____ CONTA NÚMERO _____ DÍGITO _____ (Informar dígito se existir)	

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

João Pessoa, 29 de Novembro de 2014
Local e Data

x Natencyo Alves Vieira Bastos
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

FAPPE.001 V001/2017





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 01925.01.2017.1.00.420

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 01925.01.2017.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 09:10 horas do dia 18 de outubro de 2017, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, e lavrado por Fabiana de Lima Bezerra, Agente de Investigação, matrícula 1819003, ao final assinado, compareceu **NATERCYO ALVES VIANA BASTOS**, CPF nº 081.010.264-10, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero masculino, profissão Motoboy, filho(a) de Lucinete Alves da Silva e Germano Viana Bastos, natural de Bayeux/PB, nascido(a) em 15/03/1988 (29 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Walfredo Macedo Brandão, Nº 917, complemento Edif. Ana Carolina, aptº 203, bairro Bancários, tendo como ponto de referência Próximo Ao Supermercado Extra, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98673-6695.

Dados do(s) Fatos:

Local: Av. Hilton Souto Maior, Em Frente Ao Hipismo, João Pessoa/PB, bairro Portal do Sol; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 01/12/16 16:30h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

Que conduzia a MOTOCICLETA DE MARCA HONDA/XR 250 TORNADO, PRETA, 2008/2008, PLACA MQQ8106/PB, CHASSI 9C2MD34008R027790, registrada em nome do noticiante, pela Av. Hilton Souto Maior, quando ao passar por um girador próximo ao Centro de Hipismo foi trancado por um CARRO não identificado e ao frear perdeu o controle da moto vindo a cair a solo e lesionar-se conforme CERTIDÃO Nº 1263/2017, EXPEDIDO PELA DRª SÔNIA MARIA MACIEL PONTES DE OLIVEIRA, CRM/PB 2959, DATADO DE 04.09.2017, do Complexo Hospitalar de Mangabeira, para onde foi socorrido em veículo particular por um amigo; Que não deseja representar criminalmente; Que no momento não tem testemunhas a indicar.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, exceção a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 18 de outubro de 2017.


FABIANA DE LIMA BEZERRA
Agente de Investigação


NATERCYO ALVES VIANA BASTOS
Noticiante



Procedimento Policial: 01925.01.2017.1.00.420



Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala).

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal* é obrigatório para os seguintes casos:

Casos com vítima entre 0 a 15 anos - O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

Casos com vítima entre 16 e 17 anos - Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Casos com vítima interditada com curador - Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima

Natascya Alana Viana Bastos

CPF da Vítima

081.010.264-10

Data do Acidente

09/02/2016

REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA

Nome completo do Representante Legal

CPF do Representante legal

E-mail

Telefone (DDD)

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

Assinalar uma das opções abaixo:

☐ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou

☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou

☒ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.

22 FEV. 2018

PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA

João Pessoa, 29 de fevereiro de 2018

Local e Data

Natascya Alana Viana Bastos

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

1001/2017



BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA POUPANCA

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA:	20/03/2018
------------------------	------------

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL:	4.725,00
--------------	----------

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

BANCO: 001

AGÊNCIA: 04571-3

CONTA: 000010008058-8

Nr. da Autenticação 30BC432687ABCC58



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA
CRM: 10 HOSPITALAR MANGABEIRA
FISCAL JOSE COSTA DUARTE, S/N
16-384 JOAO PESSOA Fone: (83) 3214-1980
FAX: (83) 3214-1981 CNPJ: 10.202.434/0001-28

Ficha Nr: 913100 Atd: Nao Regula
Data: 13/12/2016
Hora: 09:05:19
Recepcionista: EDILENE FREIRE DA SILVA
Clinica: TRAUMATOLOGICA

CONDICAO DO PACIENTE

Num. de vezes atendido: 5

Nome: NATERCY ALVES VIANA BASTOS

Num. Prontuario: 2009.01.002771

CNS: SEM CNS Sexo: M SEM DOCUMENTO: SD Fone: 88070246

Natural: JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 15/03/1988 Id: 28 ano(s)

End.: RUA VALFREDO MACEDO BRANDAO, 917

Bairro: BANCARIOS Cidade: JOAO PESSOA UF: PB

Pai: GERMANO VIANA BASTOS

Mae: LUCINETE ALVES DA SILVA

Ocupação: MOTORISTA SEM ESPECIFICACAO

INFORMACOES DE ENTRADA

Resp.: NATERCY ALVES VIANA BASTOS

Id/Doc. Responsavel: 88070246 / SEM DOCUMENTO: SD

Residência: CASA

Transporte utilizado: VEICULO PROPRIO

Vitima de acidente por: INTERCORRENCIA

Vitima de violência por: NAO

☐ Caso Policial

PRE-CONSULTA

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

Tipo de Classificação de Risco:

PA:

FR:

☐ Aparentemente Bem ☐ Grave

FC:

TP:

☐ Politraumatizado ☐ Convulsao

Peso:

Altura:

☐ Hemorragia ☐ Dispneia

Glicemia:

IMQ:

☐ Diarreia ☐ Agitado

Temp. Abd:

02% COMPREVE SEGUROS E PREVIDENCIA S/A Regular

☐ Chocado

☐ Vômito

Observacao

Principais
Intervenções



Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

ACIDENTE NA 1ª SEMANA, COM 20% +
CLAVICULA - BUMBIL (D)

Diagnostico

Conduta

Ex ACETABULO (D) (LUSTRO)

Horario da medicacao

AO HOSPITAL

DE RETENÇÃO ESTABILIZADO

Dr. Marcelo Soares
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PB 5163





CAGEPA

COMISSÃO DE ÁGUA E ESGOTO DA PARAÍBA
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jd. Santa João Pessoa - PB
CEP: 58.015-870 - CNPJ: 08.123.846/0001-87

PARA CONTATO COM A CAGEPA
LIGUE 0800 00 00 00

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

AVISOS

FORÇA DE TRABALHO DE AGENTES DE COLETA E MANUTENÇÃO

REFLECTA 1A

1000/0010

GERLANDO PEREIRA DA SILVA
RUA ROMUALDO ROCHA, 122 - APT. 103 BIA - GRAMAME
JOÃO PESSOA PB 58067 - 215

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industria	Pública	
001.001.655.000.001.001	001	1	0	0	0	
Hidrometro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto		
VIA162131	10/11/2011	INTERMUNICIPAIS	FORN. N. 1.1			
ANTERIOR - ATUAL - CONSUMO (litros) - MÊS DE DIAS - PROXIMA LEITURA						
391	401	10	11	01/01/2018		
HIST. DE CONS./ANOR. LEIT. - QUALID. DA ÁGUA - DECRETO 1.914/2013-45						
DEZ/2017	10	0	PARÂMETROS FÍSIC. ÁGUA 15. CONFORMES			
NOV/2017	15	0	TURBIDEZ	294	294	294
OUT/2017	12	0	CLORO	294	294	294
SET/2017	12	0	COL. TERMOT	0	0	0
AGO/2017	12	1	COR	27	84	84
JUL/2017	14	0	COL. TOTAIS	294	294	294
MEDIAN	12		DADOS REFERENCIAIS A. NOV/2017			

DATA DA IMPRESSÃO: 04/01/2018	HORA DA IMPRESSÃO: 10:06:54
DESCRIÇÃO	CONSUMO TOTAL (R\$)
ÁGUA	
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)	
CONSUMO DE ÁGUA	30,00
ESGOTO	
PARCELAMENTO DE DEBITOS-PARCELA ÚNICA	30,00

VALOR PARCELADO DE PAGAMENTO: R\$ 1.125,00 - PARCELA ÚNICA	
VENCIMENTO: 16/01/2018	Total a Pagar: R\$ 75,14



CONDIÇÃO DE LEITURA: REALIZADA
CONDIÇÃO DO FATURAMENTO: REAL

TIPO DE TARIFA: 1

INFORMAÇÕES GERAIS:

****AVISO**** A CAGEPA, EM ATENDIMENTO A LEI ESTADUAL Nº 5.767 DE 15/09/2009, COMUNICA QUE REALIZARÁ AUDITORIA PÚBLICA, COM O OBJETIVO DE DAR CONHECIMENTO E FUNDAMENTAR PROPOSTA DE REAJUSTE TARIFÁRIO. LOCAL: AUDITÓRIO DA CINEP NA AV. FELICIANO CIRNE, N. 501 - JARDIM IBE - NO DIA 18/01/2018 ÀS 10:00H.

COMPANHIA SUEDES E SEGURANÇA S/A
2.2 FEV. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO
PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.susep.gov.br/BIBLIOTECAWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP¹ nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de profissão e renda, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, esta recusa é passível de comunicação ao COAF².

¹ Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

² Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu Juliano Pereira da Silva inscrito (a) no CPF/CNPJ 008.094.944 / 86 na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário Nataneys ABen Viana Bastos inscrito (a) no CPF sob o Nº 081.010.364 / 10, do sinistro de DPVAT cobertura Luva Verde da Vítima Nataneys ABen Viana Bastos, inscrito (a) no CPF sob o Nº 088.080.264 / 10, conforme determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão:

Renda: 2.200,00
COMPREV SEGUROS E PREVIDENCIA S/A

e apresento os documentos comprobatórios;

☒ Recuso Informar

22 FEV. 2018
PROTOCOLO
AG-1040-15500

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto à Seguradora Lider-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço <u>Rua Comandante Rolim</u>		Número <u>122</u>	Complemento <u>Ap 103/BLA</u>
Bairro <u>Guarania</u>	Cidade <u>João Pessoa</u>	Estado <u>PB</u>	CEP <u>58068-215</u>
Email <u>Julian699@gmail.com</u>		Telefone comercial(DDD) <u>(83) 99141-0334</u>	Telefone celular (DDD) <u>(83) 99661-1341</u>

João Pessoa 22 de 02 de 2018
Local e Data

Juliano Pereira da Silva
Assinatura do Declarante



Ficha Nr: 910032 Atd: Nao Regular
Data: 01/12/2016
Hora: 16:58:42
Recepcionista: MARIA HELENA RIBEIRO J
Clinica: CIRURGICA

Waterco Alta Vista
(Sergio Guerra Bastos)
FAMILIARADO

PRE-CON:	A	CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO
----------	---	---------------------------------------

PA:	FR:	<input type="checkbox"/> Aparentemente Bem	<input type="checkbox"/> Grave
FC:	TP:	<input type="checkbox"/> Politraumatizado	<input type="checkbox"/> Convulsao
Peso:	Altura:	<input type="checkbox"/> Hemorragia	<input type="checkbox"/> Dispneia
Glicemia:	IMC:	<input type="checkbox"/> Diarreia	<input type="checkbox"/> Agitado
Circ. Abd:	O2%:	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Chocado

Observacao

Historia - Exame Físico - (hora do atendimento médico)

COMPRES SEGUROS E PREVIDENCIA S/A.
22 FEV. 2018
PROTOCOLO
AC - JOAO PESSOA

Frescricao - 0

Horario da Medicação

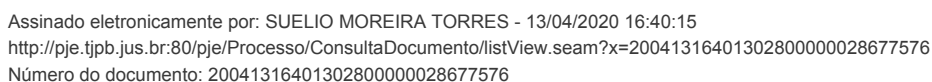
① 5cc 7.000 + 5- 8.2

② Aspirina 100mg + 5-

③ Fluticazona 50mcg + 5- 7.00 + 5-

④ Rivotril 15mg

Alberto Barros Amelin





Data e Hora | PRESCRIÇÃO (assinatura e carimbo)

+ ORTOPEDIA +

+ Sem alterações em Rx

+ Sem lesões Musculo-Tendíneas

cd: Alta da ortopedia
A. Cir. Geral.

HC geral
Realizar exame
Pto segue com
dos impalpáveis
em região do
quadril (S.C.) + V. L. da
Solicito avaliação
do U.S.

Dr. José Rodrigues Zorillo
Cirurgião do Joelho
CRM 9390

DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM

Qtde | Medicamentos | Dose | Horário | Avaliação

+ TRAMAL 100 + 200 - IV (460es)

Alta do hospital

EDMILSON CARLOS PEREIRA
TEN. CP. MED. - CRM 9088
IDT 076.044.707-3 MDI/EB

Dr. José Rodrigues Zorillo
Cirurgião do Joelho
CRM 9390

Reservado p/ Liberação

Assinatura da Enfermagem

PROCEDIMENTO REALIZADO

COMPREV REGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.

22 FEV. 2018

PROTOCOLO

AG. JOÃO PESSOA

DESTINO DO PACIENTE

☐ Residência ☐ Transferido ☐ Desistência ☐ UTI
☐ Alta a pedido ☐ Enfermaria Obito: ☐ Atestado ☐ SVO ☐ IML

Assinatura do Paciente/Responsável

Assinatura e Carimbo do Médico

030 106 0561
040 10 14 58







CERTIDÃO

Nº. 1263/2017

Atendendo solicitação de GERLANDO PEREIRA DA SILVA de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Ficha de atendimento ambulatorial nº 9100032 pertencentes a **NATERCYO ALVES VIANA BASTOS** que foi atendido dia 01/12/2016 às 16h58min, vítima de queda de moto, apresentando trauma em quadril direito.

Submetido à avaliação médica e exame de imagem que não evidenciou fratura. Medicado e liberado. Retornou dia 13/12/2016 às 09h05min com ficha nº 913100, apresentando fratura do acetábulo direito. Encaminhado para HETSHL.

E para constar eu, Sônia Maria Maciel Pontes de Oliveira, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 04 de setembro de 2017



Sônia Maria Maciel Pontes de Oliveira
Médica da Vigilância à Saúde
CRM/PB 2959







Data e Hora | PRESCRICAO (assinatura e carimbo)

13/12/2016 - Pte regulado
para Hets46, do 10º, com
bena. Ambulância ent.

Renata SLM
Renata da Silva Lampa Martins
Assistente Social
CRESS 3629 / 13ª Região

ANOTAÇÕES DA ENFERMAGEM

Qtde	Medicamentos	Dose	Horario	Evolução
------	--------------	------	---------	----------

Assinatura da Enfermagem

PROCEDIMENTO REALIZADO



Reservado p/ liberação

00200079
00200048
00200000

TIPO DO PACIENTE

☐ Transferido ☐ Desistencia ☐ UTI
☐ Alta a pedido ☐ Enfermaria Obito: ☐ Atestado ☐ SVO ☐ IML

Assinatura do Paciente/Responsavel

Assinatura e Carimbo do Medico





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE Natercyo Alves Viana Bastos
DATA DE NASCIMENTO 15/03/88
NOME DA MÃE Lucinete Alves da Silva

DADOS EXTRAÍDOS

PRONTUÁRIO N.º 66616
BOLETIM DE ENTRADA N.º 967282
DATA DO ATENDIMENTO 13/12/16
HORA DO ATENDIMENTO 11:05
MOTIVO DO ATENDIMENTO Trauma
DIAGNÓSTICO (S) Fratura de acetábulo e quadril D.
CID 10 S32.4 S72.0

AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste Serviço, encaminhada do Ortotrauma, com diagnóstico de luxação de quadril direito e fratura de acetábulo, após acidente de trânsito no dia 01/12. Avaliado pela Traumatologia e internado para tratamento cirúrgico.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX bacia, quadril D, coxa D, joelho D.

RESULTADOS DOS EXAMES:

RX: fratura de acetábulo, fratura luxação de quadril D.

TRATAMENTO:

Tratamento cirúrgico de fratura de acetábulo e quadril direito

ALTA HOSPITALAR: 09/02/17
DATA DA EMISSÃO: 16/06/17

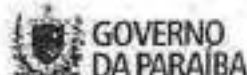
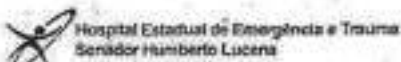
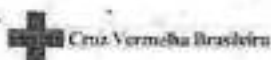


Dr. Juan Jaime Alcoba Arce
CRM: 3323/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO.







ACOLHIMENTO, sn - CNES: 123152 - Tel:

Boletim de Atendimento: 967282



Identificação do paciente				
ID 901030	Nome NATERCYO ALVES VIANA BASTOS			Sexo Masculino
Data de nascimento 15/03/1988	Idade 28 anos 8 meses 28 dias	Estado civil SOLTEIRO(A)	Religião CATOLICA	Partido 66616
Mãe LUCINETE ALVES DA SILVA	Pai GERMÃO VIANA BASTOS			
Escolaridade MÉDIO COMPLETO	Responsável (Parentesco) O MESMO - O MESMO(A)			
DDC Móvel 83	Fone Móvel 988365343	DDC Fixo	Fone Fixo	
Tipo documento CPF	Número documento 09101028410	Nº Cms 20633584610005		
Local de procedência HOSPITAL DE TRAUMA TARCISIO BURTY (ORTOTRAUMA)		Tipo UNIDADES SAUDE	UF PB	
Email	Naturalidade JOAO PESSOA	CEOR		
Endereço				
CEP 58062200	Município de residência JOAO PESSOA	UF PB	Logradouro RUA WALFREDO MACEDO BRANDÃO	
Número 417	Complemento	Bairro JARDIM CIDADE UNIVERSITÁRIA		
Admissão				
Data e Hora 13/12/2016 11:06:25	Número da pulseira 1000059761357	Convênio SUS		
Especialidade CLÍNICA GERAL	Clínica CLÍNICA TRAUMA E GERAL			
Classificação de risco	Origem do paciente OUTRA UNIDADE DE SAUDE			
Caráter de atendimento URGENCIA	Motivo do atendimento TRAUMA	Detalhe do acidente OUTROS		
Indicadores e Transporte				
Caso policial Não	Plano de saúde Não	COMPREV SEGUROS E PREVIDENCIA S/A	Via de ambulância Não	Trauma Não
Modo de transporte CARRO PARTICULAR	Quem transportou			
Sinais Vitais	22 FEV. 2018			
PA	PROTÓCOLO			
AG. JOÃO PESSOA				
Exames complementares				
Raio X []	Sangue []	Urina []	TC []	Liquor []
ECG []				
Ultrassonografia []				
Dados clínicos				
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px;"> <p align="center">TOMOGRAFIA</p> <p>TIPO ... <u>BACIA</u></p> <p>DATA ... <u>19/12/16</u></p> <p>HORA ... <u>09:32</u></p> <p>NOME TEC. RAD. ... <u>Wosley</u></p> <p>Atendido por JORDAN APOLINARIO FIGUEIRO</p> </div>				
<p align="right">Red. incremento 13/12 quadril</p> <p align="right">De</p> <p align="right">AS</p> <p align="right">FA</p> <p align="right">Tempo 01min 53seg</p>				

Imprimir

13/12/2016 11:05



Ata do
1º Sessão (1)
no 13 de Junho
de 1994
Abd. B. B. B.

Ata

Redução do
Bloco Super

94.





RELATÓRIO DE CIRURGIA



Nome: Nataneza Alves Viana Bastos BE/Prontuário: 967282
Idade: _____ Sexo: () Masculino () Feminino Cor: _____ Data: 1/1
Clínica/Setor: Ortopedia EMP: _____ LR: _____
Cirurgia: _____
Cirurgião: Dr. Jefferson 1º Assistente: Dr. Frederico
2º Assistente: Dr. Claudio 3º Assistente: _____
Instrumentador: _____ Anestesista: Dr.
Tipo de Anestesia: _____ Horário: Início 13:12 Término 16

Diagnóstico Pós-Operatório	CID
• Luxação do quadril direito	
• Fratura de acetábulo direito	

Procedimentos Cirúrgicos	Código
• Redução momentânea de luxação do quadril direito	
• colocação de Targia Transfemoral (D)	

COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.

22 FEV. 2018

PROTOCOLO

AG. JOÃO PESSOA

Acidente durante Ato Cirúrgico: () Sim ☒ Não. Descrição: _____

Biopsia de Congelação: () Sim ☒ Não

Encaminhamento do Paciente Após Ato Cirúrgico:

☒ Enfermaria () Terapia Intensa () Residência () Óbito durante Ato Cirúrgico

Médico/CRM: _____

Glauber M. Novais Miranda
CRM 1414 PB 9220

João Pessoa, 13/12/16

F(NG)-ASCIR.009-I



BE 967282

NOME DESTAÇÃO: Nater e o Jhuil Shana Bastos
 EMBR: 28 RE: RE PROTOCOLO: INTERMUNIC LETO: LETO
 CUBRIDA: Redução Inerente a parte bucal de quadril
 CUBRIDA: Dr. Lúcia + Dr. 4 instalação de braço
 ANTES: Babui + Redução
 ANTES: Dr. Lúcia + Dr. 4
 ENTREGUE: 13/01/06
 DATA: 13/01/06 TEMPO DE TRABALHO: 16:00 TEMPO DE TRABALHO: 16:40

INDEX DE BRICS DE CIRCULAÇÃO DA AMERICAN SOCIETY OF ANATHEMOLOGY

NSA1 | NSA2 | NSA3 | NSA4 | NSA5 |

GRADO DE CONTAMINACIÓN: LIMPIA | CONTAMINADA | INFECTADA | POTENCIALMENTE CONTAMINADA

PERFEITO PARA ELECTRICOS
 - 4000 -
 CONDUCTANTE
 JANA LETA S. L. Oliveira
 363171
 1900.00



Handwritten text, mostly illegible due to blurriness. Some words like "Assinado" and "Data" are faintly visible.


33

33

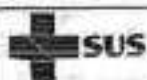


[Illegible text and markings on the page]



 SUS	Sistema Único de Saúde Ministério da Saúde	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇA DE PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)	Folha 1/2
Identificação do Estabelecimento de Saúde			
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE		2 - CNES	
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXCUTANTE		4 - CNES	
H.E.E.T.S.H.L			
Identificação do Paciente			
5 - NOME DO PACIENTE		6 - Nº DO PRONTUÁRIO	
Natecyo Alves Viana		967282	
7 - CANTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)		8 - DATA DE NASCIMENTO	
		25/03/88	
9 - SEXO		10 - NOME DA MÃE DO RESPONSÁVEL	
Masculino			
11 - TELEFONE DE CONTATO		12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)	
13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA		14 - CÓDIGO MUNICIPAL	
João Pessoa			
15 - UF		16 - CEP	
PB			
17 - NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH)			
MUDANÇA DE PROCEDIMENTO			
18 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - ANTERIOR		19 - CÓDIGO PROCEDIMENTO - ANTERIOR	
20 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA		21 - CÓDIGO PROCEDIMENTO - MUDANÇA	
22 - DIAGNÓSTICO GERAL		23 - CID 10 PRIMÁRIO	
24 - CID 10 SECUNDÁRIO		25 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS	
SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)			
26 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL		27 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
28 - SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA DE UTI E/OU DIÁRIA DE ACOMPANHANTE			
<input type="checkbox"/> DIÁRIA DE ACOMPANHANTE <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO I <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO II <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO III			
29 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL		30 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
31 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL		32 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
33 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL		34 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
35 - JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO			
CR: 3.5. Rompazzo - mat. usou 01. fio de steinmann - m. 5.0 COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A 22 FEV. 2018 PROTOCOLO			
36 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE			
37 - DATA DA SOLICITAÇÃO			
38 - DOCUMENTO		39 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)	
40 - Nº DO DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE			
AUTORIZAÇÃO			
41 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR		42 - CÓDIGO ORGÃO EMISSOR	
43 - DOCUMENTO		44 - DATA DA AUTORIZAÇÃO	
45 - Nº DO DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR			
46 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)			





Sistema Único de Saúde
Ministério da Saúde

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇA DE PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)

Folha
1/2

SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS) - CONTINUAÇÃO

50- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	51- CÓD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	52- QTD
53- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	54- CÓD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	55- QTD
56- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	57- CÓD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	58- QTD
59- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	60- CÓD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	61- QTD
62- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	63- CÓD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	64- QTD
65- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	66- CÓD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	67- QTD
68- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	69- CÓD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	70- QTD
71- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	72- CÓD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	73- QTD
74- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	75- CÓD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	76- QTD
77- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	78- CÓD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	79- QTD
80- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	81- CÓD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	82- QTD
83- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	84- CÓD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	85- QTD
86- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	87- CÓD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	88- QTD
89- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	90- CÓD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	91- QTD
92- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	93- CÓD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	94- QTD
95- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	96- CÓD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	97- QTD

98- JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO (continuação)

COMPREV SEGUROS - PREVIDÊNCIA S/A
22 FEV. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA

PROFISSIONAL SOLICITANTE

99- ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO NO CONSELHO) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

100- ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO NO CONSELHO) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR





1000050781207 BE 567283
MATEUCO ALVES VIANA MARTES
OT. NASC.: 10/03/1980
MAR: LUCENTE ALVES DA SILVA

END. HJA WILFRIED MACIUS STRAD 80
N. 417 - JORDIN CLARKE UNIVERSITY LWIN
JORD PESSOS
FROM: J
CELLAR: (87) 006363142
JORD: 28
DT. ENVIADO: 20/05/2025 08:12:11

A.C.

NOME DO PACIENTE:	IDADE:
-------------------	--------

[illegible]

VIAS							
AÉREAS		(<input type="checkbox"/>) Fêrrias (<input type="checkbox"/>) Obstruídas					
CERVICAL IMOBILIZADA: (<input type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não							
VENTILAÇÃO:							
TRAQUEIA NA LINHA MEDIANA (<input type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não							
RESPIRAÇÃO ESPONTÂNEA (<input type="checkbox"/>) Sem dificuldade							
(<input type="checkbox"/>) Com dificuldade							
(<input type="checkbox"/>) VENTILAÇÃO MECÂNICA							
(<input type="checkbox"/>) APNÉVIA							
ADSCUTA PULMONAR:							
2- MURMÚRIO VESICULAR							
HTD	{	HTE	{	(<input type="checkbox"/>) Presente e normal	(<input type="checkbox"/>) Presente e normal		
				(<input type="checkbox"/>) Rude	(<input type="checkbox"/>) Rude		
				(<input type="checkbox"/>) Diminuído	(<input type="checkbox"/>) Diminuído		
				(<input type="checkbox"/>) Ausente	(<input type="checkbox"/>) Ausente		
2- RUIDOS							
{	HTD	{	HTE	{	(<input type="checkbox"/>) Sim	Roucos	Roucos
					Sibilos	Sibilos	
					Estertores	Estertores	
(<input type="checkbox"/>) Não							
Fv:	Imp	Sa _o	%				

COR DA PELE:	() Normal () Amarelado () Cianótico
	() Pleídrica () Ictérica
TEMPERATURA DA PELE	() Normal () Quente () Fria
PULSO	() Normal () Aumentado
	() Fino () Ausente
AUSCULTA CARDÍACA	
RITMO	() Regular () Irregular () Ausente
BULHAS	() Normotônicas () Hipotônicas
	() Hipertônicas () Ausente
SOPRO	() Presente () Ausente
SE OU B4	() Sim () Não
FC bpm PA: X mmHg T: °C	
ECO:	

22 FEV. 2018

Pupais: () Fotorreagentes () Paralisadas () Isocóricas () Anisocóricas

~~PROTÓCOLO~~
AG. JOÃO PESSOA

ABERTURA OCULAR		MELHOR RESPOSTA VERBAL ESCALA VERBAL-PEBETINCA [<4anos]	MELHOR RESPOSTA MOTORA	
Espontânea	4	Consciente / Palavras apropriadas, sorriso social, fixa e segue objetos	3	Obedece aos comandos
A solicitação verbal	3	Confuso / Chora, mas é conciliável	4	Localiza a dor
Ao continuo estímulo	2	Palavras inapropriadas / Irritado (persistente)	3	Retira o Membro
Nenhuma	1	Sons incompreensíveis / Inquieto	2	Flexão anormal (deceitação)
		Nenhuma / Nenhum	1	Extensão Anormal (deceitação)
				Nenhuma
TOTAL				

PENGLECCDOI-1

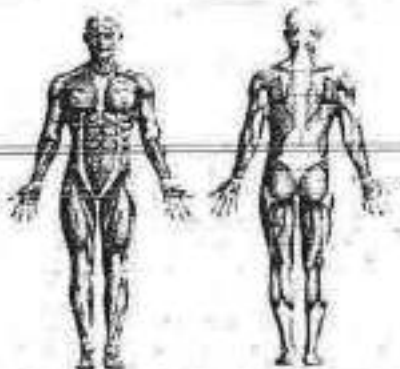


EXAME SECUNDÁRIO

ALERGIA: ☐ Não ☐ Sim
 MEDICAMENTOS: ☐ Não ☐ Sim
 IMUNIZAÇÃO: ☐ Não ☐ Sim
 PATOLOGIA: ☐ Não ☐ Sim
 ALIMENTOS INGERIDOS: ☐ Não ☐ Sim

LOCAL DA LESÃO

Identifique o local com o Número correspondente ao lado →



- | | |
|-------------------------|----------------------------------|
| 1. Abrasão | 19. Fratura Óssea Fechada |
| 2. Amputação | 20. Fratura Óssea Aberta |
| 3. Anelido | 21. Hematoma |
| 4. Contusão | 22. Injúria Nervosa |
| 5. Crepitação | 23. Laceração |
| 6. Dor | 24. Lesão Tendinea |
| 7. Edema | 25. Luxação |
| 8. Empalamento | 26. Mordedura |
| 9. Erisema subcutâneo | 27. Movimento torácico paradoxal |
| 10. Esmagamento | 28. Objeto Encaixado |
| 11. Equimose | 29. Otorragia |
| 12. F. Arma Branca | 30. Paralisia |
| 13. F. Arma de Fogo | 31. Parestia |
| 14. F. Contuso | 32. Pericostia |
| 15. F. Cortante | 33. Queimadura |
| 16. F. Corto-Contuso | 34. Rinite |
| 17. F. Perfuro-Contuso | 35. Sinais de Isquemia |
| 18. F. Perfuro-Cortante | 36 |

QBS:

QUEIMADURA:

Superfície corporal lesada (regra da palma): _____ % Grau de queimadura: ☐ 1º grau ☐ 2º grau ☐ 3º grau

EXAMES SOLICITADOS

☐ Radiografias ☐ Lavado peritoneal
☐ Ultrassonografia (FAST) ☐ Gasometria arterial
☐ Tomografia computadorizada ☐ Tipagem sanguínea

PROCEDIMENTOS REALIZADOS

CONDUTAS E PROCEDIMENTOS		CÓDIGO	ASSINATURA E CARIMBO
1	SUSC. 500-1 (6)		
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			

SOLICITAÇÃO DE PARECER MÉDICO

Solicito parecer de _____ às _____ de dia / /
 Solicito parecer de _____ às _____ de dia / /

DESTINO DO PACIENTE

DATA _____
 DA _____
 SAÍDA _____
 HORAS: _____

☐ Centro cirúrgico ☐ Transferência (unidade de saúde)
☐ Internado (setor) ☐ Alta hospitalar ☐ Decisão médica ☐ A pedido ☐ A reavalia ☐ Desistência
☐ Óbito ☐ Até 48 hs. ☐ Após 48 hs. ☐ Família ☐ XML ☐ SVO

ASSINATURA/CARIMBO

ASSIN

ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL

ASSIN

COMPREENSÃO E PRESENCIA SIA

22 FEV. 2018

PROTOCOLO

AG. JOÃO RESSOA

FING/CC/001-1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS PRAZOS
DEPARTAMENTO NACIONAL DE ENREGISTRO
CARTEIRA NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

NOME
GABRIEL ALVES VIANA BASTOS

DOC. EXISTENTE - DATA DE EMISSÃO
3422055 077 20

CIT
091.010.264-10

DATA DE NASCIMENTO
15/03/1989

ENDEREÇO
GERMANO VIANA BASTOS
LOCUSTE ALVES DA SILVA

SEXO
M

AC
00000000

CA
20

Nº DE REGISTRO
01070311110

VALIDADE
06/07/2028

1ª EMISSÃO
28/04/2008

ASSINATURA
Gabriel Alves Viana Bastos

LOCAL
JOÃO PESSOA, PB

DATA DE EMISSÃO
07/07/2015

ASSINATURA
[Assinatura]

Nº DE REGISTRO
23961688058
00030849429

1152535964

J
P
N
(3)



SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS
TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

PB Nº 012710719047 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.dpvatsegurodotransito.com.br

SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO 2016 DATA EMISSÃO 28/07/2016

VIA 1 CPF / CNPJ 08101026410 PLACA MQQ8106/PB

RENAVAM 00979308151 MARCA / MODELO HONDA/XR 250 TORNADO

ANO FAB 2008 CAT. TARIF 9 Nº CHASSI 9C2MD34008R027790

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$) ***** DENATRAN (R\$) ***** CUSTO DO SEGURO (R\$) *****

CUSTO DO BILHETE (R\$) ***** IOF (R\$) SEGURO P A G O TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO - R\$

PAGAMENTO ☒ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO DATA DE QUITAÇÃO 28/07/2016

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.248.808/0001-04
www.seguradoralider.com.br

7003781-1359426-20160728

COMPRES SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A

22 FEV. 2018

PROTOCOLO
AQ. JOÃO PESSOA





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN

DETRAN - PB

Nº 012710719047

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA COD. DE REG. 1 0097930815-1 00/00000000 2016

NOME
NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

CPF / CNPJ
08101026410

PLACA
MOQ8106/PB

PLACA ANT. / UF
NOVO PB 962

CHASSI
34008R027790

ESPECIE TIPO
MOTOCICLETA

COMBUSTÍVEL
GASOLINA

MARCA / MODELO
HONDA/XR 250 TORNADO

ANO FAB. ANO MOD.
2008 2008

CAP / POT / CIL
2 P/249 /CI

CATEGORIA
PARTIC

COR PREDOMINANTE
PRETA

COTA ÚNICA VENC. COTA ÚNICA
L PVA PAGO EM 01/01/2016

VENC. / COTAS
1º
2º
3º

FAIXA LRV. PARCELAMENTO / COTAS
A***** 0

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) IOF (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO
***** SEGURO P A G O 28/07/2016

OBSERVAÇÕES
SEM RESERVA DE DOMÍNIO

CABEDELO - PB LOCAL

41823



Assinado

DATA
28/07/2016

7003781

CONTINUA

COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A

22 FEV. 2018

PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



**Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e
Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas do Seguro DPVAT**

Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo

Nome do(a) Examinado(a): **NATERCYO ALVES VIANA BASTOS** Sinistro: **3180091730** Data: **01/12/2016**

Endereço do(a) Examinado(a):

Rua Walfredo Macedo Brandão, 917, ap 203 - Jardim Cidade Universitária - João Pessoa - PB - CEP 58052-200

Identificação - Órgão Emissor / UF / Número: [**SSP /PB**] 3422086

Data local do exame: [**12/03/2018**] **João Pessoa** [**PB**]

Resultado da Avaliação Médica

I. Descreva as lesões produzidas pelo trauma, o resultado do exame físico voltado para as regiões lesionadas e o(s) diagnóstico(s)
Fratura luxação de quadril direito. Paciente apresenta claudicação importante à direita, dor no quadril. Déficit de força de membro inferior direito, atrofia muscular.

a) O quadro clínico documentado neste exame decorre de lesão que tenha sido provocada em acidente automobilístico registrado na forma de sinistro que indicou esta avaliação? [**X**] Sim [] Não

Caso a resposta seja "Não", favor NÃO preencher os demais campos abaixo, exceto o das observações (item V(*)), se necessário

b) A(s) queixa(s) do(a) Examinado(a) está(ão) relacionada(s) com as lesões decorrentes deste acidente, inclusive com os registros em boletim de atendimento médico? [**X**] Sim [] Não

Caso a resposta seja "Não", prosseguir SOMENTE se houver alguma correlação entre a queixa e o histórico do acidente, justificando-a nas observações (item V(*))

II. Descreva a evolução atual do quadro clínico, os tratamentos realizados, a data da alta e os resultados, incluindo complicações.

Paciente deu entrada com fratura luxação de quadril direito. Feita redução inicial seguido de tração transesqueletica. Posteriormente foi realizado tratamento cirúrgico de fratura de acetábulo. Evoluiu com dor e claudicação e limitação de movimentos de membro inferior direito.

III. Existe sequela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)? [**X**] Sim [] Não

Existindo sequela(s) que seja(m) geradora(s) de invalidez total ou parcial informe qual(is) e descreva as perdas anatômicas e/ou funcionais que sejam definitivas e que justifiquem os danos corporais permanentes.

Paciente com claudicação, déficit de força de membro inferior direito grau 4, atrofia muscular de coxa e perna direita, flexão de quadril 0-30°, extensão 0-10°, rotação interna 0-30°, rotação externa bloqueada. Joelho com flexão 0-90°. Tornozelo e pés normais.

Caso a resposta seja "Não", concluir dentre as opções no item IV "a". Caso a resposta seja "Sim", valorar o dano permanente no item IV opções "b" ou "c"

IV. Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações (*).

() "Vítima em tratamento"
Esta avaliação médica deve ser repetida em ____ dias

() "Sem sequela permanente" (Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica)

() "Exame não permite conclusão"
Vide motivo do impedimento no campo das observações

b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal (Sequela):

Membro inferior direito

% do dano: () 10% residual () 25% leve
(**X**) 50% médio () 75% intensa () 100% completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

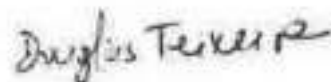
Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

c) Havendo dano corporal total com repercussão na íntegra do patrimônio físico - assinale a opção abaixo sempre apresentando a justificativa médica para este enquadramento no campo das observações (*).

() Total = "100% da IS"

V. (*) Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valoração do dano corporal.



Douglas Michalane Pires Teixeira - CRM: 5336 - PB



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3180091730 **Cidade:** João Pessoa **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS **Data do acidente:** 01/12/2016 **Seguradora:** USEBENS SEGUROS S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 05/03/2018

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Sim

Diagnóstico: TRAUMA NO QUADRIL DIREITO

Resultados terapêuticos: L DEPENDE DE PERICIA MEDICA

Sequelas permanentes:

Sequelas:

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações: AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NO PROCESSO NÃO FORAM PERTINENTES PARA QUE O EXAMINADOR VALORASSE COM SEGURANÇA POSSÍVEIS SEQUELAS ADQUIRIDAS

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

PRESTADOR

AMORIM E MATTOS SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS LT

Nome do médico: PAULO ARTUR DE ARAUJO AMORIM

CRM do médico: 52.86271-1

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:



PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3180091730 **Cidade:** João Pessoa **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS **Data do acidente:** 01/12/2016 **Seguradora:** USEBENS SEGUROS S/A

PARECER

Diagnóstico: Fratura luxação de quadril direito

Descrição do exame médico pericial: Paciente com claudicação, déficit de força de membro inferior direito grau 4, atrofia muscular de coxa e perna direita, flexão de quadril 0-30°, extensão 0-10°, rotação interna 0-30°, rotação externa bloqueada. Joelho com flexão 0-90°. Tornozelo e pés normais.

Resultados terapêuticos: Paciente deu entrada com fratura luxação de quadril direito. Feita redução inicial seguido de tração transesqueletica. Posteriormente foi realizado tratamento cirúrgico de fratura de acetábulo. Evoluiu com dor e claudicação e limitação de movimentos de membro inferior direito.

Sequelas permanentes: Limitação funcional do membro inferior direito em grau médio.

Sequelas: Com sequela

Data da perícia: 12/03/2018

Conduta mantida:

Observações: Indenização em grau médio do membro inferior devido a repercussão funcional do membro (atrofia muscular, marcha claudicante, limitação grave da mobilidade do quadril e limitação da flexão do joelho).
Procedida avaliação médica na cidade de João Pessoa.

Médico examinador: Douglas Michalane Pires Teixeira

CRM do médico: 5336

UF do CRM do médico: PB

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau médio - 50 %	35%	R\$ 4.725,00
		Total	35 %	R\$ 4.725,00

PRESTADOR

MOZES E SZTRAJMAN MÉDICOS ASSOCIADOS S/C LTDA

Médico revisor: JULIO O MOZES

CRM do médico: 20462

UF do CRM do médico: SP

Assinatura do médico:



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:
Natércio Alcir Viana Bastos
 brasileiro(a), estado civil solteiro, profissão
Motorista, CI RG nº 3422086 SSP/PA
 CPF/MF nº 081.010.264-10, residente e domiciliado(a) à Rua
Isaías de Macedo Brandão, 914/Ap 203 - Jd. Universitário
 Cidade de João Pessoa Estado
Paraíba, CEP: 58052-207, telefone
(83) 99661-1341, (83) 99141-0354.

OUTORGADO: Gerlando Pereira da Silva, CPF spb nº 008.014.944-86 e RG sob nº 2455450 SSDS/PB, com endereço cito à Rua: Com. Alfredo Ferreira da Rocha nº 2335, Bairro Mangabeira II na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba

PODERES: O OUTORGANTE concede poderes especiais ao OUTORGADO para: Enviar documentos, receber correspondências, solicitar informações por escrito ou por telefone, ter acesso ao número do sinistro, acompanhar o andamento do sinistro, ter informações e acompanhar perícias necessárias e apresentar documentos referentes ao sinistro, junto a Seguradora Líder e Seguradoras conveniadas e a Susep. Obs.: É de responsabilidade do outorgante a veracidade das informações e documentos apresentados e disponibilizados ao outorgado.

COMPRES SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.

22 FEB. 2018

PROTOCOLLO

29 de 01 de 20 17

CARTÓRIO
VEIRA BAZISTA

Nature's Other Vase Tests

OUTORGANTE

RECONHEÇO, como autêntica e verdadeira, a(s) Firmado(s) do(s) **MATEUS ALVES PIAMA BATISTA**  **21089**
Notário Público
Rua 40 - Marquês
São Paulo - SP

Em test. da verdade, João Pessoa-PB 29/11/2017, Às 06h00.
Ribeley Almeida de Lima - ESCRIVÃO AUTORIZADO
7297-06320@ERL:06 07, 23 FORTALEZA 0, 27 FORTALEZA 1, 05 165 R1 0.
SELO DIGITAL: AD045200-0406
Confira e autenticado em <http://certificadosdigital.liga.jus.br>





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 20 de Dezembro de 2018

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3180593889

Vítima: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

Data do Acidente: 18/10/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: RODOLFO NOBREGA DIAS

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 13740430





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 27 de Dezembro de 2018

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3180593889

Vítima: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

Data do Acidente: 18/10/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: RODOLFO NOBREGA DIAS

Assunto: INTERRUPÇÃO DO PRAZO DE ANÁLISE

Comunicamos que o pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado e está em análise e o prazo regulamentar de 30 dias foi interrompido para apuração de dados e informações adicionais. Assim que todas as informações forem finalizadas, o prazo voltará a seguir normalmente.

Por favor, aguarde contato e continue acompanhando o seu pedido de indenização através dos canais oficiais da Seguradora Líder DPVAT.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00415/00416 - carta_02 - INVALIDEZ

00050208



Carta nº 13759737





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 04 de Fevereiro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3180593889

Vítima: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

Data do Acidente: 18/10/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: RODOLFO NOBREGA DIAS

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Não foi verificada a existência de sequela permanente prevista na tabela da Lei nº 6.194, de 1974, razão pela qual o dano pessoal não possui cobertura pelo Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores orientações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 0021700218 - carta_05 - INVALIDEZ

00050109



Carta nº 13905631



PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DADS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

NP do sinistro ou ASL: _____ CPF da vítima: **081.010.269-10** Nome completo da vítima: **Natércy Alves Diana Botos**

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

Nome completo: **Natércy Alves Diana Botos** CPF: **081.010.269-10**

Profissão: **motobay** Endereço: **Rua Valdeu do Monte Brando** Número: **917** Complemento: **apt. 203**

Bairro: **Ilha da Cidade Universitária** Cidade: **João Pessoa** Estado: **PB** CEP: **58052-200**

E-mail: **valdeu@hotmaail.com** Tel (DDD): **83 3325 7033**

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA). **98899-9749**

DADOS CADASTRAIS
RECEITA MENSAL:
☒ R\$0,00 A R\$1.000,00 ☐ R\$1.001,00 A R\$3.000,00 ☐ R\$3.001,00 A R\$5.000,00 ☐ R\$5.001,00 A R\$7.000,00 ☐ R\$7.001,00 A R\$10.000,00 ☐ ACIMA DE R\$10.000,00

DADOS BANCÁRIOS DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO - ASSINALE UMA OPÇÃO DE CONTA
☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinalar uma opção)
☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341)
☒ Banco do Brasil (001) ☐ Caixa Econômica Federal (104)
☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)
Nome do BANCO: _____

AGÊNCIA: **4571** **3** CONTA: **8058** **6**
(informar o dígito se existir) (informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora LIDER a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, recebimento e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que **(assinalar uma das opções):**

☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou

☒ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realizou perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Pelo motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, sob pena de documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora LIDER para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito, conforme Lei 6.294/74, art. 1º, § 1º, declarando que esta autorização não significa prova de concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestação, caso discordo do seu resultado.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (ou Civil) ☐ Divorçado ☐ Separado judicialmente ☐ Viúvo Data do óbito da vítima: _____

Gráu de Parentesco com a vítima: Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo: _____

Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não Se tinha filhos, informar quantos vivos: _____ Vítima deixou nascituro (ou nascos)? ☐ Sim ☐ Não Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora LIDER pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte aos únicos beneficiários que se apresentarem e provar em esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de restituir o valor recebido, além da incidência da pena criminal por infração do artigo 295 do Código Penal.

Local e Data: **João Pessoa, 18/12/2018**

Nome: _____ CPF: _____

(*) Assinatura de quem assina a RODO

Natércy Alves Diana Botos
Assinatura da vítima/beneficiário (se houver)

Adolfo Nogueira Dias
Assinatura do Representante Legal (se houver) Assinatura do Procurador (se houver)

TESTEMUNHAS
1º Nome: _____ CPF: _____
2º Nome: _____ CPF: _____

18 DEZ 2018
PROTÓCOLO
DAO PESSOA

(*) A vítima/beneficiário não alfabetizado deverá solicitar outra pessoa alfabetizada, maior e capaz, para preencher e assinar o presente formulário, A SEU RODO, na presença de 2 (duas) testemunhas maiores e capazes, comprometendo-se a dar-lhe ciência do conteúdo do preenchimento e assinatura.

NECESSÁRIO ANEXAR CÓPIA DA IDENTIDADE, CPF E COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA DE TODOS.





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 02229.01.2018.1.00.420

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 02229.01.2018.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 11:07 horas do dia 19 de novembro de 2018, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, e lavrado por Cássio Assis Espíndola, Escrivão de Polícia, matrícula 1551159, ao final assinado, compareceu **Lucinete Alves da Silva**, nacionalidade brasileira, estado civil união estável, identidade de gênero feminino, profissão Do Lar, filho(a) de Maria Araújo da Conceição e Natércio Alves da Silva, natural de São Bento/PB, nascido(a) em 12/04/1965 (53 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Walfredo Macedo Brandão, Nº 417, complemento apto 203, bairro Jardim Cidade Universitária, tendo como ponto de referência Igreja Betel do Bancários, na cidade de João Pessoa/PB, telefone (s) para contato (83) 99648-8874.

Dados do(s) Fatos:

Local: Próximo Ao Viaduto Localizado Ao Lado do Banco Bradesco, da Avenida Epitácio Pessoa-pb, João Pessoa/PB, bairro Tambauzinho; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 18/10/17 19:00h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **PERDA OU EXTRAVIO DE DOCUMENTO E/OU OBJETO, LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO.**

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

é a genitora de NATERCYO ALVES VIANA BASTOS, Cpf.: 081.010.264-10, e vem informa que no dia 18.10.2017, por volta das 19h, seu filho conduzia o veículo HONDA /NXR 160 BROZ, ano 2016, de cor preta e placa OEY5442, nas proximidades do Banco Bradesco, na Av Epitácio Pessoa, não sabendo informar qual origem e destino do mesmo; que sabe dizer que nessa localidade seu filho sofre um acidente por colisão com outro veículo, o qual não sabe informar também, informa que NATERCYO ALVES VIANA BASTOS foi socorrido pelo SAMU e levado para o Hospital de Traumas Senador Humberto Lucena, onde foi diagnosticado com fratura de rádio distal D, e fratura de fêmur D, sendo submetido a tratamento cirúrgico de ambas as lesões, conforme laudo médico apresentado, assinado pelo médico Juan Jaime Alcoba Arce, CRM 3323/PB

ADENDO(S):

Que na data 19/11/2018, à(s) 11:38 horas, na Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob a responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, compareceu o(a) noticiante para realizar o seguinte adendo: é a genitora de NATERCYO ALVES VIANA BASTOS, Cpf.: 081.010.264-10, e vem informa que no dia 18.10.2017, por volta das 19h, seu filho conduzia o veículo HONDA /NXR 160 BROZ, ano 2016, de cor preta e placa OEY5442, chassi 9C2KD0810GR431995 nas proximidades do Banco Bradesco, na Av Epitácio Pessoa, não sabendo informar qual origem e destino do mesmo; que sabe dizer que nessa localidade seu filho sofre um acidente por colisão com outro veículo, o qual não sabe informar também; informa que NATERCYO ALVES VIANA BASTOS foi socorrido pelo SAMU e levado para o Hospital de Traumas Senador Humberto Lucena, onde foi diagnosticado com fratura de rádio distal D, e fratura de fêmur D, sendo submetido a tratamento cirúrgico de ambas as lesões, conforme laudo médico apresentado, assinado pelo médico Juan Jaime Alcoba Arce, CRM 3323/PB. Adendo registrado por: Cássio Assis Espíndola, Escrivão de Polícia, matrícula: 1551159.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no

Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expede a presente Certidão. A

PREVIDÊNCIA S/A
18 DEZ. 2018
PROTOCOLADO
JOÃO PESSOA

Processamento Policial: 02229.01.2018.1.00.420



SECRETARIA DE ESTADO DA
SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
Delegacia Geral da Polícia Civil
1ª Superintendência Regional de Polícia Civil
Delegacia Especializada de Acidentes de
Veículos da Capital



**POLÍCIA
CIVIL**
PARAÍBA



**GOVERNO
DA PARAÍBA**
Secretaria de Estado da
Segurança e da Defesa Social


CASSIO ASSIS ESPÍNDOLA
Escrivão de Polícia

João Pessoa/PB, 19 de novembro de 2018.


LUCINETE ALVES DA SILVA
Noticiante



Procedimento Policial: 02228.01.2018.1.00.420

2/2



PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DADS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

NP do sinistro ou ASL: _____ CPF da vítima: **081.010.269-10** Nome completo da vítima: **Natércy Alves Diana Botos**

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

Nome completo: **Natércy Alves Diana Botos** CPF: **081.010.269-10**

Profissão: **motobay** Endereço: **Rua Valdeu do Monte Brando** Número: **917** Complemento: **apt. 203**

Bairro: **Ilha da Cidade Universitária** Cidade: **João Pessoa** Estado: **PB** CEP: **58052-200**

E-mail: **valdeu@hotmaail.com** Tel (DDD): **83 3325 7033**

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA). **98899-9749**

RENDA MENSAL:

☒ RENDIMENTO INFORMADO ☐ ATÉ R\$1.000,00 ☐ R\$3.001,00 ATÉ R\$5.000,00 ☐ R\$7.001,00 ATÉ R\$10.000,00

☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$3.000,00 ☐ R\$5.001,00 ATÉ R\$7.000,00 ☐ ACIMA DE R\$10.000,00

DADOS BANCÁRIOS DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO - ASSINALE UMA OPÇÃO DE CONTA

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinalar uma opção)

☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341)

☒ Banco do Brasil (001) ☐ Caixa Econômica Federal (104)

AGÊNCIA: **4571** **3** CONTA: **8058** **6**

(informar o dígito se existir) (informar o dígito se existir)

AGÊNCIA: _____ CONTA: _____

(informar o dígito se existir) (informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora LIDER a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, recebimento e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que **(assinalar uma das opções):**

☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou

☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou

☒ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Pelo motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, sob a base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora LIDER para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito, conforme Lei 6.294/74, art. 1º, § 1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestação, caso discordo do seu resultado.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (ou Civ.) ☐ Divorçado ☐ Separado judicialmente ☐ Viúvo Data do óbito da vítima: _____

Grau de Parentesco com a vítima: Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo: _____

Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não Se tinha filhos, informar quantos vivos: _____ Vítima deixou nascituro (ou nascos)? ☐ Sim ☐ Não Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora LIDER pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte aos únicos beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de restituir o valor recebido, além da incidência da pena criminal por infração do artigo 295 do Código Penal.

Local e Data: **João Pessoa, 18/12/2018**

Nome: _____ CPF: _____

(*) Assinatura de quem assina a RODO

Natércy Alves Diana Botos Assinatura da vítima/beneficiário (se houver)

Adolfo Nogueira Dias Assinatura do Procurador (se houver)

Assinatura do Representante Legal (se houver)

TESTEMUNHAS

1º Nome: _____ CPF: _____

2º Nome: _____ CPF: _____

18 DEZ 2018

PROTOCOLADO

NECESSÁRIO ANEXAR CÓPIA DA IDENTIDADE, CPF E COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA DE TODOS.

21/11/2017

10000

Hospital Federal de Emergência e Trauma

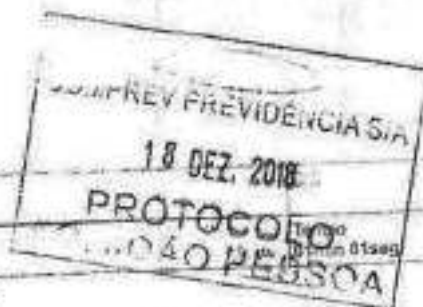
Hospital Federal de Emergência e Trauma
Serviço de Atendimento LocalGOVERNO
DA PARAÍBA

AV. ORESTES LISBOA, S/N - CONJ. PEDRO GONDIM JOÃO PESSOA - CNES: 454561 - Tel.: 8332165736

Boletim de Atendimento: 1035202



Identificação do paciente			
ID: 501930	Nome: KATERCYO ALVES VIANA BASTOS	Sexo: Masculino	
DATA DE NASCIMENTO: 15/03/1988	Idade: 29 anos e meses 6 dias	Estado civil: SOLTEIRO(A)	Religião: CATOLICA
Mãe: LUCINETE ALVES DA SILVA		Pai: GERMANO VIANA BASTOS	
Endereço completo: NEDIO COMPLETO		Responsável (Parentesco): EDUARDO CONRADO RAMOS - ACOMPANHANTE	
DDD Móvel: 63	Fone Móvel: 988365342	DDD Fixo: 83	Fone Fixo: 988609316
CPF: 027	Número Documento: 05901026410	Nº Cns: 306935584510005	
UF de residência: TAMBIAZINHO		Tipo: SAIRRO	UF: PB
Email:	Naturalidade: JOAO PESSOA	CEM:	
Endereço			
CEP: 58052209	Município de residência: JOAO PESSOA	UF: PB	Logradouro: RUA WALFREDO MACEDO BRANDÃO
Número: 417	Complemento:		Bairro: JARDIM CIDADE UNIVERSITÁRIA
Admissão			
Data e Hora: 18/10/2017 19:03:57	Número de processo: 1000005165109	Convênio: SUS	
Especialidade: CIRURGIA GERAL		Clínica:	
Classificação do ICD9:		Origem do atendimento: RUA	
	Motivo de atendimento: ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Local de atendimento: VEICULO X MOTO	
Medicamentos e Transporte			
Quem transporta: Não	Plano de saúde: Não	Veio de ambulância: Não	Tratado: Não
Modo de transporte: 2010		Quem transporta:	
Sinais Vitais			
Temperatura: 36,5	Pulso: 96/min	Pressão: 120/80	Saturação: 98%
Exames complementares			
Rolo X []	Sangue []	Urina []	TC []
			Líquor []
			ECG []
			Ultrasonografia []
Dados clínicos			
Diagnóstico			
Atendimento por: MICHEL CARVALHO BORGES			



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 13/04/2020 16:40:20

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041316401833600000028677582

Número do documento: 20041316401833600000028677582

Num. 29809608 - Pág. 9

CONTA DE ENERGIA PAGA/DEBITADA



ENERGISA PARANÁ - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
R. 212, Km 22 - Grupo Replan - Jd. Pimenta / PR - CEP 86111-400
CNPJ 06.985.703/0001-49 - Insc. Est. 19.071.875-0

Nº 318 331 527

Nome do Cliente
LUCINETE ALVES DA SILVA
RUA WILFREDO MACEDO DE ANDRADE 517 APTO 201
JOÃO PESSOA

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/211082-3

PERÍODO DE FATURAMENTO	DATA DE VENCIMENTO	CONSUMO	DATA DE VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
DEZ/2018	12/12/2018	102	19/12/2018	R\$ 98,36



LUCINETE ALVES DA SILVA

Roteiro: 67-665-617-6039

6304396000-3 98369149030-3 02110822316-3 12800005313-4



12/12/2018

R\$ 98,36

31/03/2019, 12:4



PROCON/PROCONAR/DA/DF
 RUA ACERVO DO FUND. 145/50.001 - CENTRO
 CASH/SESC/75/CEP: 50020-000
 Emissão: 11/08/2018 - Referência: Set-2018
 Classe Subst: COMERCIAL/OUTROS SERV/COSE MONOMISCED-25 - Cód. Revista: Jefe/Pessoa: 75 - Cód. 0071-00
 Mens: 5-1-37-998 - Mensagem: 0000470-08

Energisa

ENERGISA REDE DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 Cód. Revista: Jefe/Pessoa: 75 - Cód. 0071-00
 CNPJ: 06.903.001-40 - RUA: 500.000-00
 Endereço: Rua da República, 100 - Centro - CEP: 50000-000
 Cód. para Dis. Atendimento: 0800 083 0196

Atendimento ao Cliente ENERGISA **0800 083 0196** Acesso: www.energisa.com.br

Conta referente a: **Set / 2018** Apresentação: **11/08/2018** Data prevista da próxima leitura: **10/10/2018** CPF/CNPJ/RAND: **103.141.122-6**

UC (Unidade Consumidora): **5/642825-4**

Canal de contato

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Outros
Data	Letura	Data	Letura	
12/07/18	1748	11/08/18	1757	

Detalhamento					
Descrição	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Consumo em kWh	88,00	8,19	11,00	20,00	11,00
Adm. e Manutenção	11,00	11,00	25	2,00	11,00
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS					
COATRE SERV. LUM. PÚBLICA	7,00	7,00	0	0,00	0,00

CO. Código de Classificação sistem. TOTAL: 70,00 107,48 82,75 101,25 1,00 4,25

Parcela de Pagamento (R\$) **VENCIMENTO 11/10/2018 TOTAL A PAGAR R\$ 138,89**

Histórico de Consumo (kWh)											
2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ag/18

RESERVADO A 2732.97cf 24d1.5039 555c.917e.6916.bcf6.

Indicadores de Qualidade			
Indicador	Limite de Atenção	Atingido	Limite de Tolerância
PC (VARIÁVEL)	10,15		NORMAL
PC (VARIÁVEL)	20,20	0,00	COEF. DE VAR.
PC (VARIÁVEL)	3,72		COEF. DE VAR.
PC (VARIÁVEL)	17,48	0,00	COEF. DE VAR.
PC (VARIÁVEL)	1,00		COEF. DE VAR.
PC (VARIÁVEL)	1,72		COEF. DE VAR.

Descrição	Valor	%
Reajuste de Carga	20,14	21,11
Reajuste de Carga	20,14	21,11
Reajuste de Carga	20,14	21,11
Reajuste de Carga	20,14	21,11
Reajuste de Carga	20,14	21,11
Reajuste de Carga	20,14	21,11

Atenção: Fatura com erro de cálculo - Fatura com erro de cálculo - Fatura com erro de cálculo

PREVIDENCIA S/A
18 DEZ. 2018
PROTOCOLO
COCAO PESSOA

Atenção: Fatura com erro de cálculo - Fatura com erro de cálculo - Fatura com erro de cálculo

Atenção: Fatura com erro de cálculo - Fatura com erro de cálculo - Fatura com erro de cálculo

Atenção: Fatura com erro de cálculo - Fatura com erro de cálculo - Fatura com erro de cálculo

Atenção: Fatura com erro de cálculo - Fatura com erro de cálculo - Fatura com erro de cálculo

Atenção: Fatura com erro de cálculo - Fatura com erro de cálculo - Fatura com erro de cálculo

Atenção: Fatura com erro de cálculo - Fatura com erro de cálculo - Fatura com erro de cálculo

Atenção: Fatura com erro de cálculo - Fatura com erro de cálculo - Fatura com erro de cálculo

Atenção: Fatura com erro de cálculo - Fatura com erro de cálculo - Fatura com erro de cálculo

Atenção: Fatura com erro de cálculo - Fatura com erro de cálculo - Fatura com erro de cálculo

Atenção: Fatura com erro de cálculo - Fatura com erro de cálculo - Fatura com erro de cálculo

Atenção: Fatura com erro de cálculo - Fatura com erro de cálculo - Fatura com erro de cálculo

Atenção: Fatura com erro de cálculo - Fatura com erro de cálculo - Fatura com erro de cálculo

Atenção: Fatura com erro de cálculo - Fatura com erro de cálculo - Fatura com erro de cálculo

Atenção: Fatura com erro de cálculo - Fatura com erro de cálculo - Fatura com erro de cálculo

Atenção: Fatura com erro de cálculo - Fatura com erro de cálculo - Fatura com erro de cálculo

Atenção: Fatura com erro de cálculo - Fatura com erro de cálculo - Fatura com erro de cálculo



DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO
CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site: <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.SUSEP.GOV.BR/BIBLIOTECAWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP¹ nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de **profissão e renda**, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, esta recusa é passível de comunicação ao COAF².

¹ Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

² Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.213/98.

Pelo exposto, eu Rodolfo Nóbrega Dias inscrito (a) no CPF sob o Nº 010.219.114 / 26 na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário Natércia Muesliana Bortez inscrito (a) no CPF sob o Nº 081.010.269 / 10, do sinistro de DPVAT cobertura Invalidoz da Vítima Natércia Muesliana Bortez inscrito (a) no CPF sob o Nº 081.010.269 / 10, conforme determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão: _____ Renda: _____ e apresento os documentos comprobatórios:

☒ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto à seguradora Líder DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço		Número	Complemento
<u>Rua Rodrigues de Aguiar</u>		<u>241</u>	<u>ala 1018102</u>
Bairro	Cidade	Estado	CEP
<u>Centro</u>	<u>João Pessoa</u>	<u>PB</u>	<u>58013030</u>
E-mail		Telefone comercial (DDD)	Telefone celular (DDD)
<u>rodolfoand@hotmail.com</u>		<u>(83) 988257033</u>	<u>(83) 9886897109</u>

João Pessoa 17 de dezembro de 2018

Local e Data

Rodolfo Nóbrega Dias

Assinatura do Declarante



Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, Germão Soares Fernandes,
RG nº 2928907, data de expedição 09/04/2018
Órgão SSPIPB, portador do CPF nº 085.750.154-27, com
domicílio na cidade de João Pessoa, no Estado de
Paraíba, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)
Fabio Silva do Lima, nº 462
complemento _____, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a
vítima Natércia Alves Ziliana Botelho o condutor era
Natércia Alves Ziliana Botelho.

Veículo: Motocicleta
Modelo: Honda / NXR 160 Bros ESD
Ano: 2016 / 2016
Placa: OEY 5442 IPB
Chassi: 9C2KD0810GR431995
Data do Acidente: 18/10/17
Local e Data: João Pessoa 17 de dezembro

Decarinto
108 Oficio

Assinatura do Declarante

Assinatura do Conductor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)

[illegible][illegible]



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA

LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE Natércio Viana Alves Bastos

DATA DE NASCIMENTO 15/03/88

NOME DA MÃE Lucinete Alves da Silva

DADOS EXTRAÍDOS

PRONTUÁRIO N.º 66616

BOLETIM DE ENTRADA N.º 1035202

DATA DO ATENDIMENTO 18/10/17

HORA DO ATENDIMENTO 19:03

MOTIVO DO ATENDIMENTO Acidente de moto

DIAGNÓSTICO (S) Fratura de rádio distal D e fêmur D.

CID 10 S52.5 S72.3

AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste Serviço, vítima de acidente de moto, apresentando fratura fechada do fêmur direito, deformidade em punho direito, glasgow 15. Avaliado pela Traumatologia e internado para tratamento cirúrgico.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

Rx coxa D, punho D

USG(fast)

RESULTADOS DOS EXAMES:

RX: fratura de rádio distal D, fratura de fêmur D

TRATAMENTO:

Tração esquelética transtibial direita (realizado em 18/10/17). Tratamento cirúrgico de fratura de rádio distal D (realizado em 06/11/17). Tratamento cirúrgico de fratura de fêmur D (realizado em 06/11/17).

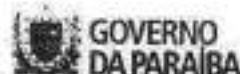
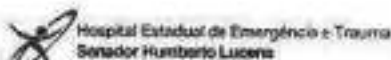
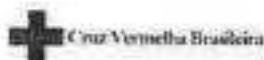
ALTA HOSPITALAR: 11/11/17

DATA DA EMISSÃO: 26/06/18

Dr. Juan Jaime Alcoba Arce
CRM: 3323/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





AV. ORESTES LISBOA, s/n - PEDRO GONDIM - CNES: 123512 - Tel: 8332166700

Boletim de Atendimento: 1035202



Identificação do paciente				
ID 601030	Nome NATERCYO ALVES VIANA BASTOS	Sexo Masculino		
Data do nascimento 16/03/1988	Idade 29 anos 7 meses 3 dias	Estado civil SOLTEIRO(A)	Religião CATOLICA	Profissão 66916
Mãe LUCINETE ALVES DA SILVA	Pai GERMÃO VIANA BASTOS		Responsável (Parentesco) O MESMO - O MESMO(A)	
Endereço MEDIO COMPLETO				
DDD Móvel 83	Fone Móvel 969308342	DDD Fixo 83	Fone Fixo 969308316	
Tipo documento CPF	Número documento 08101926410	Nº Cte 206933584610005		
Local de procedência TAMBAUZEIRO	Tipo BAIRRO		UF PB	
Etnia BRANCA	Naturalidade JOÃO PESSOA	CBO CBO		
Endereço				
CEP 58052206	Município de residência JOÃO PESSOA	UF PB	Logradouro RUA WALFREDO MACEDO BRANDÃO	
Número 417	Complemento	Bairro JARDIM CIDADE UNIVERSITÁRIA		
Admissão				
Data e Hora 18/10/2017 19:03:57	Número da prateleira 1000005165109	Convênio SUS		
Especialidade CIRURGIA GERAL	CBO CBO			
Classificação de risco	Origem do paciente RUA			
Centro de atendimento	Motivo do atendimento ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Detalhe do acidente VEICULO X MOTO		
Indicadores e Transporte				
Caso clínico Não	Plano de saúde Não	Via de ambulância Não	Trauma Não	
Meio de transporte SAMU	Quem transportou			
Sinais Vitais				
PA X mmHg	Pulso	Temperatura		
Exames complementares				
Raio X []	Sangue []	Urina []	TC []	Liquor []
ECG []				
Ultrassonografia []				
Dados clínicos				
Paciente vítima de queda de moto MSD e MID				
Diagnóstico				
Atendido por MICHEL CARVALHO BORGES				

PROTÓCOLO
18 DEZ. 2018
PREFEITURA DE JOÃO PESSOA







UNIVERSIDADE
BRASILEIRA

REGISTRO DE UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS ÓRTESES PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS - OPME

Número: 1035202

Paciente: Nafreya Alves (Juans. Botes)

Procedimento: 170.0 cir. tratamento ortopédico de fêmur

SUS: (X) Não SUS ()

Médico: Dr. Nelson Afonso; Bruno Torres; Dn.

Prontuário: 1035202

Data: 09/11/17

Retorno: 09/11/17

de dar-se a (placa parafusada de fêmur)

DISPENSACÃO CMF

FORNECEDOR	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	CÓDIGO SUS	MARCA
Dr. Nelson Afonso	Sax 4,5 Bloqueado	01		
	Placa Bloqueada 4,5 44 unhas	08		
	Parafusos de bloqueio n° 36/12	03		

DISPENSACÃO - FARMÁCIA

FORNECEDOR	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	CÓDIGO SUS	MARCA
B. Braun	et. Bloqueio A 100	01		

Atão 18/11/2018

Dr. Nelson Afonso

Dr. Bruno Torres



Atão 18/11/2018

Dr. Nelson Afonso

Dr. Bruno Torres

ASSINATURA CIENTISTA RESPONSÁVEL

F(NG).APC.013-2

	Sistema Único de Saúde Ministério da Saúde	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇA DE PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)	Folha 1/2
Identificação do Estabelecimento de Saúde		2 - CRES	
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE <div style="border: 1px solid black; padding: 2px;">HOP</div>		<div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 15px;"></div>	
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE <div style="border: 1px solid black; padding: 2px;">HOP</div>		4 - CRES <div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 15px;"></div>	
Identificação do Paciente		6 - N° DO PRONTUÁRIO <div style="border: 1px solid black; padding: 2px;">1035202</div>	
3 - NOME DO PACIENTE <div style="border: 1px solid black; padding: 2px;">Natercio Alves Viana Bastos</div>		9 - SEXO Masc <input checked="" type="checkbox"/> 1 Fem <input type="checkbox"/> 2	
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS) <div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 15px;"></div>		8 - DATA DE NASCIMENTO <div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 15px;"></div>	
10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL <div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 15px;"></div>		11 - TELEFONE DE CONTATO <div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 15px;"></div>	
12 - ENDEREÇO (RUA, QUADRA) <div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 15px;"></div>		14 - COD. IBS MUNICÍPIO 15 - UF 16 - CEP <div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 15px;"></div>	
17 - NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH)			
MUDANÇA DE PROCEDIMENTO			
18 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - ANTERIOR		19 - COD. DO PROCEDIMENTO - ANTERIOR	
20 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA		21 - COD. DO PROCEDIMENTO - MUDANÇA	
22 - DIAGNÓSTICO INICIAL		23 - CID 10 PRINCIPAL 24 - CID 10 SECUNDÁRIO 25 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS	
SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)			
26 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL		27 - COD. DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL	
28 - SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA DE UTI E/OU DIÁRIA DE ACOMPANHANTE <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE ACOMPANHANTE <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO I <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO II <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO III		29 - COD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL 30 - CID 10	
31 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL		32 - COD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL 33 - CID 10	
34 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL		35 - COD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL 36 - CID 10	
38 - JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO <div style="border: 1px solid black; padding: 10px; margin-top: 10px;"> <p>cx 4,5 Bloqueio</p> <p>Proc. bloqueio 4,5 14 pontos (cd)</p> <p>Tratamento de bloqueio n° 36/3 - 33/3</p> <p>40/2 - 42/2 - 44/1</p> <p>Procedimentos contínuos n° 36/2.</p> </div>			
PROFISSIONAL SOLICITANTE		40 - DATA DA SOLICITAÇÃO <div style="border: 1px solid black; padding: 2px;">09/11/17</div>	
41 - DOCUMENTO <div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 15px;"></div>		42 - N° DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE <div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 15px;"></div>	
43 - ASSINATURA E CARIMBO (N° DO REGISTRO DO CONSELHO) <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; text-align: center;">  18 DEZ 2018 AUTORIZAÇÃO PROTOCOLO </div>		44 - COD. ORÇÃO EMISSOR 45 - DATA DA AUTORIZAÇÃO <div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 15px;"></div>	
46 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR		47 - COD. ORÇÃO EMISSOR 48 - DATA DA AUTORIZAÇÃO <div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 15px;"></div>	
49 - DOCUMENTO <div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 15px;"></div>		50 - N° DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR <div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 15px;"></div>	
51 - ASSINATURA E CARIMBO (N° DO REGISTRO DO CONSELHO) <div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 15px;"></div>		52 - COD. ORÇÃO EMISSOR 53 - DATA DA AUTORIZAÇÃO <div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 15px;"></div>	





RELATÓRIO DE CIRURGIA



Nome: Matheus de Albuquerque BE/Prontuário: 5014
Idade: 20 Sexo: () Masculino () Feminino Cor: Branco Data: 09/11/12
Clínica/Setor: Ortopedia EMP: _____ LR: _____
Cirurgia: Tretamento cirurgico de fratura de Trociter
Cirurgião: Dr. Pedro 1º Assistente: Dr. João
2º Assistente: Dr. João 3º Assistente: Dr. Pedro
Instrumentador: _____ Anestesista: _____
Tipo de Anestesia: _____ Horário: Início _____ Término _____

Diagnóstico Pós-Operatório	CID
<u>Fratura de Trociter</u>	

Procedimentos Cirúrgicos	Código
<u>Tretamento cirurgico de fratura de Trociter</u>	

Acidente durante Ato Cirúrgico: () Sim () Não Descrição: _____

Biopsia de Congelação: () Sim () Não

Encaminhamento do Paciente Após Ato Cirúrgico:

() Enfermaria () Terapia Intensa () Residência () Óbito durante Ato Cirúrgico

Dr. Pedro

Medico
CRM: 8799

João Pessoa

Médico/CRM: _____





RELATÓRIO DE CIRURGIA

2

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Posição e Preparo:

- Paciente em DTK - lateral
- Hemiflexão + extensão
- Afiação de Campos cirúrgicos

Incisão:

- Incisão longitudinal lateral no coto (D)

Achados:

- Fratura Diáfise de Fêmur (B)

Conduta:

- Drenagem + Hemostase Cirúrgica
- Visualização Direta do Foco de Fratura
- Retirada de Placa 75P 4,5 x 10 Puntos
- e de 4 parafusos corticais
- redução de fratura sob controle
- Direta
- Fixação de placa bloqueada e atornalhos
- de 14 Puntos
- Hemostase

Fechamento:

- Fechamento da pele
- Hemostase Cirúrgica
- Curativo + Soro Físico

Observação:

REV. PREVIDENCIA S/A

18 DEZ. 2018

PROTOCOLO

10.000.000

Romão Dantas

João Pessoa, 09/12/18

Médico CRM:

FINGAS/18.009-1



8

②



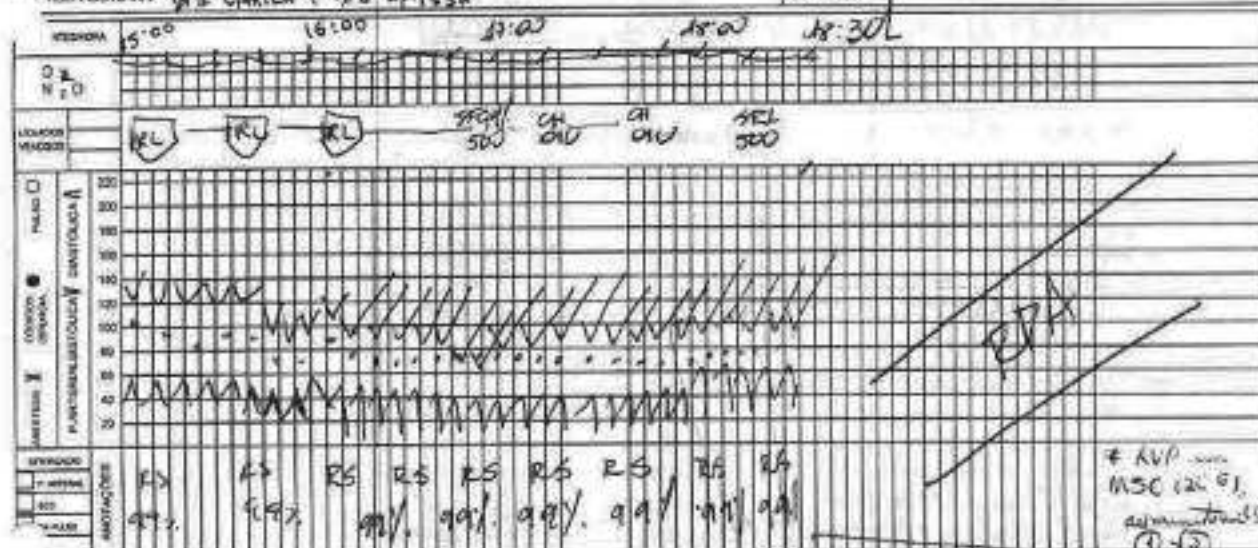


2



PRONTUÁRIO:

PACIENTE: Natércia Maria Viana	SEXO: M	COR:	IDADE: 29
PRESSÃO ARTERIAL / PULSO	RESPIRAÇÃO	TEMPERATURA	PESO
GRUPO SANGÜÍNEO	ESTADO GERAL () BOM () REGULAR () MAU () PÉSSIMO	RISCO CIRÚRGICO () BOM () REGULAR () MAU () PÉSSIMO	
EXAMES COMPLEMENTARES	NO PRONTUÁRIO, CECORROS		
AP. RESPIRATÓRIO	AP. CIRCULATÓRIO	ESTAB.	
AP. DIGESTIVO	ESTADO MENTAL	DROGAS EM USO	UPM
PRÉ-ANESTÉSICO			ESTADO FÍSICO (ASA)
DOSE (HORA)			II
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO			
CIRURGIA REALIZADA	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DIAFISÁRIA DE FEMUR ()		
CIRURGIÃO: Dr. Aarão	AUXILIARES:	Laura Doreno	
INÍCIO DA ANESTESIA 15.00	TÉRMINO DA ANESTESIA 18.30	DURAÇÃO DA ANESTESIA 3h 30'	
CÓDIGO DO PROCEDIMENTO	QUANT. DE CH.	VALORES R\$	
ANESTESISTA: Dr. Carlos + Dr. Eudes	CRM-PB		

[illegible]



CHCZATERNIELHA
BRASILEIRA

REGISTRO DE UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS
ÓRTESES PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS - OPME

MS 1338

Data: 06/11/12

Protocolo: 1035202

Número:

Paciente: Naterego Alves Viana Santos

Data:

Procedimento: Impl. em prot. radio distal em MSD

Reposição:

SUS: LM Nilo SUS ()

Médico:

Caixa Prota:

DISPENSACAO CME

FORNECEDOR	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	CÓDIGO SUS	MARCA
3,5 TH	Placa em "T" com 4x4	01		
	Parafusos esportivos n 20	01		
	Parafusos esportivos n 26	01		
	Parafusos esportivos n 16	01		
	Parafusos distais n 22	01		

PREV PREVIDENC

18 DEZ. 2018

PROTOCOLO

FORNECEDOR

DISPENSACAO - FARMACIA

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	CÓDIGO SUS	MARCA
Agulha A-100	01		

Ass. Valéria C. de Sá
Ent. Especializ. em
Ortopedia e Traumatologia


Ass. Valéria C. de Sá
Ent. Especializ. em
Ortopedia e Traumatologia

ASSINATURA EM IMAGEM - CUREN

ASSINATURA CUREN ANTE RESPONSÁVEL

FING), APC, D, 3-2



	Sistema União da Saúde	Ministério da Saúde	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇA DE PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)	Folha 1/2
Identificação do Estabelecimento de Saúde			2 - CHES	
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE HOSP			3 - CHES	
4 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE HOSP			4 - CHES	
Identificação do Paciente			5 - Nº DO PRONTUÁRIO 1035202	
6 - NOME DO PACIENTE			7 - DATA DE NASCIMENTO	
8 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)			9 - SEXO MASC [X] FEM []	
10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL Natereno Alves Viana Santos			11 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE	
12 - ENDEREÇO (RUA Nº, BAIRRO)			14 - CID, BOB, MUNICÍPIO	
13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA			15 - UF	
16 - CEP			17 - NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH)	
MUDANÇA DE PROCEDIMENTO				
18 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - ANTERIOR			19 - CÓD. DO PROCEDIMENTO - ANTERIOR	
20 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA			21 - CÓD. DO PROCEDIMENTO - MUDANÇA	
22 - DIAGNÓSTICO INICIAL			23 - CID 10 PRIMÁRIO	
24 - CID 10 SECUNDÁRIO			25 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS	
SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)				
26 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL			27 - CÓD. DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL	
28 - SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA DE UTI SAU DIÁRIA DE ACOMPANHANTE			29 - CÓD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
<input type="checkbox"/> DIÁRIA DE ACOMPANHANTE			30 - CÓD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
<input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO I			31 - CÓD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
<input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO II			32 - CÓD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
33 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL			34 - CÓD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
35 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL			36 - CÓD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
37 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL			38 - CÓD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
38 - JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO				
01 placa un "T" 4x4 01 parafuso esponja n. 20 01 parafuso esponja n. 26 01 parafuso cortical n. 16 01 parafuso cortical n. 22				
CK 3.5 FM 01 agulha 27x12 18 DEZ. 2018 PROTOCOLO				
PROFISSIONAL SOLICITANTE				
39 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE			40 - DATA DA SOLICITAÇÃO	
41 - DOCUMENTO			42 - Nº DOCUMENTO (CNBOPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE	
43 - ASSINATURA E CARIMBO Nº DO REGISTRO DO CONSELHO			44 - ASSINATURA E CARIMBO Nº DO REGISTRO DO CONSELHO	
AUTORIZAÇÃO				
45 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR			46 - CÓD. ORÇÃO EMISSOR	
47 - DOCUMENTO			48 - DATA DA AUTORIZAÇÃO	
49 - Nº DOCUMENTO (CNBOPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE			50 - ASSINATURA E CARIMBO Nº DO REGISTRO DO CONSELHO	



RELATÓRIO DE CIRURGIA

RECIBO

Nome: Matheus Alves Viana Bastos BE/Prontuário: 1035202
 Idade: 29 Sexo: ☒ Masculino ☐ Feminino Cor: _____ Data: 06/11/17
 Clínica/Setor: Ortopedia EMP: _____ LR: _____
 Cirurgia: Tratamento cirúrgico de fratura de rádio distal (D)
 Cirurgião: Dr. Steffen 1º Assistente: Dr. Gustavo
 2º Assistente: Dr. Anderson 3º Assistente: Dr. Milton
 Instrumentador: _____ Anestesista: Dr. Camila
 Tipo de Anestesia: Bloqueio Horário: Início _____ Término _____

Diagnóstico Pós-Operatório	CID
<u>Fratura de rádio distal (D)</u>	

Procedimentos Cirúrgicos	Código
<u>Tratamento cirúrgico de fratura de rádio distal</u>	

Acidente durante Ato Cirúrgico: ☐ Sim ☒ Não. Descrição: _____

Biopsia de Congelamento: ☐ Sim ☒ Não

Encaminhamento do Paciente Após Ato Cirúrgico:

☒ Enfermaria ☐ Terapia Intensa ☐ Residência ☐ Óbito durante Ato Cirúrgico



João Pessoa, 06/11/17

Médico/CRM: _____

F(NG)-ASCIR.009-1



PREVIDÊNCIA S/A
18-DEZ-2018
PROTOCOLO
40.040 PESSOA

Médico/CRM:





512

PRONTUÁRIO: 10 3 3 302

SEXO: M COR: IDADE: 39

PRESSÃO ARTERIAL	PULSO	RESPIRAÇÃO	TEMPERATURA	PESO	GRUPO SANGÜÍNEO
85/60	85	MAU	36,0	60 kg	B
ESTADO GERAL	BOA	RESPIR. () REGULAR () MAU () PÉSSIMO	RISCO CIRÚRGICO	BAIXO () BOM () REGULAR () MAU () PÉSSIMO	
EXAMES COMPLEMENTARES	NO DEQUENTE	CHOCADO			
AP. RESPIRATÓRIO	EUPNEU	AP. CIRCULATÓRIO	ESTAB.		
AP. DIGESTIVO	SEM	ESTADO MENTAL	L.O.T.G.	DROGAS EM USO	
PRÉ-ANESTÉSICO					ESTADO FÍSICO (ASA)
DOSE (HORA)					I

DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO	FRATURA DE PUNHO DIREITO (Pórtico Riedel)		
CIRURGIA REALIZADA	Tto CIRURGIÃO DE FRATURA DE PUNHO DIREITO (Pórtico Riedel)		
CIRURGIÃO	Dr. Lázaro	AUXILIARES	
INÍCIO DA ANESTESIA	8:30	TERMINO DA ANESTESIA	10:50
CÓDIGO DO PROCEDIMENTO		DURAÇÃO DA ANESTESIA	140 min
ANESTESISTA	Dr. Crisina	QUANT. DE CH.	VALORES R\$
		CPF	CRM-RB

[illegible]

... 10000
100000

EL → EL

Environ. lo grande

+ Plus d'espaces
et biodiversité

09 00 - 10 30

1400
MSE

① + ②

[illegible]

☒ ANESTESIA GERAL ☐ RAQUIDIAN ☐ INTRAL ☐ BLOC FLEX ☐ BLOC GROSSO ☐ OUTROS

Pte em DM, mantido: 100% O₂ 10ml, este a ser usado e controlado em

MEDICAMENTOS E MATERIAIS USADOS NO ATO ANESTÉSICO

1	MIDOCORUM 4mg	21
2	FENTANIL 100mcg	22
3	KLONOPINACINA 1mg/20ml	23
4	LIDOCAINA 5mg/20ml	24
5	ÁGUA DESTILADA 10ml	25
6	CEFZOLURON 2g	26
7	Desorbina 100mg	27
8	Desorbina 100mg	28
9	Desorbina 100mg	29
10		30

UNIFREV PREVIDÊNCIA S/A

18 DEZ. 2018

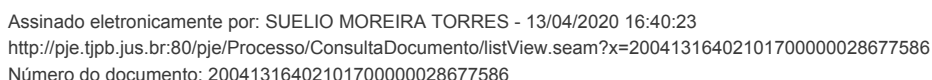
PROTOCOLO

040 PESSOA

bloques de placa laminar por via intravenosa, via oral, com
aquela de bloques A100 + neuroestimulador, injecao de ③ 10 ②
Sem intercorrências

1995-1996

ENDLATCH EM-1



8

LINDSEY DA SILVA
 TAC. FISCALIZADORA
 COREN-SP 101052





REGISTRO DE UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS
ÓRTESES PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS - OPME

Abstract

Prenturiu: 1035202
Date: 18/10/2017
Repositio:

Data: 1/1/

Calva frontalis:

Número: 1
Paciente: Verónica del Valle Vique
Procedimiento: Tratamiento de la celulitis

SUS: ☒ Não SUS: ☐

Medior. Humberg. + Vatter's R.

DISPENSACÃO CME			
FORNECEDOR	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	CÓDIGO SUS
	Indicador de Risco	03	

18 DEZ. 2011
PROTOCOLADO

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA
18 DEZ. 2018
PROTOCOLADO
18/12/2018

[illegible]

10. 2. 2017

Dr. P. J. L. M. van der Wal

CONFIDENTIAL

Entertainment Weekly

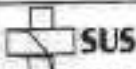
NEUROLOGICAL AND PSYCHIATRIC
 MEDICAL CENTERS OF THE DISTRICT

ASSOCIATURA DO MEDICIN - CRM

Marcos Aurilio
 ASSINATURA CIRCULANTE E SPOKSAVEL
 384-328
 FINGLARC

F(NG1), APC, 013-2



 SUS Sistema Único de Saúde		Ministério da Saúde		LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇA DE PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)		Folha 1/2	
Identificação do Estabelecimento de Saúde						2 - CNES	
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE						<input type="text"/>	
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE						4 - CNES	
Identificação do Paciente						5 - Nº DO PRONTUÁRIO	
5 - NOME DO PACIENTE						1035202	
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)						6 - DATA DE NASCIMENTO	
<input type="text"/>						8 - SEXO	
10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL						11 - TELEFONE DE CONTATO	
<input type="text"/>						<input type="text"/>	
12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)						14 - DDD, RQE, MUNICÍPIO	
<input type="text"/>						15 - UF	
13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA						16 - CEP	
<input type="text"/>						<input type="text"/>	
17 - NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH)							

MUDANÇA DE PROCEDIMENTO							
18 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - ANTERIOR						19 - CDD DO PROCEDIMENTO - ANTERIOR	
<input type="text"/>						<input type="text"/>	
20 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA						21 - CDD DO PROCEDIMENTO - MUDANÇA	
<input type="text"/>						<input type="text"/>	
22 - DIAGNÓSTICO INICIAL						23 - CDD DO PRINCIPAL	
<input type="text"/>						<input type="text"/>	
24 - CDD DO SECUNDÁRIO						25 - CDD DO CAUSAS ASSOCIADAS	
<input type="text"/>						<input type="text"/>	
SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)							
26 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL						27 - CDD DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL	
Traqueostomia eletiva M3D						<input type="text"/>	
28 - SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA DE UTILIDADE DIÁRIA DE ACOMPANHANTE						29 - CDD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
<input type="checkbox"/> DIÁRIA DE ACOMPANHANTE <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTILIDADE <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTILIDADE II						<input type="text"/>	
30 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL						31 - CDD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
<input type="text"/>						<input type="text"/>	
32 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL						33 - CDD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
<input type="text"/>						<input type="text"/>	
34 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL						35 - CDD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
<input type="text"/>						<input type="text"/>	
36 - JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO							
Anterior: Exo de Kurshman N. 4,5 = 01							
37 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE							
Dr. Suelio Moreira Torres							
38 - DATA DA SOLICITAÇÃO							
18/04/2020							
39 - ASSINATURA E CARIMBO Nº DO REGISTRO DO CONSELHO							
40 - CDD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL							
41 - DATA DA AUTORIZAÇÃO							
42 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR							
43 - DATA DA AUTORIZAÇÃO							
44 - ASSINATURA E CARIMBO Nº DO REGISTRO DO CONSELHO							
45 - CDD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL							
46 - DATA DA AUTORIZAÇÃO							





RELATÓRIO DE CIRURGIA



Nome: MARCO MARILIA BASSO BE/Prontuário: _____
Idade: _____ Sexo: ☒ Masculino ☐ Feminino Cor: _____ Data: 18/1
Clínica/Setor: ORTOPEDIA EMP: _____ LR: _____
Cirurgia: FX DISTAL DA FÊMUR (D) + FISSURA DISTAL (D)
Cirurgião: DR. MARCO BASSO 1º Assistente: DR. MARCO BASSO
2º Assistente: _____ 3º Assistente: _____
Instrumentador: _____ Anestesista: DR
Tipo de Anestesia: RAQUIDIANAL SEDADO Horário: Início _____ Término _____

Diagnóstico Pós-Operatório	CID
<u>FX DISTAL DA FÊMUR (D)</u>	
<u>FX DA FISSURA DISTAL (D)</u>	

Procedimentos Cirúrgicos	Código
<u>IMPLANTAR OSTEOTOMIA INTRA-MEDULAR (D)</u>	

Acidente durante Ato Cirúrgico: ☐ Sim ☒ Não. Descrição: _____

Biopsia de Congelamento: ☐ Sim ☒ Não

Encaminhamento do Paciente Após Ato Cirúrgico:

☒ Enfermaria ☐ Terapia Intensa ☐ Residência ☐ Óbito durante Ato Cirúrgico

Médico/CRM: _____

Dr. Marco Basso
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PE 8435

João Pessoa, 18/10/16

F(NG).ASCIR.009-1





ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA

RELATÓRIO DE CIRURGIA



ABCP

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Posição e Preparo:

- 1) Pac. em DDIT 523 Anestesia
- 2) Anti-supla e MSUPSLA
- 3) Aposição de campos estéreis

Incisão:



Achados:

Conduta:

- 1) Imola posuimica IMSSIBIA ①
- 2) Poso de Lig. no mto
- 3) SMT AVIO - PALMA ①

Fechamento:

Observação:

COMPREV PREVIDENCIA S/A
18 DEZ. 2018
PROTOCOLO
1140 PESSOA
João Pessoa.

Dr. Matheus Mozart
Ortopedia Traumatologia
CRM-PB 9456

Médico/CRM:

F(NG)ASCIR.00041



Nota de Sala Cirúrgica

02

Be: 1035202

NOME DO PACIENTE: Walter de Alencar Viana

IDADE: 29 ANOS SEXO: M RACIA: BRANCA ENDEREÇO: Transf. de Guelia. MT D

ORIGEM: Transf. de Guelia. MT D

ANESTESIA: Local

ANESTESISTA: Dr. Marcelo N. Z.

DIAGNÓSTICO: 11.10.19

PROCEDIMENTO: 21.40

INDIC. DE SERVIÇO CIRÚRGICO - ASA (AMERICAN SOCIETY OF ANESTHESIOLOGISTS)

ASA 1 (ASA 1) ASA 2 (ASA 2) ASA 3 (ASA 3)

QUAL. DE CONTAMINAÇÃO (CONTAMINADA) (CONTAMINADA) (CONTAMINADA) (CONTAMINADA)

MEDICAÇÕES ANESTÉSICAS	QTD.	MATERIAIS CONV.	QTD.	FIOS	QTD.
ALFENTANIL	5.500.00	JELO Nº1		FIOS CAT. OUT. CROMADO Nº	
RUPIVACAÍNA ISOBÁRICA		JELO Nº2		FIOS CAT. OUT. CROMADO Nº	
RUPIVACAÍNA PESADA		JELO Nº3		FIOS DE AÇO Nº	
CETANINA		JELO Nº4		FIOS DE AÇO Nº	
PROPÓFOL		KIT SIST. DREN. TORÁCICA Nº		FIOS DE NYLON Nº	
ETOMIDATO		LÂMINA BISTURI Nº1		FIOS DE NYLON Nº	
RODARBITAL		LÂMINA BISTURI Nº1		FIOS DE NYLON Nº	
FENTANIL		LÂMINA BISTURI Nº2		FIOS POLIGLACTINA Nº	
FLUMAZENIL		LÂMINA BISTURI Nº4		FIOS POLIGLACTINA Nº	
ISOFLURANO		LÂMINA DE DERMATOMO		FIOS POLIGLACTINA Nº	
LIVOBUPIVACAÍNA C/ VASO		LÂMINA DE ENXERTO		FIOS POLIPROPILENO Nº	
LIVOBUPIVACAÍNA S/ VASO		LUVIA DE PROCEDIMENTO PAR.		FIOS POLIPROPILENO Nº	
LIDOCAÍNA C/ VASO		LUVIA ESTÉRIL Nº1		FIOS POLIGLACTINA Nº	
LIDOCAÍNA S/ VASO		LUVIA ESTÉRIL Nº2		FIOS POLIGLACTINA Nº	
WIDAZOLAN		LUVIA ESTÉRIL Nº3		FIOS POLIGLACTINA Nº	
MORFINA		LUVIA ESTÉRIL Nº4		FIOS POLIGLACTINA Nº	
HYALURON		MÁSCARA CIRÚRGICA		FIOS POLIGLACTINA Nº	
PANICURANO		MULTIVAS		FIOS POLIGLACTINA Nº	
PITOLINA		PERFURADOR DE SORO		FIOS POLIGLACTINA Nº	
PROPÓFOL		SCALP Nº1		FIOS POLIGLACTINA Nº	
KAMFENTANIL		SCALP Nº2		FIOS POLIGLACTINA Nº	
RODARBITAL		SERENGA 3ML		FIOS POLIGLACTINA Nº	
SILOFLURANO		SERENGA 5ML		FIOS POLIGLACTINA Nº	
SUXAMETÔNIO		SERENGA 10ML		FIOS POLIGLACTINA Nº	
TRIPENTAL		SERENGA 20ML		FIOS POLIGLACTINA Nº	
MEDICAÇÕES	QTD.	BOLSA FICOLASTOMIA		FIOS POLIGLACTINA Nº	
AURENALINA		LÂMINA FICOLASTOMIA Nº		FIOS POLIGLACTINA Nº	
AGUA DESTILADA		CATETER DE OROGEO		FIOS POLIGLACTINA Nº	
ATROPINA		CATETER EMBOLIC. ARTERIAL Nº		FIOS POLIGLACTINA Nº	
BEXTRA		CATETER EPIDURAL Nº6		FIOS POLIGLACTINA Nº	
CEFAZOLINA		CATETER EPIDURAL Nº7		FIOS POLIGLACTINA Nº	
DEXAMETASONA		CATETER EPIDURAL Nº8		FIOS POLIGLACTINA Nº	
DISSOLUÇÃO SÓDICA		CERA PARA OSSE		FIOS POLIGLACTINA Nº	
EPIDURAL		COLET. URINA FECHADO		FIOS POLIGLACTINA Nº	
FLUORSEDA		COMPRESSAS CIRÚRGICAS		FIOS POLIGLACTINA Nº	
GLICOL 50%		COMPRESSAS CIRÚRGICAS		FIOS POLIGLACTINA Nº	
GLICOLATO DE CÁLCIO		DREN. DE PNEUMOSE		FIOS POLIGLACTINA Nº	
HYDROCORTECINA		DREN. DE SUGÃO		FIOS POLIGLACTINA Nº	
LIDOCAÍNA GEL		ELAS. RIGIDOS		FIOS POLIGLACTINA Nº	
ONDASINTEINA		EQUINO MACROGUTAS		FIOS POLIGLACTINA Nº	
PLASIL		EQUINO TRANSF. SANGUE		FIOS POLIGLACTINA Nº	
PRISTICONE		EQUINO MICROGUTAS		FIOS POLIGLACTINA Nº	
PROTAMBA		ESPONJA DE PVFI		FIOS POLIGLACTINA Nº	
TENDONCAN		ESPARADRAPO		FIOS POLIGLACTINA Nº	
		GLAZES		FIOS POLIGLACTINA Nº	
		GLAZES ALCOODADAS		FIOS POLIGLACTINA Nº	
		GEL ELETROLÍTICO		FIOS POLIGLACTINA Nº	
		JELO Nº1		FIOS POLIGLACTINA Nº	
		JELO Nº2		FIOS POLIGLACTINA Nº	

EMPRESA

EQUIPAMENTOS

1. ASPIRADOR

2. ESTURILETRICO

3. CAPNOGRÁFICO

4. CARDIOMONITOR

5. DISSOLVEDOR

6. FOCO AUXILIAR

7. MICROSCÓPIO

8. CONMETRO DE PULSO

9. TPA. AQUECIMENTO INYECTA

10. PERFURADOR ELÉTRICO

11. SERRA

12. CIRCULANTE

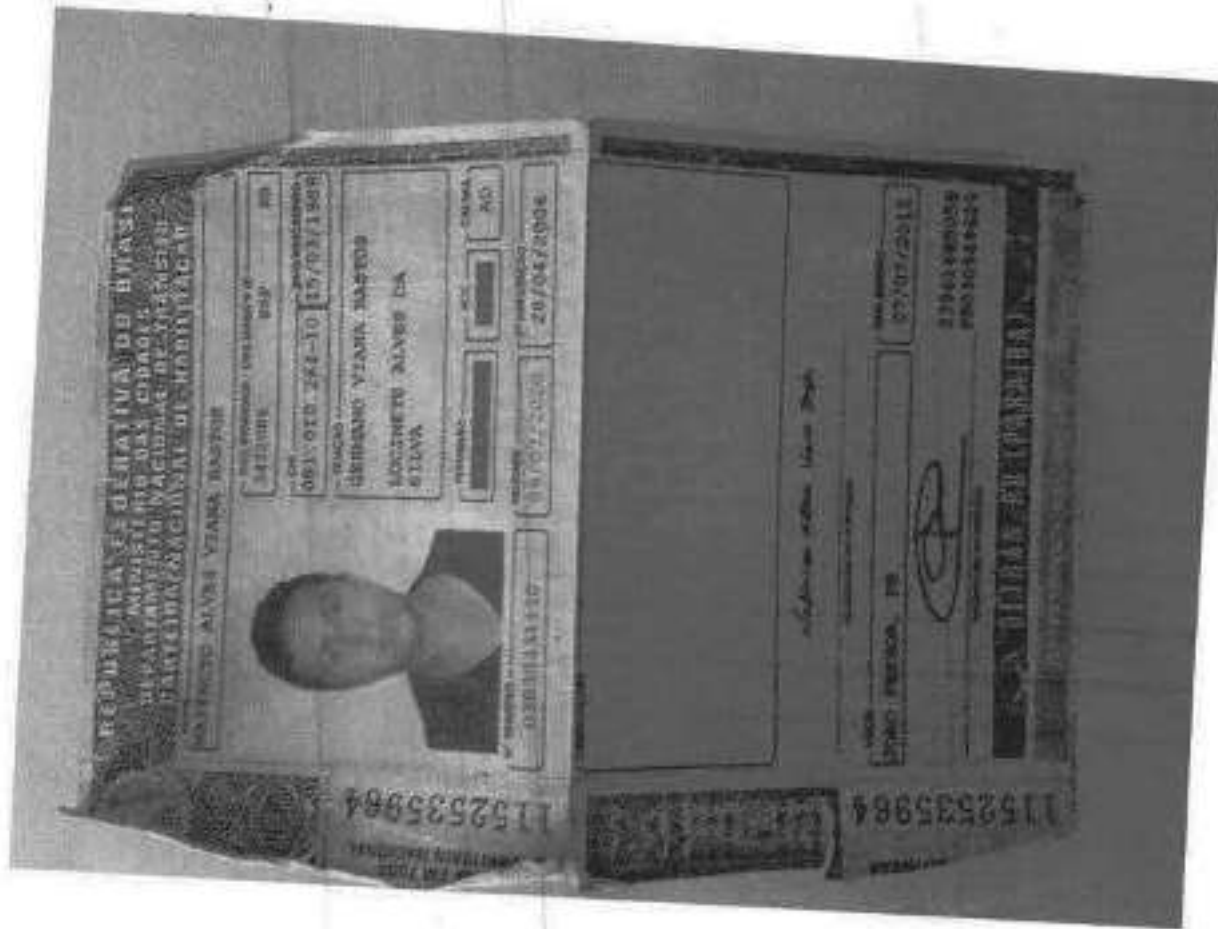
13. 384-321

18 DEZ. 2018

PROTOCOLADO

ADJ. 1030 PESSOA







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS CIDADIAS	
DETRAN - PE CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO DATA DE EMISSÃO: 20160206 05:17:16 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018	Nº 013927855291 DATA DE EMISSÃO: 20160206 05:17:16 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018
GERMANY SOARES FERNANDES CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018	CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018
NOVO CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018	CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018
PAS/MOTOCICLE/NAO APIC CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018	CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018
HONDA/N2160 8VCC 1500 CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018	CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018
2 P/162 1CV CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018	CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018
1 CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018	CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018
2 CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018	CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018
3 CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018	CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018
4 CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018	CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018
5 CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018	CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018
6 CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018	CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018
7 CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018	CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018
8 CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018	CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018
9 CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018	CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018
10 CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018	CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018
11 CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018	CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018
12 CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018	CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018
13 CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018	CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018
14 CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018	CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018
15 CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018	CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018
16 CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018	CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018
17 CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018	CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018
18 CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018	CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018
19 CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018	CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018
20 CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018	CNH / CNP 38575015427 Nº 0101876206-3 00/00000000 12018
21 CN	

[illegible]

PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3180593889 **Cidade:** João Pessoa **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS **Data do acidente:** 18/10/2017 **Seguradora:** Investprev Seguradora S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 31/01/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA DISTAL DE RÁDIO DIREITO.
FRATURA DIAFISÁRIA DE FÊMUR DIREITO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (FÊMUR DIREITO), DEMAIS CONSERVADOR. ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes: DEBILIDADE FUNCIONAL EM MEMBRO INFERIOR DIREITO.

Sequelas: Com sequela

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas: DEBILIDADE FUNCIONAL LEVE EM MEMBRO INFERIOR DIREITO.

Documentos complementares:

Observações: VÍTIMA SUBMETIDA A PERÍCIA MÉDICA DIA 12/03/2018, ONDE FOI CONSTATADA SEQUELA EM MEMBRO INFERIOR DIREITO GRAU MODERADO.
EVIDENCIAMOS QUE A SEQUELA JÁ FOI INDENIZADA CONFORME TABELA PREVISTA EM LEI VIGENTE.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Complemento por reanálise - 0 %	0%	R\$ 0,00
		Total	0 %	R\$ 0,00



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3180593889 **Cidade:** João Pessoa **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS **Data do acidente:** 18/10/2017 **Seguradora:** Investprev Seguradora S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 31/01/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Sim

Diagnóstico: FRATURA DISTAL DE RÁDIO DIREITO.
FRATURA DIAFISÁRIA DE FÊMUR DIREITO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (FÊMUR PLACA E PARAFUSOS), DEMAIS CONSERVADOR. ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes:

Sequelas:

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações: VÍTIMA INDENIZADA EM - 50% DEBILIDADE MODERADA DO MEMBRO INFERIOR DIREITO. SINISTRO: 3180091730 ACIDENTE:01/12/16 - POR LUXAÇÃO DE QUADRIL DIREITO. SOLICITO PERÍCIA PARA FINS DE ESCLARECER DIAGNOSTICO, TRATAMENTO, E SEQUELAS PERMANENTES, INSUSCEPTÍVEIS DE AMENIZAÇÃO POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA. NA VIGÊNCIA DESTAS, INFORMAR PRESENÇA DE LIMITAÇÃO FUNCIONAL E/OU ANATÔMICAS E ÂNGULOS DE BLOQUEIO AOS MOVIMENTOS ARTICULARES, CASO PRESENTES.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Complemento por reanálise - 0 %	0%	R\$ 0,00
Total			0 %	R\$ 0,00



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Natercio Alves Viana Bastos
NACIONALIDADE: Brasileiro **ESTADO CIVIL:** solteiro
PROFISSÃO: motorista **Nº DO RG:** 3422086
ORGÃO EMISSOR: SSP-PB **DATA DE EMISSÃO:** 07/07/2015
Nº CPF: 081.010.269-10 **ENDEREÇO:** Rua Walfredo
Macedo Brandão, 917, apt 203, Jd. Cid. Univer
sário
OUTORGADO: Rodolfo Nobrega Nolas
NACIONALIDADE: Brasileiro **ESTADO CIVIL:** unido
PROFISSÃO: advogado **Nº DO RG:** 2168190
ORGÃO EMISSOR: SSP/PB **DATA DE EMISSÃO:** 03/10/2009
Nº CPF: 010.214.114-26 **ENDEREÇO:** Rua Rodrigues
de Aquino, 144 sala 101 e 102

PODERES:

Para requerer o Seguro DPVAT da vítima/beneficiário Natercio Alves Viana Bastos que tem direito o outorgante, junto a qualquer Seguradora que pertence ao Consórcio DPVAT administrado pela Seguradora Líder, em razão de acidente de trânsito, podendo o referido (a) procurador (a) dar entrada no processo, em nome do mesmo, bem como, requerer, e retirar documentos em órgãos públicos, municipais, estaduais ou federais, ou órgãos privados, além de transigir, depositar, solicitar informações, tendo também poderes específicos para assinar autorização de pagamento e aviso de sinistro, em nome da vítima ou beneficiário do Seguro DPVAT.

João Pessoa, 01 de novembro de 20 18.

CARTÓRIO
VIEIRA BATISTA

Natercio Alves Viana Bastos
Assinatura



OBS: Reconhecimento a firma da assinatura, por autenticidade, autêntica ou verdadeira.



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0455381/18

Vítima: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

CPF: 081.010.264-10

Seguradora: Investprev Seguradora S/A

Data do acidente: 18/10/2017

Titular do CPF: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

CPF de: Próprio

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência
Comprovação de ato declaratório
Declaração de Inexistência de IML
Declaração do Proprietário do Veículo
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
DUT

RODOLFO NOBREGA DIAS : 010.214.114-26

Comprovante de residência
Declaração Circular SUSEP 445/12
Documentos de identificação
Procuração

NATERCYO ALVES VIANA BASTOS : 081.010.264-10

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 18/12/2018
Nome: RODOLFO NOBREGA DIAS
CPF: 010.214.114-26

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 18/12/2018
Nome: ADAILTON SANTOS DE OLIVEIRA
CPF: 109.758.064-40

RODOLFO NOBREGA DIAS

ADAILTON SANTOS DE OLIVEIRA



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3180593889 **Cidade:** João Pessoa **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS **Data do acidente:** 18/10/2017 **Seguradora:** Investprev Seguradora S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 31/01/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Sim

Diagnóstico: FRATURA DISTAL DE RÁDIO DIREITO.
FRATURA DIAFISÁRIA DE FÊMUR DIREITO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (FÊMUR PLACA E PARAFUSOS), DEMAIS CONSERVADOR. ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes:

Sequelas:

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações: VÍTIMA INDENIZADA EM - 50% DEBILIDADE MODERADA DO MEMBRO INFERIOR DIREITO. SINISTRO: 3180091730 ACIDENTE:01/12/16 - POR LUXAÇÃO DE QUADRIL DIREITO. SOLICITO PERÍCIA PARA FINS DE ESCLARECER DIAGNOSTICO, TRATAMENTO, E SEQUELAS PERMANENTES, INSUSCEPTÍVEIS DE AMENIZAÇÃO POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA. NA VIGÊNCIA DESTAS, INFORMAR PRESENÇA DE LIMITAÇÃO FUNCIONAL E/OU ANATÔMICAS E ÂNGULOS DE BLOQUEIO AOS MOVIMENTOS ARTICULARES, CASO PRESENTES.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Complemento por reanálise - 0 %	0%	R\$ 0,00
Total			0 %	R\$ 0,00





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 04 de Fevereiro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3180593889

Vítima: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

Data do Acidente: 18/10/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: RODOLFO NOBREGA DIAS

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Não foi verificada a existência de sequela permanente prevista na tabela da Lei nº 6.194, de 1974, razão pela qual o dano pessoal não possui cobertura pelo Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores orientações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00217/00218 - carta_05 - INVALIDEZ

00050109



Carta nº 13905631



A SEGUIR PETIÇÃO.



EXCELENTÍSSIMO JUÍZO DA 1º VARA REGIONAL CÍVEL DE
MANGABEIRA, DA COMARCA DESTA CAPITAL.

Proc. nº: **0801411-95.2019.8.15.2003.**

NATERCYO ALVES VIANA BASTOS, amplamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, nesta ação movida em face da MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A., igualmente individualizado, vem através de seu advogado *in fine*, com os costumeiros respeitos, à presença de V. Excia., **manifestar-se** a respeito da **conclusão encartadas pelos i. Experts no seu Laudo pericial do Id. 28966288**, conforme os argumentos a seguir aviados:

MM. Juíza, infere-se do Laudo pericial epigrafado, que o Autor sofreu acidente automobilístico em 18/10/2017 quando conduzia sua motocicleta em via pública, e que em virtude deste sofreu **FRATURA de RÁDIO DISTAL e no seu FÊMUR DIREITO (CID S52.5,S72.3)**.

E foi neste sentido a conclusão externada no parecer oficial pelos Drs. João Bartolomeu P. Rabelo (CRM 4518-PB) e Douglas Teixeira (CRM 5336-PB), os quais após percutiente e criteriosa anamnese no Promovente, concluíram que esse perdeu (permanentemente) 50% de sua força motora, bem como movimentos, nos seguimentos do Membro Inferior Direito e Punho Direito.

Ademais, observa-se que os nominados especialistas também analisaram – no momento da realização da perícia com o Autor – as sequelas sofridas por esse no primeiro acidente acontecido em 2010 (porquanto a mais 07 anos antes deste), e as amargadas neste, as quais não



Rodolfo Nóbrega Advocacia

guardam qualquer correlação de causa e efeito pois aquelas se encontram consolidadas enquanto estas ainda causam dante imbróglis ao Suplicante.

Nesse sentido, tem-se que os argumentos adunados pela seguradora Requerida desde a apresentação de sua peça de defesa, não trazem o mínimo de substrato probatório para corroborar sua tese - a exemplo de colacionar aos autos os documentos médicos apresentados pelo Requerente no primeiro acidente, para, assim, pudessem ser apreciados pelos mencionados Peritos.

Nessa linha de contextualização, tem-se que o ônus da prova caberia a seguradora Promovida, pois foi esta quem arguiu tais fatos, e é ela a parte detentora de encimados documentos médicos.

Somado a tudo isso, mostra-se inarredável o fato de que as sequelas em questão são muito mais graves que aquelas perduradas pelo Suplicante no primeiro acidente, o que leva a conclusão – exatamente como proferida pelos Sr. Peritos – de que o Autor sofreu dante déficit motor em razão do gravíssimo acidente automobilístico ora em discussão.

Diante do acima exposto, manifesta-se o Autor pugnando pela procedência *in totum* da lide, condenando a seguradora Requerida ao pagamento da indenização securitária perseguida por esse, a qual deverá ser calculada a partir da conclusão encartada no r. Laudo pericial e aplicando o que previsto na tabela anexa a lei aplicada a tais casos, em virtude das sequelas sofridas em decorrência do acidente em questão, por se tratar de questão da mais Lidima e Salutar JUSTIÇA!

Pede deferimento.

João Pessoa-PB, 07 de Maio de 2020.

RODOLFO NÓBREGA DIAS
Advogado OAB-PB 14.945.





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

CERTIDÃO

Nº DO PROCESSO: 0801411-95.2019.8.15.2003
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS
REU: MAPFRE

Certifico e dou fé que, nesta data, juntei a estes autos o Aviso de Recebimento, em anexo.

João Pessoa/PB, 20 de junho de 2020.

SILVANA DE CARVALHO FERREIRA
Analista Judiciário



DESTINATÁRIO:

RATLEMO ALVES VIANA BASTOS

Rua Walthedo Macedo Brandão, 317
ap. 203 Jardim Cidade Universitária
58052000 João Pessoa PB

B026589651BR



REMETENTE: 1ª Vara do Fórum Regional de Mangabeira

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO:

Av. Getúlio Hilton Sculo Makr s/n
Mangabeira VII
58050118 João Pessoa PB

CLASSIFICAÇÃO: PROCESSO DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA

CLASSIFICAÇÃO: PROCESSO DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA

TENTATIVAS DE ENTREGA:

1ª 06.02.2020 13:36
2ª 10.02.2020 13:24
3ª

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO:

- | | |
|--------------------------|-------------------|
| 1. Não entrega | 4. Recusado |
| 2. Entrega indevida | 5. Não encontrado |
| 3. Não entregue no prazo | 6. Ausente |
| 7. Outros | 8. Indeferido |
| 9. Outros | |

10. Outros



11. Outros

Data de entrega

Data de entrega



Assinado eletronicamente por: SILVANA DE CARVALHO FERREIRA - 20/06/2020 20:08:49

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20062020084923400000030427115>

Número do documento: 20062020084923400000030427115

EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo: 08014119520198152003

MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **NATERCYO ALVES VIANA BASTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer o prosseguimento do feito.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 14 de agosto de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 19/08/2020 12:33:57
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20081912335782900000031943789>
Número do documento: 20081912335782900000031943789

**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
COMARCA DE JOÃO PESSOA
1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA**

PROCESSO NÚMERO - 0801411-95.2019.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]

AUTOR: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

Advogado do(a) AUTOR: RODOLFO NOBREGA DIAS - PB14945

REU: MAPFRE

Advogado do(a) REU: SUELIO MOREIRA TORRES - PB15477

SENTENÇA



AÇÃO DE COBRANÇA. Invalidez parcial incompleta. Segmentos corporais acometidos. Membro inferior direito e punho direito. Repercussão média. Juros de mora. Correção monetária. Procedência parcial do pedido.

- Estando comprovada a debilidade moderada do segurado, por acidente, é devida a cobertura prevista em contrato de seguro. A indenização deve ser proporcional ao grau de incapacitação, sob pena de enriquecimento ilícito do segurado.

- Os juros de mora incidem a partir da data em que a seguradora foi constituída em mora para proceder ao pagamento de diferença do seguro DPVAT, ou seja, a partir de sua citação.

NATERCYO ALVES VIANA BASTOS, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, ajuizou **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**, em desfavor da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, também já qualificada.

Alegou, em síntese, que: 1) sofreu acidente automobilístico em 18.10.2017; 2) o referido acidente deixou-lhe sequelas, com debilidade permanente descritas no laudo do IML; 3) ao solicitar, administrativamente, o pagamento do seguro contratado, foi indeferido, sendo correta a indenização até o limite de R\$ 9.450,00.

Ao final, requereu o julgamento totalmente procedente da demanda, condenando a seguradora promovida ao pagamento no valor compatível com a debilidade apresentada, bem como pela condenação da ré no pagamento de custas e honorários advocatícios.

Juntou documentação.

A ré apresentou contestação no ID 22494644, pugnando pela improcedência da demanda ou, caso não fosse este o entendimento deste juízo, a condenação nos limites aduzidos na peça contestatória.

Juntou documentação.



Impugnação à contestação (ID 23384301).

Em audiência (termo no ID 28966280), tentou-se a composição amigável, a qual não logrou êxito, onde a parte autora não concordou com a afirmação da seguradora ré de que houve pagamento na esfera administrativa, alegando que se trata de outro acidente, ocorrido no ano de 2017.

Perícia realizada (ID 28966288).

As partes impugnaram o laudo pericial (ID 29809600/30472568).

Vieram-me os autos conclusos para sentença.

É o relatório do necessário. DECIDO.

DO MÉRITO

Inicialmente, vale ressaltar que a afirmação da parte promovida não procede, no que tange ao pagamento do valor da indenização na esfera administrativa, pois, o objeto da presente lide se refere ao acidente ocorrido em 18.10.2017, e o pagamento realizado pela seguradora corresponde ao acidente ocorrido no ano de 2010, ou seja, cuidam-se de nexos causais distintos.

A autora ingressou com o presente pedido, visando o ressarcimento do seguro obrigatório – DPVAT, em virtude de ter sido vítima de um acidente automobilístico ocorrido no dia 18.10.2017.

Pois bem. O seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores está previsto na Lei nº 6.194/1974, que prevê pagamento de indenização decorrente do seguro obrigatório nos casos de invalidez permanente em valor até R\$ 13.500,0 (treze mil e quinhentos reais).

A obrigação da seguradora promovida decorre da lei, cuidando-se de responsabilidade objetiva, sendo necessária, apenas: a demonstração do acidente e o dano dele decorrente, consoante o art. 5º da Lei n.º 6.194/74. À espécie, não há dúvidas acerca do acidente ou das lesões sofridas.

No caso dos autos, observa-se que o requerente não tem direito ao teto (ou seja, os R\$ 13.500,00 integrais), pois esse valor só é devido havendo invalidez total, o que não é o caso da parte autora, de



acordo com o laudo pericial constante dos autos. Então, inevitavelmente, serão considerados os percentuais de pagamento previstos para os casos de invalidez parcial, podendo ser ela completa (perda total da função ou anatômica), o que também não é o caso do demandante, ou incompleta, e nesta hipótese, analisa-se se houve repercussão intensa (75%), média (50%) ou leve (25%), ou, ainda e por fim, se o que existe é mero resíduo (10%). Observe-se que esses percentuais não são aplicados sobre o valor teto, ou seja, sobre os R\$ 13.500,00, mas sim sobre o valor relacionado a título de invalidez parcial incompleta. Extraí-se do laudo que os segmentos corporais acometidos pela invalidez permanente foram o *Membro inferior direito e o Punho direito*.

1º Segmento corporal:

Fazendo-se o enquadramento da invalidez adquirida pelo autor à tabela constante da Lei 11.945/2009, verifica-se que se enquadra no item denominado **“Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores”**, que corresponde ao percentual de 70% (setenta por cento) do valor total da indenização por invalidez. Considerando, ainda, que a perda funcional não foi completa, há de se aplicar a redução proporcional da indenização prevista no inciso II, do § 1º, do art. 3º, da Lei supracitada, enquadrando a limitação do autor em perda de repercussão média, que corresponde à redução de 50% (cinquenta por cento) da indenização.

Portanto, 70% (setenta por cento) sobre o valor total da indenização prevista (R\$ 13.500,00) gera o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), aplicando-se a redução de 50% (cinquenta por cento) do valor gerado totaliza a quantia de **R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais)**.

2º Segmento corporal:

Fazendo o enquadramento da invalidez adquirida pelo autor à tabela constante da Lei nº 11.945/2009, verifica-se que se enquadra no item denominado **“Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar”**, que corresponde ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total da indenização por invalidez. Considerando, ainda, que a perda funcional não foi completa, há de se aplicar a redução proporcional da indenização prevista no inciso II, do § 1º, do art. 3º, da Lei supramencionada, enquadrando a limitação do autor em perda de repercussão média, que corresponde à redução de 50% (cinquenta por cento) da indenização.

Portanto, 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total da indenização prevista (R\$ 13.500,00) gera o valor de R\$ 3.375,00 (Três mil, trezentos e setenta e cinco reais), aplicando-se a redução de 50% (cinquenta por cento) do valor gerado totaliza a quantia de **R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**.

Portanto, o valor da indenização devido resulta em **R\$ 6.412,50 (seis mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos)**.



Em relação aos juros moratórios a jurisprudência é firme no entendimento de que tais encargos, em caso de cobrança de seguro obrigatório, devem incidir a partir da citação, pois não se trata de responsabilidade extracontratual, mas de ilícito relativo:

"DPVAT - JUROS - INCIDÊNCIA - CITAÇÃO - PERCENTUAL - 1% AO MÊS - VIGÊNCIA DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 - ARTIGO 161, § 1º, CTN (...) - Os juros de mora devem ser contados a partir da data da citação para a ação, pois é nesse momento que o devedor é constituído em mora e toma conhecimento da pretensão do autor no sentido de receber o seu crédito." (TAMG, 8ª Câm. Cível, Ap. Cível nº 445.885-3, rel. Juiz Sebastião Pereira de Souza, j. em 18.11.2004).

A correção monetária, que objetiva tão somente manter atualizado o valor do débito, sem resultar em qualquer ganho ou prejuízo para as partes, seguindo esta linha de raciocínio, o Superior Tribunal de Justiça, em julgamento submetido à sistemática do art. 543-C do Código de Processo Civil, pacificou seu entendimento, no sentido de que a correção monetária tem lugar a partir do evento danoso:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. CIVIL. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TERMO 'A QUO'. DATA DO EVENTO DANOSO. ART. 543-C DO CPC. 1. Polêmica em torno da forma de atualização monetária das indenizações previstas no art. 3º da Lei 6.194/74, com redação dada pela Medida Provisória n. 340/2006, convertida na Lei 11.482/07, em face da omissão legislativa acerca da incidência de correção monetária. 2. Controvérsia em torno da existência de omissão legislativa ou de silêncio eloquente da lei. 3. Manifestação expressa do STF, ao analisar a ausência de menção ao direito de correção monetária no art. 3º da Lei nº 6.194/74, com a redação da Lei nº 11.482/2007, no sentido da inexistência de inconstitucionalidade por omissão (ADI 4.350/DF). 4. Para os fins do art. 543-C do CPC: A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso. 5. Aplicação da tese ao caso concreto para estabelecer como termo inicial da correção monetária a data do evento danoso. 6. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (REsp 1483620/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/05/2015, DJe 02/06/2015).

DISPOSITIVO

ISTO POSTO, à vista do quanto exposto e mais que dos autos consta, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o presente pedido, condenando a promovida a pagar o valor de **R\$ 6.412,50 (seis mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos)**, devendo o valor retro ser corrigido monetariamente pelos índices oficiais desde o evento danoso e acrescido de juros de 1% ao mês a partir da citação, extinguindo o processo, com fundamento no artigo 487, I, do CPC.

Por ter a parte autora sucumbido em parte mínima do pedido, (Art. 86, § único, do CPC), condeno o réu ao pagamento das custas processuais e honorários, estes fixados em 20% (vinte por cento) da condenação à teor do §2º, do Art. 85, do CPC.

Oficie-se ao Banco do Brasil, requisitando-se a transferência dos honorários periciais para conta do Dr. Douglas Teixeira, fazendo-se constar os dados necessários à efetivação da transação bancária.



Transitada em julgado a sentença: 1) intime-se a parte autora pra, querendo, em 10 (dez) dias, requerer a execução do julgado; 2) calculem-se as custas e intime-se a parte sucumbente, na pessoa de seu representante legal, assim como seu advogado, para recolhê-las, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de penhora *on line*, protesto e inscrição na dívida ativa, se for o caso.

P.R.I.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juiza de Direito



EM ANEXO





Rio de Janeiro, 01 de Março de 2018

Aos Cuidados de: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

Nº Sinistro: 3180091730

Vitima: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

Data do Acidente: 01/12/2016

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: GERLANDO PEREIRA DA SILVA

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180091730**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 12451821

Pag. 0125301254 - carta_01 - INVALIDEZ

00020627



Rio de Janeiro, 05 de Março de 2018

Aos Cuidados de: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

Sinistro: 3180091730

Vítima: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

Data do Acidente: 01/12/2016

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: GERLANDO PEREIRA DA SILVA

Assunto: INTERRUPÇÃO DE PRAZO

Senhor(a),

Comunicamos que o prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido de indenização do sinistro cadastrado sob o número **3180091730** foi **interrompido**, em razão da necessidade de apuração de dados e informações por parte desta seguradora.

Solicitamos aguardar novo contato sobre o seu pedido de indenização, o que ocorrerá tão logo sejam concluídas as análises cabíveis.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00295/00296 - carta_02 - INVALIDEZ



Carta nº 12463959



Rio de Janeiro, 24 de Março de 2018

Carta nº: 12565701

A/C: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

Nº Sinistro: 3180091730
Vitima: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS
Data do Acidente: 01/12/2016
Cobertura: INVALIDEZ
Procurador: GERLANDO PEREIRA DA SILVA

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

Valor: R\$ 4.725,00

Banco: 001

Agência: 000004571-3

Conta: 000010008058-8

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	4.725,00

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros inferiores 70%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 70%) 35,00%

Valor a indenizar: 35,00% x 13.500,00 =	R\$	4.725,00
---	-----	----------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 0150301504 - carta_15R - INVALIDEZ

00010752





AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE SINISTRO - CRÉDITO EM CONTA E REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

É obrigatório Representante Legal para:

Beneficiário entre 0 a 15 anos (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2 - "Assinatura do Representante Legal").

Beneficiário entre 16 e 17 anos - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Número do Sinistro ou ASL: _____ CPF da Vítima: 081.010.264-10 Nome completo da vítima: Natencyo Alves Vieira Bastos

DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL

Nome completo <u>Natencyo Alves Vieira Bastos</u>		CPF titular da conta <u>081.010.264-10</u>	Profissão <u>Motoboy</u>
Endereço <u>Rua Walfrado Bezerra Almeida</u>		Número <u>914</u>	Complemento <u>Ap 203</u>
Bairro <u>La. da Universidade</u>	Cidade <u>João Pessoa</u>	Estado <u>PB</u>	CEP <u>58052-200</u>
E-mail <u>gabriel699@gmail.com</u>		Telefone (DDD) <u>(33) 9966-1341</u>	

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS

<input checked="" type="checkbox"/> RECUSO INFORMAR	<input type="checkbox"/> SEM RENDA	<input type="checkbox"/> ATÉ R\$ 1.000,00	<input type="checkbox"/> ATÉ R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00
<input type="checkbox"/> R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00	<input type="checkbox"/> ACIMA DE R\$ 10.000,00	
<input checked="" type="checkbox"/> CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção) <input type="checkbox"/> BRADESCO (237) <input checked="" type="checkbox"/> BANCO DO BRASIL (001) <input type="checkbox"/> ITAÚ (341) <input type="checkbox"/> CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)		<input type="checkbox"/> CONTA CORRENTE (todos os bancos)	
AGÊNCIA NÚM. <u>4541</u> DV <u>3</u>		BANCO Nome _____ NÚC. _____ AGÊNCIA NÚM. _____ DV _____ CONTA NÚM. _____ DV _____	
(Informar dígito se existir)		(Informar dígito se existir)	

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

João Pessoa, 29 de novembro de 2014
Local e Data

x Natencyo Alves Vieira Bastos
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

FAPPF.001 V001/2017





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 01925.01.2017.1.00.420

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 01925.01.2017.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 09:10 horas do dia 18 de outubro de 2017, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, e lavrado por Fabiana de Lima Bezerra, Agente de Investigação, matrícula 1819003, ao final assinado, compareceu **NATERCYO ALVES VIANA BASTOS**, CPF nº 081.010.264-10, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero masculino, profissão Motoboy, filho(a) de Lucinete Alves da Silva e Germano Viana Bastos, natural de Bayeux/PB, nascido(a) em 15/03/1988 (29 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Walfredo Macedo Brandão, Nº 917, complemento Edif. Ana Carolina, aptº 203, bairro Bancários, tendo como ponto de referência Próximo Ao Supermercado Extra, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98673-6695.

Dados do(s) Fatos:

Local: Av. Hilton Souto Maior, Em Frente Ao Hipismo, João Pessoa/PB, bairro Portal do Sol; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 01/12/16 16:30h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

Que conduzia a MOTOCICLETA DE MARCA HONDA/XR 250 TORNADO, PRETA, 2008/2008, PLACA MOQ8106/PB, CHASSI 9C2MD34008R027790, registrada em nome do noticiante, pela Av. Hilton Souto Maior, quando ao passar por um girador próximo ao Centro de Hipismo foi trancado por um CARRO não identificado e ao frear perdeu o controle da moto vindo a cair a solo e lesionar-se conforme CERTIDÃO Nº 1263/2017, EXPEDIDO PELA DRª SÔNIA MARIA MACIEL PONTES DE OLIVEIRA, CRM/PB 2959, DATADO DE 04.09.2017, do Complexo Hospitalar de Mangabeira, para onde foi socorrido em veículo particular por um amigo; Que não deseja representar criminalmente; Que no momento não tem testemunhas a indicar.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, excepo a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 18 de outubro de 2017.


FABIANA DE LIMA BEZERRA
Agente de Investigação


NATERCYO ALVES VIANA BASTOS
Noticiante



Procedimento Policial: 01925.01.2017.1.00.420



Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala).

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal* é obrigatório para os seguintes casos:

Casos com vítima entre 0 a 15 anos - O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

Casos com vítima entre 16 e 17 anos - Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Casos com vítima interditada com curador - Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima

Natércia Lúcia Viana Bastos

CPF da Vítima

081.010.264-10

Data do Acidente

09/02/2016

REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA

Nome completo do Representante Legal

CPF do Representante legal

Email

Telefone (DDD)

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

Assinalar uma das opções abaixo:

☐ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou

☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou

☒ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

COMPREV REQUERIMENTO PREVIDÊNCIA SIA

22 FEV. 2018

PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA

João Pessoa, 24 de Novembro de 2017

Local e Data

Natércia Lúcia Viana Bastos

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

Formulário 1.0001/2017



BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA POUPANCA

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 20/03/2018

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 4.725,00

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

BANCO: 001

AGÊNCIA: 04571-3

CONTA: 000010008058-8

Nr. da Autenticação 30BC432687ABCC58



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA

CORPO HOSPITALAR MANGABEIRA

FISCAL JOSE COSTA DUARTE, S/N

6-384 JOAO PESSOA Fone: (83) 3214-1980

3214-1981 CNPJ: 10.202.434/0001-28

Ficha Nr: 913100

Atd: Nao Regula

Data: 13/12/2016

Hora: 09:05:19

Recepcionista: EDILENE FREIRE DA SILVA

Clinica: TRAUMATOLOGICA

DADOS DO PACIENTE

Num. de vezes atendido: 5

Nome: NATERCY ALVES VIANA BASTOS

Num. Prontuario: 2009.01.002771

CNS: SEM CNS Sexo: M SEM DOCUMENTO: SD Fone: 88070246

Natural: JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 15/03/1988 Id: 28 ano(s)

End.: RUA VALFREDO MACEDO BRANDAO, 917

Bairro: BANCARIOS Cidade: JOAO PESSOA UF: PB

Pai: GERMANO VIANA BASTOS

Mae: LUCINETE ALVES DA SILVA

Ocupação: MOTORISTA SEM ESPECIFICACAO

INFORMACOES DE ENTRADA

Resp.: NATERCY ALVES VIANA BASTOS

Id/Doc. Responsavel: 88070246 / SEM DOCUMENTO: SD

Residência: CASA

Transporte utilizado: VEICULO PROPRIO

Vitima de acidente por: INTERCORRENCIA

Vitima de violencia por: NAO

[] Caso Policial

PRE-CONSULTA

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

Tipo de Classificação de Risco:

PA:

FR:

[] Aparentemente Bom

[] Grave

EC:

TP:

[] Politraumatizado

[] Convulsao

Peso:

Altura:

[] Hemorragia

[] Dispneia

Glicemia:

IMO:

[] Diarreia

[] Agitado

Edad:

02% CONPREV REGUNO E PREVIDENCIA S/A

[] Regular

[] Chocado

[] Vomito

Observacao

Principais

Intervencoes

22 FEV. 2018

PROTOCOLO
AG. JOAO PESSOA

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

ACIDENTE NA + 1 SEMANA, COM 20% +
CLAVICULA G - OMBREL (D)

Diagnostico

Conduta

Ex ACETABULO (D) (LUSADO)


Horario da medicacao

AO HOSPITAL

DE RETENCAO E ATENDIMENTO

Dr. Manoel Antonio
Osteopata e Traumatologista
CRM-PB 5153





800 083 0196 Address: www.merck.com

Conta referente a:	Apresentação:	Data prevista da próxima leitura:	CPF/CNPJ/BAI:
Nov./2017	14/11/2017	14/12/2017	647.73973420

UC (Unidade Consumidora): 5/211082-3

[illegible][illegible]

VENCIMENTO 22/11/2017	TOTAL A PAGAR R\$ 54,95
---------------------------------	-----------------------------------

Histórico do Contrato 0.001												
27	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	Sep/18	Out/18

RESERVADO AO DISCO
e668.6451.6ddc.05cc.4617.1125.8114.132a.

[illegible][illegible]

VENCIAMENTO: 22/11/2017 TOTAL A PAGAR: R\$ 54,95



COMPRÉ SEUS DIÁRIOS E REVISTAS
22 FEV. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



**CAGEPA**COMISSÃO DE ÁGUA E ESGOTO DA PARAÍBA
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jd. Garibaldi - João Pessoa - PB
CEP: 58015-070 - CNPJ: 08.120.834/0001-87PARA CONTATO COM A CAGEPA
USAR O SEU NÚMERO
DE INSCRIÇÃO:

755.75.149

NÚMERO DA

TARIFA: 1118

CORTA DE LOMBADA DE RUA/CELESTÃO E/OU TUBO

GERLANDO PEREIRA DA SILVA
RUA ROMUALDO ROLIM, 122 - APTO 103 BICA - GRAMAME
JOÃO PESSOA PB 58067 - 215

Inscrição		SMI	Quantidade de Economias				Responsável
			Residencial	Comercial	Industria	Pública	
001.001.155.0111.103.103		103	1	0	0	0	
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto			
V45N162131	15-11-2013	NATURAL RESIDUO	POTENCIAL				
ANTERIOR ATUAL CONSUMO (litros) AREA DE DIAS PROXIMA LEITURA							
391	401	10	53	01/01/2018			
HIST. DE CONS./ANOR. LEIT. QUALID. DA AGUA-DECRETO 1.914/2013-MS							
DEZ/2017	10	0	PARÂMETROS: F+IG. ÁGUA 15. CONFORMES				
NOV/2017	13	0	TURBIDEZ 294 294 294				
OUT/2017	12	0	COLOR 294 294 294				
SET/2017	12	0	COL. TERMOT 0 0 0				
AGO/2017	12	0	COR 77 84 84				
JUL/2017	14	0	COL. TOTAIS 294 294 294				
MEDIAN(CH)	12	DADOS REFERENTES A: 10/07/2017					

DATA DA IMPRESSÃO: 04/01/2018	NOVA DA IMPRESSÃO: 16/01/2018
DESCRIÇÃO	CONSUMO TOTAL (R\$)
ÁGUA	
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)	
CONSUMO DE ÁGUA	30,00 30,00
ESGOTO	
PARCELAMENTO DE DEBITOS-PARCELA ÚNICA	RS 75,14

VALOR ESTIMADO DO TUBO: R\$ 1,11 (11% DO VALOR DA TUBO)	
VENCIMENTO: 16/01/2018	Total a Pagar: RS 75,14



CONDIÇÃO DE LEITURA: REALIZADA

CONDIÇÃO DO FATURAMENTO: REAL

TIPO DE TARIFA: 1

INFORMAÇÕES GERAIS:

****AVISO**** A CAGEPA, EM ATENDIMENTO A LEE ESTADUAL Nº 8.767 DE 11/04/2009, COMUNICA QUE REALIZARÁ AUDITORIA FISCAL, COM O OBJETIVO DE DAR CONHECIMENTO E FUNDAMENTAR PROPOSTA DE REAJUSTE FISCAL. LOCAL: AUDITORIO DA CAGEPA NA AV. FELICIANO CIRNE, Nº 220 - JARDIM BEL - NO DIA 16/01/2018 ÀS 10:00H.

COMPANHIA SUELO E INGENHARIA S/A
22 FEV. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA

DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO
PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.susep.gov.br/BIBLIOTECAWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP¹ nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de **profissão e renda**, neste formulário, não impede o pagamento da Indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, **esta recusa é passível de comunicação ao COAF**².

¹ Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

² Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu Roberto Pereira da Silva, inscrito (a) no CPF/CNPJ 008.096.944 / 86, na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário Natanejo Alves Vieira Bastos, inscrito (a) no CPF sob o Nº 081.010.264 / 10, do sinistro de DPVAT cobertura Passageiro da Vítima Natanejo Alves Vieira Bastos, inscrito (a) no CPF sob o Nº 088.090.264 / 10, conforme determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão:

Renda: 22
COMPREV SEGUROS E PREVIDENCIA S/A

e apresento os documentos comprobatórios:

☒ Recuso informar

22 FEV. 2018
PROTOCOLO
AO 1040-15513

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto à Seguradora Lider-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço <u>Rua Comandante Rolim</u>		Número <u>122</u>	Complemento <u>Ap 103/BLA</u>
Bairro <u>Guaraná</u>	Cidade <u>João Pessoa</u>	Estado <u>PB</u>	CEP <u>58067-205</u>
Email <u>gabriel699@gmail.com</u>		Telefone comercial (DDD) <u>(83) 99171-0354</u>	Telefone celular (DDD) <u>(83) 99661-1341</u>

João Bastos 22 de 02 de 2018
Local e Data

Roberto Pereira da Silva
Assinatura do Declarante



Ficha Nr: 910032 Atd: Nao Regular
Data: 01/12/2016
Hora: 16:58:42
Recepcionista: MARIA HELENA RIBEIRO #
Clinica: CIRURGICA

Waterbury, Conn.
(Sergio Guerra Basto)
FAMILIARADO

PRÉ-CON. A		CONDIÇÕES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO	
Tipo de	Classificação de Risco:		
PA:	FR:	<input type="checkbox"/> [] Aparentemente Bem	<input type="checkbox"/> [] Grave
FC:	TP:	<input type="checkbox"/> [] Politraumatizado	<input type="checkbox"/> [] Convulsão
Peso:	Altura:	<input type="checkbox"/> [] Hemorragia	<input type="checkbox"/> [] Dispneia
Glicemia:	IMC:	<input type="checkbox"/> [] Diarreia	<input type="checkbox"/> [] Agitado
Circ. Abd:	O2%:	<input type="checkbox"/> [] Regular	<input type="checkbox"/> [] Chocado

Observação

Historia - Exame Físico - (hora do atendimento médico)

- 1021021033: 1021021033

COMPRES SEGUROS E PREVIDENCIA S/A.
22 FEV. 2018
PROTOCOLO
AC-1040 PESSOA

Prescrição _____ | Horário da modificação _____

Horario da Medicação

① 500 7.000 + 5 - 2

② 200 7.000 + 5 - 2

③ 100 7.000 + 5 - 2

④ 200 7.000 + 5 - 2

Alberto Baggio (Italy)





Data e Hora | PRESCRIÇÃO (assinatura e carimbo)

+ ORTOPEDIA +

+ Sem alterações em Rx

+ Sem lesões Musculo-Tendíneas

CD Alta da ortopedia
A Cir. Geral.

HC geral
Realizar exame
Pto segue com
do importante
em região do
quadril (S.C.) + V.L. da
Sal. do local
do U.S.

Dr. José Rodrigues Zorillo
Cirurgião do Joelho
CRM 9390

DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM

Qtde | Medicamentos | Dose | Horário | Evolução

+ TRAMAL 100 + 200 - IV (4 doses)

Alta do hospital

EDMILSON CARLOS PEREIRA
TEN. DE MED. - CAMPUS 0088
IDT 070.244.307-2 MDIES

Dr. José Rodrigues Zorillo
Cirurgião do Joelho
CRM 9390

Assinatura da Enfermagem

Reservado p/ liberação

PROCEDIMENTO REALIZADO

COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.

22 FEV. 2018

PROTOCOLO

AG. JOÃO PESSOA

DESTINO DO PACIENTE

☐ Residência ☐ Transferido ☐ Desistência ☐ UTI
☐ Alta a pedido ☐ Enfermaria Obito: ☐ Atestado ☐ SVO ☐ IML

Assinatura do Paciente/Responsável

Assinatura e Carimbo do Médico

030106261
040101157







CERTIDÃO

Nº. 1263/2017

Atendendo solicitação de GERLANDO PEREIRA DA SILVA de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Ficha de atendimento ambulatorial nº 9100032 pertencentes a **NATERCYO ALVES VIANA BASTOS** que foi atendido dia 01/12/2016 às 16h58min, vítima de queda de moto, apresentando trauma em quadril direito.

Submetido à avaliação médica e exame de imagem que não evidenciou fratura. Medicado e liberado. Retornou dia 13/12/2016 às 09h05min com ficha nº 913100, apresentando fratura do acetábulo direito. Encaminhado para HETSHL.

E para constar eu, Sônia Maria Maciel Pontes de Oliveira, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 04 de setembro de 2017



Sônia Maria Maciel Pontes de Oliveira
Médica da Vigilância à Saúde
CRM/PB 2959







Data e Hora | PRESCRICAO (assinatura e carimbo)

13/12/2016 - Pte regulado
para Hets46, do 10º, com
Bena. Ambulância em...

Renata SLM
Renata do Silveira Lauria Martins
Assistente Social
CRESS 3629 / 13ª Região

ANOTAÇÕES DA ENFERMAGEM

Qtde	Medicamentos	Dose	Horario	Evolucao
------	--------------	------	---------	----------

Reservado p/ liberação

Assinatura da Enfermagem

PROCEDIMENTO REALIZADO



TIPO DO PACIENTE

Transferido

☐ Transferido

☐ Desistencia

☐ UTI

Ata e pedido

☐ Enfermaria

Obito: ☐ Atestado ☐ SVO ☐ IML

Notença Alva
Assinatura do Paciente/Responsável

Assinatura e Carimbo do Médico





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE Natercyo Alves Viana Bastos
DATA DE NASCIMENTO 15/03/88
NOME DA MÃE Lucinete Alves da Silva

DADOS EXTRAÍDOS

PRONTUÁRIO N.º 66616
BOLETIM DE ENTRADA N.º 967282
DATA DO ATENDIMENTO 13/12/16
HORA DO ATENDIMENTO 11:05
MOTIVO DO ATENDIMENTO Trauma
DIAGNÓSTICO (S) Fratura de acetábulo e quadril D.
CID 10 S32.4 S72.0

AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste Serviço, encaminhada do Ortotrauma, com diagnóstico de luxação de quadril direito e fratura de acetábulo, após acidente de trânsito no dia 01/12. Avaliado pela Traumatologia e internado para tratamento cirúrgico.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX bacia, quadril D, coxa D, joelho D.

RESULTADOS DOS EXAMES:

RX: fratura de acetábulo, fratura luxação de quadril D.

TRATAMENTO:

Tratamento cirúrgico de fratura de acetábulo e quadril direito

ALTA HOSPITALAR: 09/02/17
DATA DA EMISSÃO: 16/06/17

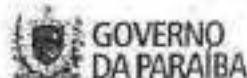
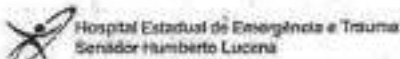
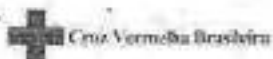


Dr. Juan Jaime Alcoba Arce
CRM: 3323/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS,
MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO







ACOLHIMENTO, em -- CNES: 123152 - Tel: --

Boletim de Atendimento: 957282



Identificação do paciente				
ID 001030	Nome WATERCYO ALVES VIANA BASTOS			Sexo Masculino
Data de nascimento 15/03/1988	Idade 28 anos 8 meses 23 dias	Estado civil SOLTEIRO(A)	Religião CATOLICA	Prostado 86616
Mãe LUCINETE ALVES DA SILVA	Pai GERMÃO VIANA BASTOS			
Escolaridade MÉDIO COMPLETO	Responsável (Parentesco) O MESMO - O MESMO(A)			
DDO Móvel B3	Fone Móvel 988345342	DDO Fixo	Fone Fixo	
Tipo documento CPF	Número documento 09101026410	Nº Cui 206933584510005		
Local de procedência HOSPITAL DE TRAUMA TARCISIO BURTY (ORTOTRAUMA)	Tipo UNIDADES SAUDE		UF PB	
E-mail	Naturalidade JOÃO PESSOA	CEOR		
Endereço				
CEP 58062100	Município de residência JOÃO PESSOA	UF PB	Logradouro RUA WILFREDO MACEDO BRANDÃO	
Número 417	Complemento	Bairro JARDIM CIDADE UNIVERSITÁRIA		
Admissão				
Data e Hora 13/12/2016 11:05:25	Número da pulseira 1000059761357	Convênio SUS		
Especialidade CLÍNICA GERAL	Clínica CLÍNICA TRAUMA E GERAL			
Classificação de risco	Origem do paciente OUTRA UNIDADE DE SAÚDE			
Caráter de atendimento URGENCIA	Motivo do atendimento TRAUMA	Detalhe do acidente OUTROS		
Indicadores e Transporte				
Caso policial Não	Plano de saúde Não	Plano de saúde CONPREV SEGUROS E PREVIDENCIA S/A	Idade de amputação	Trauma Não
Meio de transporte CARRO PARTICULAR	Quem transportou			
Sinais Vitais	22 FEV. 2018			
PA	PROTÓCOLO			
AG. JOÃO PESSOA				
Exames complementares				
Raio X []	Sangue []	Urina []	TC []	Liquor []
ECG []				
Ultrassonografia []				
Dados clínicos				
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px;"> <p align="center">TOMOGRAFIA</p> <p>TIPO ... <u>BACIA</u></p> <p>DATA ... <u>19/12/16</u></p> <p>HORA ... <u>09:32</u></p> <p>NOME TEC. RAD. ... <u>Wosley</u></p> <p>Ass.: <u>[assinatura]</u></p> </div>				
<p>Red. incremento 13/12 quadril</p> <p>De [assinatura]</p> <p>FA [assinatura]</p>				
Aberto por JORDAN APOLINARIO FIGUEROA				Tempo 01 min 58 seg

Imprimir

13/12/2016 11:05





Ata do
1º Sessão ①
no 13 de fevereiro
de 2018
Abd. B. B. B.

30

Ata

Redução do
Bloco Curioso

25

94





RELATÓRIO DE CIRURGIA



Nome: Nataneza Alves Viana Bastos BE/Prontuário: 967282
Idade: Sexo: () Masculino () Feminino Cor: Data: 1 / 1 /
Clínica/Setor: Ortopedia EMP: LR:
Cirurgia:
Cirurgião: Dr. Jefferson 1º Assistente: Dr. Frederico
2º Assistente: Dr. Claudio 3º Assistente:
Instrumentador: Anestesista:
Tipo de Anestesia: Horário: Início Término

Diagnóstico Pós-Operatório	CID
• Luxação do quadril direito	
• Fratura de patela direita	

Procedimentos Cirúrgicos	Código
• Redução interna de luxação do quadril direito	
• colocação de Trosia Transfemoral (D)	

COMPREV-SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.

22 FEV. 2018

PROTOCOLO

AG. JOAO PESSOA

Acidente durante Ato Cirúrgico: () Sim (X) Não. Descrição:

Biopsia de Congelação: () Sim (X) Não

Encaminhamento do Paciente Após Ato Cirúrgico:

(X) Enfermaria () Terapia Intensa () Residência () Óbito durante Ato Cirúrgico

Médico/CRM:

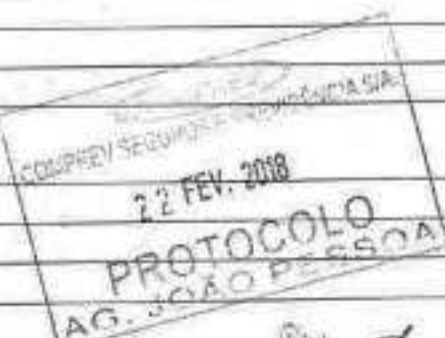
Gláuber M. Naves Miranda
CRM 9220

João Pessoa, 13/12/16

F(NG).ASCIR.009-1



RELATÓRIO DE CIRURGIA

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA	
Posição e Preparo:	1- Redução
Incisão:	1- Paciente em Decúbito dorsal sob Anestesia
	2- Redução da luxação do quadril com plano de Trogão de Cantu-Trogão
	3- Rx de controle após Redução
Achados:	2- Trogão
	1- Anestesia + Anestesia
	2- Afirmação de Comportamento
Conduta:	3- Colocação de Trogão Transfêlex com 10 kg + 30 kg de peso de Trogão
	4- Curativo estéril
	5- Rx de controle
Fechamento:	
Observação:	

Médico/CRM:

Gláuber M. Novaes Miranda
CRM: 12.440
PR 0220

João Pessoa, 13/01/16

FNGLASCIR.009-1



132 9672.82

Nattereye Aloues zana Bastus

[illegible]

DATE: 08-09-2016 TIME: 17:05 TERMINAL: 3640

INDEX DE RISCO DE CREDITAÇÃO - ANA (AMERICAN SOCIETY OF ANESTHESIOLOGISTS)

[NLN 1](#) / [NLN 2](#) / [NLN 3](#) / [NLN 4](#) / [NLN 5](#)
[CONTACT INFORMATION](#) / [MENU](#)

MEDICAÇÕES ANESTÉSICAS	QTD.		MATERIAIS CONT.	QTD.	FIOB
ALUFENTANIL			JELCO Nº18		RO CAT GUT CROMADO N°
BUPIVACAÍNA ISOMÉRICA			JELCO Nº20		RO CAT GUT CROMADO N°
BUPIVACAÍNA PESADA	1		JELCO Nº22		RO DE AÇO N°
CETAMINA			JELCO Nº24		RO DE AÇO N°
DIPROPETEROL			KIT SBT. DREN. TORÁCICA N°		RO DE NYLON N°
EPIIDODATO		SOLUÇÕES	LÂMINA BISTURI Nº1	1	RO DE NYLON N°
FENOBARBITAL		ALCOOL ETILICO 70%	LÂMINA BISTURI Nº15		RO DE NYLON N°
PENTAMBÁ		PVP DERMOMANTE	LÂMINA BISTURI Nº21		RO POLILACTINA M°
FLUMAZENIL		PAPI TERTURA	LÂMINA BISTURI Nº24		RO POLILACTINA M°
ISOPLURANO		PVP TÓPICO	LÂMINA DE DERMATOMO		RO POLILACTINA M°
LEVOPRIPACAÍNA C/ VASO		SABÃO ANTISEPTICO	LÂMINA DE ENXERTO		RO POLIPROPYLENO N°
LEVOPRIPACAÍNA S/ VASO		MATERIAS	LUVA DE PROCEDIMENTO PAR.		RO POLIPROPYLENO N°
ADICACINA C/ VASO		AGULHA 13HJ3	LUVA ESTÉRIL Nº1		RO POLIPROPYLENO N°
EDOCACINA S/ VASO		AGULHA 15H87	LUVA ESTÉRIL Nº1	1	RO POLILETAPREONS N°
MIDAZOLAN	1	AGULHA 25H88	LUVA ESTÉRIL Nº3		RO SEDA N°
MORFINA		AGULHA 40H13	LUVA ESTÉRIL Nº3		RITA CARDIACA
NARCOTM		AGULHA PERIDURAL Nº16	MASCARA CIRURGICA		MATERIAL ESPECIAL
PANCURÔNIO		AGULHA PERIDURAL Nº17	MULTIMAS		CATETER DO FIC
PETIDINA		AGULHA PERIDURAL Nº18	PERFORADOR DE SORO		CIMENTO CERÂMICO
PROFORDEROL		AGULHA RAQUIN Nº20G	SCALP Nº19		CLIP TIPANO LIGADURA
RAMIFENDANILA		AGULHA RAQUIN Nº20G	SCALP Nº21		RO DE KIRSCHNER N°
ROCIURÔNIO		AGULHA RAQUIN Nº21G	SERINGA 1ML	1	RO DE KIRSCHNER N°
ROCIPLURANO		ALGODÃO ORTOPÉDICO	SERINGA 5ML		RO STEINMAN N° 4.0
ROCIAMETÔNIO		ATAJURA DE CREOSOM	SERINGA 10ML		RO STEINMAN N°
ROFENTAL		ATAJURA ORESSADA	SERINGA 33ML		GRAMPEADOR C/BUROS
MEDICAÇÕES	QTD.	BOLSA IV COLOSTOMIA	SONDA ASP. TRAQUEAL Nº6		HEMOST. ABSORVÍVEL
ADRENALINA		CÂNULA N° TRAQUEOSTOMIA N°	SONDA ASP. TRAQUEAL Nº10		KIT DERMA. VENTRICULAR
ÁGUA DESTILADA		CATETER DE URINÁRIO	SONDA ASP. TRAQUEAL Nº12		PRÓTESE VASCULAR
ATROFINA		CATETER EMBOLO. ARTERIAL N°	SONDA ASP. TRAQUEAL Nº14		KIT PAN
BECTRA		CATETER EPIDURAL Nº16	SONDA ASP. TRAQUEAL Nº16		FIXADOR EXTERNO
CEFAZOLINA		CATETER EPIDURAL Nº17	SONDA POLEY ZVIAS Nº13		EMPRESA
DECANETASSONA	1	CATETER EPIDURAL Nº18	SONDA POLEY ZVIAS Nº14		
EPIDORA SÓCICA		CERA PARA CND	SONDA NASOG. CURTA		PARAFUSOS CRÔNICOS
OFEDRINA		COLET. URNA FECHADO	SONDA NASOG. LONGA		PARAFUSOS CRÔNICOS
FIROSEMDA		COMPRESSAS CIRÚRGICAS	SONDA URIN. N°		PARAFUSOS ESPONGIOSO
GUCOSE 50%		COMPRESSAS CIRÚRGICAS	TORNEXEIRA		PARAFUSOS ESFONDADO
GLICONATO DE CALEJO		DRENO DE FENOSE	TUBO ENDOTRAQUEAL N°		PARAFUSOS MALECOLAS
HIPOKORTISONA		DRENO DE SUCCÃO	TUBO ENDOTRAQUEAL N°		PARAFUSOS MALECOLAS
LIDOCAÍNA GELIDA		ELETRODOS	TUBO ENDOTRAQUEAL N°		PLACA
ONDASENTRONA	1	EQUIPO MACRODOTAS	TUBO SUCCONE (LATEX)	1	PLACA
PLAST.		EQUIPO TRANS. SANGUE			
PRODIGMINE		EQUIPO MICRODOTAS			EQUIPAMENTOS
PROTAMINA		ESPONJA DE PVP	FIOB	QTD.	() ASPIRADOR
TENDOCAN		ESPALEBRADO	FO ALGODÃO SA N°		() DISTRI. ELÉTRICO
		GAZER	FO ALGODÃO SA N°		() CAPNOGRAFO
		GAZES ALGODOADAS	FO ALGODÃO CA N°		() CÁRDIOMONITOR
		GE. ELÉTRONICO	FO ALGODÃO CA N°		() DESFIBRILADOR
		HEMOGLOBINÓMETRO	FO ALGODÃO CA N°		() POCO AUXILIAR
		HEMOGLOBINÓMETRO	FO ALGODÃO CA N°		() POCO CENTRAL
		HEMOGLOBINÓMETRO	FO ALGODÃO CA N°		() MICROSCOPIO
		HEMOGLOBINÓMETRO	FO ALGODÃO CA N°		() OXÍMETRO DE PULSO
		HEMOGLOBINÓMETRO	FO ALGODÃO CA N°		() P.A. INVASIVAÇÃO INV.
		HEMOGLOBINÓMETRO	FO ALGODÃO CA N°		() PERFURADOR ELÉTRICO
		HEMOGLOBINÓMETRO	FO ALGODÃO CA N°		() RESERV.
		HEMOGLOBINÓMETRO	FO ALGODÃO CA N°		() SUCULANTE

22 FEB. 2018

PROTOCOLO

AO JOÃO PESSOA

Ana Cláudia C. Oliveira

30/01/18

0425 AL00004048
GR. 6.000 Litros
BARRIL 20 LITROS
COMPR. SECUNTO
22 FEV. 2018
PROTOCOLO
AG. JOAO PESSOA

John E. Chivers



2

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

3

4





FICHA DE ANESTESIA

22/02/2018

DATA: 13/12/16

PRONTUÁRIO: 967282

PACIENTE: NA TEREZA ALVES VIANA BASTOS SEXO: M COR: IDADE: 28 A

PULSO 83 RESPIRAÇÃO EUPNEICA TEMPERATURA PESO GRUPO SANGÜÍNEO

ESTADO GERAL () BOM () REGULAR () MAU () PÉSSIMO RISCO CIRÚRGICO () BOM () REGULAR () MAU () PÉSSIMO

EXAMES COMPLEMENTARES

AP. RESPIRATÓRIO NDN

AP. CIRCULATÓRIO NDN

AP. DIGESTIVO E UM ADEQUADO MENTAL

LOTE DROGAS EM USO

PRÉ-ANESTESIA

ESTADO FÍSICO (ASA)

DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO FRATURA LUXAÇÃO DE QUADRIL DIREITO

CIRURGIA REALIZADA REDUÇÃO + INCRUESTA + TRACÃO TRANSFIBULAR

CIRURGIÃO DR. FRED

AUXILIARES

INÍCIO DA ANESTESIA

TÉRMINO DA ANESTESIA 16:35h

DURAÇÃO DA ANESTESIA 45 min.

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

QUANT. DE CH.

VALORES R\$

ANESTESISTA 15:50h

CPF Luiz Priore 7556

INÍCIO 15:50h

FIM 16:35h

LUIZ PRIORE

ANESTESISTA

CRM 7556

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

RUBRICADO

ANESTESIA GERAL ☒ NASCIMENTA ☐ EPIDURAL ☐ BLOCOS ☐ BLOCOS NERVOS ☒ SEDACÃO

PUNÇÃO ÚNICA, PARAMEDIANA, L3/L4, AGULHA WINNICKS 27 G

MEDICAMENTOS E MATERIAIS USADOS NO ATO ANESTÉSICO

1 MIDAZOLAM 5mg

2 FENTANYL 100mcg

3 NEOCAINA 0.5% 125mg

4 DEXAMETASONA 10mg

5 ONDANSETRONA 8mg

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

PROTOCOLO
AR. JOAT. PESSOA

REDAÇÃO DA ANESTESIA

P. 000/000/000




[Faint, illegible text and horizontal lines across the page, possibly representing a document or a form.]

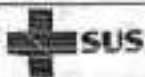
88

88



 SUS	Sistema Único da Saúde Ministério da Saúde	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇA DE PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)	Folha 1/2
Identificação do Estabelecimento de Saúde			
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE		2 - CNES	
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE		4 - CNES	
H.E.E.T.S.H.L			
Identificação do Paciente			
5 - NOME DO PACIENTE		6 - Nº DO PRONTUÁRIO	
Natercio Alves Triana		967282	
7 - CANTÃO REGIONAL DE SAÚDE (CNS)		8 - DATA DE NASCIMENTO	
		25/03/88	
9 - SEXO		10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL	
Masc. <input checked="" type="checkbox"/> 1 Fem. <input type="checkbox"/> 2			
11 - TELEFONE DE CONTATO		12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)	
13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA		14 - CÓD. IBGE MUNICÍPIO	
João Pessoa			
15 - UF		16 - CEP	
PB			
17 - NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH)			
MUDANÇA DE PROCEDIMENTO			
18 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - ANTERIOR		19 - CÓD. PROCEDIMENTO - ANTERIOR	
20 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA		21 - CÓD. PROCEDIMENTO - MUDANÇA	
22 - DIAGNÓSTICO GERAL		23 - CID 10 PRINCIPAL	
		24 - CID 10 SECUNDÁRIO	
		25 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS	
SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)			
26 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL		27 - CÓD. DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL	
28 - SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA DE UTI E/OU DIÁRIA DE ACOMPANHANTE			
<input type="checkbox"/> DIÁRIA DE ACOMPANHANTE <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO I <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO II <input type="checkbox"/> DIÁRIA DE UTI TIPO III			
29 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL		30 - CÓD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
31 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL		32 - CÓD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
33 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL		34 - CÓD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
35 - JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO			
CP: 3,5 Compasso -> não usar 01. pio de steinmann - m: 5,0 COMPREV SEGURO E PREVIDÊNCIA S/A. 22 FEV. 2018 PROTOCOLO			
36 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE			
37 - DATA DA SOLICITAÇÃO			
38 - DOCUMENTO		39 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)	
40 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE			
AUTORIZAÇÃO			
41 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR		42 - CÓD. ORGÃO EMISSOR	
43 - DOCUMENTO		44 - DATA DA AUTORIZAÇÃO	
45 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR			
46 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)			





Sistema Único de Saúde
Ministério da Saúde

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇA DE PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)

Folha 1/2

SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS) - CONTINUAÇÃO

60- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	51- CÓD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	52- QTD
60- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	54- CÓD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	55- QTD
60- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	57- CÓD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	58- QTD
60- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	60- CÓD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	61- QTD
62- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	63- CÓD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	64- QTD
65- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	66- CÓD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	67- QTD
68- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	69- CÓD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	70- QTD
71- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	72- CÓD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	73- QTD
74- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	75- CÓD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	76- QTD
77- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	78- CÓD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	79- QTD
80- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	81- CÓD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	82- QTD
83- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	84- CÓD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	85- QTD
86- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	87- CÓD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	88- QTD
89- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	90- CÓD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	91- QTD
92- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	93- CÓD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	94- QTD
95- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	96- CÓD DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	97- QTD

98- JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO (continuação)

COMPREV SEGUROS PREVIDENCIA S/A
22 FEV. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA

PROFISSIONAL SOLICITANTE

99- ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO NO CONSELHO) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

100- ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO NO CONSELHO) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

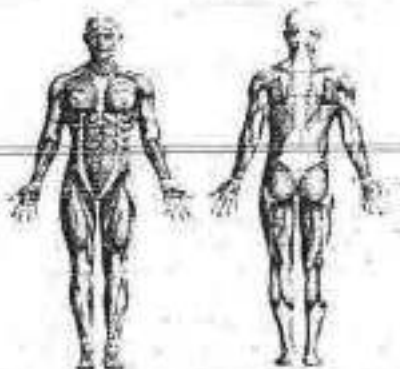


EXAME SECUNDÁRIO

ALERGIA: ☐ Não ☐ Sim
 MEDICAMENTOS: ☐ Não ☐ Sim
 IMUNIZAÇÃO: ☐ Não ☐ Sim
 PATOLOGIA: ☐ Não ☐ Sim
 ALIMENTOS INGERIDOS: ☐ Não ☐ Sim

LOCAL DA LESÃO

Identifique o local com o número correspondente ao lado →



- | | |
|-------------------------|--------------------------------|
| 1. Abrasão | 19. Fratura Óssea Fechada |
| 2. Amputação | 20. Fratura Óssea Aberta |
| 3. Anelido | 21. Hematoma |
| 4. Contusão | 22. Injúria Nervosa |
| 5. Orelhação | 23. Laceração |
| 6. Dor | 24. Lesão Tendinea |
| 7. Edema | 25. Luxação |
| 8. Esmagamento | 26. Mordedura |
| 9. Erisema subcutâneo | 27. Movimento torcido parietal |
| 10. Esmagamento | 28. Objeto Encaixado |
| 11. Equimose | 29. Otorrágia |
| 12. F. Anel Branco | 30. Paralisia |
| 13. F. Anel de Fogo | 31. Paralisia |
| 14. F. Contuso | 32. Periclitose |
| 15. F. Cortante | 33. Queimadura |
| 16. F. Corto-Contuso | 34. Rinorrágia |
| 17. F. Perfuro-Contuso | 35. Sinais de Isquemia |
| 18. F. Perfuro-Cortante | 36 |

OBS:

QUEIMADURA:

Superfície corporal lesada (regra da palma): _____ % Grau de queimadura: ☐ 1º grau ☐ 2º grau ☐ 3º grau

EXAMES SOLICITADOS

☐ Radiografias ☐ Lavado peritoneal
☐ Ultrassonografia (FAST) ☐ Gasometria arterial
☐ Tomografia computadorizada ☐ Tipagem sanguínea

PROCEDIMENTOS REALIZADOS

	CONDUTAS E PROCEDIMENTOS	CÓDIGO	ASSINATURA E CARIMBO
1	SUSC 500 (6)		
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			

SOLICITAÇÃO DE PARECER MÉDICO

Solicito parecer da _____ às _____ do dia ____
 Solicito parecer da _____ às _____ do dia ____

DESTINO DO PACIENTE

DATA _____
 SAÍDA _____
 HORAS: _____

☐ Centro cirúrgico
☐ Transfêrencia (unidade de saúde)
☐ Internado (setor) _____
☐ Alta hospitalar ☐ Decisão médica ☐ A pedido ☐ A requisição ☐ Desistência
☐ Óbito ☐ Após 48 hs. ☐ Após 48 hs. ☐ Família ☐ JML ☐ SVO

ASSINATURA/CARIMBO

ASSIN

ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL

ASSIN

COMPROVANTE DE RECEBIMENTO

22 FEV. 2018

PROTOCOLO

AG. JOÃO PESSOA

FINS/CC-001-2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS REGRAS
INSTITUTO NACIONAL DE REGRAS
CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO

Nome
MATEUS ALVES VIANA BASTOS

DOC. IDENTIFIC. / DATA EMISSÃO
3422084 000 00

CPF
081.010.284-10

DATA NASCIMENTO
15/03/1989

TIPO
GERMÃO VIANA BASTOS

COLOCATE ALVES DA SILVA

PROFISSÃO
AD

DATA
06/07/2020

VALIDADE
28/04/2028

ASSINATURA
MATEUS ALVES VIANA BASTOS

LOCAL
7300 DESSOA, PE

DATA EMISSÃO
07/07/2015

NUMERO
23951688058

NUMERO
00030944620

1152535964

M
P
N
(3)



GOVERNADORIA DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

RENATA
GERALDO PEREIRA DA SILVA

CPF 24594150 **RG** 008.314.944-98 **DATA NASCIMENTO** 04/06/1979

NOME
GERALDO PEREIRA DA SILVA
PEREIRA DA SILVA

SEXO M **ESTADO CIVIL** C **PROFISSÃO** 13/11/2018 **04/11/2014**

ASSINATURA
Gerado Pereira da Silva

DATA 01/12/2015 **ASSINATURA** 83598305105 **PROFISSÃO** 89031728987

1169790160

COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.
22 FEV. 2018
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS
TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

PB Nº 012710719047

BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.dpvatsegurodotransito.com.br

SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO

2016

DATA EMISSÃO

28/07/2016

VIA

1

CPF / CNPJ

08101026410

PLACA

MOQ8106/PB

RENAVAM

00979308151

MARCA / MODELO

HONDA/XR 250 TORNADO

ANO FAB

2008

CAT. TARG.

9

Nº CHASSI

9C2MD34008R027790

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$)

DENATRAN (R\$)

CUSTO DO SEGURO (R\$)

CUSTO DO BILHETE (R\$)

IOF (R\$)

SEGURO

P A G O

TOTAL A SER PAGO PELO SEGURODO PB

PAGAMENTO

5

COTA ÚNICA

PARCELADO

DATA DE QUITAÇÃO

28/07/2016

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.248.808/0001-04

www.seguradoralider.com.br

7003781-1359426-20160728

COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.

22 FEV. 2018

PROTOCOLO

AG. JOÃO PESSOA





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB

Nº 012710719047

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA COD. DE REG. AM - 201600000323397-4 EXERCÍCIO
1 0097930815-1 00/00000000 2016

NOME
NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

CPF / CNPJ
08101026410

PLACA
MOQ8106/PB

PLACA ANT. / UF
NOVO PB 962

CHASSI
D34008R027790

ESPECIE TIPO
CAR/MOTOCICLE/NAO ESTE

COMBUSTIVEL
GASOLINA

MARCA / MODELO
HONDA/XR 250 TORNADO

ANO FAB. ANO MOD.
2008 2008

CAP / POT / CIL
2 P/249 /CI

CATEGORIA
PARTIC

COR PREDOMINANTE
PRETA

COTA ÚNICA VENC. COTA ÚNICA
L PVA PAGO EM 01/01/2016

VENC. / COTAS
1º

FAIXA LRV. PARCELAMENTO / COTAS
A***** 0

2º
3º

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)

IOF (R\$)
SEGURO

PRÊMIO TOTAL (R\$)
P A G O

DATA DE PAGAMENTO
28/07/2016

OBSERVAÇÕES
SEM RESERVA DE DOMÍNIO

CABEDELO - PB LOCAL

0

41823



Assinado

DATA
28/07/2016

7003781

COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A

22 FEV. 2018

PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



**Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e
Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas do Seguro DPVAT**

Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo

Nome do(a) Examinado(a): **NATERCYO ALVES VIANA BASTOS** Sinistro: **3180091730** Data: **01/12/2016**

Endereço do(a) Examinado(a):
Rua Walfredo Macedo Brandão, 917, ap 203 - Jardim Cidade Universitária - João Pessoa - PB - CEP 58052-200

Identificação - Órgão Emissor / UF / Número: [**SSP /PB**] **3422086**

Data local do exame: [**12/03/2018**] **João Pessoa** [**PB**]

Resultado da Avaliação Médica

I. Descreva as lesões produzidas pelo trauma, o resultado do exame físico voltado para as regiões lesionadas e o(s) diagnóstico(s)
Fratura luxação de quadril direito. Paciente apresenta claudicação importante à direita, dor no quadril. Déficit de força de membro inferior direito, atrofia muscular.

a) O quadro clínico documentado neste exame decorre de lesão que tenha sido provocada em acidente automobilístico registrado na forma de sinistro que indicou esta avaliação? [**X**] Sim [] Não

Caso a resposta seja "Não", favor NÃO preencher os demais campos abaixo, exceto o das observações (item V(*)), se necessário

b) A(s) queixa(s) do(a) Examinado(a) está(ão) relacionada(s) com as lesões decorrentes deste acidente, inclusive com os registros em boletim de atendimento médico? [**X**] Sim [] Não

Caso a resposta seja "Não", prosseguir SOMENTE se houver alguma correlação entre a queixa e o histórico do acidente, justificando-a nas observações (item V(*))

II. Descreva a evolução atual do quadro clínico, os tratamentos realizados, a data da alta e os resultados, incluindo complicações.

Paciente deu entrada com fratura luxação de quadril direito. Feita redução inicial seguido de tração transesqueletica. Posteriormente foi realizado tratamento cirúrgico de fratura de acetábulo. Evoluiu com dor e claudicação e limitação de movimentos de membro inferior direito.

III. Existe sequela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)? [**X**] Sim [] Não

Existindo sequela(s) que seja(m) geradora(s) de invalidez total ou parcial informe qual(is) e descreva as perdas anatômicas e/ou funcionais que sejam definitivas e que justifiquem os danos corporais permanentes.

Paciente com claudicação, déficit de força de membro inferior direito grau 4, atrofia muscular de coxa e perna direita, flexão de quadril 0-30°, extensão 0-10°, rotação interna 0-30°, rotação externa bloqueada. Joelho com flexão 0-90°. Tornozelo e pés normais.

Caso a resposta seja "Não", concluir dentre as opções no item IV "a". Caso a resposta seja "Sim", valorar o dano permanente no item IV opções "b" ou "c"

IV. Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações (*).

() "Vítima em tratamento"
Esta avaliação médica deve ser repetida em ____ dias

() "Sem sequela permanente" (Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica)

() "Exame não permite conclusão"
Vide motivo do impedimento no campo das observações

b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal (Sequela):
Membro inferior direito

Região Corporal (Sequela):

% do dano: () 10% residual () 25% leve
(**X**) 50% médio () 75% intensa () 100% completo

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

Região Corporal (Sequela):

Região Corporal (Sequela):

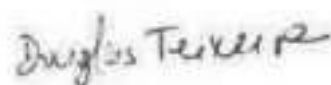
% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

% do dano: () 10% residual () 25% leve
() 50% médio () 75% intensa () 100% completo

c) Havendo dano corporal total com repercussão na íntegra do patrimônio físico - assinale a opção abaixo sempre apresentando a justificativa médica para este enquadramento no campo das observações (*).

() Total = "100% da IS"

V. (*) Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valoração do dano corporal.



Douglas Michalane Pires Teixeira - CRM: 5336 - PB



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3180091730 **Cidade:** João Pessoa **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS **Data do acidente:** 01/12/2016 **Seguradora:** USEBENS SEGUROS S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 05/03/2018

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Sim

Diagnóstico: TRAUMA NO QUADRIL DIREITO

Resultados terapêuticos: L DEPENDE DE PERICIA MEDICA

Sequelas permanentes:

Sequelas:

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações: AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NO PROCESSO NÃO FORAM PERTINENTES PARA QUE O EXAMINADOR VALORASSE COM SEGURANÇA POSSÍVEIS SEQUELAS ADQUIRIDAS

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

PRESTADOR

AMORIM E MATTOS SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS LT

Nome do médico: PAULO ARTUR DE ARAUJO AMORIM

CRM do médico: 52.86271-1

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:



PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3180091730 **Cidade:** João Pessoa **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS **Data do acidente:** 01/12/2016 **Seguradora:** USEBENS SEGUROS S/A

PARECER

Diagnóstico: Fratura luxação de quadril direito

Descrição do exame médico pericial: Paciente com claudicação, déficit de força de membro inferior direito grau 4, atrofia muscular de coxa e perna direita, flexão de quadril 0-30°, extensão 0-10°, rotação interna 0-30°, rotação externa bloqueada. Joelho com flexão 0-90°. Tornozelo e pés normais.

Resultados terapêuticos: Paciente deu entrada com fratura luxação de quadril direito. Feita redução inicial seguido de tração transesqueletica. Posteriormente foi realizado tratamento cirúrgico de fratura de acetábulo. Evoluiu com dor e claudicação e limitação de movimentos de membro inferior direito.

Sequelas permanentes: Limitação funcional do membro inferior direito em grau médio.

Sequelas: Com sequela

Data da perícia: 12/03/2018

Conduta mantida:

Observações: Indenização em grau médio do membro inferior devido a repercussão funcional do membro (atrofia muscular, marcha claudicante, limitação grave da mobilidade do quadril e limitação da flexão do joelho).
Procedida avaliação médica na cidade de João Pessoa.

Médico examinador: Douglas Michalane Pires Teixeira

CRM do médico: 5336

UF do CRM do médico: PB

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros inferiores	70 %	Em grau médio - 50 %	35%	R\$ 4.725,00
Total			35 %	R\$ 4.725,00

PRESTADOR

MOZES E SZTRAJMAN MÉDICOS ASSOCIADOS S/C LTDA

Médico revisor: JULIO O MOZES

CRM do médico: 20462

UF do CRM do médico: SP

Assinatura do médico:



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:			
<u>Notário Alvaro Viana Bastos</u>			
brasileiro(a),	estado	civil	profissão
<u>Motoboy</u>		<u>solteiro</u>	
CPF/MF nº <u>081.010.264-10</u>		CI RG nº <u>3422086 SSP/PB</u>	
residente e domiciliado(a) à Rua <u>Walfredo Macedo Brandão, 914/Ap 203 - Jd. cid. universitário</u>			
Cidade de	<u>João Pessoa</u>	Estado	
<u>Paraíba</u>	CEP: <u>58052-200</u>	telefone	
<u>(83) 99661-1341</u>		<u>(83) 99171-0354</u>	

OUTORGADO: Gerlando Pereira da Silva, CPF spb nº 008.014.944-86 e RG sob nº 2455450 SSDS/PB, com endereço cito à Rua: Com. Alfredo Ferreira da Rocha nº 2335, Bairro Mangabeira II na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba

PODERES: O OUTORGANTE concede poderes especiais ao OUTORGADO para: Enviar documentos, receber correspondências, solicitar informações por escrito ou por telefone, ter acesso ao número do sinistro, acompanhar o andamento do sinistro, ter informações e acompanhar perícias necessárias e apresentar documentos referentes ao sinistro, junto a Seguradora Líder e Seguradoras conveniadas e a Susep. Obs.: É de responsabilidade do outorgante a veracidade das informações e documentos apresentados e disponibilizados ao outorgado.

COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.

22 FEV. 2018

PROTOCOLO

26 de JOÃO PESSOA de 20 17.


CARTÓRIO
VIGILIA BATISTA

OUTORGANTE

NOTÁRIO PÚBLICO "VIGILIA BATISTA" 2º OFÍCIO NOTARIAL
Rua: ...
...
Escrevo, como autêntica e verdadeira, a(s) firma(s) de NOTÁRIO ALVARO VIANA BASTOS ...
...
Em test. da verdade. João Pessoa - PB 29/11/2017 (Autêntico)
Ribeiro Almeida de Lenc - ESCRIVÃO AUTORIZADO
(2017-056320)EML:R4 17,23 FAPEN:R4 0,27 FEPJUR:1,85 ASS:R4 0,1
SELO DIGITAL: A0005300-4906
Confira e autenticidade em: <https://notariadigital.tpb.ica.br>



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 200.9.20.53898/01
			Data de emissão: 01/10/2020
Nº do Processo: 0801411-95.2019.815.2003	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/10/2020
Número da 200.2020.653898 Tipo da Custas de Recursos			UFR vigente: R\$ 51,87
Detalhamento - Custas Processuais: R\$ 311,22 Promovente NATERCYO ALVES VIANA BASTOS - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: MAPFRE Valor da causa: R\$ 9.450,00			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 312,57
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Desconto total: R\$ 0,00
866600000032 125709283183 520201031207 092053898018 			Valor final: R\$ 312,57

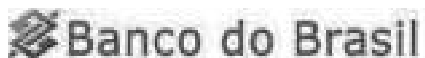
 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 200.9.20.53898/01
			Data de emissão: 01/10/2020
Nº do Processo: 0801411-95.2019.815.2003	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/10/2020
Número da 200.2020.653898 Tipo de Custas de Recursos			UFR vigente: R\$ 51,87
Promovente NATERCYO ALVES VIANA BASTOS Promovido: MAPFRE			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Valor da causa: R\$ 9.450,00			Parcela: 1/1
Detalhamento - Custas Processuais: R\$ 311,22 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Valor total: R\$ 312,57
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 312,57

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 200.9.20.53898/01
			Data de emissão: 01/10/2020
Nº do Processo: 0801411-95.2019.815.2003	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/10/2020
Número da 200.2020.653898 Tipo de Custas de Recursos			UFR vigente: R\$ 51,87
Detalhamento - Custas Processuais: R\$ 311,22 Promovente NATERCYO ALVES VIANA BASTOS - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: MAPFRE Valor da causa: R\$ 9.450,00			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 312,57
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Desconto total: R\$ 0,00
866600000032 125709283183 520201031207 092053898018 			Valor final: R\$ 312,57





Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 09/10/2020 10:57:53
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20100910575358900000033740162
Número do documento: 20100910575358900000033740162



Guia - Ficha de Compensação

			N° DA CONTA JUDICIAL	
			0	
N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
		05/10/2020	0	ESTADUAL
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO		
05/10/2020	2002020653898	0801411-95.2019.815.2003		
UF/COMARCA		ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
PB		Vara Cível	RÉU	312,57
NOME DO RÉU/IMPETRADO			TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A			Jurídica	61074175000138
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE			TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
NATERCYO ALVES VIANA BASTOS			FISÍCA	08101026410
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
122F827D4925692F				
CÓDIGO DE BARRAS				
86660000003 2 12570928318 3 52020103120 7 09205389801 8				



EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo n. 08014119520198152003

MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **NATERCYO ALVES VIANA BASTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 23 de setembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



PROCESSO ORIGINÁRIO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA / PB

Processo n.º 08014119520198152003

APELADA: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

APELANTES: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

DAS RAZÕES DO RECURSO

COLEDA CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

Conforme apresentado na peça de bloqueio, a parte autora, ora Apelada, encontrava-se inadimplente com o prêmio do seguro, quando da ocorrência do sinistro, motivo pelo qual não há cobertura para o mesmo.

Inconformada, a demandada vem apresentar as razões do recurso de apelação, ora interposto, vez que a sentença proferida pelo juízo “a quo” deve ser reformada, pois a matéria foi examinada em desconformidade com a legislação em vigor e as provas constantes dos autos.

DESCABIMENTO DE RENOVAÇÃO DE PLEITO INDENIZATÓRIO

LESÃO PREEXISTENTE

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Por amor ao debate a Apelante traz à baila, em uma simples consulta em seus arquivos que a parte Apelada, já percebeu a indenização do seguro DPVAT em face de outros sinistros ocorridos em 01/12/2016 e 15/12/2010, já tendo recebido da Seguradora administrativamente exatamente a quantia de R\$9450,00 referente ao MID.

Sinistro ocorrido em 01/12/2016 – regulação administrativa nº 3180091730– pagamento no valor de R\$4.725,00– referente à 50 % do MID.

Sinistro ocorrido em 15/12/2010 – processo judicial de n 20020121245985 DA 13 VC DE JOÃO PESSOA/PB (id 23154964,23154962, 23154965) – pagamento no valor de R\$ 4725,00 – referente à 50 % do MID.

Assim, a presente demanda trata-se indenização securitária em decorrência de lesão preteritamente afetada, ou seja, o Apelado não pode pleitear verba indenizatória de membro com deformidade permanente preexistente!

Assim, é de grande importância este Egrégio Tribunal atentar-se que a parte Apelada já realizou pleito administrativo indenizatório DPVAT em virtude de invalidez permanente decorrente de acidente pretérito.

Ademais verifica se que o apelado já recebeu o teto (limite máximo indenizável- LMI) referente a lesão do MID, qual seja, R\$ 9.450,00.

Não obstante a Apelada traz a colação jurisprudência pátria em caso análogo, como segue:

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT. NEXO CAUSAL. NÃO COMPROVAÇÃO. LAUDOS DO IML E DO JUÍZO QUE APONTAM QUE A –LESÃO INCAPACITANTE É ANTERIOR AO ACIDENTE. RECURSO IMPROVIDO. Para que se configure o direito à verba indenizatória do Seguro DPVAT, faz-se necessário que o evento morte ou invalidez haja sido consequência do acidente automobilístico. Ao autor incumbe a comprovação (art. 333, I, CPC) do nexo de causalidade entre a invalidez apresentada e o acidente relatado. Embora não esteja o Juiz adstrito às conclusões do laudo pericial (art. 436 do CPC), deve este ser prestigiado quando inexistente nos autos elementos ou provas capazes de infirmar as assertivas nele lançadas. Concluindo a perícia que a invalidez apresentada é preexistente ao acidente e que restou ausente prova do seu agravamento, a improcedência do pedido se impõe. RECURSO IMPROVIDO.

(TJ-BA - APL: 00801731320118050001 BA 0080173-13.2011.8.05.0001, Relator: Maria do Socorro Barreto Santiago, Data de Julgamento: 18/02/2014, Terceira Câmara Cível, Data de Publicação: 19/02/2014)

Diante dos fatos aduzidos, resta evidenciado nos autos que a r. decisão, não fez a melhor justiça, data vênica, ferindo o princípio da razoabilidade, razão pela qual, a Apelante opõe o presente Recurso, com a finalidade de evitar a condenação injusta e infundada.

Equivoca-se a parte Autoral quando tenta fazer crer que faz *jus* ao recebimento a nova indenização em grau total, sem atentar-se que já recebeu conforme a Lei 11.945/2009 em que nos casos de invalidez permanente TOTAL a vítima receberá o montante de ATÉ R\$ 13.500,00, não existindo a possibilidade de receber 2 (DUAS) VEZES este valor alegando novo sinistro e nova lesão.

Portanto, não há qualquer valor a ser indenizado ao Apelado em relação ao sinistro noticiado nos autos, pois, se assim fizéssemos ESTAREMOS PAGANDO 2(DUAS) VEZES PARA UM SINISTRO DE INVALIDEZ, A PARTE APELADA MAIS DO QUE A LEI PREVÊ PARA PAGAMENTO POR MORTE POR EXEMPLO, para corroborar com o alegado.

Desta forma, requer a Apelante que seja a referida SENTENÇA REFORMADA *IN TOTUM*, A FIM DE QUE SEJA RETIRADO DA CONDENAÇÃO A LESÃO REFERENTE AO MID REDUZINDO PARA R\$ 1.687,50 SOMENTE REFERENTE AO PUNHO 50 %.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “*a quo*”, dando provimento ao presente recurso.



Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 23 de setembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 09/10/2020 10:57:53
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20100910575377900000033740165>
Número do documento: 20100910575377900000033740165

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado SUELIO MOREIRA TORRES, inscrito na 15477 - OAB/PB, os poderes que lhes foram conferidos por **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **NATERCYO ALVES VIANA BASTOS**, em curso perante a **1ª VARA CÍVEL** da comarca de **JOAO PESSOA**, nos autos do Processo nº 08014119520198152003.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.055-018

ATO ORDINATÓRIO (CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0801411-95.2019.8.15.2003
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS
REU: MAPFRE

De acordo com as prescrições do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, **INTIMO** a parte recorrida para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões ao recurso de apelação interposto.

João Pessoa/PB, 10 de outubro de 2020.

SILVANA DE CARVALHO FERREIRA
Analista Judiciário



A SEGUIR.



EXCELENTÍSSIMO JUÍZO DA 1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE
MANGABEIRA, DA COMARCA DE JOÃO PESSOA-PB.

Processo: 0801411-95.2019.8.15.2003.

NATERCYO ALVES VIANA BASTOS., amplamente qualificado nos autos da demanda em epígrafe, movida em desfavor da MAPFRE S/A., igualmente qualificado, vem, através de seu advogado, *in fine*, com os costumeiros respeitos de praxe, a presença de V. Excia., apresenta **CONTRARRAZÕES** ao Recurso de Apelação interposto pela parte contrária (*vide* Id. 35312704), o que faz pelas razões a seguir adunadas.

Desta forma, requer a V. Exa., seja a presente recebida e remetida para o e. Tribunal de Justiça, esperando ao final que seja improvido o apelo da seguradora Recorrente.

Termos em que,
pede deferimento.

João Pessoa-PB, 20 de Outubro de 2020.

RODOLFO NÓBREGA DIAS
Advogado OAB/PB nº 14.945.



EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA PARAÍBA

CONTRARRAZÕES AO RECURSO DE APELAÇÃO

Apelante: **MAPFRE.**

Apelado: **NATERCYO ALVES VIANA BASTOS.**

Origem: **1º Vara Regional Cível de Mangabeira, da Comarca de João Pessoa-PB.**

Proc. nº: **0801411-95.2019.8.15.2003.**

**Egrégio Tribunal,
Ilustres Desembargadores.**

Inobstante o devido apreço ao presente recurso, não lhe cabe provimento, eis que insubsistentes as alegações do recorrente, conforme passamos a analisar.

I – ESCORÇO DOS ARGUMENTOS DO APELO

Em síntese apertada, infere-se dos fundamentos arguido pela seguradora Apelante, em sua peça recursal, que o Autor, ora Recorrido, não se encontrava quite com o pagamento do prêmio do seguro de seu veículo (isto é, que esse não teria pago o seguro obrigatório da Motocicleta envolvida no acidente, e que era conduzido por ele), o que resultaria no indeferimento da indenização em discepção.

Asere ainda, que as lesões diagnosticadas no Laudo pericial, e as quais foram explanadas na peça portal, eram preexistentes, assim, o Apelado não tem direito ao prêmio em questão.



II – DO MÉRITO

2.1 - Da Inadimplência com o Pagamento do Seguro Obrigatório – Irrelevância – Jurisprudência Pátria que Afasta Tal Argumento – Súmula 257 do STJ

Precipuamente, cumpre tecer que o seguro DPVAT é um seguro de danos pessoais causados por veículo automotor de via terrestre, de caráter obrigatório (art. 20, I, do Decreto-lei 73/66) e social, que visa a amparar as vítimas de acidente de trânsito em todo o território nacional, sem análise de culpa (art. 5º da Lei 6.194/74), mediante simples prova do acidente e do dano.

Portanto, as hipótese de cobertura do DPVAT são: por morte; invalidez permanente (que não permite cura, resultando em sequela ou limitação), e; despesas médicas e suplementares (art. 3º da Lei 6.194/74), de acordo com tabela indenizatória.

Dito isso, em que pese o argumento adunado pela seguradora Apelante nesse sentido - de que o Recorrido encontrava-se inadimplente com o pagamento do seguro obrigatório de seu veículo, portanto, não faz *jus* a percepção do prêmio em questão -, tal assertiva não merece apreço, uma vez que se mostra inarredável o fato de que esse tem direito sim a indenização em disceptação. Isso porque a **Súmula 257 do e. STJ** não faz qualquer menção à hipótese de impossibilidade de pagamento de indenização ao proprietário do veículo que se encontra inadimplente com o pagamento do seguro DPVAT; porquanto inviável o acolhimento da tese sustentada pela segurado.

Tal entendimento, do c. STJ, consagra o núcleo legal ínsito no artigo 7º da Lei nº 8.441/92, que determina o pagamento de indenização a vítima de "veículo não-identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido" nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por "um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei".

Vê-se, com isso, que a jurisprudência sumulada expressamente consagra o dever de indenizar do Consórcio Líder ao(s) beneficiário(s) do segurado-proprietário, e/ou a ele próprio, quando deixa de pagar o prêmio do seguro obrigatório DPVAT, por se tratar de um seguro com caráter social.

Contextualizando os argumento acima encartados, tem-se que a jurisprudência pátria mostra-se pacífica a respeito do direito do próprio proprietário do veículo automotor, envolvido em um acidente, mesmo sendo este o beneficiário do prêmio do seguro DPVAT, quando o seguro obrigatório está inadimplente. Vejamos:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. VÍTIMA INADIMPLENTE. INDENIZAÇÃO DEVIDA. RECURSO



CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Nos termos da Súmula 257/STJ: "a falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização" 2. Há precedentes do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a indenização é devida, ainda que a vítima seja o proprietário do veículo, inadimplente com o pagamento do prêmio. (STJ, Terceira Turma, AgInt no REsp 1798176 / PR, Min. Paulo de Tarso Sanseverino, DJ 01/07/2019) 3. A ação regressiva prevista no artigo 7º, § 1º da Lei 6.194/74 não é aplicável aos casos em que o requerimento do seguro obrigatório seja realizado pela própria vítima, sendo a mens legis pertinente ao direito de regresso contra terceiros. 4. Recurso conhecido e improvido. (TJES, Classe: Apelação, 011160158223, Relator : WALACE PANDOLPHO KIFFER, Órgão julgador: QUARTA CÂMARA CÍVEL , Data de Julgamento: 04/11/2019, Data da Publicação no Diário: 13/11/2019)

Direito CIVIL e processual civil. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. Apresentação de defesa de mérito pela seguradora. Preliminar de falta de interesse de agir rejeitada. Mérito. Beneficiário. Proprietário do veículo. Incidência da Súmula nº 257 do stj. Impossibilidade de compensação. Recurso Desprovido. CORREÇÃO MONETÁRIA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. VEDAÇÃO DE CUMULAÇÃO COM JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA A PARTIR DO EVENTO DANOSO ATÉ A CITAÇÃO. REFORMA PARCIAL DE OFÍCIO. (...) 2) Ao editar a Súmula nº 257, segundo a qual a falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização, o Tribunal da Cidadania não erigiu nenhuma restrição ao enunciado sumular, manifestando-se expressamente a posteriori quanto à incidência na hipótese em que o proprietário do veículo é o beneficiário da indenização. Precedentes. (...) 5) Recurso desprovido. Sentença alterada de ofício quanto à incidência da correção monetária. Honorários majorados para 12% na forma do § 11 do art. 85 do CPC. (TJES, Segunda Câmara Cível, Apelação Cível nº 0004461-02.2017.8.08.0008, Des. JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA , DJ 06/08/2019)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. FALTA DE PAGAMENTO. IRRELEVÂNCIA. SÚMULA 257 DO STJ. RECURSO DESPROVIDO. 1 De acordo com o a Súmula nº 257 do Superior Tribunal de Justiça: "A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização ". 2 O fato da vítima ser o proprietário do veículo inadimplente com o seguro obrigatório não pode obstar o pagamento da indenização. Precedente do STJ. 3 Recurso conhecido, mas não provido. Sentença mantida. Honorários recursais

4



majorados. (TJES, Primeira Câmara Cível, AP nº 0000396-35.2017.8.08.0049, Rel. Janete Vargas Simões, DJ 26/03/2019).

APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA - DPVAT - ALEGAÇÃO DE INADIMPLÊNCIA DO SEGURO - SÚMULA 257 STJ. - O inadimplemento do prêmio do seguro obrigatório (DPVAT) não é motivo para o não pagamento de indenização, conforme o teor da Súmula 257 do STJ. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.18.048076-6/001, Relator(a): Des.(a) Alexandre Santiago, 11ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 27/06/0018, publicação da súmula em 28/06/2018)

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - INDENIZAÇÃO FUNDADA EM SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - INADIMPLENTO DO PRÊMIO - INDENIZAÇÃO DEVIDA - ACIDENTE OCORRIDO EM 2010 - INVALIDEZ PARCIAL PERMANENTE - VALOR DA INDENIZAÇÃO - SINISTRO OCORRIDO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 11.945/09 - GRAU DA LESÃO - FIXAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O GRAU DA INVALIDEZ, RESPEITADO O LIMITE PREVISTO EM RELAÇÃO A CADA ÓRGÃO OU MEMBRO - CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO INICIAL - DATA DO SINISTRO - JUROS MORATÓRIOS - TERMO INICIAL - CITAÇÃO - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - ARBITRAMENTO - RECURSOS PROVIDOS EM PARTE. Conforme entendimento jurisprudencial consolidado no Enunciado n.º 257 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, a falta de pagamento do prêmio do seguro DPVAT não é motivo para a recusa do pagamento da indenização. (...) (TJMG - Apelação Cível 1.0556.13.000672-0/001, Relator(a): Des.(a) Márcio Idalmo Santos Miranda, 9ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 13/04/2016, publicação da súmula em 13/05/2016).

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - INCAPACIDADE PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA - INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL À NATUREZA E AO GRAU DAS LESÕES - TABELA ANEXA - LEI 11.945/09 - ADIMPLENTO DO PRÊMIO - IRRELEVÂNCIA. I- Encontra-se pacificado o entendimento pelo Superior Tribunal de Justiça de que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT independe de estar a vítima em dia com a quitação do prêmio (Súmula nº257). (...) (TJMG - Apelação Cível 1.0702.14.082909-5/001, Relator(a): Des.(a) João Cancio, 18ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 07/06/2016, publicação da súmula em 10/06/2016).

E ainda neste sentido, verifica-se que a jurisprudência é uníssona acerca da possibilidade de a vítima receber indenização na hipótese de não pagamento do prêmio do seguro obrigatório DPVAT, mesmo em se tratando do proprietário do veículo inadimplente.



AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. FALTA DE PAGAMENTO DO PRÊMIO. PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO. VITIMA. CORREÇÃO MONETÁRIA. INPC. A PARTIR DO EVENTO DANOSO. JUROS DE MORA. A PARTIR DA CITAÇÃO. 1. Nos termos da Súmula 257/STJ, "a falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização". Tal exegese aplica-se inclusive nos casos em que a vítima do acidente de trânsito é o proprietário do veículo, que se encontra inadimplente. (...) 3. Agravo interno parcialmente provido (STJ, Quarta Turma, AgInt no REsp 1757675 / PR, Min. Luis Felipe Salomão, DJ 19/09/2019)

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. CPC/2015. DIREITO CIVIL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. LESÃO AO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO. ATRASO NO PAGAMENTO DO PRÊMIO. RECUSA DE INDENIZAÇÃO. DESCABIMENTO. SÚMULA 257/STJ. 1. Controvérsia acerca do pagamento de indenização do seguro DPVAT ao proprietário de veículo inadimplente com o pagamento do prêmio. 2. Nos termos da Súmula 257/STJ: "A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização". 3. Precedentes desta Corte Superior no sentido de que a indenização é devida, ainda que a vítima seja o proprietário do veículo, inadimplente com o pagamento do prêmio. 4. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (STJ, Terceira Turma, AgInt no REsp 1798176 / PR, Min. Paulo de Tarso Sanseverino, DJ 01/07/2019)

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). FALTA DE PAGAMENTO DO PRÊMIO. SINISTRO OCORRIDO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI N. 8.441/92. VÍTIMA PROPRIETÁRIA DO VEÍCULO. INDENIZAÇÃO. POSSIBILIDADE. "A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização". Verbete n. 257 da Súmula do STJ. A indenização devida a pessoa vitimada, decorrente do chamado Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), pode ser cobrada mesmo tendo ocorrido o acidente previamente à modificação da Lei 6.194/74 pela Lei 8.441/92 e antes da formação do consórcio de seguradoras. Precedentes. O fato de a vítima ser o dono do veículo não inviabiliza o pagamento da indenização. (REsp 621.962/RJ, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 08/06/2004, DJ 04/10/2004, p. 325).



De acordo com os argumentos suso adunados, deve ser desacolhido a premissa trazida pela Apelante em seu recurso, com espeque no art. 932, IV, alínea "a", do Código de Processo Civil (recurso contrário à Súmula do Superior Tribunal de Justiça), porquanto, mantendo-se incólume a r. Sentença recorrida.

2.2 - Dos Argumentos tecidos pela Recorrente de Doença Preexistente – Laudo Pericial que Concluiu pela Relação de Causa e Efeito entre as Sequelas Diagnosticadas e o Acidente em Apreço

Em seu recurso a seguradora Recorrente alega que as sequelas descritas no Laudo pericial são fruto de uma acidente anterior sofrido pelo Apelado, o qual esse já teria percebido o prêmio devido. Assim, o Apelado não faz *jus* a indenização em discepção.

Contudo, tal assertiva não merece apreço pelo simples fato da seguradora Apelante não obter êxito em sua manifestação acerca do resultado aviado no Laudo pericial produzido nestes autos.

Assim, não conseguindo afastar as premissas trazidas pelo *Expert* em seu parecer, notadamente no que se refere a análise das sequelas diagnosticadas terem relação de causa e efeito com o acidente automobilístico em questão (e não com um acidente pretérito sofrido pelo Recorrido -, é motivo por mais que suficiente para negar tais fundamentos.

Ressalte-se, por se mostrar extremamente oportuno, que o Recorrido nos sinistros anteriores (*obs.* Recorrido exercer a função de Motoboy, portanto, exposto em maior grau ao risco de acidentes automobilísticos), lesionou e/ou possui sequelas em membros distintos daquele diagnosticado no Laudo pericial produzido nestes autos. Portanto, não há que se falar em doença preexistente.

Nesse sentido, temos ainda que o ônus de provar a existência de lesões (permanentes) preexistente é da seguradora Recorrente, bem assim, não se desincumbido de tal dever, resta o desacolhimento de seu tece e pleito.

Sobre o tema a jurisprudência pátria se mostra pacífica, *in verbis*:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - LESÃO PREEXISTENTE NÃO COMPROVADA - INDENIZAÇÃO DEVIDA. É devida a condenação ao pagamento de indenização do Seguro DPVAT, quando a Seguradora não comprova a lesão preexistente causada por sinistro anterior ao discutido nos autos. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.20.080322-9/001, Relator(a): Des.(a) José Augusto Lourenço dos Santos , 12ª CÂMARA CÍVEL,



julgamento em 27/08/0020, publicação da súmula em 31/08/2020)

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ALEGAÇÃO DE LESÕES PREEXISTENTES. INOCORRÊNCIA. ACIDENTES DISTINTOS COM LESÕES DISTINTAS. DEVER DE INDENIZAR.

1) Trata-se de ação de cobrança relativa à indenização do seguro obrigatório previsto na Lei nº 6.194/74 (DPVAT), com os acréscimos da Lei nº 11.945/2009, julgada procedente na origem.

2) Com a edição da Súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça, restou despicienda qualquer discussão a respeito da desnecessidade de graduação do percentual de invalidez para pagamento das indenizações decorrentes do seguro obrigatório DPVAT, sendo imperativo aplicar os percentuais previstos na tabela criada pela Lei nº 11.945/2009, incidente, inclusive, sobre os sinistros ocorridos antes da sua entrada em vigor. Precedentes jurisprudenciais.

3) Com efeito, constato que ambos os sinistros acarretaram em lesões no membro esquerdo da parte autora. Contudo, não há que se falar em soma dos sinistros ou das lesões, considerando que, o laudo pericial de fl. 114, foi taxativo ao indicar que a lesão constatada não possui correlação com a lesão do sinistro anterior. Portanto, contrariamente ao alegado pela seguradora, inviável o pretendido reconhecimento da lesão preexistente.

4) Correto o cálculo da indenização securitária lançado na sentença uma vez que de acordo com o que dispõe a legislação que regulamenta a matéria, bem como a tabela de graduação dos danos.

APELAÇÃO DESPROVIDA. (TJRS - Apelação Cível 0305386-64.2019.8.21.7000, Relator(a): Des.(a) NIWTON CARPES DA SILVA, 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 19/02/2020)

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. TERMO INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA DO VALOR ADIMPLINDO NA VIA ADMINISTRATIVA. DEVIDO. HONORÁRIOS. MAJORAÇÃO. ALEGAÇÃO DE LESÕES PREEXISTENTES. INOCORRÊNCIA. Trata-se de ação de cobrança, relativa à indenização do seguro obrigatório previsto na Lei nº 6.194/74 (DPVAT), com acréscimos da Lei nº 11.945/2009, julgada procedente na origem. LESÃO PREEXISTENTE DECORRENTE DE SINISTRO DIVERSO - Com efeito, constato que ambos os sinistros geraram lesões no membro direito da parte autora, porém, em regiões distintas. Portanto, contrariamente ao alegado pela seguradora, inviável o pretendido reconhecimento da lesão preexistente. Com a edição da Súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça, restou despicienda qualquer discussão a respeito da desnecessidade de graduação do percentual de invalidez para pagamento das indenizações decorrentes do seguro obrigatório DPVAT, sendo imperativo aplicar os percentuais previstos na



tabela criada pela Lei nº 11.945/2009, incidente, inclusive, sobre os sinistros ocorridos antes da sua entrada em vigor. Precedentes jurisprudenciais. Correto o cálculo da indenização securitária lançado na sentença uma vez que de acordo com o que dispõe a legislação que regulamenta a matéria, bem como a tabela de graduação dos danos. Assim impõe-se o desprovemento do recurso. TERMO INICIAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA -De acordo com o que dispõe o art. 5º, §§ 1º e 7º, da Lei 6.194/74, a indenização securitária obrigatória deve ser paga no prazo de 30 dias, contados da data da entrega dos documentos necessários à regulação do sinistro e, no caso de descumprimento do referido prazo pela seguradora, o montante da indenização deve ser corrigido monetariamente desde a data do sinistro. No caso telado, inexistente prova de que o pagamento administrativo foi extemporâneo, pois, não se tem a comprovação nos autos da data em que fora realizado o requerimento administrativo, bem como de que a parte autora entregou toda a documentação exigida na norma acima descrita, desincumbindo-se a parte autora de provar o que lhe cabia, a teor do art. 373, I, do CPC. Desse modo, mantenho a correção monetária fixada na sentença. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - Os valores arbitrados a título de honorários, se mostram aquém dos valores atribuídos por esta Câmara, motivo pelo qual majoro para o valor de R\$1.000,00 (...), nos termos do art. 85 do CPC. DUPLA APELAÇÃO. APELAÇÃO DA PARTE AUTORA PARCIALMENTE PROVIDA E APELAÇÃO DA PARTE RÉ DESPROVIDA (TJRS - Apelação Cível, Nº 70082235748, 6ª Câmara Cível, Relator: Niwton Carpes da Silva, Julgado em: 15/08/2019)

No mais, observa-se, após minuciosa análise dos autos, que a r. Sentença recorrida firmou-se nas provas produzidas nos autos para consagrar que o Apelado fraturou o membro superior e inferior direito, bem como inexistem provas da lesão preexistente no referido membro.

Nesse diapasão, impera afastar a alegação de lesão preexistente, e/ou pagamento em duplicidade.

III - DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Pelo exposto, após a sábia e douta apreciação dos D. Desembargadores do c. Tribunal de Justiça da Paraíba, requer que seja **negado** provimento, *in tontum*, ao Recurso Apelarório interposto pela seguradora Apelante, conforme as razões acima adunadas, mantendo a condenação desta ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios nos exatos termos proclamados, pois assim estar-se-á a praticar JUSTIÇA.



Rodolfo Nóbrega Advocacia

Termos em que,
Pede deferimento.

João Pessoa-PB, 20 de Outubro de 2020.

RODOLFO NÓBREGA DIAS
Advogado OAB/PB nº 14.945.





Tribunal de Justiça da Paraíba
Diretoria Judiciária
Gerência de Distribuição

APELAÇÃO CÍVEL (198) 0801411-95.2019.8.15.2003

[Acidente de Trânsito]

APELANTE: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

APELADO: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

CERTIDÃO

Certifico, inicialmente, (***APENAS referente aos PROCESSOS ELETRÔNICOS***), nos termos do § 3º, art. 5º, da Resolução nº 185/2013, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que o sistema informará ao Relator, automaticamente, a indicação de **POSSÍVEL PREVENÇÃO** destes autos com anterior recurso do PJE (Processo Judicial Eletrônico).

Certifico, outrossim, que em consulta ao Banco de Dados deste Poder (***APENAS referente aos PROCESSOS FÍSICOS***), **NÃO LOCALIZAMOS POSSÍVEL PREVENÇÃO** com os presentes autos.

Gerência de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 29 de outubro de 2020.

REBECCA BRAZ VIEIRA DE MELO
Gerência de Distribuição





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

GABINETE DO DES. OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO

RELATÓRIO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0801411-95.2019.8.15.2003.

Relator : *Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho.*

Origem : *1ª Vara Regional de Mangabeira.*

Apelantes : *Mapfre Seguros Gerais S/A.*

Advogado : *Suelio Moreira Torres.*

Apelado : *Natercyo Alves Viana Bastos*

Advogado : *Rodrigo Nóbrega Dias.*

Vistos.



Trata-se de **Apelação Cível** interposta pela **Mapfre Seguros Gerais S/A** hostilizando sentença oriunda do Juízo da 1ª Vara Regional de Mangabeira que, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro DPVAT movida por **Natercyo Alves Viana Bastos**, julgou parcialmente procedente o pedido (evento nº 8512258), nos seguintes termos:

“ISTO POSTO, à vista do quanto exposto e mais que dos autos consta, julgo PARCIALMENTE o presente pedido, condenando a promovida PROCEDENTE a pagar o valor de R\$ 6.412,50 (seis mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos), devendo o valor retro ser corrigido monetariamente pelos índices oficiais desde o evento danoso e acrescido de juros de 1% ao mês a partir da citação, extinguindo o processo, com fundamento no artigo 487, I, do CPC.

Por ter a parte autora sucumbido em parte mínima do pedido, (Art. 86, § único, do CPC), condeno o réu ao pagamento das custas processuais e honorários, estes fixados em 20% (vinte por cento) da condenação à teor do §2º, do Art. 85, do CPC”

Irresignada, a Seguradora interpôs Recurso Apelarório (evento nº 8512264), alegando, tão somente, o descabimento do pleito indenizatório, tendo em vista que a parte Apelada, já percebeu a indenização do seguro DPVAT em face de outros sinistros ocorridos



em 01/12/2016 e 15/12/2010 e que a presente demanda trata de indenização securitária decorrente de lesão preexistente. Ao final, pugnou pela reforma da sentença, para que seja retirado da condenação a lesão referente ao MID.

Contrarrazões ofertadas (evento nº 8512268).

É o relatório.

Inclua-se em pauta virtual para julgamento.

João Pessoa, 3 de novembro de 2020.

Oswaldo Trigueiro do Valle Filho
Desembargador Relator







Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba

Fica Vossa Excelência Intimado(a) da 28ª SESSÃO VIRTUAL da 4ª Câmara Cível a realizar-se no dia 23-11-2020 às 14:00 até 30-11-2020.





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba

Fica Vossa Excelência Intimado(a) da 28ª SESSÃO VIRTUAL da 4ª Câmara Cível a realizar-se de 23/11/2020 às 14:00 até 30/11/2020.



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

Certifico, para que produza os devidos efeitos legais, que os integrantes da Quarta Câmara Cível deste Egrégio Tribunal, apreciando o Processo nº 0801411-95.2019.8.15.2003 , da 28ª Sessão Virtual, publicada no Diário da Justiça dia 12 de novembro do corrente ano, assim decidiram:

NEGOU-SE PROVIMENTO AO APELO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. UNÂNIME.

PRESIDIU A SESSÃO O EXMO. DES. OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO.

PARTICIPARAM DO JULGAMENTO:

RELATOR: Exmo. Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho

1º VOGAL: Exmo. Des. Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho

2º VOGAL: Exmo. Dr. Antônio de Amaral (Juiz de Direito convocado para substituir o Exmo. Des. João Alves da Silva;

ACOMPANHOU VIRTUALMENTE COMO REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO: Dra. Jacilene Nicolau Faustino Gomes, Procuradora de Justiça.



Ambiente Virtual de Sessões da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, João Pessoa, iniciada no dia 23 de novembro de 2020 e encerrada no dia 23 do corrente mês e ano.

Marcos Aurélio Franco Coutinho

1. SUPERVISOR DA 4ª CÂMARA CÍVEL





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Gabinete do Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho

ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0801411-95.2019.8.15.2003.

Relator : *Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho.*

Origem : *1ª Vara Regional de Mangabeira.*

Apelantes : *Mapfre Seguros Gerais S/A.*

Advogado : *Suelio Moreira Torres.*

Apelado : *Natercyo Alves Viana Bastos*

Advogado : *Rodrigo Nóbrega Dias.*



**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. SENTENÇA
DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. INCONFORMISMO. NEXO
DE CAUSALIDADE ENTRE O ACIDENTE DE TRÂNSITO E
A LESÃO DA VÍTIMA. COMPROVAÇÃO.
DESPROVIMENTO DO APELO.**

- Para a configuração do direito à percepção do seguro DPVAT, basta a prova eficaz da ocorrência do sinistro e do dano decorrente, além do nexo causal entre eles, nos termos do artigo 5º, da Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, as pessoas transportadas ou não.



- Considerando que o pagamento realizado administrativamente pela seguradora corresponde a acidente diverso do tratado na presente lide, com consequências diferentes, não há que se falar em ausência de direito à indenização securitária por tal motivo, haja vista tratarem-se de nexos causais distintos.

- Presente o nexo de causalidade entre as lesões sofridas pelo segurado e o acidente automobilístico noticiado nos autos, devida a indenização pleiteada.



VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos. **ACORDA** a Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, em sessão ordinária, negar provimento ao apelo, nos termos do voto do relator, unânime.

Trata-se de **Apelação Cível** interposta pela **Mapfre Seguros Gerais S/A** hostilizando sentença oriunda do Juízo da 1ª Vara Regional de Mangabeira que, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro DPVAT movida por **Natercyo Alves Viana Bastos**, julgou parcialmente procedente o pedido (evento nº 8512258), nos seguintes termos:

“ISTO POSTO, à vista do quanto exposto e mais que dos autos consta, julgo PARCIALMENTE o presente pedido, condenando a promovida PROCEDENTE a pagar o valor de R\$ 6.412,50 (seis mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos), devendo o valor retro ser corrigido monetariamente pelos índices oficiais desde o evento danoso e acrescido de juros de 1% ao mês a partir da citação, extinguindo o processo, com fundamento no artigo 487, I, do CPC.

Por ter a parte autora sucumbido em parte mínima do pedido, (Art. 86, § único, do CPC), condeno o réu ao pagamento das custas processuais e honorários, estes fixados em 20% (vinte por cento) da condenação à teor do §2º, do Art. 85, do CPC”



Irresignada, a Seguradora interpôs Recurso Apelatório (evento nº 8512264), alegando, tão somente, o descabimento do pleito indenizatório, tendo em vista que a parte Apelada, já percebeu a indenização do seguro DPVAT em face de outros sinistros ocorridos em 01/12/2016 e 15/12/2010 e que a presente demanda trata de indenização securitária decorrente de lesão preexistente. Ao final, pugnou pela reforma da sentença, para que seja retirado da condenação a lesão referente ao MID.

Contrarrazões ofertadas (evento nº 8512268).

É o relatório.

VOTO.



Preenchidos os pressupostos de admissibilidade, conheço do apelo, passando à análise de seus argumentos.

O Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – Seguro DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194,/74, com a finalidade de assegurar às vítimas de acidentes causados por veículos automotores de via terrestre a cobertura dos danos pessoais, compreendidas as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica.

Sustenta a seguradora apelante que a debilidade apontada pelo apelado, a presente lide, diz respeito à lesão preexistente e já indenizada pela seguradora administrativamente.

Como é sabido, para a configuração do direito à percepção do seguro DPVAT, basta a prova eficaz da ocorrência do sinistro e do dano decorrente, além do nexo causal entre eles, nos termos do artigo 5º, da Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, as pessoas transportadas ou não.



No caso em apreço, em que pese a alegação da seguradora, observa-se que a presente lide diz respeito a acidente ocorrido em 18.10.2017, enquanto o pagamento realizado pela seguradora corresponde aos acidentes ocorridos nos anos de 2010 e 2016 (eventos nº 8512262 – Pág. 2 e Num. 8512226 - Pág. 1), ou seja, rederem-se a nexos causais diversos.

Tal afirmação, inclusive, é corroborada pelos documentos trazidos aos autos pelo apelado, tais como laudo médico (evento nº 8511751 - Pág. 1), boletim de atendimento (evento nº 8511751 - Pág. 3), relatório de cirurgia (evento nº 8511751 – Pág 7); todos noticiando a data do acidente e do atendimento no dia 18/10/17, decorrente de acidente de moto, que teria ocasionado fratura do fêmur direito, e deformidade em punho direito.

Nesse diapasão, tem-se que os citados documentos aliados ao prontuário e exames evidenciam, com precisão, o local, dia, mês e ano do acidente e as lesões sofridas pela vítima, as quais coincidem com as debilidades apontadas pelo laudo pericial confeccionado nos presentes autos (evento nº 8512240 - Pág. 1).



Presente, assim, o nexo de causalidade.

A propósito, colaciono precedentes desta Corte de Justiça:

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT JULGADA PROCEDENTE. COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL ENTRE AS LESÕES E O ACIDENTE DE TRÂNSITO. CORREÇÃO MONETÁRIA FIXADA EM CONFORMIDADE COM A SÚMULA Nº 580 DO STJ. DESPROVIMENTO DO RECURSO. O nexo causal está devidamente comprovado através do boletim de ocorrência. Contemporâneo a data do acidente. E da ficha de atendimento ambulatorial. As lesões relatadas no momento do acidente, principalmente considerando o estado gravídico da Autora, com seis meses de gestação, e a preocupação da equipe de atendimento de urgência do SAMU com a possibilidade de um parto prematuro, não precisam guardar exata correspondência com os danos verificados no laudo pericial. Isto porque algumas lesões ocasionadas pelo acidente podem ter repercussão em outros órgãos ou membros. Por exemplo, as lesões no crânio podem ter



impacto no sistema digestivo. Deste modo, neste caso em concreto, não vislumbro que os problemas de saúde relatados no laudo tenham origem diversa do sinistro, restando comprovado o nexo causal. Em relação a correção monetária, entendo que deve ser mantida na forma como determinou a magistrada singular, uma vez que a matéria está sumulada (Súmula nº 580 do STJ).” (TJPB; APL 0003281-52.2014.815.0301; Primeira Câmara Especializada Cível; Rel. Des. Leandro dos Santos; DJPB 05/06/2018; Pág. 9)

“AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. ALEGAÇÃO DE PERDA FUNCIONAL PARCIAL COMPLETA. LAUDO PERICIAL. DEBILIDADE DE REPERCUSSÃO MÉDIA NO OMBRO ESQUERDO E SEQUELAS RESIDUAIS HAVIDAS NO TÓRAX. PROCEDÊNCIA. APELAÇÃO. ALEGAÇÃO DE QUE O NEXO DE CAUSALIDADE NÃO RESTOU PROVADO. PRETENSA NECESSIDADE DO BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA. AUSÊNCIA DE EXIGÊNCIA LEGAL. RELAÇÃO CAUSAL SUFICIENTEMENTE PROVADA. SUCUMBÊNCIA PARCIAL. GRAVIDADE DO DANO INFERIOR À ALEGADA. PERDA FUNCIONAL PARCIAL INCOMPLETA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. BASE DE CÁLCULO. VALOR DA CONDENAÇÃO. PROVIMENTO PARCIAL. 1. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, não havendo exigência legal expressa de que o evento danoso e as consequências dele decorrentes sejam demonstradas especificamente por um determinado meio probatório, a exemplo do boletim de atendimento de urgência.



Inteligência do art. 5º, da Lei n. 6.194/1974. 2. As informações inferidas de documentos unilateralmente produzidos pelo requerente são hábeis a denotar a existência do acidente de trânsito, das lesões suportadas e do nexo de causalidade entre eles, notadamente se forem ratificadas no laudo produzido a partir da prova pericial. 3. Haverá sucumbência parcial sempre que o valor da indenização do seguro DPVAT fixado na sentença corresponder, a partir dos critérios previstos no art. 3º, da Lei nº 6.194/74, a danos pessoais de menor gravidade que aqueles alegados pelo requerente na petição inicial.” (TJPB; APL 0000442-69.2015.815.0511; Quarta Câmara Especializada Cível; Rel. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira; DJPB 21/05/2018; Pág. 10)

Desse modo, restou claro que o segurado foi vítima de acidente de trânsito, e que, em decorrência desse, sofreu debilidade permanente parcial incompleta do membro inferior direito e punho direito. Além do mais, entendo que o nexo de causalidade entre o acidente e a lesão restou devidamente comprovado, motivo pelo qual a indenização do seguro DPVAT é devida.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO ao recurso apelatório**, mantendo-se incólume todos os termos da sentença vergastada.



É COMO VOTO.

Certidão de julgamento e assinatura eletrônicas





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Gabinete do Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho

ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0801411-95.2019.8.15.2003.

Relator : *Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho.*

Origem : *1ª Vara Regional de Mangabeira.*

Apelantes : *Mapfre Seguros Gerais S/A.*

Advogado : *Suelio Moreira Torres.*

Apelado : *Natercyo Alves Viana Bastos*

Advogado : *Rodrigo Nóbrega Dias.*



**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. SENTENÇA
DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. INCONFORMISMO. NEXO
DE CAUSALIDADE ENTRE O ACIDENTE DE TRÂNSITO E
A LESÃO DA VÍTIMA. COMPROVAÇÃO.
DESPROVIMENTO DO APELO.**

- Para a configuração do direito à percepção do seguro DPVAT, basta a prova eficaz da ocorrência do sinistro e do dano decorrente, além do nexo causal entre eles, nos termos do artigo 5º, da Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, as pessoas transportadas ou não.



- Considerando que o pagamento realizado administrativamente pela seguradora corresponde a acidente diverso do tratado na presente lide, com consequências diferentes, não há que se falar em ausência de direito à indenização securitária por tal motivo, haja vista tratarem-se de nexos causais distintos.

- Presente o nexo de causalidade entre as lesões sofridas pelo segurado e o acidente automobilístico noticiado nos autos, devida a indenização pleiteada.



VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos. **ACORDA** a Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, em sessão ordinária, negar provimento ao apelo, nos termos do voto do relator, unânime.



Trata-se de **Apelação Cível** interposta pela **Mapfre Seguros Gerais S/A** hostilizando sentença oriunda do Juízo da 1ª Vara Regional de Mangabeira que, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro DPVAT movida por **Natercyo Alves Viana Bastos**, julgou parcialmente procedente o pedido (evento nº 8512258), nos seguintes termos:

“ISTO POSTO, à vista do quanto exposto e mais que dos autos consta, julgo PARCIALMENTE o presente pedido, condenando a promovida PROCEDENTE a pagar o valor de R\$ 6.412,50 (seis mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos), devendo o valor retro ser corrigido monetariamente pelos índices oficiais desde o evento danoso e acrescido de juros de 1% ao mês a partir da citação, extinguindo o processo, com fundamento no artigo 487, I, do CPC.

Por ter a parte autora sucumbido em parte mínima do pedido, (Art. 86, § único, do CPC), condeno o réu ao pagamento das custas processuais e honorários, estes fixados em 20% (vinte por cento) da condenação à teor do §2º, do Art. 85, do CPC”



Irresignada, a Seguradora interpôs Recurso Apelatório (evento nº 8512264), alegando, tão somente, o descabimento do pleito indenizatório, tendo em vista que a parte Apelada, já percebeu a indenização do seguro DPVAT em face de outros sinistros ocorridos em 01/12/2016 e 15/12/2010 e que a presente demanda trata de indenização securitária decorrente de lesão preexistente. Ao final, pugnou pela reforma da sentença, para que seja retirado da condenação a lesão referente ao MID.

Contrarrazões ofertadas (evento nº 8512268).

É o relatório.



VOTO.

Preenchidos os pressupostos de admissibilidade, conheço do apelo, passando à análise de seus argumentos.

O Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – Seguro DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194,/74, com a finalidade de assegurar às vítimas de acidentes causados por veículos automotores de via terrestre a cobertura dos danos pessoais, compreendidas as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica.

Sustenta a seguradora apelante que a debilidade apontada pelo apelado, a presente lide, diz respeito à lesão preexistente e já indenizada pela seguradora administrativamente.



Como é sabido, para a configuração do direito à percepção do seguro DPVAT, basta a prova eficaz da ocorrência do sinistro e do dano decorrente, além do nexo causal entre eles, nos termos do artigo 5º, da Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, as pessoas transportadas ou não.

No caso em apreço, em que pese a alegação da seguradora, observa-se que a presente lide diz respeito a acidente ocorrido em 18.10.2017, enquanto o pagamento realizado pela seguradora corresponde aos acidentes ocorridos nos anos de 2010 e 2016 (eventos nº 8512262 – Pág. 2 e Num. 8512226 - Pág. 1), ou seja, rederem-se a nexos causais diversos.

Tal afirmação, inclusive, é corroborada pelos documentos trazidos aos autos pelo apelado, tais como laudo médico (evento nº 8511751 - Pág. 1), boletim de atendimento (evento nº 8511751 - Pág. 3), relatório de cirurgia (evento nº 8511751 – Pág 7); todos noticiando a data do acidente e do atendimento no dia 18/10/17, decorrente de acidente de moto, que teria ocasionado fratura do fêmur direito, e deformidade em punho direito.



Nesse diapasão, tem-se que os citados documentos aliados ao prontuário e exames evidenciam, com precisão, o local, dia, mês e ano do acidente e as lesões sofridas pela vítima, as quais coincidem com as debilidades apontadas pelo laudo pericial confeccionado nos presentes autos (evento nº 8512240 - Pág. 1).

Presente, assim, o nexo de causalidade.

A propósito, colaciono precedentes desta Corte de Justiça:

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT JULGADA PROCEDENTE. COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL ENTRE AS LESÕES E O ACIDENTE DE TRÂNSITO. CORREÇÃO MONETÁRIA FIXADA EM CONFORMIDADE COM A SÚMULA Nº 580 DO STJ. DESPROVIMENTO DO RECURSO. O nexo causal está devidamente comprovado através do boletim de ocorrência. Contemporâneo a data do acidente. E da ficha de atendimento ambulatorial. As lesões relatadas no momento do acidente, principalmente considerando o estado gravídico da



Autora, com seis meses de gestação, e a preocupação da equipe de atendimento de urgência do SAMU com a possibilidade de um parto prematuro, não precisam guardar exata correspondência com os danos verificados no laudo pericial. Isto porque algumas lesões ocasionadas pelo acidente podem ter repercussão em outros órgãos ou membros. Por exemplo, as lesões no crânio podem ter impacto no sistema digestivo. Deste modo, neste caso em concreto, não vislumbro que os problemas de saúde relatados no laudo tenham origem diversa do sinistro, restando comprovado o nexo causal. Em relação a correção monetária, entendo que deve ser mantida na forma como determinou a magistrada singular, uma vez que a matéria está sumulada (Súmula nº 580 do STJ).” (TJPB; APL 0003281-52.2014.815.0301; Primeira Câmara Especializada Cível; Rel. Des. Leandro dos Santos; DJPB 05/06/2018; Pág. 9)

“AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. ALEGAÇÃO DE PERDA FUNCIONAL PARCIAL COMPLETA. LAUDO PERICIAL. DEBILIDADE DE REPERCUSSÃO MÉDIA NO OMBRO ESQUERDO E SEQUELAS RESIDUAIS HAVIDAS NO TÓRAX. PROCEDÊNCIA. APELAÇÃO. ALEGAÇÃO DE QUE O NEXO DE CAUSALIDADE NÃO RESTOU PROVADO. PRETENSA NECESSIDADE DO BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA. AUSÊNCIA DE EXIGÊNCIA LEGAL. RELAÇÃO CAUSAL SUFICIENTEMENTE PROVADA. SUCUMBÊNCIA PARCIAL. GRAVIDADE DO DANO INFERIOR À ALEGADA. PERDA FUNCIONAL PARCIAL INCOMPLETA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. BASE DE CÁLCULO. VALOR DA



CONDENAÇÃO. PROVIMENTO PARCIAL. 1. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, não havendo exigência legal expressa de que o evento danoso e as consequências dele decorrentes sejam demonstradas especificamente por um determinado meio probatório, a exemplo do boletim de atendimento de urgência. Inteligência do art. 5º, da Lei n. 6.194/1974. 2. As informações inferidas de documentos unilateralmente produzidos pelo requerente são hábeis a denotar a existência do acidente de trânsito, das lesões suportadas e do nexo de causalidade entre eles, notadamente se forem ratificadas no laudo produzido a partir da prova pericial. 3. Haverá sucumbência parcial sempre que o valor da indenização do seguro DPVAT fixado na sentença corresponder, a partir dos critérios previstos no art. 3º, da Lei nº 6.194/74, a danos pessoais de menor gravidade que aqueles alegados pelo requerente na petição inicial.” (TJPB; APL 0000442-69.2015.815.0511; Quarta Câmara Especializada Cível; Rel. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira; DJPB 21/05/2018; Pág. 10)

Desse modo, restou claro que o segurado foi vítima de acidente de trânsito, e que, em decorrência desse, sofreu debilidade permanente parcial incompleta do membro inferior direito e punho direito. Além do mais, entendo que o nexo de causalidade entre o acidente e a lesão restou devidamente comprovado, motivo pelo qual a indenização do seguro DPVAT é devida.



Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso apelatório,
mantendo-se incólume todos os termos da sentença vergastada.

É COMO VOTO.

Certidão de julgamento e assinatura eletrônicas



INTIMAÇÃO DO INTEIRO TEOR DO ACÓRDÃO.





CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico, para que esta produza os devidos efeitos legais que, de acordo com o sistema PJe, decorreu o prazo legal, em 11/02/2021, sem interposição de recurso voluntário.

O referido é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, data eletrônica.

Eduardo da Motta Pessoa

Auxiliar Judiciário

Documento assinado eletronicamente (art. 2º da Lei nº 11.419/2006)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL



Nº DO PROCESSO: 0801411-95.2019.8.15.2003

DESTINATÁRIO:

Gerente do Banco do Brasil S/A Agência Setor Público
Av. Julia Freire, 1071 - Torre CEP 58040-040 João Pessoa/PB

.....dobre aqui

REMETENTE: 1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa, PB, CEP: 58.055-018

.....dobre aqui



PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS
REU: MAPFRE

OFÍCIO Nº 110/2021

Senhor Gerente,

Pelo presente, solicito a Vossa Senhoria, que seja efetuada a transferência do valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) e seus acréscimos legais, depositados pelo réu na conta judicial adiante colacionada:

 Banco do Brasil			Nº DA CONTA JUDICIAL 2900121288483	
Nº DA PARCELA 0		DATA DO DEPÓSITO 20/03/2020	AGÊNCIA (PRÉF / DV) 1618	TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL
DATA DA GUIA 19/03/2020	Nº DA GUIA 2609889	Nº DO PROCESSO 0801411-95.2019.815.2003	TRIBUNAL TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
COMARCA JOÃO PESSOA		ORGÃO/VARA 1 VARA CÍVEL	DEPOSITANTE RÉU	VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 200,00
NOME DO RÉU/IMPETRADO			TIPO DE PESSOA Jurídico	CPF / CNPJ
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE NATERCYO ALVES VIANA BASTOS			TIPO DE PESSOA Física	CPF / CNPJ 06101026410
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA 84D9C7E1EF77DE98				
CÓDIGO DE BARRAS				

para o titular da Conta nº 8198-1, agência nº 4453-9, do Banco do Brasil, ou seja, o perito Douglas Michalane Pires Teixeira, portador CPF nº 797.181.754-15, a título de pagamento de honorários periciais.

Atenciosamente,

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]
Juíza de Direito





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

CERTIDÃO

Nº DO PROCESSO: 0801411-95.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

REU: MAPFRE

Certifico e dou fé que, nesta data, enviei o ofício retro à impressora dos Correios.

João Pessoa/PB, 22 de fevereiro de 2021.

SILVANA DE CARVALHO FERREIRA
Analista Judiciário



Buscar

1ª Vara Regi...angabeira

E-mailContatosAgendaTarefasPreferências

Nova mensagem

ResponderResponder a todosEncaminharArquivarApagarSpamAções

100 de 779 mensagensLeia mais

Pastas de e-mail

Entrada (12)

Enviadas

Rascunhos (5)

Spam (5)

Lixeira

Email Antigo

Buscas


Marcadores

Zimlet

Assunto

Hoje

BB - ALVARÁSEnviadas 648 KB18:16#PAGAMENTO DE ALVARÁ - COVID 19 - Prezado Senhor, Por meio do presente enc



#PAGAMENTO DE ALVARÁ - COVID 19

De: 1ª Vara Regional Cível de Mangabeira

Para: BB - ALVARÁS

0801411-95.2019...of bb hon per.pdf (140,7 KB) [Fazer download](#) | [Remover](#)

0805381-69.2020...2003_of 111 21.pdf (69,7 KB) [Fazer download](#) | [Remo](#)

of 142_21 transf hon 0805381.pdf (261,1 KB) [Fazer download](#) | [Remover](#)

[Fazer download de todos os anexos](#)

[Remover todos os anexos](#)

Prezado Senhor,

Por meio do presente encaminho OFÍCIOS de transferência de valores a título de pagamento de honorários periciais, conforme expedido nos autos assim identificados:

"C:\Users\silva\Desktop\ALVARÁ COVID_2021\0801411-95.2019.8.15.2003_of bb hon per.pdf"

"C:\Users\silva\Desktop\ALVARÁ COVID_2021\0805381-69.2020.8.15.2003_of 111 21.pdf"

Atenciosamente,

Silvana Carvalho

Analista Judiciária -mat. 477.288-1

Exatidão de 2021





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

2ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.055-018, Telefone: (83)3238-6333

CERTIDÃO

Nº DO PROCESSO: 0801411-95.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

REU: MAPFRE

Certifico e dou fê que, nesta data, inseri neste processo o(a) confirmação da transferência, conforme anexo.



Em atenção ao ofício 110/2021 SGI, informamos seu cumprimento conforme comprovante abaixo:

Comprovante de Resgate Justiça Estadual

Número de Protocolo : 0000000081186781
Processo : 0801411-36.2019.915.2003
Número do Alvará : OF 110/2021
Data do Alvará : 22/02/2021
Data do Levantamento : 24/02/2021
Beneficiário : DOUGLAS MICHALANE PIRES T
CPF/CNPJ : 797.181.754-15
Agência do Resgate : 8347 PSO JOÃO PESSOA

DADOS DO RESGATE
Valor do Capital : R\$ 200,00
Valor dos Rendimentos : R\$ 3,28
Valor Bruto Resgate : R\$ 203,28
Valor do IR : R\$ 0,00
Valor Líquido Resgate : R\$ 203,28

DADOS DO CRÉDITO
Finalidade : Crédito em C/C BB
Banco : Banco do Brasil S.A.
Agência : 1636
Conta : 0108198-E
Titular da Conta : DOUGLAS MICHALANE PIRES T
CPF/CNPJ : 797.181.754-15
Valor Lq. Pagamento : R\$ 203,28
Data do Pagamento : 24/02/2021
INFORMAÇÕES ADICIONAIS
Conta Resgatada : 2900121288483

Att,

Paula Vasconcelos
Gerente de Módulo e.e

8347 - PSO João Pessoa - PB
SOP - Fórum Cível João Pessoa
Tel.: 83 3222-4535
paulavferreira@bb.com.br

João Pessoa/PB, 25 de fevereiro de 2021.

SILVANA DE CARVALHO FERREIRA
Analista Judiciário



EM ANEXO





Cálculo de Atualização Monetária

Dados básicos informados para cálculo

Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 6.412,50
Indexador e metodologia de cálculo	INPC-IBGE - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Agosto/2017 a Dezembro/2020
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	24/5/2019 a 19/2/2021
Honorários (%)	20 %

Dados calculados

Fator de correção do período	1218 dias	1,131720
Percentual correspondente	1218 dias	13,172023 %
Valor corrigido para 1/12/2020	(=)	R\$ 7.257,16
Juros(637 dias-21,00000%)	(+)	R\$ 1.524,00
Sub Total	(=)	R\$ 8.781,16
Honorários (20%)	(+)	R\$ 1.756,23
Valor total	(=)	R\$ 10.537,39

Retornar Imprimir





Banco do Brasil

Nº DA CONTA JUDICIAL

1600120183180

Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO		AGÊNCIA (PREF / DV)		TIPO DE JUSTIÇA	
0		19/02/2021		1618		ESTADUAL	
DATA DA GUIA		Nº DA GUIA		TRIBUNAL			
18/02/2021		2609889		0801411-95.2019.815.2003		TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA		ORGÃO /VARA		DEPOSITANTE		VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
JOAO PESSOA		1 VARA DIST MANGABEIRA		RÉU		10537,39	
NOME DO RÉU/IMPETRADO				TIPO DE PESSOA		CPF / CNPJ	
MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A				Jurídica		61074175000138	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE				TIPO DE PESSOA		CPF / CNPJ	
NATERCYO ALVES VIANA BASTOS				Física		08101026410	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA							
E43A1B3EE39D9D7E							
CÓDIGO DE BARRAS							





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo n.º 08014119520198152003

MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **NATERCYO ALVES VIANA BASTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada do Comprovante de Pagamento da**

liquidação.

Assim, pugna a ré pela intimação da parte autora nos termos do art. 526, §1º, NCPC, havendo extinção com a concordância expressa ou em sendo ultrapassado o prazo de 05 dias sem manifestação, deverá ser extinta a execução nos termos do art. 526, §3º c/c 924, II, NCPC.

Por fim, que seja observado exclusivamente o nome do advogado SUELIO MOREIRA TORRES 15477/PB, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

JOAO PESSOA, 23 de fevereiro de 2021.

João Barbosa
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

~



A SEGUIR PETIÇÃO.



Rodolfo Nobrega Advocacia

Advogado OAB/PB 14.945

EXCELENTÍSSIMO JUÍZO DA 1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE
MANGABEIRA, DA COMARCA DE JOÃO PESSOA-PB.

Proc. nº: 0801411-95.2019.8.15.2003.

NATERCYO ALVES VIANA BASTOS, amplamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, movida em desfavor da MAPFRE SEGUROS S/A., igualmente identificado, vem através de seu paráclito signatário, com os súperos acatamentos e respeitos de costume, à presença de Vossa Excelência, expor e ao final requerer o que se segue:

MM. Juiz(a), com o Trânsito em Julgado do v. Acórdão, retornaram os autos a este i. Juízo, momento que a parte Promovida **cumpriu integralmente** com sua obrigação de pagar a condenação imposta em seu desfavor, conforme se verifica do Ids. 39928173 a 39928177.

Considerando os **poderes especiais** ínsitos no instrumento de Procuração *Ad Judicia* do Id. 19373619, conferidos pela parte autora ao ora subscritor, frise-se, **para receber toda e qualquer dívida inclusive Alvarás Judiciais e dar quitação**.

Considerando o que prevê os dispositivos dos artigos 105 e ss. do CPC, art. 5º, §2º, da Lei nº. 8.906/94, c/c art. 296 do CGJ/PB nº. 49/2019 (Código de Normas Judiciais da Corregedoria de Justiça do Estado da Paraíba).

Rua Rodrigues de Aquino, 144 - Sala 101 - Centro - João Pessoa-PB

Fone: (83) 3222-7097 | 8899-9749 | 8825-9749 - E-mail: rodolfoand@hotmail.com - Site: www.rodolfonobrega.com.br



Rodolfo Nobrega Advocacia

Advogado OAB/PB 14.945

Assim sendo, pugna-se pela expedição de ALVARÁ AUTORIZAÇÃO (transferência) para que o valor descrito no DJO do Id. 39928176, qual seja, de R\$ 10.537,39 (dez mil, quinhentos e trinta e sete reais e trinta e nove centavos), mais consectários legais, seja depositado creditado na conta bancária de titularidade deste subscritor, perante o Banco do Brasil, c/c 117.045-7, agência 1617-9 (CPF 010.214.114-26), referente ao quantum principal – pertencente ao Autor - e honorários advocatícios (sucumbenciais).

Termos em que pede **deferimento**.

João Pessoa-PB, 26 de Fevereiro de 2021.

RODOLFO NÓBREGA DIAS

Advogado - OAB/PB 14.945.

Rua Rodrigues de Aquino, 144 - Sala 101 - Centro - João Pessoa-PB

Fone: (33) 3222-7097 | 8899-9749 | 8825-9749 - E-mail: rodolfoand@hotmail.com - Site: www.rodolfonobrega.com.br





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Regional Cível de Mangabeira

R HILTON SOUTO MAIOR, S/N, - de 5/6 a 5/6, MANGABEIRA, JOÃO PESSOA - PB - CEP:
58055-018

Número do Processo: 0801411-95.2019.8.15.2003
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]
Polo ativo: AUTOR: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS
Polo passivo: REU: MAPFRE

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, o advogado da parte autora pugnou pelo levantamento de alvará em sua totalidade por meio de transferência para os dados bancários de sua titularidade, não declinando nos autos os dados correspondentes ao seu patrocinado. Apresentando petição sem o memorial de cálculos detalhado e sem destaque dos honorários devidos. Faço conclusos para deliberação.

JOÃO PESSOA, 3 de março de 2021
SILVANA DE CARVALHO FERREIRA





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA



1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA

PROCESSO NÚMERO - 0801411-95.2019.8.15.2003

CLASSE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)

ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito]

EXEQUENTE: NATERCYO ALVES VIANA BASTOS

Advogado do(a) EXEQUENTE: RODOLFO NOBREGA DIAS - PB14945

EXECUTADO: MAPFRE

Advogado do(a) EXECUTADO: SUELIO MOREIRA TORRES - PB15477

DESPACHO



Vistos.

Acerca da certidão de ID 40135190, diga a parte autora, no prazo de 10 (dez) dias.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]
Juíza de Direito

